



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ALEXANDRE ROBSON MARTINES

**LINGUÍSTICA E SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA:
CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS DA LINGUAGEM**

**MARÍLIA, SP
2020**

ALEXANDRE ROBSON MARTINES

**LINGUÍSTICA E SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA:
CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS DA LINGUAGEM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientador: Carlos Cândido de Almeida

MARÍLIA, SP
2020

M385I Martines, Alexandre Robson
Linguística e semiótica documentária : contribuição das teorias da linguagem / Alexandre Robson Martines. -- Marília, 2020
320 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Carlos Cândido de Almeida

1. Linguística Documentária. 2. Semiótica Documentária. 3. Organização do Conhecimento. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ALEXANDRE ROBSON MARTINES

**LINGUÍSTICA E SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA:
CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS DA LINGUAGEM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida
(Orientador)
Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Faculdade de Filosofia e Ciências
Marília, SP

Prof^a. Dr^a. Brígida Maria Nogueira Cervantes
(Membro titular)
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Londrina, PR

Prof. Dr. Walter Moreira
(Membro titular)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Marília, SP

Prof. Dr. Daniel Abraão Pando
(Membro suplente)
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
São Paulo, SP

Prof. Dr. Daniel Martínez-Ávila
(Membro suplente)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
São Paulo, SP

Marília, 8 de julho de 2020.

À minha mãe,
Maria Inês Vieira Martines

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que estiveram presentes nesta jornada, direta ou indiretamente, contribuindo com um sorriso, uma palavra amiga, um olhar de admiração, ou dedicou um tempo para ouvir sobre esta pesquisa.

A meus colegas de trabalho, que, em muitas vezes, colaboraram para eu me ausentar, devido aos compromissos. Agradecimento especial aos meus alunos e ao Adilson. Também é preciso destacar a importância do Luiz Ângelo, pois foi ele quem insistiu para que eu participasse do processo seletivo.

A meus companheiros de pesquisa, muitos se tornaram pessoas extremamente queridas e serão eternamente guardados em meu coração. Agradecimento ao Wilson, Edmilson, Fábio, Danilo e Janaína. Agradecimento especial à Laís, pelas parcerias e à Graziela, pelas parcerias, colaborações, passeios; um grande coração e sempre pronta para ajudar. Quero agradecer também ao grupo de pesquisa Fundamentos Teóricos da Informação pelo acolhimento, interação, discussão e aprendizado.

Aos professores Walter, Luana, Mariângela, Deise, Rodrigo, Daniel, Oswaldo e Marta, que foram fundamentais para esta jornada, além disso sempre muito acolhedores e atentos às minhas dificuldades e ao processo de adaptação à área.

Aos professores Walter Moreira e Brígida Cervantes por aceitarem compor a banca e por serem tão minuciosos nas considerações que se tornaram fundamentais para os ajustes do texto. Walter, pelo cuidado em identificar todos os defeitos de composição, com uma paciência e dedicação que lhe é peculiar; Brígida, pelos retoques e orientação bibliográfica que potencializaram as discussões propostas no trabalho.

Aos meus amigos: Emerson, Ronaldo e Paulo. Sempre presentes na jornada, na luta, na insistência, na frustração, na resiliência, no recomeço, nas traduções, nas inspirações. Sempre ouvidos atentos, olhos questionadores e palavras de motivação.

À minha família, diante de tantos transtornos presentes nesta jornada. À Márcia, minha irmã querida, sempre me dando forças e estímulos, sempre pronta a me ouvir. À Carol, ao Edinho, pela paciência e apoio. Ao Heithor, filho amado e maravilhoso, pela paciência diante das minhas ausências, das minhas mudanças de humor. À minha mãe, Inês, que tantas vezes me salvou nesta jornada, chorou comigo, sorriu comigo, segurou a minha mão, e acreditou em mim até nas horas em que eu

não acreditava mais. A meu pai, em qual plano ele estiver, por toda a sabedoria e incentivo e pela semente de querer sempre buscar conhecimento.

Ao Carlos, que me pegou pela mão e me conduziu como Virgílio guiou Dante. Meu orientador com ares peircianos, por quem eu tive a sorte de ser escolhido. Se não fossem as suas orientações, eu ainda estaria perambulando no vale das sombras. Obrigado pelas palavras, preocupação, cuidado, almoços, cafés, livros, e, principalmente, por me ensinar Semiótica e Pragmatismo.

“Palavra puxa palavra, uma ideia traz outra e, assim, se faz um livro, um governo, ou uma revolução, alguns dizem que assim é que a natureza compôs as suas espécies”. (Machado de Assis).

“Só é útil o conhecimento que nos torna melhores”.
(Sócrates).

RESUMO

MARTINES, Alexandre Robson. **LINGUÍSTICA E SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA: CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS DA LINGUAGEM**. 2020. 320 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.

Esta pesquisa teve como objetivo refletir, debater e investigar sobre a importância da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária no cenário da Organização do Conhecimento, pois entende-se que o tratamento do documento requer análises e interpretações que dialoguem também com o extralinguístico, explorando a enunciação, a intencionalidade e o discurso a fim de garantir que a significação seja evidenciada. Para realizar essa prática, é preciso, por conseguinte, estreitar as relações interdisciplinares entre as disciplinas da Organização do Conhecimento e as áreas da Linguística, indo além da Linguística Estrutural, inovando com a Linguística Funcional, assim como estabelecer diálogos com a Semiótica para estabilizar a semiose documental. Para tanto, nesta pesquisa aplicou-se uma metodologia exploratória, utilizando os métodos de análise de domínio a fim de evidenciar os fundamentos teóricos de cada domínio para entender as relações interdisciplinares, assim como a análise de conteúdo para proporcionar análise e interpretação das relações entre as categorias aplicadas. Como resultado final, pode-se reconhecer a importância da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária para avanços significativos no tratamento documental a partir da análise e interpretação do signo, não somente daquele signo escrito e evidenciado no documento, mas, principalmente, aquele signo de natureza extralinguística, ou seja, o signo documental, de caráter discursivo e presente na enunciação a fim de extrair na informatividade do documento os conceitos que garantam a representatividade da comunidade discursiva e dos domínios relacionados, sendo assim a Linguística Documentária requer atualização no que tange ao diálogo com as teorias da Linguística Funcional. Além disso, esta pesquisa evidenciou a importância da Linguística Documentária para o processo de descrição metalinguística na tradução da linguagem natural presente nos documentos para a linguagem especializada na elaboração de documentos secundários. Por sua parte, demonstrou-se também a importância da Semiótica Documentária em dois aspectos no processo de representação da informação e do conhecimento: primeiro, a Semiótica Documentária, a partir das práticas semióticas referentes à significação, é fundamental para definir o estágio da semiose do signo que será aplicado na atividade de representação, assim estabelece influência direta na Linguagem Documentária; segundo, a Semiótica Documentária, a partir dos procedimentos cognitivos que envolvem o pragmatismo, a inquirição e a atualização do hábito mental, demonstrou ser eficaz na aplicação da prática profissional da representação do conhecimento. Por isso, entende-se ser fundamental o resgate da concepção espanhola sobre Linguística Documentária, exatamente pelas indicações de atuar, em primeira instância, como metalinguagem documental, reconhecendo a necessidade de tradução daquilo que é extraído das informações do documento e aquilo que é aplicado para a elaboração de um documento secundário através de um percurso gerador de significação, em nível semiótico, na perspectiva epistemológica descritiva. Assim como, em sua instância, os estudos espanhóis apresentam a semiose documental, destacando o hábito mental que envolve a prática de tratamento,

representação e indexação, fatores que são inerentes ao percurso gerador de significação, em nível semiótico, na perspectiva lógico-linguística.

Palavras-chave: Linguística Documentária. Semiótica Documentária. Organização do Conhecimento.

ABSTRACT

MARTINES, Alexandre Robson. **DOCUMENTARY LINGUISTICS AND SEMIOTICS: CONTRIBUTION OF LANGUAGE THEORIES**. 2020. 320 f. Thesis (Master in Information Science) – Post-Graduation Program of Information Science – Faculty of Philosophy and Sciences, Paulista State University “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.

The aim of this study was to reflect, debate and investigate the importance of Documentarian Linguistics and Documentarian Semiotics in the scenario of Knowledge Organization, because the document treatment requires analyses and interpretations that also dialogue with the extralinguistic, exploring enunciation, intentionality and discourse in order to ensure that the signification be evidenced. To update this practice, it is necessary, therefore, to strengthen the interdisciplinary relations between the disciplines of Knowledge Organization and the areas of Linguistics, going beyond Structural Linguistics, innovating with Functional Linguistics, as well as establishing dialogues with Semiotics in order to stabilize documental semiosis. Thus, an exploratory methodology was applied in this research, using domain analysis methods in order to evidence the theoretical foundations of each domain to understand interdisciplinary relations, as well as content analysis in order to provide analysis and interpretation of the relations between the applied categories. As a final result, one can recognize the importance of Documentarian Linguistics and Documentarian Semiotics for significant advances in documentary treatment from the analysis and interpretation of the sign studies, not only that sign written and evidenced in the document, but, mainly, that sign of an extralinguistic nature, that is, the documental sign, of a discursive character and present in the enunciation in order to extract in the document informativity the concepts that guarantee the representativeness of the discursive community and related domains, thus, Documentarian Linguistics requires updating with regard to dialogue with the theories of Functional Linguistics. In addition, this research evidenced the importance of Documentarian Linguistics for the process of metalinguistic description in the translation of the natural language present in the documents into the specialized language in the elaboration of secondary documents. On its turn, the importance of Documentarian Semiotics was also demonstrated in two aspects in the process of information and knowledge representation: first, Documentarian Semiotics, based on semiotic practices related to signification, it is fundamental to define the stage of sign semiosis which will be applied in the representation activity, so it is established direct influence on documentary language; second, Documentarian Semiotics, based on cognitive procedures involving pragmatism, inquiring and updating mental habits, it has been shown to be effective in applying the professional practice of knowledge representation. Therefore, it is fundamental to rescue the Spanish conception about Documentarian Linguistics, precisely by the indications of acting, in the first instance, as a documental metalanguage, recognizing the need of translation of what is extracted from the document information and what is applied to a secondary document preparation through meaning, at a semiotic level, in the descriptive epistemological

perspective. As well as, in its instance, the Spanish studies present documental semiosis, highlighting the mental habit that involves the treatment practice, representation and indexing, factors that are inherent to the generating process of signification, at a semiotic level, in the linguistic-logical perspective.

Keywords: Documentarian Linguistics. Documentarian Semiotics. Knowledge Organization.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Linguística: campos e principais conceitos.	45
Quadro 2 - Semiótica: campos e principais conceitos.....	46
Quadro 3 - Linguística Documentária.....	47
Quadro 4 - Semiótica Documentária.	47
Quadro 5 - Regra da Representatividade: amostra e autores.....	52
Quadro 6 - Categorias.....	55
Quadro 7 - Resumo das opções metodológicas.....	58
Quadro 8 - Temas e Pesquisadores (GRUPO TEMMA).....	124
Quadro 9 - Linha Europeia: denominação para as Linguagens Documentárias.	131
Quadro 10 - Linha Brasileira: denominação das Linguagens Documentárias.....	132
Quadro 11 - Semiótica.....	223
Quadro 12 – Semiologia.....	223
Quadro 13 - Linguística Estrutural: Glossemática.	223
Quadro 14 - Teoria da Comunicação.....	224
Quadro 15 - Semiologia: Mito.....	224
Quadro 16 - Semântica Estrutural.....	224
Quadro 17 - Percurso da Significação: níveis textual e discursivo.....	230
Quadro 18 - Etapas de atuação da Linguística Documentária.	233

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	DOCUMENTAÇÃO	60
2.1	DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO	62
2.2	A DOCUMENTAÇÃO NA ESPANHA	88
3	LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA	103
3.1	A CONCEPÇÃO ESPANHOLA.....	109
3.2	A LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA NO BRASIL	120
3.3	ANÁLISE DOCUMENTÁRIA E LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA	126
3.4	LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA E LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA....	130
3.5	LINGUÍSTICA: A BASE TEÓRICA DA LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA	149
3.6	LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA: CENÁRIO DE APLICABILIDADE	154
4	SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA	162
4.1	MARCO ACADÊMICO.....	164
4.2	O PROJETO: DA LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA PARA A SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA	168
4.3	LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA POR IZQUIERDO ARROYO.....	185
5	A SIGNIFICAÇÃO: UMA QUESTÃO PARA A LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA E SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA.....	191
5.1	PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO.....	194
5.2	A SIGNIFICAÇÃO: A MEDIAÇÃO DA LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA.....	224
5.3	SIGNO DOCUMENTAL: APLICABILIDADE NO TRATAMENTO DOCUMENTAL.....	235
5.4	LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO	256
5.5	LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA: APLICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO	261
5.6	ANÁLISE DO DOMÍNIO E O DELINEAMENTO DO CONCEITO	279
5.7	A LINGUAGEM COMO RECURSO MATERIAL PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	288
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	297

REFERÊNCIAS.....	306
-------------------------	------------

1 INTRODUÇÃO

A linguagem é elemento fundamental para o desenvolvimento humano, principalmente ao que se refere às condições de desenvolvimento do conhecimento, pois é, através da linguagem, que o ser humano é capaz de representar o mundo ao seu redor, conseqüentemente, é capaz de organizar o conhecimento produzido pela humanidade ao longo dos séculos.

A linguagem proporciona à humanidade habilidades de compreensão, análise, interpretação, informação, sistematização, classificação, catalogação, associação, produção, síntese, organização, representação, significação, comunicação, interação, além de viabilizar a imaginação, construir universos que não são reais, atualizar o pensamento com referências que nem sempre estão próximas aos interlocutores.

Ainda é capaz de significar o que não foi dito, de resgatar referências que não foram mencionadas, de proporcionar recursos que substituam outros referentes, entre tantas outras possibilidades inerentes à significação, à comunicação e à compreensão de símbolos que perfazem desde as rotinas das pessoas no dia a dia às grandes descobertas da humanidade.

A linguagem é revolucionária, já que se caracteriza por ser a mola propulsora na construção do conhecimento, seja individual, seja coletivo. A linguagem permanece em uma sociedade através das marcas da língua, concomitante às marcas da cultura, por conseguinte se estabelece através das marcas sociais. Uma sociedade configura a potencialidade linguística de seus falantes, assim como estes são responsáveis pela revitalização constante dos traços semânticos de uma língua.

Se aos olhos da Linguística Estrutural, mais precisamente a Semiologia, corrente teórica da Linguística, baseada nos conceitos de Ferdinand de Saussure (1916), em que prevê a língua como um sistema ou estrutura em que suas partes, ou seus elementos se dispõem relacionados a fim de estabelecer uma organização global, em que uma língua pouco varia, consoante a esse posicionamento pode-se entender que, por um lado, o sistema de uma língua não sofre grandes alterações no eixo sintagmático, plano que se direciona ao sintagma, à relação sintática dos termos da frase, também denominado de eixo horizontal.

Por outro, entretanto, são um pouco mais constantes as possibilidades de ressignificação no eixo paradigmático, plano que se direciona aos paradigmas

conceituais, à constituição da morfologia, também denominado de eixo vertical. Se as alterações morfológicas e fonéticas são poucas, não se pode dizer o mesmo das variações semânticas, inclusive interferindo em aspectos sintáticos, como por exemplo a concordância em “*Os velho pensamento estão em transformação*”. O exemplo é marcado por características estudadas pela Sociolinguística, ramo da Linguística que estuda as relações entre língua e sociedade, processo que efetiva o reconhecimento de variações nos estratos da língua na produção social, em que se reconhece as variedades de registro, configurando a compreensão de que alguns dos estudos linguísticos estão centrados na mensagem e não puramente na estrutura.

Diferentemente do posicionamento estruturalista, a linha da Linguística Funcional, outro ramo da Linguística, que compreende a linguagem como instrumento de interação social, portanto reconhece-a como produtora de significados mediante contextos, situações e discursos, nos quais se explora o efeito de sentido produzido no texto, assim analisando o impacto da semântica na configuração da mensagem, compreendendo que as palavras sofrem alterações de significados conforme os contextos em que são inseridas, desse modo havendo a valorização do ato comunicacional, portanto destacando a importância dos enunciados e as relações sociais, inerentes a uma cultura em que são funcionais para a significação, por conseguinte, para a compreensão.

Dessa forma, enfatiza-se que a linguagem não é fixa, imutável, congelada, estratificada como se fosse apenas uma unidade conceitual, muito pelo contrário, no tocante da significação, a linguagem é dinâmica, fluida, revitalizante, viva, capaz de manter um significado durante milênios e esvair uma interpretação sendo associada a cada nova descoberta, ou revelação.

A linguagem é constituída por signos. Signos substituem coisas, gerando significação para alguém. Signos são ideológicos, portanto a significação é recheada de pressupostos, implicaturas, acarretamentos, isotópicos, dêixis frames e índices, porque dialoga com outros textos e com outras ideologias.

Signos são pragmáticos, assim se efetivando como reveladores de vontades, desejos, comandos, marcados por posicionamentos ideológicos, mas também por atos inconscientes. Um texto, um documento é produzido sob a égide de vários fatores discursivos, cognitivos, psicológicos, políticos, sociais, históricos, culturais, que caracterizam os contextos e a intencionalidade discursiva, além da influência do hábito

mental, responsável por proporcionar mecanismos de atuação cognitiva diante das variáveis na construção de um texto.

A humanidade, ao longo da sua história, marcada por evoluções, inovações e descobertas, aperfeiçoou as habilidades linguísticas, assim aprimorando a comunicação, além de transformar a linguagem em aparato tecnológico fundamental para a produção de conhecimento. Dessa forma, a linguagem ganha outras dimensões, não ficando presa às necessidades básicas de comunicação.

Ao longo das fases históricas que registram os movimentos sociais, tecnológicos e culturais, a humanidade encontrou meios para registrar sua passagem pela Terra, aquilo que melhor evidencia isso é o documento.

A produção documental que, a priori, era muito mais uma iniciativa para legitimar pensamentos, como na Roma Antiga, por exemplo, e com o tempo passou a evidenciar os registros de atividades humanas em determinados lugares, por exemplo, artefatos que evidenciam costumes da Babilônia ou Egito Antigo (McNEELY; WOLVERTON, 2013), por exemplo, evidencia, de várias maneiras, a produção de conhecimento humano.

O tratamento documental, conjunto de procedimentos e operações técnicas que incluem a análise, avaliação, extração, classificação, descrição, representação e indexação de conceitos presentes em um documento revolucionou a forma das sociedades sistematizarem e organizarem o conhecimento, porém é a aplicação da linguagem que garante a análise, armazenamento, tratamento como leitura e representação, a partir da associação de termos e conceitos e, por fim, a recuperação das informações.

A linguagem enriqueceu as trocas informacionais ao longo dos séculos, efetivamente, devido ao conteúdo presentes em documentos, fazendo com que indivíduos de outras épocas pudessem compreender o que ancestrais realizaram. O interesse humano em coletar informação é antigo, remonta às bibliotecas de Alexandria, assim como a proteção dos documentos nos mosteiros na Idade Média e, é graças a essas coletâneas documentais, que se pode, atualmente, ter acesso a esses fluxos informacionais.

Importante destacar que nem todos os documentos são escritos, alguns são artefatos e é a linguagem, através de signos, através de técnicas de leitura, de análise, que estabelece mecanismos para interpretar e, assim, permitir catalogar, classificar, representar e organizar.

A linguagem é o grande instrumento humano para materializar as abstrações e significar, devido à correlação de signos, os documentos, transformando em mensagens seus conteúdos, constituindo uma massa informacional e, dessa forma, gerando conhecimento.

A linguagem é o grande modelador de pensamento. O pensamento dá forma às abstrações, pois estabelece sua relação com a realidade, as quais geram significados aos signos e os ressignificam em um processo de mediação simbólica. O signo organizado efetiva a informação. A informação, ressignificando a percepção dos indivíduos, constrói o conhecimento. O conhecimento, através de um processo metalinguístico, é representado pela linguagem.

Decorrente a isso, a humanidade passou a conviver com uma malha informacional, conjunto de atividades de produção de informação que se estabelece em rede, um complexo sistema em que as diversas informações estão a todo momento conectadas e se atualizando, que, muitas vezes, por problemas no acesso e interação se tornam inacessíveis ou incompreensíveis, seja pela quantidade de informações produzidas, fazendo com que se torne impossível um indivíduo ter acesso a toda essa malha informacional, seja pela qualidade desse material, já que muito desse fluxo informacional se perde na produção, devido à escassez de tempo para leitura, tratamento e recuperação em oposição à produção em alta escala, tendo em vista a qualidade do acesso, além da qualidade do repositório, ou arquivo disponível para o acesso do usuário.

A produção de informação proporcionada atualmente é um fenômeno sem precedentes, no entanto a sociedade tem apresentado dificuldades para se relacionar adequadamente com esse fluxo informacional, tendo em vista os conflitos de informações, referentes às suas fontes, ou mesmo pela dificuldade de recuperação.

Devido a esses fatores, estudar a linguagem é desenvolver e reconhecer meios a fim de compreender seus entraves, suas dinâmicas, suas possibilidades significativas, seu potencial comunicativo e as características que envolvem a produção de um texto ou de um documento, por isso a linguagem é de grande importância como objeto de estudo para a Ciência da Informação, campo científico de caráter interdisciplinar cujo objeto de estudo é a informação, devido a isso, o foco de suas pesquisas está atrelado ao objetivo de análise, coleta, classificação, manipulação, armazenamento, recuperação e disseminação do seu objeto: a informação.

Ademais, a linguagem é o mecanismo substancial que os seres humanos se utilizam para adquirir e produzir conhecimento. Conhecimento é poder (FOUCAULT, 1979, p. 79), assim ter domínio sobre a linguagem também configura poder, não se trata de poder hierárquico, mas sim de poder discursivo, de escolhas linguísticas e seleção de informação, poder de representatividade, dessa forma caracteriza-se pelo poder que define o modo como se modela o conhecimento.

Historicamente, essa relação de poder delimita organizações, domínios e processos, consoante Foucault (1979, p. 159), estabelece-se “um modelo implícito do poder: uma disseminação de micropoderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias”.

Dessa forma, pode-se entender que as relações sociais são permeadas por esse poder que emana da linguagem e dela se estabelece o discurso de controle com o poder de legitimar e institucionalizar os documentos e toda a produção de conhecimento.

Esse entendimento sobre as relações de poder corrobora demonstrar que as relações sociais são marcadas pela influência da linguagem, a qual estabelece limites e possibilidades de representação, sempre marcadas por discursos de poder, pelo fato de atuar como instrumento modelador das simbologias sociais.

Nesta perspectiva, é legítimo enfatizar que o discurso – a linguagem em ação, processo materializador da mensagem, através da elaboração de um gênero discursivo, o que se estabelece como fluxo social da informação e constituinte de posicionamentos ideológicos e históricos que estabelecem o produtor do enunciado como sujeito - é manipulação de vontades, assim a linguagem também se efetiva como instrumento de controle.

Ao estabelecer o controle do que pode ser dito, pois “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2006, p. 9), estabelece-se o modo como a sociedade vai modelar o conhecimento e, assim, evidenciar o que é validado como verdade.

Todavia, o conhecimento é motivação humana desde a antiguidade. No Ocidente, esse percurso se inicia com os gregos, com a denominada filosofia da *Physis*, reconhecida como os filósofos da natureza, na busca de compreender qual era a substância primordial (arché) que seria responsável pela origem de tudo que

existe no Universo (CORDÓN; MARTÍNEZ, 1995). Muitos séculos se passaram, e a filosofia proporcionou muitas gerações que discutiram o que era conhecimento, sua origem e como se produz.

Efetivamente, foi após os questionamentos do Heliocentrismo sobre as verdades universais da Escolástica que se percebeu a necessidade de se configurar métodos para caracterizar o conhecimento, ou seja, os posicionamentos discursivos da Escolástica romperam com as premissas da própria Escolástica, devido à inserção da lógica aristotélica na busca por respostas. Dessa forma, surgiram os métodos científicos de Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650), proporcionando um novo marco na configuração do conhecimento para a humanidade (CORDÓN; MARTÍNEZ, 1995).

Além disso, é mister destacar as contribuições de Kant (1724-1804) para a concepção de conhecimento, aplicando-se a Revolução Copernicana, que destaca a concepção *a priori* dos conceitos e a realização *a posteriori* do conhecimento e, assim, evidenciando o imperativo categórico (RUSSELL, 2015). Posteriormente, estabeleceram-se as diretrizes da corrente filosófica do Idealismo, desde a herança platônica, concentrada em obter o conceito a fim de explicar o objeto em sua natureza sensível a partir de sua relação imediata com sua versão perfeita no mundo inteligível, ou ainda a versão alemã, em que o Idealismo se configura pela razão, entendendo o conhecimento como dialético, todavia advento de uma realidade absoluta (REALE; ANTISERI, 2005).

Ainda há o Positivismo, sistema filosófico, criado no século XIX, por Auguste Comte, cujo objetivo é ordenar as ciências experimentais, considerando-as como modelo ou padrão do conhecimento humano, ao negar as premissas religiosas e metafísicas do conhecimento, destituiu a linguagem como instrumento mágico, ou personificador do conhecimento (REALE; ANTISERI, 2005).

No entanto, ao estabelecer o conhecimento à base do real, provado e constatado à base de experimentação, surge a necessidade de descrever os métodos e os resultados, como indicados pela Escola de Viena. Nesta perspectiva, se a linguagem perdeu sua função universal de engendrar o conhecimento somente pela nomeação e desejo de quem possuía o poder de a proferir; com o Positivismo, a linguagem se atualiza e revitaliza sua função: permanece nomeando o conhecimento, porém através de vocabulários específicos que identificam os avanços dos campos científicos (REALE; ANTISERI, 2005).

O conhecimento é reflexo de uma organização mental, aquisição de uma experiência colateral somada à uma experiência adquirida, também denominada de conhecimento de mundo. O conhecimento possui conexão com o pensamento; o pensamento é inerente à linguagem. Conforme as palavras de Louis Hjelmslev (2013, p. 1) “a linguagem é instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado”.

Além disso, o linguista aponta que “a linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento” (HJELMSLEV, 2013, p. 1). No tocante à importância da linguagem para a representação da realidade e à modelagem das concepções acerca das coisas do mundo é importante destacar que “a linguagem, como sistema de signos, devia fornecer a chave do sistema conceitual e a da natureza psíquica do homem” (HJELMSLEV, 2013, p. 2).

O conhecimento cognitivo, acumulado pela humanidade, ou ainda o conhecimento documentado, estruturado por uma rede terminológica que funciona como atestado de identidade de domínios culturais, sociais, históricos, políticos e científicos são marcados pela linguagem, pois esta articula a informação e representa o conhecimento.

Para a organização do conhecimento, há a aplicação de uma terminologia especializada para evidenciar o arcabouço científico e legitimar a linguagem científica, pois a interação entre integrantes da mesma cultura, da mesma comunidade discursiva, caracterizando a mesma esfera intelectual é responsável pela produção de novas perspectivas e pela ressignificação dos saberes.

Diante disso, o estudo da linguagem configura-se ser também de interesse da Organização do Conhecimento: “processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento. Esse processo tem por base a análise do conceito e de suas características para o estabelecimento da posição que cada conceito ocupa num determinado domínio” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 8).

Diante disso, os aspectos que discutem o conhecimento e sua relação com a linguagem são inerentes à filosofia, a qual, ao longo dos séculos, voltou-se para sua compreensão epistemológica, no entanto, ao direcionar para o âmbito da informação, mais especificadamente para a Ciência da Informação, é válido destacar a importância da Organização do Conhecimento para tratar desse fenômeno que, efetivamente,

significa o ponto de máxima complexidade da realização da humanidade. Dessa maneira, é preciso compreender que a Organização do Conhecimento se refere à gestão documental, como também à investigação científica de natureza humana e tecnológica a fim de tratar da informação documental para que esta seja organizada, representada, armazenada e recuperada.

Assim, pode-se entender que se trata também de uma disciplina que se dedica a estudos e desenvolvimento de técnicas e fundamentos de organização, construção, descrição, catalogação, ordenação, classificação, gestão, uso, evolução de sistemas de descrição comunicação para que se possa testemunhar, conservar, transmitir o conhecimento, configurar os atos da humanidade, explorar a informatividade do documento tratando de seu conteúdo, analisando os conceitos apresentados para que possam ser transformados em linguagem especializada, assim ajustando a informação em linguagem natural para a Linguagem Documentária, por conseguinte inovando e produzindo novos conhecimentos.

Nessa perspectiva, Smiraglia (2012, p. 225, tradução nossa) define que a Organização do Conhecimento “é o domínio em que a organização do conhecimento é o principal paradigma da investigação científica, cuja aplicação básica e o desenvolvimento de sistemas”.

O autor ainda reforça a ideia sobre a atuação entrelaçada dos temas que viabiliza os estudos e procedimentos atendendo às preocupações sobre a existência de “um discurso bastante sólido entre as teorias”, alinhado aos “sistemas de organização de conhecimento”. Sendo assim, efetivando a importância desses produtos para se obter resultados eficazes, assim as classificações, taxonomias, ontologias e tesouros são “regras para descobrir a organização natural do conhecimento e para estabelecer uma sequência útil no conhecimento descoberto” (SMIRAGLIA, 2012, p. 225, tradução nossa).

Já para Barité (2015, p. 120, tradução nossa), a Organização do Conhecimento estuda “as leis, os princípios e os procedimentos pelos quais se estruturam o conhecimento especializado em qualquer disciplina, com a finalidade de representar tematicamente e recuperar a informação contida em documentos de qualquer natureza”, além disso, o autor ainda enfatiza a necessidade de que a recuperação da informação além de ser eficiente, deva apresentar respostas rápidas “às necessidades do usuário” (BARITÉ, 2015, p. 120, tradução nossa).

Somado a isso, também é importante ressaltar que devido à sua natureza interdisciplinar, destacando a Informática, a Ciência da Informação, assim como a Terminologia e a Linguística, sendo este o ponto central do interesse desta pesquisa, por isso a Organização do Conhecimento é vista como “disciplina científica e social, de caráter aplicado, pois tem como objetivo otimizar a circulação do conhecimento na sociedade” (BARITÉ, 2015, p. 120, tradução nossa).

Dessa forma, define-se como objeto de estudo da Organização do Conhecimento o “conhecimento socializado e registrado”, além de proporcionar “o desenvolvimento teórico-prático para a construção, a gestão, o uso e a evolução de sistemas de organização do conhecimento”, somado a função de “teoria e prática dos processos de classificação e indexação”, ainda é necessário destacar a função de “análise temática da informação em geral, considerando aspectos semânticos, cognitivos formais e informáticos” (BARITÉ, 2015, p. 120, tradução nossa).

Efetivamente, a disciplina Organização do Conhecimento tem seu início com as propostas de Ingetraut Dahlberg ao fundar a “Sociedade Internacional para a Organização do Conhecimento” (ISKO), em 22 de julho de 1989. A autora relata que escolheu esse nome porque “o bibliotecário americano Henry Evelyn Bliss usou o termo composto Organização do Conhecimento em seus livros publicados em 1929 e 1933, isto é, a Organização do Conhecimento e Sistemas de Ciências e Organização do Conhecimento em bibliotecas” (DAHLBERG, 2006, p. 11, tradução nossa). A autora ainda reforça a importância da escolha do termo para que pudesse ser utilizada em âmbito internacional, já que:

Conceito de "organização", no entanto, em sua aceitação em alemão tem uma gama mais ampla do que apenas "ordem" ou seja, "construção planejada", "estrutura", "formação" (Wahrig 1975), embora isso não se aplique para alguns outros idiomas em que "organização" é usada apenas para coletividades como associações ou sindicatos, para que, nesses casos, "organização" só possa estar relacionada a pessoas, não a objetos. Portanto, dificuldades foram encontradas ao traduzir do texto completo o nome da ISKO para esses idiomas (DAHLBERG, 2006, p. 11, tradução nossa).

Foi assim que Classificação Internacional, publicada de 1974 a 1992 passou para Organização do Conhecimento em 1993, pois compreendia:

Os objetos e atividades de teoria conceitual, classificação e indexação e representação do conhecimento, em que há representação do conhecimento, não entendemos apenas a estrutura lógica da representação conceitual, mas também todas as questões de nomear conceitos pelos termos adequados (DAHLBERG, 2006, p. 11, tradução nossa).

Ainda sobre definições e aplicabilidade da Organização do Conhecimento, é necessário também destacar as definições apresentadas por Birger Hjørland. O autor dedicou diversas publicações para tratar das definições da disciplina, assim ele indica que Organização do Conhecimento para a comunidade da Biblioteconomia e Ciência da Informação “significa especialmente a organização das informações em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, registros de texto completo e a Internet” (HJORLAND, 2003, p. 87, tradução nossa).

Ainda sobre a complexidade para definição do conceito, aponta que o conhecimento está organizado na “divisão social do trabalho”, em que se manifestam as disciplinas, como exemplo: “as instituições sociais”, como as universidades; as “línguas e sistemas simbólicos”, este é o ponto que dialoga com os objetivos desta pesquisa; “sistemas e teorias conceituais”; e “Literaturas e gêneros” (HJORLAND, 2003, p. 87, tradução nossa).

Além disso, o autor ainda menciona que “os principais autores da Ciência da Informação são os produtores de conhecimento, usuários e intermediários”, pois “é a interação deles com registros bibliográficos” que acabam evidenciando certos pontos de vista, conhecimentos prévios, entendimento sobre o alcance dos conceitos, portanto o sucesso dessa interação depende de “entendimentos pré-estabelecidos, conceitos, linguagens”, já que “se aplica não apenas à combinação dos conceitos, mas especialmente pela capacidade de oferecer suporte às tarefas dos usuários. Sendo assim, para o autor, as teorias da Organização do Conhecimento devem centralizar seus esforços em “conceitos, critérios para a inclusão de categorias, significado, indexação, relações semânticas, assuntos e pontos do acesso do sujeito” (HJORLAND, 2003, p. 88, tradução nossa).

Nessa perspectiva, pode-se entender que a Organização do Conhecimento “trata de atividades como descrição do documento, indexação e classificação em bibliotecas, base de dados bibliográficas, arquivos e outros tipos de instituição de memória”, por isso é fundamental sua relação com a teoria do conceito, assim como a aplicação de sistemas de organização do conhecimento para representar, armazenar, indexar e recuperar as informações, já que a Organização do Conhecimento diz respeito “à natureza e qualidade desses processos de organização do conhecimento, bem como os sistemas de organização do conhecimento para organizar documentos, representações de documentos, trabalhos e conceitos” (HJORLAND, 2008, p. 86, tradução nossa).

Alinhado a essa definição sobre a Organização do Conhecimento, pode-se reconhecer a relação do “pensamento com o real” estabelecida sob três circunstâncias: “a excelência do conhecer não passa pelo representar. O solo do conhecimento é ontológico”, característica absoluta, em que se “legitima toda vinculação predicativa, na ordem do juízo”; “conhecer é representar, e o mundo só é enquanto é representado. O solo do conhecimento é a consciência” (GONZÁLEZ DE GOMES, 1993, não paginado).

Uma leitura alinhada às considerações metafísicas e idealizadas, por um lado, na tentativa de evidenciar o conhecimento pelo percurso filosófico da experiência, por outro, essa experiência precisa ser explicada por vieses materiais; “o representado, produto do conhecimento em sua investidura semiótica, manifesta-se como autônomo, independente do sujeito e do objeto do conhecimento”. Nessa perspectiva, “o solo do conhecimento é a linguagem, sistema de significados ou matéria sinalética” (GONZÁLEZ DE GOMES, 1993, não paginado). A abordagem lógico-linguística é responsável pela mediação entre pensamento, realidade e comunicação; a linguagem é o meio para estabelecer o percurso gerador de significação tanto na realização da metalinguagem descritiva, quanto no resultado de semioses.

Ainda em se tratando das funções pertinentes à Organização da Conhecimento, reforça-se a função primordial que é organizar e representar e o processo de criar sistemas para essa realização. Diante disso, é válido destacar a importância da linguagem para o desenvolvimento e o desempenho dessas atividades, assim como aponta Mai (1999, p. 547, tradução nossa) “qualquer teoria da organização e representação do conhecimento deve incluir explicitamente teorias da linguagem e/ou significado. Qualquer teoria da organização do conhecimento deve envolver ainda considerações a respeito da base epistemológica”.

O autor ainda destaca procedimentos que envolvem a prática das atividades que direcionam o tratamento do conhecimento, visto que a “organização do conhecimento não pode ser epistemologicamente neutra. Acadêmicos e profissionais da área da organização e representação do conhecimento baseiam seus trabalhos práticos e discussões em uma tradição epistemológica” (MAI, 1999, p. 547, tradução nossa), tal procedimento concentra a ideia de “um universo de conhecimento” em “esquemas de classificação perfeita, definida e correta” (MAI, 1999, p. 547, tradução nossa), a qual reflete no processo de representação do conhecimento, o que pode gerar o problema de a organização do conhecimento não representar as coisas como

elas realmente são, mas serem representadas em nome de um estruturalismo, funcionalismo e utilitarismo, no entanto na prática, no diálogo com as necessidades pós-modernas, pode não corresponder às necessidades das sociedades e grupos sociais, culturais e científicos.

A linguagem é objeto de estudo de diversas áreas como a Linguística, a Semiótica, a Terminologia, a Lexicologia e Lexicografia, as Ciências Cognitivas, as Ciências Sociais, Filosofia, Ciência da Computação, entre outras, por isso o diálogo interdisciplinar entre essas áreas é importante para o desenvolvimento das pesquisas em Organização do Conhecimento, pois a representação da informação e do conhecimento ocorre através da tradução metalinguística de linguagem natural para a linguagem especializada.

A linguagem não deve ser entendida apenas como material linguístico de estrato social, instrumentalizada pela capacidade cognitiva dos humanos em compreendê-la. A linguagem está além, nas linhas de programação, seja por sintaxe, seja por semântica, há o fundamento da linguagem para direcionar a representação da realidade, dessa forma, seja para inteligência humana, em níveis de informação, profícuo ao desenvolvimento do conhecimento e assim sua representação e organização, seja para inteligência artificial, em que os dados se organizam em outros estágios de signos.

Desse modo, é importante pensar teorias que estudam a linguagem como a Semântica Estrutural, campo científico que dialoga com a Linguística Estrutural, no qual consiste um método de análise em busca da decomposição das unidades mínimas de significado: os semas. É válido destacar os avanços da semântica funcional, atreladas à Pragmática, entendida aqui como ramo da linguística cujo objeto de estudo são os mecanismos de interação entre locutor e interlocutor, em que se evidencia a influência do contexto e do uso para a significação.

Esses mecanismos linguísticos podem ser correlacionados à Análise do Discurso, campo que trata da prática linguística atrelada à comunicação, sob a qual efetuam-se análises da estrutura textual e da mensagem veiculada a fim de compreender a construção ideológica e os aspectos de intencionalidade presentes no texto, podendo corroborar a avaliação do material linguístico presente na configuração do documento, pois este é fundamentado por ideologias, intencionalidades, situacionalidades, focalização, além de dialogar constantemente com pressupostos, implicaturas, acarretamentos, isotópicos, dêixis, frames e índices, ou seja, há a efetiva

interferência da enunciação nos processos corriqueiros e também os estratégicos da mediação na representação do conhecimento.

A fim de dar seguimento às propostas desta pesquisa, propõem-se algumas hipóteses, neste trabalho, para discutir o papel da linguagem na Organização da Informação e do Conhecimento:

- a) os estudos sobre a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária estão vinculados aos estudos sobre a linguagem presente no campo da Organização do Conhecimento;
- b) os estudos sobre a Linguagem¹ Documentária² são restritos à análise de uma linguagem especializada, visto que “as linguagens documentais como meios de expressão criados por e para o controle dos documentos e mais concretamente de seus conteúdos, e como pontes que possibilitam a comunicação entre os homens, intermediários e sistemas de documentação acumulada” (GARCIA GUTIÉRREZ, 1984, p. 135, tradução nossa), concomitantemente, os estudos acerca da Linguística³ Documentária são restritos a fornecerem suportes linguísticos para a atuação da Linguagem Documentária. Sendo assim, essa atuação limita a concepção sobre a atuação da Linguística Documentária e esta não oferece muito mais ferramentas que a Terminologia já disponibiliza.
- c) a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária oferecerem teorias e conceitos para compreender e viabilizar a significação de qualquer tipo de documento, assim como em qualquer tipo de texto, comunicação ou produção informacional de qualquer natureza e que seja objeto de estudo da Ciência da Informação. O adjetivo

¹ Linguagem Documentária é tratada pelos autores e pesquisadores de escolas francesas e espanholas, que entendem a sua importância para sistematizar a aplicação de orientações para a realização da análise documental, já que oferece mecanismos para estabilizar a terminologia aplicada a uma área científica. Objeto de pesquisa de estudiosos franceses como Gardin, Coyaud.

² Optou-se por usar o adjetivo DOCUMENTÁRIA neste trabalho devido às traduções para a Língua Portuguesa, todavia é fundamental evidenciar que há registros de DOCUMENTAL realizados pela comunidade científica. Importante salientar que o termo DOCUMENTÁRIA remonta registros franceses, principalmente na linha de trabalho de Gardin, Coyaud, já o termo DOCUMENTAL aparece nas pesquisas realizadas na Espanha, nos trabalhos de García Gutiérrez, Izquierdo Arroyo. López Yepes, Moreiro González.

³ Linguística Documentária é uma disciplina da Ciência da Informação. Objeto de pesquisa de estudiosos espanhóis como García Gutiérrez, Izquierdo Arroyo e López Yepes a fim de desenvolver mecanismos de tratamento do documento; no Brasil, Linguística Documentária foi estudada pelo grupo de pesquisa Temma, da Universidade de São Paulo (USP), destacando os trabalhos de Lara, Tálamo.

Documentária caracteriza uma linguística ou uma semiótica aplicada a qualquer produção documental, não se restringindo aos estudos de natureza da Organização do Conhecimento;

- d) Defende-se que a Semiótica Documentária exerce duas funções: a primeira, concentrada na significação a fim de estabilizar o melhor estágio do signo para recuperar o conceito; a segunda, diz respeito à efetuação da semiose documental, direcionada à prática de representação, como aponta Izquierdo Arroyo (1990).

Essas hipóteses se efetuem diante de alguns pressupostos que circundam o problema de pesquisa como a ideia de que a Linguística deve ser entendida como a base da Linguística Documentária, por conseguinte a Semiótica deve ser a base da Semiótica Documentária, fator que subentende que essas disciplinas atreladas à Organização do Conhecimento devam atuar e gerar estudos sempre retomando suas bases interdisciplinares nessas outras áreas do conhecimento. Dessa forma, Linguística Documentária e Semiótica Documentária podem oferecer recursos para aprimorar o trabalho da Terminologia, Linguagem Documentária e Análise Documentária.

Diante dessa explanação, é necessário reconhecer que a Linguística e a Semiótica não atuam em um campo circunscripto na Organização do Conhecimento. Ademais, o constante uso da linguagem nos estudos realizados pela Ciência da Informação são primordiais para fundamentar as premissas da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária, assim caracterizando essas áreas por uma atuação que perpassa às preocupações e necessidades das atividades relacionadas à representação e à organização do conhecimento, mas sim sendo aplicada a toda e qualquer análise que se atente à formatação da informação.

Desse modo, a Linguística Documentária pode exercer atividades que efetuem o tratamento do documento, explorando sua natureza como texto, seja verbal, seja não-verbal, assim podendo oferecer conhecimentos e expedientes com a intenção de aprimorar as técnicas de leitura, as marcações das âncoras argumentativas que são responsáveis pela configuração de um todo significativo. O documento, sendo visto como um texto (verbal ou não-verbal), dialoga com outros textos, contextos, enunciações e elementos pragmáticos. A extração de termos de um texto original não deve ser realizada apenas por reconhecimento da terminologia especializada de um domínio, tendo em vista que a dinâmica da significação é ampla.

Além dessa nova atuação, a Linguística Documentária também pode atuar nos procedimentos de leitura e interpretação dialogando com a Linguística Textual, ramo da Linguística, cujo objetivo de estudo é a análise das operações linguísticas e cognitivas atuantes na produção, construção, interpretação do texto, já que seu plano de atuação dialoga com os mecanismos da Análise do Discurso, assim, reconhecendo os fundamentos ideológicos e de representatividade, assim como a intencionalidade presente no texto.

Outrossim, a Linguística Documentária ainda pode dialogar com a Terminologia para estabelecer a acepção do termo por características morfológicas aplicadas por fatores históricos, semânticos, circunstanciados pela derivação ou composição morfológica, ampliando, assim, a resolução de um campo semântico e um campo argumentativo mais efetivo.

Por sua vez, a Semiótica tem muito a oferecer, desde a análise da prática do indexador, alinhada ao hábito mental, já que esse profissional possui conhecimentos e disposição para a prática de sua função. Além disso, a análise de fatores extralinguísticos que conferem a existência do conceito, sendo assim recuperando nas categorias fenomenológicas da Semiótica, que consistem em aparecer à mente referente a algo real ou não, já que os fenômenos são elementares e universais e se evidenciam ao ser humano através da resistência, do conflito mental, que são provedores da experiência.

Ademais, as categorias fenomenológicas oferecem expedientes que fundamentem sua concepção do signo escolhido. Outrossim, a tríade do signo é recurso importante para questionar qual estágio da semiose será escolhida para atuar como termo e como essa semiose recupera determinado conceito, estando este aplicado a um determinado contexto, ou seja, a configuração sígnica de um conceito com seu termo aplicados a um domínio específico.

Sendo assim, observa-se a configuração da problemática que envolve a complexidade do tratamento do documento, principalmente sobre aquilo que tange à Linguagem Documentária aplicada na condução dos trabalhos de análise, extração, representação e indexação.

Dessa forma, diante das questões de pesquisa, é válido destacar como a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária assumem papel fundamental na mediação informacional como teorias que tratam e estudam a linguagem. Neste caso, foram elaboradas as seguintes questões que orientaram a pesquisa:

- I. Quais teorias da linguagem apresentam fundamentos teóricos para contribuir com a Linguística Documentária no exercício do papel de mediação informacional e com a Semiótica Documentária no tratamento documental, envolvendo a aplicação da Linguagem Documentária?
- II. Qual a relação da Semiótica Documentária com os conceitos de significado, semiose, hábito da semiótica de Charles Peirce?
- III. De que forma a semiose documental pode contribuir para a normalização do signo? Diante disso, como estabelecer rotinas e práticas para a atualização do hábito mental?
- IV. Como se configura a atuação da Linguística Estrutural na sistematização da Linguística Documentária e de que forma a Linguística Funcionalista pode colaborar em inovações para essa disciplina da Organização do Conhecimento?

Frente a essas questões, o desenvolvimento dessa pesquisa se justifica diante da discussão acerca do processo epistemológico para os avanços da atuação da Linguística Documentária e Semiótica Documentária sobre as contribuições para a Organização do Conhecimento e, assim, garantir, de modo efetivo, parâmetros linguísticos que levem em consideração não apenas aspectos terminológicos de um domínio, mas que este seja reflexo de discursos, enunciação, representatividade, ideologias, intencionalidades, enunciados que garantam uma representação ética e democrática.

Por conseguinte, a elaboração do presente trabalho é válida diante da grande necessidade da ciência de ter seus conhecimentos organizados e sistematizados para usos dinâmicos, assim como se torna fundamental a recuperação das informações produzidas nos diversos documentos que permeiam as áreas de atuação e atualização dos saberes. É principalmente neste cenário que a linguagem promove grandes contribuições.

Nessa perspectiva, para a Organização do Conhecimento, a linguagem documentária possui um relevante valor de atuação, já que sua aplicabilidade consiste no tratamento da informação, ou seja, a construção de mecanismo, práticas e dinâmicas para legitimar os termos especializados para a representação e organização do conhecimento produzido por um domínio.

É diante desses fatores que o objetivo geral da pesquisa se caracteriza por investigar a influência das teorias da linguagem: Semiologia, Linguística Estrutural, Semântica, Comunicação; na Linguística Funcional, Análise do Discurso, Teoria da Enunciação e Linguística Textual e Semiótica na configuração da Linguística Documentária e Semiótica Documentária. Por conseguinte, como estas oferecerem fundamentos teóricos e práticos para a atuação da Linguagem Documentária, tanto para a extração das informações presentes no documento, portanto também é objetivo desse estudo a relação da linguagem com a Documentação e com a Análise Documentária, assim como a representação dessa informação na produção de um documento secundário, além da configuração terminológica adequada para a indexação a fim de garantir que esse conhecimento seja recuperado posteriormente.

Sendo assim, delineiam-se objetivos específicos a fim de complementar a investigação e desenvolvimento deste trabalho:

- a) analisar a influência das teorias estruturalistas da linguagem na configuração da Linguística Documentária;
- b) analisar a evolução teórica da Linguística Documentária e identificar os principais conceitos referentes à Linguagem Documentária;
- c) refletir sobre propostas de inovação da Linguística Documentária referente ao tratamento documental;
- d) analisar as contribuições da Semiótica Documentária relativamente à semiose documental;
- e) examinar procedimentos e conceitos semióticos que explicam o tratamento documental.

Consoante a isso, é importante contextualizar a base teórica que servirá de referência nas construções da análise epistemológica que permeia a temática trabalhada nesta pesquisa. Diante disso, inicia-se destacando a produção de Paul Otlet (1868-1944) e Henri La Fontaine (1854-1943) no tocante à Documentação, já que esta é fundamental para contextualizar o cenário em que se motivou a elaboração da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária na Espanha. Dessa forma, garantindo transformações significativas na concepção de tratamento de documentos. Os esforços de Otlet possibilitaram “feição institucional a novas formas de organização e disseminação do conhecimento” (OTLET, 2018, p. xiii). Otlet revolucionou a maneira de compreender o documento, visto que defendia que “o conhecimento achava-se

engastado em documentos que o objetificavam e lhe davam uma espécie de *status público*” (OTLET, 2018, p. xiii).

Nessa perspectiva, entende-se que a materialidade informacional é um instrumento para constituir o documento. Neste procedimento, reconhece-se a importância da linguagem para concretizar tal fenômeno, pois, para Otlet, “os documentos consistiam não apenas em palavras escritas ou impressas. Objetos, figuras, ilustrações, partituras musicais – qualquer coisa que tivesse valor probatório, que documentasse algo, era um documento” (OTLET, 2018, p. xiii-xix).

Diante disso, é importante destacar que esses documentos de caráter não-verbal exigem a interação com profissionais, atuando à base ética e à base de procedimentos metodológicos, para estabelecer a compreensão. Dessa maneira, é cabal a atuação da Análise Documentária, no entanto a tradução da linguagem natural para a linguagem especializada exige procedimentos linguísticos e semióticos, pois não se trata de uma simples tradução de um documento em termos, mas sim uma interpretação do discurso de um documento constituído por enunciado dinamizado, em linguagem natural, que requer, em linguagem documental, ser recuperado por um conjunto terminológico. Torna-se fundamental, portanto, a atuação da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária a fim de orientar as práticas de análise, assim como as práticas de registro, possibilitando uma atuação interdisciplinar entre a Linguística, Semiótica e as disciplinas da Organização do Conhecimento.

Ademais, quando se trata da relação entre Documentação e linguagem é mister destacar o trabalho de Suzzane Briet (1894-1989), *Qu'est-ce que la documentation?*, editado em 1951. Nessa obra, Briet afirma que documento é “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova”. Assim, a autora alega que tal definição “tem sido discutida por linguistas e filósofos, ciosos que são de minúcia e lógica”, pois “graças à análise do seu conteúdo, pode-se propor uma definição, a mais adequada atualmente”, ou seja, Briet está evidenciando que o documento é um instrumento simbólico e, como tal, é um produto de significação, o qual pode ser produzido por linguagem verbal ou não-verbal, no entanto sua compreensão possui caráter semiótico, já que, para Briet, a definição mais adequada é que o documento se caracteriza por ser “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 2016, p.1).

A relação da linguagem com a representação do conhecimento presente nos documentos efetua-se também pelas práticas de produção de documentos secundários capazes de recuperar as informações presentes nos documentos primários, neste processo há a aplicação dos pressupostos da metalinguística documental e da semiose documental.

Em relação à evolução histórica acerca das preocupações referentes ao tratamento documental e a representação do conhecimento presente neste material, Moreiro González (1993, p. 41) indica que o interesse por processadores de palavras surgiu por volta dos anos sessenta. Ademais, o pesquisador espanhol também destaca que vários pesquisadores da época propuseram “transformar o conhecimento humano mediante à indexação”, esse procedimento caracteriza a importância da linguagem, portanto da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária, pois, como afirma o autor “desde então, a semântica documental e a intervenção dos computadores no processo informativo se estabeleceram como as características mais definidoras para entender o que seja a Ciência da Informação”. Outrossim, o pesquisador espanhol ainda aponta que é preciso “abordar os problemas de recuperação da informação a partir dos indexadores coordenados pelos termos extraídos da linguagem natural” (MOREIRO GONZÁLEZ, 1993, p. 41, tradução nossa).

Sendo assim, pode-se afirmar que a Linguística Documentária, como proposto inicialmente por García Gutiérrez (1984) e aprofundada nas discussões acerca da formatação em disciplina por Izquierdo Arroyo (1990), possui um papel importante como instrumento de mediação entre a linguagem natural e a linguagem documentária, pois, se por um lado, a linguagem natural apresenta problemas na recuperação devido à sua ausência de univocidade e precisão semântica; por outro, a linguagem documentária não pode atuar simplesmente de modo arbitrário, é preciso que esta dialogue com as marcas discursivas presentes no documento para, dessa forma, garantir aspectos inerentes à representatividade presentes nos domínios de conhecimento.

No tocante da importância de estudos direcionados à Linguística Documentária e à Semiótica Documentária, assim como suas contrapartes teóricas: Linguística e Semiótica, vale destacar as considerações de Lara (2008, não paginado):

A Linguística Documentária preocupa-se com os problemas decorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação, buscando pesquisar soluções que diminuam a distância entre os estoques e o uso da informação a partir dos estudos das estruturas simbólicas da documentação, das questões linguísticas de mediação entre produtores e consumidores da informação e da ligação entre os processos documentários e a construção e verbalização da informação.

Ademais, a autora ainda destaca que para a Linguística Documentária, “o conceito de informação se realiza em processo, ou seja, é uma construção”, dessa forma sua atuação não deve ficar restrita a uma atividade documentária que vise apenas “as características dos documentos”, mas sim que se deva “privilegiar sua função informativa”. Sob esse aspecto, é válido ressaltar a importância da Linguística para engendrar as atividades da Linguística Documentária na busca de reconhecer as aplicabilidades da informatividade, que para Lara (2008, não paginado): “apresenta forte relacionamento com a função pragmática da informação, não se podendo afirmar de antemão como se realiza a informação nas situações concretas de uso”.

Tal fenômeno, portanto, não pode ser tratado como algo pré-estabelecido por uma unidade de representação mínima, cristalizada, mas que o processo de informatividade presente nos documentos sejam marcas discursivas, portanto ideológicas, históricas, políticas, sociais, culturais. Diante desses mecanismos, é necessário enfatizar a importância de uma análise linguística, semântica e semiótica para definir os elementos que compõem a linguagem documentária, ou seja, a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária devem ser aplicadas para garantir a atualização dos discursos científicos internalizados nos domínios.

Ainda sobre a importância funcional da Linguística Documentária, Tálamo e Lara (2006, p. 205) apontam a necessidade de estudos imbricados à representação da informação, já que há o encontro das “linguagens de processamento e produção da informação fundadas em hipóteses sobre o modo de organização de objetos integrados a conjuntos para fins de circulação do conteúdo informacional”. Dessa forma, compreende-se que a complexidade da Linguística Documentária abrange os estudos sobre informação, em todas as suas esferas e abordagens, pois o tratamento documental produz uma gama gigante de fluxo informacional, os quais apresentam estágios diferenciados de informatividade e valores sógnicos e semânticos.

Dessa forma, como apresentam Tálamo e Lara (2006, p. 204), a Linguística Documentária deve estar encarregada “dos estudos das estruturas simbólicas da documentação e das questões linguísticas advindas da mediação necessária entre os

produtores e os consumidores da informação”. O papel da linguagem nos estudos da Ciência da Informação é primordial, já que se não for elemento central para a produção da informação, obtém-se um papel circunspecto no processo de avaliação e interpretação.

Sendo assim, estudos sobre a Linguística Documentária chegam ao Brasil e tornam-se objeto de estudo do Grupo TEMMA, estabelecido no ECA/USP-SP, derivada dos apontamentos de Jean-Claude Gardin (1973) sobre a importância de estudos que verificassem o papel da linguagem na Ciência da Informação. Ademais, é Garcia Gutiérrez (1984) quem vai propor o termo Linguística Documental, já que, pelas regras da morfologia de línguas ibéricas, o adjetivo derivado de substantivos terminados em sufixos *-mento*, devem ser derivados com o sufixo *-al*, assim ter-se-ia documento derivado para *documental*. No entanto, a forte ligação com os estudos franceses, o termo, no Brasil, estabeleceu-se sob influência de galicismo, constituindo-se, portanto *documentária*.

Para Lara e Tálamo (2007, não paginado), “no interior da Ciência da Informação, a Linguística Documentária constitui um campo de estudos que se propõe a observar os problemas que caracterizam a linguagem documentária como uma forma específica de linguagem inscrita no universo da linguagem geral”. Outrossim, as autoras ainda complementam: “buscam-se então, para isso, os fundamentos nas ciências da linguagem mobilizando conhecimento da linguística, da terminologia, da semântica, da gramática aplicada à gestão da informação” (TÁLAMO; LARA, 2006, não paginado). Dessa forma, fica evidente que a Linguística Documentária deve atuar em linhas interdisciplinares com a Análise do Discurso, Pragmática, Análise de Conteúdo, Filosofia, Ciências Sociais, Ciências Cognitivas e Semiótica.

Ainda sobre a importância da Linguística Documentária para a Ciência da Informação, García Gutiérrez (1984, p. 138, tradução nossa) afirma que “por serem os documentos objeto de análises e recuperação, pontos de tratamento documental que modelam a criação das linguagens, pode-se afirmar que a Linguística documental precede e sucede a linguagem documental”. O autor ainda aponta que é “uma teoria de previsão, confirmação e evolução”, já que possibilita “a criação, a elaboração e a consolidação” das marcas linguísticas no documento, assim “permitindo reajustes e mudanças” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 138-139, tradução nossa).

Diante disso, pode-se estabelecer que a Linguística Documentária é uma disciplina, como tal é capaz de estudar procedimentos, práticas e dinâmicas

produtivas para efetuar ajustes, por conseguinte interação, interpretação e tratamento das representações e fluxos informacionais nas produções em linguagem natural, linguagem especializada e linguagem artificial. Além disso, é capaz também de proporcionar produtos linguísticos e práticas de interpretação e associação sintática, semântica e discursiva para garantir a interoperabilidade entre os tipos de linguagem e sistemas.

Concomitante à atuação da Linguística Documentária, em se tratando da preocupação com a atuação da linguagem no âmbito da Organização do Conhecimento, é necessário justificar a aplicação da Semiótica Documentária no desenvolvimento desta pesquisa, pois essa disciplina foi pensada e desenvolvida na Espanha, nos estudos e trabalhos de Izquierdo Arroyo (1990).

Entende-se que a Semiótica Documentária é um estágio de evolução da Linguística Documentária proposta por García Gutiérrez (1984), em que o espanhol propunha o desenvolvimento de uma disciplina que oferecesse mecanismos e práticas para estabelecer a Análise Documentária, pois a Espanha se encontrava dedicada às preocupações com a Documentação, o que indicava respostas para estabelecer a Documentação como área da ciência, bem como prática de tratamento dos documentos por profissionais da área da Biblioteconomia.

A Semiótica Documentária está centrada no signo como objeto de estudo, a fim de compreender os processos que envolvem a semiose, devido a isso, sua aplicação está alinhada à Lógica e à linguagem, por isso, Izquierdo Arroyo, ao pensar essa disciplina, aproximou-a dos trabalhos de Charles Sanders Peirce (1867) e Charles W. Morris (1938). Dessa forma, estudos e pesquisas acerca da temática também foram produzidas no Brasil. Do mesmo modo como houve na Espanha, os estudos brasileiros alinham a Semiótica e a Linguística ao desenvolvimento de mecanismos a fim de estabelecer tratamentos efetivos à significação, por conseguinte avaliar a formação dos conceitos e, principalmente, como organizar o conhecimento e representá-lo através de termos especializados, assim podendo extrair do documentos o máximo de informatividade.

No Brasil, esses estudos acerca da adequação, aplicação, desenvolvimento e funcionalidade da Linguística Documentária foram encabeçados pelo grupo TEMMA ECA/USP-SP, destacando a professora Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara.

Dessa maneira, entende-se haver uma base teórica capaz de evidenciar e explicar a importância de se refletir sobre o cenário da Documentação, visto que o

tratamento do documento repercutiu a necessidade de estudos acerca da linguagem, assim como refletir sobre os avanços teóricos referentes à Linguística Documentária e Semiótica Documentária, pois estão alinhados ao propósito desta pesquisa.

No tocante da apresentação da base teórica, entende-se fundamental explorar a linguagem, objeto de estudo da Linguística e da Semiótica, pois possui uma dinâmica complexa, já que o cerne de seu estudo teórico perpassa a constituição da informação, da informatividade, da configuração da mensagem, da significação e da produtividade semântica devido à sua interação com diferentes contextos e domínios, por isso retomar essa base teórica é fundamental para as discussões fomentadas pela pesquisa, já que se caracterizam como a espinha dorsal do objeto de estudo.

É importante destacar que a pluralidade de atuação da linguagem consiste no seu elemento básico e primeiro: o signo. O signo é objeto de estudo da Linguística Estrutural, Linguística Funcional e Semiótica. Para compreender a contribuição das áreas do conhecimento científico para a formatação da Linguística Documentária e Semiótica Documentária é preciso apresentar, portanto, elementos introdutórios das teorias linguística que dialogam com a evolução do estudo sobre a Linguística Documentária no Brasil:

Primeiramente, destaca-se a Semiologia (SAUSURRE, 2006; HJELMSLEV, 2013; JAKOBSON, 2011; BARTHES, 1971, 2009; GREIMAS, 1973, 2014, 2016), por conseguinte seus aspectos semióticos (HJELMSLEV, 2013; JAKOBSON, 2011; BARTHES, 1971, 2009; GREIMAS, 1973, 2014, 2016); a semântica nos apontamentos de Barthes e Greimas; a Semiótica (PEIRCE, 2017) a fim de oferecer um painel epistemológico das teorias da Linguística e da Semiótica, que servem de apoio à Linguística Documentária e Semiótica Documentária no processo de representação do conhecimento e da informação, tendo em vista a dimensão da importância do estudo sobre a linguagem para a representação da realidade, assim como para compreender suas atribuições comunicativas e o processo informacional de produção de significação.

Ademais, relacionar os estudos dessas teorias ao desenvolvimento da pesquisa é fundamental para compreender como o signo é constituído e estruturado e, principalmente, como se estabelece a significação. Compreender essas teorias já trabalhadas na concepção da Linguística Documentária corrobora a evolução da disciplina no tocante da evolução da própria Linguística, inserindo em seu escopo o estudo da significação que explore a enunciação, o discurso e a pragmática.

Destarte entende-se ser fundamental o diálogo entre as áreas dos conhecimentos para poder alinhar propostas de compreensão acerca da problemática: interação, representação e significação. Dessa forma, atuarem juntas, oferecendo teorias norteadoras para fundamentação da Linguística Documentária e Semiótica Documentária a fim de estabelecer parâmetros sólidos nos estudos de representação e organização do conhecimento.

A fim de questionar os elementos que envolvem o processo de representação da realidade, pretende-se analisar as contribuições da Semiologia, debatendo as propostas de F. Saussure (1916) e o impacto das suas dicotomias, destacando sua compreensão sobre signo linguístico, sua visão diádica, na proposição: significado e significante, assim como o linguista entende a língua como sistema e arbitrária (NÖTH, 1996). Ainda na perspectiva Estruturalista, as contribuições de L. Hjelmslev e como o dinamarquês discute a necessidade de uma semiótica, já apresentando indícios de que o sistema linguístico requer compreensões sobre a mecanicidade da interpretação, visto que há variações de significação (NÖTH, 1996).

Ainda sob uma perspectiva diádica, mas com o enfoque na comunicação, R. Jakobson propõe uma teoria para compreender as relações entre código e mensagem. Nesse ponto, há o questionamento sobre as particularidades de semelhança e diferenças entre signo (na visão linguística) e código (NÖTH, 1996). Aproveitando esse avanço no entendimento das teorias linguísticas, R. Barthes, seguindo o modelo saussureano, entende a língua como um sistema capaz de produzir mitos e modas. Ademais, o linguista explora fatores da comunicação para explicar os efeitos da significação (NÖTH, 1996). Por fim, em uma transição para a semântica estrutural, por conseguinte para a semiótica, A. J. Greimas desenvolve um trabalho complexo, focado nas relações de significado entre as palavras, além de dedicar estudos aplicando essas relações para estruturar teorias para analisar narrativas (NÖTH, 1996).

Já sob outra perspectiva, apresentando propostas acerca do signo, definindo-o como um elemento triádico: a Semiótica. A semiótica peirceana propõe várias ferramentas teóricas para que se possa debater com cuidado o processo de representação. As categorias fenomenológicas que distinguem as etapas de constituição de um signo, averiguando os processos de semiose, ou seja, não se trata de um signo pronto, mas um signo em processo de compreensão, ou melhor um signo de semiose *ad infinitum*. Essas categorias são classificadas em Primeiridade,

Secundidade e Terceiridade, diante das quais se imana um signo – não mais linguístico, pois este pode ser de qualquer natureza, que será compreendido nas tricotomias peirceanas e a configuração de suas classes; para esta teoria o signo está no lugar de outro objeto (NÖTH, 1996; ECO, 2005; SILVEIRA, 2007; SANTAELLA, 2008; IBRI, 2015).

Portanto, para Peirce, o signo é triádico, constituído por um *representamen*, um objeto e um interpretante. Da conexão entre eles, emana uma semiose. A semiose é a natureza do signo. (MORRIS, 1976; NÖTH, 1996; ECO, 2005; SILVEIRA, 2007; SANTAELLA, 2008; IBRI, 2015). Alguns pontos merecem destaque para a discussão proposta por este trabalho. A relação entre a semiose e a significação, concomitantemente, a relação entre interpretante e a interação, visto que aquele é intrínseco a experiência colateral e aos fatores extralinguísticos.

Seguindo a linha peirceana, C. Morris também entende que o signo é triádico. Para Morris, o signo era composto por veículo sígnico, *designatum* e interpretante (NÖTH, 1996). Dessa forma, entende-se importante discutir a relação do *designatum* com a significação, já que seu objetivo é entender se algo está para alguém, que seria o seu *designata*, bem como a relação do interpretante com os significados produzidos pela interação.

Por fim, U. Eco propõe uma teoria semiótica com o propósito de unir os aspectos teóricos da semiologia com a semiótica, dessa forma, o teórico acredita que a semiótica deva ter como objeto de pesquisa os fatores culturais como processo de comunicação (NÖTH, 1996, p. 169). Assim, essa teoria oferece alguns entendimentos sobre a relação cultura e código, propondo elementos teóricos que possam contribuir para o entendimento da significação e qual é o papel da comunicação para isso.

Diante disso, devido às contribuições dessas teorias para a estruturação da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária, é válido o debate e o questionamento de como ocorrem as representações e quais são os aspectos inerentes ao atributo da significação e, principalmente, como esses conceitos são levados à Organização do Conhecimento para o tratamento dos documentos e representação do conhecimento.

Na Organização do Conhecimento, não se deve restringir aos estudos acerca da Linguagem Documentária, para isso os estudos da Terminologia são bem promissores; a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária podem contribuir para a análise e tratamento, assim também para a Indexação, por

consequente catalogação, classificação para a análise do documento, assim a extração e representação das informações, para a Documentação, como demonstrado pelos pesquisadores espanhóis.

Essas disciplinas ainda podem contribuir muito para a mediação de informação e oferecer mecanismos de avaliação e interpretação do fluxo informacional e pontuar as estratégias, verificando os aspectos culturais e organizacionais, pois promove análise sobre intencionalidades, historicidade, ideologias, situacionalidades, assim como enunciados e respectivamente suas enunciações, já que nem toda informação está registrada através da escrita nos documentos.

Em continuidade à apresentação dos elementos de pesquisa, a metodologia aplicada possui natureza qualitativa, devido aos objetivos aplicados ao caráter epistemológico, já que visa à análise de teorias do campo da linguagem, a fim de explicar as relações dessas áreas com a Ciência da Informação, mais especificadamente para a Organização da Informação e do Conhecimento.

Além disso, a pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, visto que pretende investigar as teorias da linguagem: Linguística Estrutural, Linguística Funcional e Semiótica, como as teorias da área da Ciência da Informação, especificadamente do campo da Organização do Conhecimento, a fim de propiciar análise das diversas maneiras que essas áreas e suas teorias se convergem de modo interdisciplinar. Logo, seu caráter exploratório a fim de evidenciar os argumentos que corroboram a Organização da Informação e do Conhecimento e para Documentação.

Optou-se por uma pesquisa qualitativa, devido às necessidades intrínsecas ao percurso metodológico de “ressaltar as significações que estão contidas nos atos e práticas” (CHIZZOTTI, 2018, não paginado), ou seja, devido ao caráter argumentativo, por sua vez, evidenciar proposições de cada área a fim de estabelecer, através do raciocínio dedutivo, a relação entre as suas partes e, assim, compreender seus fenômenos, sendo estes fundamentados no objeto de estudo.

A aplicação da pesquisa exploratória ocorre devido a levantamento de “informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2016, p. 132), assim evidenciando sua natureza descritiva e explicativa, já que visa a “registrar e analisar os fenômenos estudados, [...] registrar suas causas, [...] através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos” (SEVERINO, 2016, p. 132).

Neste caso, trata-se da linguagem, sua esfera teórica, quanto às áreas que a definem como seu objeto de estudo, bem como seu impacto nos campos correlacionados.

Diante da exigência da pesquisa, entende-se que o enquadramento dos documentos consultados em domínios e categorias é fundamental para legitimar os objetivos apresentados, entre eles o posicionamento discursivo de seus principais teóricos, assim a revisão bibliográfica possui um caráter preliminar a fim de nortear a seleção do material, bem como sua contribuição acerca da base teórica das áreas científicas referidas, seu esclarecimento sobre os temas e os conceitos aplicados e, por fim, seu posicionamento discursivo diante das contribuições, inovações e limites dos campos estudados.

Dessa forma, o percurso metodológico está centrado na “crítica do valor interno do conteúdo”, pois as análises são destinadas a apreciar as obras consultadas a fim de explorar os valores construídos e, a partir destes, estabelecer a análise crítica, assim como classificações e interpretações (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 49), sobre a qual os argumentos são construídos à base do raciocínio dedutivo para evidenciar a presença das teorias da linguagem em relação interdisciplinar com as teorias que pertencem ao campo da Organização e Representação do Conhecimento, especificando a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária.

Devido a isso, compreende-se ser fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, a utilização de dois métodos diferentes para atender a complexidade da abordagem. Sendo assim, faz-se uso da Análise de Domínio para evidenciar o campo discursivo das teorias tanto da Linguística e Semiótica, como também da Organização do Conhecimento. Posteriormente, a aplicação da Análise do Conteúdo a fim de reconhecer e compreender os posicionamentos discursivo-científico de cada área, inter-relacionados, para, de fato, estabelecer as categorias, demonstrar o percurso argumentativo a partir da elaboração de inferências acerca da convergência das áreas e como esses fenômenos podem contribuir para o avanço da Organização do Conhecimento.

Sendo assim, entende-se ser válido definir a importância da Análise de Domínio para o desenvolvimento desta pesquisa. A Análise de Domínio se caracteriza por ser “um conjunto de técnicas para identificar uma base de conhecimento especificada” (SMIRAGLIA, 2015, p. 602, tradução nossa) e consiste na necessidade de marcar os campos discursivos, assim como sua comunidade e, principalmente, seus conceitos, evidenciados por sua terminologia, visto como aponta Smiraglia (2015, não paginado,

tradução nossa) a “análise do domínio da realidade, ou o estudo das bases de conhecimento de contextos específicos e definíveis, tornou-se um paradigma central dentro da comunidade de organização do conhecimento”, assim, para circundar as aplicações teóricas de cada área, é preciso evidenciar e tratar de seus paradigmas.

Por sua vez, Hjørland indica que a Análise de Domínio deva ser vista como um método, já que consiste em:

explorar a literatura em um domínio; classificar de acordo com seu funcionamento ou funções específicas na busca de informações, desenvolvendo uma taxonomia ou tipologia de variedade de documentos; descrever as características dos trabalhos de referências individuais; seleção de fontes mais importantes e fornecer diretrizes sobre como usar as fontes de informação. (HJORLAND, 2002, p. 424, tradução nossa).

Somado a isso, ainda é possível compreender que a Análise de Domínio promove o desenvolvimento de critérios importantes para revisar o trabalho de pesquisa, permitindo que este seja mais intensivo, principalmente quando se propõe a relacionar domínios, sendo assim garantindo “produção de classificações especiais; estudos de documentos e gêneros; estudos epistemológicos e críticos e estudos de estruturas e instituições na comunicação científica (HJORLAND, 2002, p. 424, tradução nossa).

Dessa forma, atendendo às necessidades desta pesquisa, já que é necessário a priori definir as bases da Linguística e da Semiótica para analisar e refletir sobre os seus impactos nas disciplinas da Organização do Conhecimento, assim caracterizando o cruzamento interdisciplinar entre áreas que estudam a linguagem.

Em concordância a esse pensamento, ganha-se importância a explanação das teorias aplicadas para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que Smiraglia (2015, não paginado, tradução livre) aponta que “ciência é descobrir a multiplicidade de pontos de vista e buscar técnicas para construí-las ou cruzá-las”, a Análise de Domínio oferece ferramentas para sistematizar o enquadramento dessas teorias e, assim oferecer a perspectiva técnica de como relacioná-las.

Sendo assim, o papel da Análise de Domínio está atrelado à demarcação teórica da Linguística e da Semiótica como teorias que estudam a linguagem, pertencentes a campos distintos da Organização do Conhecimento. É importante evidenciar a constituição dos campos a fim de compreender a fundamentação da Linguística, que por sua vez não deva ser confundida com a Linguística Documentária,

do mesmo modo que, ao analisar a fundamentação da Semiótica, esta não seja confundida com a Semiótica Documentária.

A construção do argumento que investiga o conhecimento acerca das teorias que possuem a linguagem como objeto de estudo ocorre a partir da interação entre as teorias, por conseguinte observando como as relações estabelecem uma inovação, ao passo que evidencia fragilidades no paradigma, ou seja, percebe-se que os campos da Linguística e da Semiótica oferecem elementos para atualizar os conceitos tratados pela Linguística Documentária e pela Semiótica Documentária, no campo da Organização do Conhecimento.

Diante disso, ratifica a ideia sobre a construção do conhecimento, que ocorre “a partir da interação de unidades de conhecimento que são os conceitos, articulados em determinado domínio, assim reflete o conhecimento de uma determinada comunidade discursiva” (THELLEFSEN; THELLEFSEN, 2004, tradução nossa).

Por fim, sob a perspectiva de Hjørland (2002, p. 450-451) para o entendimento funcional da Análise de Domínio, por conseguinte a sistematização metodológica a ser aplicada nesta pesquisa, entende-se que das 11 abordagens apresentadas pelo autor para o estudo do domínio, duas corroboram o desenvolvimento do trabalho. Pode-se verificar, no desenvolvimento desta pesquisa, portanto, a presença das seguintes abordagens:

Abordagem 6. Estudos históricos organizam tradições, paradigmas, documentos e formas de expressão e suas influências mútuas (HJORLAND, 2002, p. 451, tradução nossa). A fim de garantir a legitimidade dos discursos envolvidos, assim como a representatividade teórica frente à comunidade discursiva, é necessário explorar as teorias clássicas para entender sua evolução no cenário científico e assim compreender as inter-relações.

Abordagem 8. Estudos epistemológicos e críticos organizam o conhecimento de um domínio em "paradigmas" de acordo com suas premissas básicas sobre conhecimento e realidade (HJORLAND, 2002, p. 451, tradução nossa). O estudo epistemológico é fundamental, devido à necessidade de explorar as fundamentações teóricas das teorias da linguagem: Linguística e Semiótica para desenvolver análises e reflexões acerca de suas contribuições para a dissolução da problemática apresentada pela área da Organização do Conhecimento.

Sob o propósito de sistematização metodológica, destaca-se que as abordagens indicadas neste trabalho funcionam de modo interdisciplinar, assim como

aponta o autor: “deve tornar o campo mais coerente com sua própria história e fornecer um estoque de conhecimento mais profundo e mais satisfatório. Pode também proporcionar um melhor contato interdisciplinar” (HJORLAND, 2002, p. 451, tradução nossa).

Portanto, entende-se que a Análise de Domínio legitima a ação científica no que tange a coleta de dados, consulta aos documentos e indicação de sua função interna nos domínios pertencentes, assim como a sistematização de seus paradigmas para compreender a correlação das áreas.

Para complementar essa abordagem metodológica, nas demais etapas, fez-se uso da Análise de Conteúdo, pois este método oferece ferramentas para a categorização, assim como a possibilidade de produzir inferências a fim de analisar os conteúdos definidos pelos domínios e, assim, confrontar os discursos para compreender o processo interdisciplinar entre as áreas para a contribuição na inovação de paradigmas da Linguística Documentária.

Assim, a Análise de Conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos [...] sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2016, p. 15). Somado a isso, é possível também definir que a Análise de Conteúdo “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, seguido do fato de que “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos” (BARDIN, 2016, p. 32), ou seja, caracteriza-se por um método eficiente, que atente às necessidades desta pesquisa, pois é inerente à técnica de investigação, assim como a descrição sistematizada e objetiva dos discursos.

Para o desenvolvimento do percurso metodológico, entende-se ser necessário elencar as áreas, os campos e os conceitos envolvidos a fim de estabelecer as propriedades de cada elemento proposto neste trabalho. Dessa maneira, organizaram-se as teorias da seguinte forma:

Quadro 1 - Linguística: campos e principais conceitos.

CAMPO	PRINCIPAIS CONCEITOS	PRINCIPAIS AUTORES
SEMILOGIA	Signo linguístico; convencionalidade; plano da expressão; plano do conteúdo; <i>langue</i> ; <i>parole</i> ; forma; substância; Glossemática; Metassemiótica	F. Saussure (2006); Fiorin (2007); L. Hjelmslev (1991; 2013); Mussalim; Bentes (2011)
SEMIÓTICA	Semiologia: Significado; significante; funtivos; semiótica conotativa; semiótica denotativa: metalinguagem	Barthes (1971; 2009); Greimas (1973; 2014; 2016); F. Saussure (2006); Fiorin (2007); Jakobson (2011) L. Hjelmslev (1991; 2013); Mussalim; Bentes (2011)
SEMÂNTICA	Lexema; sema; classema; semantema; semema; moda; mito; isotópico; significação	Barthes (1971; 2009); Greimas (1973; 2014; 2016) Hjelmslev (1991; 2013); Mussalim; Bentes (2011)
COMUNICAÇÃO	Funções da linguagem; código; mensagem; teoria da informação; cognição; afasia; similaridade; contiguidade	Jakobson (2004; 2011); Mussalim; Bentes (2011)
ANÁLISE DO DISCURSO	Ideologia; Historicidade; significação; enunciado; sujeito; pragmática	Pêcheux (1997; 2015); Maingueneau (1996, 2001; 2005, 2015); Bakhtin (2006; 2011; 2016); Foucault (2006); Ponzio (2007; 2011); Mussalim; Bentes (2011)

Continuação Quadro 1

TEORIA DA ENUNCIÇÃO	Actantes; enunciado; enunciação	Benveniste (1988, 1999); Fiorin (2001)
LINGUÍSTICA TEXTUAL	Coesão; Coerência; Conhecimento de mundo; esquema: princípio de parcimônia; princípio de economia; regra da recorrência, regra da continuidade temática; regra da linearidade temática; inferência; intencionalidade; focalização; estratégia de leitura; formulação de hipóteses, metacognição; grau de informatividade; princípio de relevância; debreante; homogeneidade; pertinência	Kleiman (2002); Koch; Travaglia (2011); Koch (2018)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quadro 2 - Semiótica: campos e principais conceitos.

CAMPO	PRINCIPAIS CONCEITOS	PRINCIPAIS AUTORES
FILOSOFIA	Cognição; categorias fenomenológicas: Primeiridade, Secundidade, Terceiridade; Pragmatismo; Hábito Mental	Blikstein (1985); Nöth (1996); De Wall (2007); Silveira (2007); Santaella (2008); Ibri (2015) Peirce (2017)
SEMIÓTICA	Signo; <i>Representamen</i> ; objeto imediato; objeto dinâmico; interpretante imediato; interpretante dinâmico;	Morris (1976); Blikstein (1985); Nöth (1996); Eco (2005); De Wall (2007); Silveira (2007); Santaella

Continuação Quadro 2

	interpretante final; tricotomia: qualissigno, sinsigno, legissigno; ícone; índice; símbolo; rema; dicissigno, argumento; semiose; semiose ilimitada; classe dos signos, hábito mental e pragmatismo	(2008); Ibrí (2015) Peirce (2017)
--	---	-----------------------------------

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quadro 3 - Linguística Documentária.

CAMPO	PRINCIPAIS CONCEITOS	PRINCIPAIS AUTORES
LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA	Terminologia; Lexicografia; polissemia; ambiguidade; homonímia; grupo nocional; signo documental; metalinguística documental	Tálamo (2006, 2007, 2009, 2011); Lara (1993, 2001, 2006, 2007, 2008, 2009); García Gutiérrez (1984, 1889, 1990, 2002); Izquierdo Arroyo (1990)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quadro 4 - Semiótica Documentária.

CAMPO	PRINCIPAIS CONCEITOS	PRINCIPAIS AUTORES
SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA	Semiose documental; Hábito mental; Pragmatismo	Izquierdo Arroyo (1990); Moura (2003, 2006, 2010, 2011, 2017); Almeida (2009, 2012, 2020)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Tendo em vista os quadros apresentados, os conceitos mencionados merecem destaque devido à relevância para o desenvolvimento dos trabalhos de cada pesquisador apresentado, perfazendo o conjunto terminológico das teorias

apresentadas por eles, ou reiterando os conceitos explorados por outros teóricos que exploram a temática. À vista dessa importância, esses conceitos também servem de norteadores do desenvolvimento da pesquisa, pois é a partir de sua explanação que se consolida os argumentos.

Sob essa perspectiva, ainda é notório destacar que os conceitos dos quadros 1 e 2 devem ser compreendidos como conceitos primários, portanto é chave para o desenvolvimento da proposta de pesquisa, sendo coletados *a priori*, já que estes são extraídos das áreas bases: Linguística e Semiótica. Dessa maneira, os conceitos dos quadros 3 e 4 são recorrências ou derivações dos conceitos primários em 1 e 2. A retomada desses conceitos nas disciplinas da Linguística Documentária e Semiótica Documentária evidencia o diálogo e a fundamentação de um campo para o outro. A evidência dos conceitos dos quadros 3 e 4 foi estabelecida *a posteriori*.

Os autores mencionados nos quadros 1 e 2 são fundamentais para o desenvolvimento da área mencionada, por conseguinte pelos seus avanços, portanto são referências teóricas que não podem ser deixadas de serem mencionadas em um trabalho que vise resgatar a fundamentação teórica. Já os autores mencionados nos quadros 3 e 4, por sua vez, são responsáveis pelo desenvolvimento e inovações das disciplinas mencionadas, além de serem responsáveis, quando não pioneiros no processo interdisciplinar, portanto referências para quem estuda e pesquisa sobre Linguística Documentária e Semiótica Documentária.

Frente a esse reconhecimento de conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, estabelece-se a análise das relações teóricas e, dessa maneira, promovem-se os argumentos que justifiquem os aspectos científicos aplicados, visto que, além de evidenciar as conquistas da Linguística Documentária, há a preocupação em identificar inovações para esta disciplina da Ciência da Informação.

Desse modo, na primeira etapa, utilizou-se da Análise de Domínio para estabelecer o panorama das áreas envolvidas e coletar os conceitos e seus autores; já nesta outra etapa, aplicou-se a Análise de Conteúdo, tendo em vista o objetivo de debater, refletir, questionar, compreender e interpretar os elementos comunicativos, responsáveis pela potencialidade da significação e, por conseguinte, de sua representação e como esse fenômeno é instituído em documentos.

Bardin (2016) diz que: “a interpretação dos dados coletados é a principal etapa de um projeto de pesquisa, e é justamente esse o papel da análise de conteúdo –

metodologia de grande importância para a ciência da comunicação”. Além disso, os aspectos metodológicos atendem às necessidades da pesquisa, já que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2016, p. 37).

Tendo esta pesquisa a linguagem como objeto de estudo, por conseguinte sua estrutura, fenômenos de significação, interpretação e a comunicação, entende-se que a Análise de Conteúdo oferece instrumentos para mensurar esses fenômenos da linguagem, assim como seus efeitos e impactos nos discursos, nas compreensões e na interação das necessidades apresentadas pela Ciência da Informação, mais especificadamente, pelo campo da Organização do Conhecimento.

Visto isso, as descrições do método indicam que “em muitos casos de análise [...] não se limita ao conteúdo, embora tome em consideração o continente” (BARDIN, 2016, p. 41). Dessa forma, o método contribui sistematicamente, através da categorização e inferência, para analisar o conteúdo, mas há também o dinamismo para estudar os campos envolvidos, seus paradigmas, seus discursos e posicionamentos, por isso é extremamente importante um método que corrobore a evidência desses aspectos, visto que o limite referente às indicações teóricas é tênue, assim entende-se que a análise de conteúdo é “uma técnica que consiste em apurar descrições de conteúdo muito aproximativas, subjetivas, para pôr em evidência com objetividade a natureza e as forças relativas dos estímulos a que o sujeito é submetido” (BARDIN, 2016, p. 41).

Destarte, a análise de conteúdo tem muito a contribuir no que tange ao desenvolvimento das inferências, as quais se realizam diante de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44). As inferências, portanto, promovem “conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores” (BARDIN, 2016, p. 44). Diante disso, percebe-se sua importância no percurso metodológico, posto que a inferência é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (BARDIN, 2016, p. 45).

Sendo o compromisso da pesquisa descrever as características das áreas abordadas e seus fundamentos teóricos e, somado a isso, relacionar as teorias a fim de evidenciar inovações para a base teórica da Linguística Documentária, a

construção desse argumento, organizado pelas interpretações de seus documentos e posicionamento em seus correspondentes domínios, ocorre à base de inferências, Entende-se, portanto, estar de acordo com os procedimentos apresentados pela autora:

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra. (BARDIN, 2016, p. 45).

Assim, para a análise de conteúdo, as condições de produção do texto são mais importantes do que o estudo da língua ou da linguagem, porém, nesta pesquisa, é preciso entender que há a aplicação do conceito de metalíngua – “um caso particular de metalinguagem: trata-se da língua que serve de ferramenta para sua própria descrição” (POLGUÈRE, 2018, p. 30).

Desse modo, deve-se estabelecer que “há duas práticas científicas intimamente ligadas à análise de conteúdo, quer pela identidade do objeto, quer pela proximidade metodológica: a linguística e as técnicas documentais” (BARDIN, 2016, p. 49), ou seja, a Análise de Conteúdo oferece, efetivamente, ferramentas para o desenvolvimento desta pesquisa, devido à sua natureza metodológica, seja pelas descrições, interpretações, inferências, seja pela constituição de categorias.

Para o desenvolvimento da análise, é preciso organizar os procedimentos. Bardin (2016, p. 125) indica que essa organização é estruturada por três fases: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Dessa forma, a autora indica que a pré-análise é “a fase de organização propriamente dita”, ou seja, responsável por investigar o material, procurar caminhos e compreender o processo, já que “corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2016, p. 125).

De acordo com Bardin (2016, p. 126), essa fase é constituída por algumas etapas, sendo a primeira denominada de leitura flutuante, já que é o momento de analisar os documentos em busca de projeções de aplicações técnicas. Assim, nessa etapa, buscou-se reconhecer as teorias, discussões e inovações envolvidas, isto é, promoveram-se consultas em materiais como *artigos, teses e dissertações, livros e*

capítulos de livros para compreender a dimensão da Linguística Documentária. Diante disso, iniciaram-se as hipóteses sobre os pontos de fragilidade e conflito e de que maneira as teorias de diversos campos da Linguística poderiam contribuir para promover inovações.

Nesta linha, percebeu-se a necessidade de expandir as leituras, por conseguinte expandir as hipóteses referentes à contribuição da Semiótica peirciana para a compreensão da significação e como esta poderia contribuir para a representação do conhecimento. Dessa maneira, o mesmo ocorreu acerca da Semiótica Documentária, levantando inicialmente as informações sobre seu desenvolvimento na Espanha e, posteriormente, sua aplicação no Brasil.

Como complemento aos aspectos que envolvem a linguagem na Organização do Conhecimento, ocorreram-se leituras acerca da Linguagem Documentária, envolvendo a natureza dos tesouros, a fundamentação dos conceitos, a representação dos documentos, a classificação e categorização do conhecimento, o mecanismo de elaboração de descritores e o entendimento dos domínios e das comunidades discursivas.

Na segunda etapa, optou-se pela regra da representatividade, já que a amostra, que representa a escolha dos documentos significa uma parte representativa do universo explorado, no caso o universo da Organização do Conhecimento (BARDIN, 2016, p. 127).

Dessa forma, há a consulta nos trabalhos desenvolvidos por autores que exploraram os itens de interesse desta pesquisa caracterizando o rol de documentos consultados, sistematizando a amostra aplicada ao desenvolvimento teórico como Teoria do Conceito, Documentação, Ciência da Informação, Linguística Documentária, Semiótica Documentária, Análise Documentária e Linguagem Documentária, visto que se entende serem esses os conceitos norteadores das discussões propostas. Dessa maneira, organizou-se assim:

Quadro 5 - Regra da Representatividade: amostra e autores

AMOSTRA APLICADA	PRINCIPAIS AUTORES
Teoria do Conceito	Dahlberg (1978a, 1978b); Hjørland (2007, 2008, 2009)
Ciência da Informação	Capurro (199, 2003)
Documentação	Otlet (2018); Briet (2016); Buckland (1991, 1997, 2014, 2015, 2017); Frohmam (1992, 1994, 2001, 2004, 2008, 2009); Meyriat (2016); Day (2016); Estivals (1981, 2010); López Yepes (1993, 1995)
Linguística Documentária	Tálamo (2006, 2007, 2009, 2011); Lara (1993, 2001, 2006, 2007, 2008, 2009); García Gutiérrez (1984, 1889, 1990, 2002); Izquierdo Arroyo (1990)
Semiótica Documentária	Izquierdo Arroyo (1990); Moura (2002, 2003, 2006, 2010, 2011, 2017); Almeida (2009, 2012, 2016, 2020)
Análise Documentária	Guimarães (2008, 2010, 2013, 2016); Fujita (1998, 2004, 2006, 2016);
Linguagem Documentária	Gardin (1967, 1973); Coyaud (1966); Chaumier (1974); Hutchins (1975); Cintra (1983, 1987, 1993, 1994); Cunha, (1987, 1990); Café (1989, 2000, 2018); Bräscher (1993, 2008, 2014, 2016, 2018); Moreira Gonzalez (1993, 2004); Kobashi (2001, 2003, 2006, 2007, 2011); Smit (2001, 2011); Moreira (2008, 2015, 2018, 2019).

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Ainda nesta etapa, optou-se pela regra da homogeneidade, visto que os documentos consultados obedecem a critérios precisos de escolha, atendendo aos conceitos pesquisados e tratados nas análises e reflexões, constituindo, dessa forma, o corpus, ou seja, estabelecendo quais documentos apresentam temas que dialogam, portanto, com a linguagem aplicada no tratamento do documento, especificando os interesses que destaquem a aplicabilidade da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária.

Por fim, devido ao critério proposto, aplicou-se a regra de pertinência, já que os documentos retidos estão adequados às fontes de informação e correspondem aos objetivos propostos ao critério de análise. Considera-se que as regras foram atendidas, pois houve um levantamento inicial a fim de reconhecer os trabalhos que exploram a Linguística Documentária, na sequência aqueles que tratam de Semiótica

Documentária. Nessa perspectiva, foram realizados levantamentos acerca da Linguagem Documentária e Análise Documentária, que motivaram as pesquisas sobre a teoria do conceito e Documentação para a construção do cenário de aplicação, por fim pesquisas sobre a Ciência da Informação e Organização do Conhecimento para efetuar os ajustes. Sendo assim, através da leitura flutuante estabeleceram-se as temáticas de aplicação e inter-relação para proceder a análise.

Na terceira etapa, formulação das hipóteses e dos objetivos, aplicaram-se os procedimentos de exploração, tendo em vista a formulação de hipóteses sobre as contribuições das teorias dos diversos campos da Linguística para a Linguística Documentária, tendo em vista que esta apresenta uma proposta centrada na Terminologia, enquanto aquela explora vários vetores que especulam as dinâmicas da linguagem, por conseguinte da significação, assim demonstrando caminhos para efetivar a representação adequada aos meandros da comunicação e da formulação dos discursos e enunciados. Esses procedimentos permitem “apreender as ligações entre as diferentes variáveis, funcionando segundo o processo dedutivo e facilitando a construção de novas hipóteses” (BARDIN, 2016, p. 129).

A sua contribuição para a pesquisa oferece perspectivas de entendimento acerca da operabilidade das teorias da Linguística no universo da Organização do Conhecimento, visto que os métodos exploratórios são “procedimentos experimentais capazes de apreender as ligações funcionais entre [...] plano vertical (nível de condições de produção, enquanto variáveis independentes) e o plano horizontal (nível dos textos analisados enquanto variáveis dependentes)” (BARDIN, 2016, p. 129).

Na quarta etapa, referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, realizou-se o apontamento dos conceitos a serem explorados no desenvolvimento argumentativo de cada área do conhecimento envolvida nos objetivos da pesquisa. Esses indicadores serão apresentados e desenvolvidos ao longo dos capítulos com a finalidade de evidenciar os conceitos explorados, da mesma forma como estes são norteadores da constituição das categorias, assim como elementos fundamentais para as correlações de inferência e a aplicação da interpretação em argumentos.

Na quinta e última etapa da primeira fase, preparação do material, como se trata de uma pesquisa qualitativa, cujo objetivo é o alinhamento dos discursos teóricos na busca da convergência entre as áreas de conhecimento, a organização do material ficou por conta do agrupamento de discursos e de temas por equivalência de atuação no cenário da Organização do Conhecimento, isto é, foram agrupados textos que

apontam as linhas de atuação da Linguística Documentária, por sua vez, como as teorias da Linguística já estão presentes neste cenário e, as quais não estão, como podem promover contribuições e inovações, assim como os fatores da teoria da Semiótica peirceana podem corroborar para a Semiótica Documentária. Nessa linha, houve a preocupação de também evidenciar como essas contribuições afetam a Linguagem Documentária e a Análise Documentária.

Feito isso, encaminha-se para a segunda fase: a exploração do material. Nesta fase, os procedimentos visam a codificar o material analisado, assim ocorre a transformação dos dados recortados em expressões que esclarecem as proposições através dos índices estabelecidos. Sendo assim, essas escolhas tendem estabelecer uma perspectiva qualitativa para a construção dos argumentos, dessa forma fomentando as estruturas categoriais.

A segunda fase estabeleceu-se em algumas unidades: a primeira, denominada de unidades de registro e de contexto, caracteriza-se pelo critério de recorte, de natureza semântica, por isso aplicou-se a unidade de análise temática, visto que o tema “é a unidade de significação que liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 2016, p. 135). Sendo assim, diante das preocupações linguísticas que tangem aos procedimentos de representação e organização do conhecimento, o tratamento temático sistematizado nas categorias é direcionado frente às problemáticas que evidenciam a Linguagem Documentária, da mesma forma se torna necessário explorar seus objetos e documentos. Posteriormente, ocorre a associação desses temas às ferramentas propostas pela Linguística Documentária, estando esta em consonância às teorias linguísticas. Como aponta Bardin (2016, p. 135): “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação”.

Já na unidade de contexto, segunda unidade, há a focalização na unidade de compreensão, assim codificar as unidades de registro. As mensagens que se originam correspondem às análises avaliativas e às análises de contingência. Diante disso, pode-se avaliar os limites e dimensões das categorias e, assim, compreender suas necessidades e, frente a isso, prescrever as possibilidades que essa relação interdisciplinar pode oferecer. Conforme diz Bardin (2016, p. 137): “quanto maior é a unidade de contexto mais as atitudes ou valores se afirmam numa análise avaliativa,

ou mais numerosas são as coocorrências numa análise de contingência. Destarte, destaca-se que essas avaliações serão realizadas ao longo dos capítulos.

Dessa forma, a análise qualitativa é fundamental para se estabelecer as inferências, devido à elaboração das deduções específicas a fim de promover inferências precisas e, dessa maneira, estabelecer as categorias. Dessa forma, “a análise qualitativa é o fato da inferência ser fundada na presença do índice” (BARDIN, 2016, p. 146), sendo assim, esses índices serão estruturados à guisa das categorias estabelecidas pelas relações entre as áreas de conhecimento, o direcionamento oferecido pelas teorias da linguagem utilizadas e pela aplicabilidade destas à Linguística Documentária e à Semiótica Documentária.

Tendo essas etapas justificadas, apresenta-se a categorização, “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos, as categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos” (BARDIN, 2016, p. 147).

Diante disso, estruturaram-se as categorias sob aspectos de inventário e classificação. As categorias foram definidas *a posteriori*, optou-se por distinguir em quatro categorias a fim de garantir a produtividade e pertinência que é inerente a cada item, portanto esse processo se evidencia nas reflexões estabelecidas no desenvolvimento dos capítulos.

Quadro 6 - Categorias.

A LINGUAGEM	B SIGNIFICAÇÃO	C INTERAÇÃO DOCUMENTAL	D ATIVIDADE DOCUMENTAL
<ul style="list-style-type: none"> • Representação da realidade • Comunicação • Natural • Especializada • Interação • Associação 	<ul style="list-style-type: none"> • Signo • Semiose • Expressão • Conteúdo • Semema • Isotopia • Interpretação • Enunciado • Enunciação • Discurso • Pragmática 	<ul style="list-style-type: none"> • Signo documental • Semiose documental • Análise documental • Tratamento documental • Metalinguística documental • Terminologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Classificação • Catalogação • Organização • Síntese • Representação da informação • Mediação • Indexação

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

As categorias atuam em inter-relação, já que se estruturam as reflexões acerca da aplicação da linguagem natural na análise do documento e da linguagem especializada na representação das informações que constituem esse documento. Assim, há a incidência da categoria A sobre a B, fator que identifica os aspectos inerentes à linguagem natural. O resultado atua em cooperação com a categoria C, visto que identifica a interação da linguagem natural presentes nos documentos e a atuação profissional para análise e tratamento das informações. Por fim, a categoria C incide sobre a categoria D, evidenciando o processo de representação da informação e do conhecimento através de uma linguagem especializada.

As inferências dessas relações também serão apresentadas na constituição dos capítulos, já que o objetivo central desta pesquisa é apresentar argumentos construídos frente aos diálogos elaborados a partir das relações interdisciplinares das áreas do conhecimento, para que evidenciasse um procedimento lógico para sistematizar a interdependência dos campos da Organização do Conhecimento, por conseguinte útil para a Ciência da Informação.

Destarte, entende-se que as teorias consultadas da Linguística ampliam as possibilidades de atuação da Linguística Documentária no que tange sua contribuição para a significação e, assim, oferecer mecanismos para fundamentar as escolhas terminológicas que se caracterizam por representar os conceitos, representantes discursivos de domínios e documentos. Na mesma medida, a Semiótica Documentária também contribui para essa sistematização, já que oferece mecanismos para investigar os objetos representados. Essa investigação, à base semiótica, caracteriza-se pelo método do pragmatismo e, dessa forma, o reconhecimento dos hábitos mentais envolvidos.

Sendo assim, entende-se que os resultados de significação apresentados pela Linguística Documentária e Semiótica Documentária são norteadores para promover parâmetros de atuação da Linguagem Documentária, sendo esta responsável por oferecer descritores eficientes para representar e organizar o conhecimento necessita de suporte técnico para validar a linguagem aplicada na representação dos documentos científicos.

É importante demonstrar que a construção da linguagem para representação do conhecimento não deve ser vista apenas em uma sequência de obrigações, pois a linguagem especializada possui uma relação de construção de significação com a Linguística Documentária e com a Semiótica Documentária, já que estas oferecem

ferramentas e parâmetros para validar os descritores definidos como os ideais para a representação. Pode-se compreender essa dinâmica como um movimento.

O outro movimento é a relação da Linguística Documentária com Linguagem Documentária e o processo de tratamento documental, visto que a análise do documento exige aplicações linguísticas para análise do conteúdo documental, assim promovendo a interpretação, o tratamento da informação, a identificação do signo documental frente à metalinguística documental, assim reconhecimento dos conceitos. É neste momento, portanto, que os dois movimentos se alinham, isto é, os parâmetros que fundamentam a Análise Documentária direcionam ao tratamento do texto para reconhecimento dos conceitos que representam o documento, na mesma medida, parâmetros linguísticos fundamentam a Linguagem Documentária na confirmação dos termos adequados para representar os conceitos presentes no documento.

Sendo assim, o percurso metodológico visa a avaliar a aplicação das categorias para identificar esses movimentos ao longo da argumentação, para tanto as inferências são responsáveis para constituir os paradigmas e suas relações teóricas com o objetivo apresentado.

Para tanto, o percurso metodológico será organizado em seis capítulos, na intenção de evidenciar a importância dos grupos teóricos, esquematizando os campos da Organização do Conhecimento, assim como as categorias que fundamentam a aplicabilidade, para qual as teorias da linguagem se mostram fundamentais para sistematizar a aplicabilidade desses campos na configuração da significação, organização e representação.

Dessa forma, apresenta-se um quadro que sistematize as opções metodológicas e, assim, contribua para compreender como foi planejado, por conseguinte como ocorreu seu desenvolvimento:

Quadro 7 - Resumo das opções metodológicas.

DELINEAMENTO GERAL DA PESQUISA	OPÇÕES METODOLÓGICAS
Enquadramento da pesquisa	Pesquisa Qualitativa
	Tipo Exploratório
	Revisão Bibliográfica
	Pesquisa Teórica
Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados	Etapas e Fichas
Universo e Amostra	Artigos, Anais, Livros e Teses/Dissertações
Técnica de Análise de Dados	Análise de Domínio; Análise de Conteúdo;
Linha Interpretativa	Epistemologia Crítica
Apresentação dos Resultados	Capítulos
	Conclusões

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Nessa perspectiva, o primeiro capítulo cumpre a função introdutória de apresentar a problemática em que este trabalho está inserido, assim como os objetivos de seu desenvolvimento. Ademais, apresenta vias hipotéticas para vislumbrar possibilidades acerca do tema. Concomitante, há um desenvolvimento da temática, além de trazer, de forma sucinta, parâmetros das teorias que serão abordadas para o desenvolvimento das inferências, reflexões e questionamentos factuais para a consolidação desta pesquisa, bem como o percurso metodológico que se cumprirá para a efetivação da proposta apresentada por este trabalho.

O segundo capítulo será marcado pela função de contextualizar o desenvolvimento da ciência Documentação e de que forma suas linhas de aplicação como ciência, também como métodos de tratamento documental estão alinhados à linguagem. Nessa perspectiva, a evolução do tratamento documental e sua relação como fatores de significação e de informatividade, do mesmo modo como seu desenvolvimento na Espanha proporcionou o surgimento da disciplina Linguística Documentária.

O terceiro capítulo tem o objetivo de discutir sobre a importância da Linguística Documentária bem como seus avanços, sua relação com as teorias desenvolvidas na França e Espanha, assim como seu desenvolvimento no Brasil.

No quarto capítulo, discute-se sobre as contribuições da Semiótica Documentária, seu desenvolvimento na Espanha e no Brasil. Neste capítulo, também se debate o impacto de suas categorias para a representação do conhecimento, na mesma medida que se pensa sobre sua interferência nas categorias da Linguagem Documentária e Análise Documentária.

No quinto capítulo, são realizadas investigações acerca das teorias da Linguística e da Semiótica, além de análises sobre como estas podem contribuir para os avanços do campo da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária, indo além da sua contribuição no que tange à Terminologia.

Por fim, o sexto capítulo traz as conclusões, os resultados e as comprovações das discussões propostas neste trabalho a fim de apontar as contribuições do diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento apresentadas para o desenvolvimento da proposta, por conseguinte a aplicação das teorias relacionadas à discussão. Dessa forma, apontando caminhos para estruturar a aplicação da Linguística e da Semiótica a fim de fundamentar os pontos de atuação da Linguagem Documentária e da Semiótica Documentária.

É nessa toante que dialoga com os dois movimentos propostos: os aspectos da significação, com a identificação do signo documental e sua representação, através da metalinguagem documental e da aplicação da semiótica documental, diante da aplicação da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária; os aspectos de representação, materialização e institucionalização do documento – produto da análise – com a Linguagem Documentária.

Portanto, a pesquisa explora alguns percursos metodológicos com a finalidade de evidenciar os paradigmas de cada área do conhecimento e, a partir disso, construir argumentos que validem a interdisciplinaridade entre eles.

2 DOCUMENTAÇÃO

Vários momentos da história da humanidade são marcados pela produção de conhecimento, especificadamente após as sondagens gregas sobre a substância primordial em Mileto, Samos, Éfeso, Eleia e Atenas (RUSSELL, 2015), fato que se construiu a partir de especulações, mas foram fundamentais para iniciar a evidência de inovações. Os seres humanos buscaram perpetuar seus pensamentos e suas invenções registrando em diversos tipos de materiais, assim como também foi através de registros que filosofias, famílias, tratados, leis, ideologias, instituições foram se formando e constituindo a humanidade, a sociedade, as eras, as evoluções, a ciência.

O documento possui papel fundamental na escrita da humanidade e, conseqüentemente, para que a humanidade pudesse se compreender e aprender com suas próprias inovações, ou com as inovações dos seus antepassados. Dessa forma, torna-se importante para este estudo analisar as fundamentações epistemológicas que viabilizam a constituição da ciência Documentação e elementos do seu aporte teórico a fim de compreender os procedimentos e as necessidades técnicas, históricas, políticas, culturais, sociais e discursivas que são fundamentais e necessárias para o entendimento do documento, não apenas como objeto, mas também como composto formador de informatividade, conseqüentemente, como é sua relação intrínseca com a linguagem, tanto para sua elaboração, quanto para sua representação e recuperação. Assim, evidencia-se a relação significativa na composição do objeto como documento (OTLET, 1934; BRIET, 1951; LÓPEZ YEPES, 1978, 1993, 1995; PINTO MOLINA, 1989, 1998, 2002; IZQUIERDO ARROYO, 1990).

O documento é objeto de estudo da ciência da Documentação, assim como da Biblioteconomia e Arquivologia. Diversas áreas do conhecimento dependem ou estão diretamente relacionadas com a história dos documentos, como a área jurídica, a Administração, a História, a Literatura etc.. As atividades profissionais, na atualidade, dependem dos fluxos informacionais presentes não somente em documentos históricos, mas também na produção contínua de documentação para validação das ações humanas.

Como objeto de estudo, o documento é discutido por algumas vertentes, as quais buscam definir sua classificação, função, conceitos, além de debater sobre as práticas, técnicas, métodos e modelos para direcionar seu tratamento. Nesta ordem, é necessário também analisar o impacto da linguagem na confecção do documento,

assim como sua interação com o usuário e as comunidades de estudo e as comunidades de interesse em seu conteúdo, bem como com a propagação de suas informações.

Nessa perspectiva, é necessário compreender o surgimento da Documentação⁴, visto que essa ciência contempla o documento como seu objeto de estudo. Dessa forma, reconhece-se que há a necessidade de representar a informação extraída dos documentos, para tanto é necessária a confecção de um documento secundário, portanto é objetivo desse capítulo investigar as relações de produção documental com a linguagem.

O procedimento de tratamento informacional foi previsto por P. Otlet (1934) e analisado por S. Briet (1951), assim os autores apresentam a necessidade e a importância da Documentação para a organização do material denominado como documento.

Acerca da Documentação, é sabido que Paul Otlet é um de seus fundadores. Sendo assim, como consolidação teórica e prática da documentação, Otlet propõe o Princípio Monográfico. As propostas estão constituídas em seu *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*, de 1934.

Dessa maneira, entende-se que o estudo sobre documento e Documentação neste trabalho atua, primordialmente, como contexto para compreender o surgimento da disciplina Linguística Documentária na Espanha. López Yepes (1978), ao analisar os estudos de Lasso de la Vega (1934), já destaca a importância da linguagem para o tratamento e análise documental. É bem verdade que essa conclusão já se realizara na França com Gardin (1966) e Coyaud (1966).

O estudo do documento é de interesse da Organização do Conhecimento e da Representação do Conhecimento, justamente porque essas áreas, filiadas à Ciência da Informação, têm como objetivo o tratamento das informações extraídas do documento a fim de organizá-la, isto é, aplicar fundamentos da análise documental, classificação, catalogação, armazenamento, representação à base de terminologia especializada e indexação. Neste estudo, optou-se por estabelecer referência à Ciência da Documentação, devido à base teórica, explorada nesta pesquisa, ser de

⁴ Será utilizado neste estudo o termo Documentação em letra inicial maiúscula para identificar o campo científico, cujo objetivo são as tratativas e tratamentos acerca do documento. Já quando o termo documentação for grafado com a inicial minúscula, deve-se entender o sentido geral de conjunto de objetos que atuem como documento.

natureza espanhola. É válido destacar que a Documentação também foi foco de estudo de P. Otlet, bem como ganhou importância nos Estados Unidos, Rússia e Alemanha.

O alinhamento às pesquisas espanholas, por conseguinte a escolha da Ciência da Documentação, justifica-se pelo fato de ser a referência para o desenvolvimento dos estudos da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária, disciplinas que são objetos de estudo desta pesquisa.

2.1 DOCUMENTO E DOCUMENTAÇÃO

O documento materializa discursos, enunciados, informações. Ademais, legitima as ações humanas, validando elementos abstratos a partir de fisicalizações em suportes capazes de transportar e transposicionar o conteúdo das mensagens.

Documento, do latim *documentum*, *documenti*, derivado de *docere* (documentação), título ou diploma que serve de prova; declaração escrita para servir de prova (CUNHA *et al*, 1986, p. 274). Em dicionário de biblioteconomia, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 132) definem documento às vistas de Otlet:

- 1.1. Suporte de informação. Para Otlet, documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, o filme, o disco e toda a parte documental que precede a emissão radiofônica;
- 1.2. Representação da realidade sob uma forma literária (escrito, texto), ou gráfica, ou plástica (ícone, imagem);
- 1.3. Qualquer base de conhecimento fixado materialmente, suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova;
- 1.4. Qualquer indicação concreta ou simbólica, conservada ou registrada com a finalidade de representar, reconstituir, provar um fenômeno físico ou intelectual;
- 1.5. Peça única de material escrito ou impresso que fornece evidência ou informação sobre qualquer assunto;

O mesmo dicionário, define documento após a década de 70 do século XX:

- 1.1. Registro gráfico de uma ideia ou de um fenômeno em palavras ou imagens;
- 1.2. Unidade que consiste em um suporte de dados registrados nesse suporte e o significado atribuído aos dados;
- 1.3. Objeto informacional, visível ou em que se pode tocar;
- 1.4. Qualquer tipo de registro, sejam quais forem os seus dados ou configurações, quer se encontre em papel, pergaminho ou filme, ou em qualquer outro material. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 132).

O documento, de fato, é elemento essencial para a Organização do Conhecimento, já que é a fonte da informação, assim como o veículo de acesso do usuário para que este possa explorar o conhecimento acumulado pela humanidade. Diante disso, há a necessidade de debater sobre a evolução epistemológica acerca do objeto de estudo: documento. Nessa linha, também é preciso entender como a ciência evolui e quais são os principais apontamentos acerca das funções primordiais de um documento. Sendo assim, entende-se ser importante partir das considerações de P. Otlet e S. Briet sobre o documento e das práticas para tratá-lo.

O documento é elemento fundamental para viabilizar discursos e transformá-los em aparatos históricos, visto que o registro é caracterizador de fatos, portanto é legitimador de enunciados, sejam estes inseridos em contextos complexos, nos quais há a disputa de validação, pois a modernidade permitiu uma vasta extensão de publicações, afetando, portanto, a confiabilidade, devido ao excesso; seja, por outro lado, pela escassez de conjuntos enunciativos, ou seja, documentos antigos não são abundantes, logo, neste cenário, qualquer vestígio que evidencie a presença do ser humano na constituição de significados atua como documento.

A informação é o conteúdo manifestado nos documentos, sendo estes de natureza científica, jornalística, literária, jurídica, histórica etc.. A informação é responsável pelo movimento intelectual que aproxima autores de textos/documentos e usuários. Essa informação veiculada é constituída a partir de signos, pois é carregada de significação, que, por sua vez, não é neutra, visto que é constituída a partir de ideologias, historicidade, intencionalidade e pragmática. Devido a isso, o documento pode ser entendido como material que transporta a informação, assim como o elemento que proporciona a informatividade.

O documento é objeto de estudo dos campos pertinentes à Ciência da Informação, destacando a Organização do Conhecimento, assim como também é de interesse de outras áreas. Como se trata de um produto humano, constituído de significações, seja como material transportador, visto que, nessa condição, já se estabelece como gênero textual, o qual carrega pressupostos discursivos que configuram sua função social, política, cultural, histórica e científica, porém, como aponta Buckland (1997), “o documento precisa informar algo”, isto é, o documento quando suporte informacional se caracteriza como documento ao provocar estímulos sógnicos em uma determinada comunidade. Um artefato deixa de ser um objeto e

passa a ter significação quando encontra uma comunidade que busca, através dele, indícios informacionais.

Outrossim, o documento deve ser entendido como instrumento capaz de materializar a informação, assim sendo material que atua como suporte, além de também ser compreendido como o conteúdo da comunicação, o aporte informacional (ORTEGA; SALDANHA, 2019).

Neste ponto, Meyriat (1981) entende que o “documento é produto de uma vontade”, ou seja, além de ser algo de conteúdo legitimado, por isso transmite algo a alguém, contudo apenas transmitirá a informação caso encontre resposta no receptor. Dessa forma, não basta existir o documento, este não cumprirá seu papel comunicacional, por conseguinte a ressignificação das informações, caso o receptor não a acessar.

O autor defende que “a informação permanece virtual”, dessa forma “o objeto ainda não é um documento” (MEYRIAT, 1981), ou seja, o documento veicula a informação quando acessado pelo usuário, todavia é este que, ao ressignificar as informações contidas, avança as marcas discursivas presentes no documento.

Diante disso, torna-se importante salientar que o usuário que manipula de alguma forma o documento, seja para proceder tratamentos de representação, organização, catalogação, seja usuário que recupera a informação para estudo e pesquisas, promove uma interação significativa com esse material, essa construção ou troca de informações é realizada, a princípio, em linguagem natural.

Nessa circunstância, vê-se como fundamental a aplicação das teorias da linguagem, Linguística e Semiótica, para analisar a informatividade à base da linguagem natural no tratamento do documento original. Em práticas posteriores, no processo de representação, o alinhamento com a Linguagem Documentária, assim verificar se os conceitos representados são adequados ao texto/documento. Esse processo de interpretação também pode ser conduzido pela Linguística Documentária, a partir das aplicações da Linguística Funcional, explorando contexto, enunciado, enunciação, discurso e pragmática na atualização das funções da disciplina a fim de garantir a representatividade adequada do domínio.

Como aponta Le Goff (1994) “o documento não é neutro nem inócuo, mas um conjunto de escolhas”. Abordando todo o processo de representação mencionado acima, atrelado à ideia de que o documento pressupõe escolhas, vê-se, neste contexto, a importância da análise fundamentada em perspectivas linguísticas, pois

essa concepção de “registro de evidências” se concretiza através da linguagem, visto que “perpetuar decisões, opiniões e acontecimentos” é realizável por um processo cognitivo, materializável a partir de habilidades linguísticas, seja para produzir, seja para compreender.

A ciência, principalmente depois dos avanços conceituais dos séculos XIX e XX, exige a legitimação de documentos para evidenciar seus avanços, assim como aponta Murguia (2011, p. 43) “o documento tornou-se recurso necessário e indispensável para os pesquisadores que tinham por obrigação apresentar as suas fontes de informação como recurso para garantir confiabilidade aos trabalhos por eles produzidos”.

O autor ainda destaca que o Positivismo estabeleceu novas expectativas acerca da ciência, principalmente a necessidade de haver provas para compreender a realidade, inclusive em uma linha discursiva para se negar a metafísica, assim “não há História sem documentos, principalmente os escritos” (MURGUIA, 2011, p. 43).

Sendo assim, o documento além de organizar o conhecimento é material simbólico que oferece condições para recontar a História. Neste sentido, a significação produzida por esse material não apenas identifica o fato e o esclarece, como também, em alguns casos obscuros, o documento atua como guia em busca de referências indiciais para compreender o todo.

Por sua vez, a Documentação, de modo geral, é o campo que se preocupou em desenvolver ferramentas, práticas, técnicas a fim de garantir os dois aspectos debatidos: qual o valor do material como documento e a informatividade que possa ser extraída dele? Somado a isso, também é inerente às reflexões os procedimentos para representar esses documentos, por isso a relação com a Análise Documentária, que por sua vez atua em dois movimentos: primeiro, interpretar, identificar, selecionar as informações fundamentais desse documento, posto isso sua relação com a Linguística Documentária; segundo, a representação dos conceitos extraídos desses documentos através de termos especializados a fim de garantir uma boa indexação. Este movimento se relaciona com a Linguagem Documentária.

Em se tratando da evolução da Documentação como ciência, Otlet foi um visionário e defendeu a importância da universalização do acesso ao conhecimento. Além do Princípio Monográfico, também idealizou e desenvolveu a Classificação Decimal Universal (CDU) e a tecnologia das fichas padronizadas, além de defender a importância do intercâmbio entre as instituições para a difusão do conhecimento,

assim idealizou o *Mundaneum*, em 1924. “O Livro Universal, obtido pela aplicação dos diferentes princípios propostos pela documentação, promoveria o mapeamento de todo o conhecimento produzido pelo homem” (SANTOS, 2007, p. 56).

Para Otlet, a definição de documento consistia em:

Livro (bíblion, documento ou grama) é o termo convencional aqui empregado para designar toda espécie de documento. Abrange não apenas o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, mas também revistas, jornais, textos escritos e reproduções gráficas de qualquer espécie, desenhos, gravuras, mapas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. A documentação no sentido lato do termo abrange o livro, isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresenta. (OTLET, 2018, p. 11).

Já sob a concepção de S. Briet, o documento recebe uma definição mais ampla, em que se propõe a perspectiva da função indicial inerente a um documento, já que nas atividades da Documentação, enquanto prática que trata o documento, há a elaboração de um documento secundário para registrar o documento original. Briet é muito clara e precisa sobre as atividades da documentação quando procura definir o que é documento em seu *Qu'est-ce que la documentation?*, editado em 1951.

Neste livro, Briet anuncia que a definição de documento para a UFOD (*Union Française des Organismes de Documentation*) é “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” (BRIET, 2016, p. 1). Frente a isso, Briet afirma que documento é “todo indício, concreto ou simbólico, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual”.

Na sequência de sua explicação, em que debate, como exemplo, a descoberta de uma nova espécie de um antílope, menciona as etapas de divulgação da informação: “o comunicado para a imprensa”, “o animal enjaulado”, depois de morto “empalhado e conservado no museu”, enfim, “os documentos são reproduzidos”, “depois selecionados, resumidos, descritos, traduzidos (produtos documentários). Desse modo, chega-se a uma definição: “o antílope catalogado é um documento primário e os demais são documentos secundários ou derivados” (BRIET, 2016, p. 2).

Diante disso, percebe-se que tanto para Otlet, quanto para Briet, há uma preocupação com o texto escrito no processo de documentação. Seja diante do Princípio Monográfico, seja na confecção de um documento secundário, há a importância do texto escrito, isto é, a presença de um texto verbal, constituído em linguagem humana para lhe proporcionar significação.

Dessa forma, destaca-se a importância da análise desses documentos para extrair os conceitos fundamentais para a sua representação, assim como a aplicação de uma linguagem especializada a fim de garantir a aplicação de uma terminologia adequada ao contexto, ao conjunto semântico e à comunidade discursiva.

Já para Meyriat (2016, p. 241), “o documento pode ser definido como um objeto que suporta a informação, que serve para comunicar e que é durável (a comunicação pode, assim, ser repetida)”. Esse posicionamento se aproxima da visão dos documentalistas clássicos, além de evidenciar a importância da informação para o processo comunicacional. Nessa perspectiva, a linguagem também deve ser estudada, pois a informação é carregada de significação, somado aos fatores semânticos, além de posicionamentos discursivos e pragmáticos. O autor ainda enfatiza sobre a informação: “esta não é tomada em sentido neutro e formal [...]. Trata-se de uma informação que possui um sentido, para aquele que a emite e para aquele que a recebe” (MEYRIAT, 2016, p. 241).

Sendo assim, percebe-se que tanto na visão clássica, como nas propostas modernas acerca da Documentação, a linguagem é elemento fundamental, *a priori*, atuando como terminologia específica na elaboração de documentos secundários, porém a linguagem também é presente no processo de leitura e interpretação na análise documental, assim como a extração dos conceitos. Além disso, o documento é visto como signo indicial, fenômeno que indica a continuidade de significação que é possível explorar conforme o contexto em que se aplica, neste quadro, o documento é objeto a ser analisado pela Linguística Documentária e Semiótica Documentária.

O documento registra a história, assim como atualiza o conhecimento. As informações presentes em sua composição possuem caráter dinâmico de significação, devido à interação, manuseio e interpretação. O documento, sendo físico ou digital, não é estático. Seu conteúdo se atualiza sempre que é posto em curso significativo frente a um discurso. Devido a isso, torna-se importante haver aparatos técnicos para exercer o tratamento desse documento, seja na organização e manuseio do objeto, assim como organização do conteúdo veiculado, seja na legitimação do seu conteúdo, seja na interação com as informações constituídas a fim de representar esse conteúdo, e, para o tal feito, a aplicação de uma linguagem especializada.

Pensando nessas propriedades do documento, entende-se ser necessário propor reflexões acerca da Documentação, como campo científico, a fim de revisar a

bibliografia especializada, diante da qual busca explorar caminhos para debater meios de tratamento do documento, tanto como organização do material, assim como a representação de suas informações e, dessa maneira, entender o papel da linguagem para legitimar os conceitos explorados, bem como assegurar sua representatividade frente às comunidades discursivas.

Portanto, tem-se como objetivo analisar alguns fundamentos teóricos da Documentação, resgatando apontamentos apresentados por P. Otlet (1934), os quais deram início à ciência, diante de uma necessidade prática, não apenas epistemológica. Somado a isso, torna-se válido resgatar, também, as considerações de S. Briet (1951) sobre o documento a fim de analisar as contribuições desses dois autores para o surgimento da ciência, assim como para refletir sobre os indicadores apontados em seus trabalhos com a intenção de estabelecer parâmetros capazes de evidenciar procedimentos que definam critérios práticos para a definição daquilo que se entende por documento, por sua vez, como organizá-lo, tratá-lo, manuseá-lo, representá-lo e recuperá-lo.

Diante disso, entende-se ser importante debater sobre as contribuições dos autores para a edificação do campo científico, já que até hoje servem como base teórica para estudos que tenham o documento como seu objeto de pesquisa. Nessa perspectiva, há trabalhos desenvolvidos em diversos países, como França, Espanha, Brasil, Estados Unidos, Alemanha que apresentam, como fundamentação teórica, direcionamentos trabalhados em *Tratado sobre a documentação* (1934), de Paul Otlet e proposições apontadas em *O que a documentação?* (1951), de Suzanne Briet.

Para Paul Otlet, consoante Rayward, “o conhecimento achava-se engasgado em documentos que o objetificavam e lhe davam espécie de *status* público”. É, justamente, esse *status* público que exige procedimentos técnicos para tratar o documento. Nessa perspectiva, ganha-se importância o valor sobre aquilo que é veiculado, ou seja, a forma como o documento legitima a informação veiculada. Diante disso, para P. Otlet, os documentos “consistiam não apenas em palavras escritas ou impressas. Objetos, figuras e ilustrações, partituras musicais - qualquer coisa que tivesse valor probatório, que documentasse algo, era um documento” (OTLET, 2018, p. 13-14).

Diante da concepção de que qualquer coisa pode ser um documento, conquanto que se prove algo, somado a sua representatividade social, P. Otlet vislumbrou a universalidade, o antigo sonho de reunir todo o conhecimento em um

único lugar. Para que isso fosse possível, era preciso um projeto arrojado em que garantisse a onipresença do documento, ao mesmo tempo que era necessário construir relações internacionais e, diante das quais, também era necessário ferramentas capazes de tratar o conjunto de conhecimento que representasse o mundo, assim nasce a Documentação.

Segundo indicam Moura e Lara (2012, p. 3) P. Otlet “esboçou, explorou e aprimorou princípios que permitissem tratar adequadamente os conhecimentos registrados nos documentos, de modo a torná-los disponíveis e acessíveis a quem viesse a necessitar deles”. Outrossim, Otlet compreendeu a importância da linguagem especializada para executar esse procedimento, ou seja, já que o documento evidencia o conhecimento acumulado pela humanidade, é preciso técnicas para evidenciar esse conhecimento. Diante disso, Ortega e Saldanha (2019, p. 193) apontam que:

A atualidade do pensamento de Otlet pode ser atestada na perspectiva científica expressa por ele, no *Traité*, quanto à necessidade de consistência terminológica aos estudos bibliográficos, a partir de um conjunto de termos técnicos que fixe o sentido especializado fornecendo adequação e regularidade ao campo.

Diante disso, é possível compreender que a constituição das atividades da Documentação, frente ao tratamento do documento, caracteriza-se tendo como base a linguagem, sendo assim a preocupação desse campo com o tratamento documental a partir de linguagem especializada é fundamental para que haja uma representação eficiente. Pode-se, portanto, compreender que sob a perspectiva da Documentação em produzir um documento secundário para representar, recuperar e disseminar as informações presentes no documento original, os termos, tratados pela Linguagem Documentária são fundamentais para a disseminação do conhecimento, bem como para a sua recuperação.

Assim, entende-se a importância terminológica para a constituição da identidade documental, da mesma forma que este procedimento se torna responsável pela formatação do fluxo informacional, assim como se estabelecem as medidas que representem os discursos inerentes a esse documento. Alinhado a essa perspectiva, Rayward (2018, p. 14) revela que:

Otlet ressaltava a importância de criar novos tipos de documentos como parte desse processo — mapas, tabelas e diagramas que correlacionassem, resumissem, ilustrassem e simplificassem informações que, de outro modo, seriam volumosas e complexas. A ideia era reunir, correlacionar, integrar e criar múltiplas representações do conhecimento, que haviam sido produzidas e disseminadas aleatoriamente, e que por isso se mostravam fragmentadas, dispersas, repetitivas, sujeitas a erros e incompletas. Otlet chamava de codificação esse processo de representar e reconstituir o conhecimento.

Para a atuação da Documentação, P. Otlet, em seu Tratado da Documentação, aborda várias situações inerentes às atividades básicas para o tratamento do documento. Nessa perspectiva, Otlet debateu sobre aspectos que se caracterizam como procedimentos metodológicos. Nessa linha, o autor apresentou a importância de princípios monográficos, os quais tratam da coleta dos documentos, assim como da classificação, da organização e, principalmente, do modo de redação em sistemas de fichas e folhas.

É evidente que a tecnologia, atualmente, propõe novos procedimentos, no entanto a preocupação com a linguagem deve-se ter destaque, visto que não é à toa a existente preocupação com os métodos, modelos, práticas e procedimentos de tratamento do documento a fim de garantir que este será indexado, catalogado de forma eficaz, já que ao documento estão duas funções inerentes: a preservação e a comunicação.

A linguagem é extremamente importante para os dois, visto que é, através dela, que se consolida a composição simbólica dos registros daquilo que foi produzido pelo ser humano em um determinado tempo e lugar, revelando suas perspectivas, valores, cultura, ideologia diante das coisas do mundo que, por sua vez, é suscetível a diversas formas de representação, visto que a linguagem nomeia o fato, articula as ações, é performática, desenvolve enunciados, mas não é o fato.

Para Santos (2007, p. 62), o princípio monográfico é extremamente importante, salientando o impacto das suas contribuições para a Documentação. Assim, a autora se posiciona afirmando que “observando-se que se obtêm, com esses procedimentos, novos documentos que contêm informação também nova. Existe aqui, portanto, um duplo movimento: desmaterialização e virtualização de documentos e sua transformação em informação nova. É válido destacar que esses procedimentos são factíveis de execução devido à carga simbólica que se constrói acerca do documento e, mais uma vez, sendo legitimado pela aplicação da linguagem, em sua elaboração, em sua análise e em sua representação.

Sobre esse processo, Otlet apresenta uma reflexão, à base de analogia, justamente, por estar em busca de uma expressão que conseguisse traduzir o quão trabalhoso e, ao mesmo tempo, fundamental para as ações da Documentação essa relação com a linguagem. Na fala do autor:

Duas comparações esclarecem o problema: é preciso colocar ordem nas 'montanhas' de papéis e de documentos; é necessário criar uma 'metalurgia' do papel, construir galerias de acesso a essas montanhas, cujas vertentes abrigam tesouros, extrair o bom minério e depois separar da ganga o metal puro. A extração do ferro de uma ganga é feita à razão de 40 a 65%, do cobre à razão de 7 a 8%. Para extrair alguns miligramas de rádio são necessárias toneladas de hornblenda! (OTLET, 2018, p. 581-582).

Ademais, o autor, para consolidar os objetivos da Documentação, ratifica que “o objetivo da documentação organizada consiste em poder oferecer, a respeito de qualquer tipo de fato ou de conhecimento, informações documentadas” e, dessa forma complementa que “a documentação organiza-se com base em uma racionalização e organização dos conjuntos de elementos”, para tal desenvolvimento, o autor considera a contribuição da “ciência e da técnica”, assim como o “trabalho intelectual e a industrialização” (OTLET, 2018, p. 582), porém entende-se que, atrelado a esses procedimentos, é possível recorrer à linguagem para direcionar a aplicação da lógica e da semântica.

Qualquer ação que exija a racionalização tem como pressuposto a estruturação de suas proposições através da estruturação do raciocínio. Sendo assim, a lógica estará presente na construção das informações veiculadas. Evidentemente, proposições, de natureza dedutiva, são preferíveis para a constituição de um documento secundário, devido à sua eficácia em organizar as informações de modo mais organizado e de uma melhor fluidez, principalmente, ao que tange à composição sintática da frase, à disposição dos termos, garantindo, assim, a progressão temática.

Por outro lado, a organização dos temas veiculados pelas informações extraídas dos documentos, depende da relação semântica entre os termos escolhidos, de acordo com a similaridade, conceito linguístico aplicado à Teoria da Comunicação, que indica a relação semântica entre as palavras selecionadas na elaboração da informação, assim proporcionando a estruturação da informação à base de uma rede argumentativa constituída pela contiguidade, conceito linguístico aplicado à Teoria da Comunicação, que indica a relação sintática entre as palavras selecionadas na elaboração da informação, dos elementos propostos nos enunciados.

Ainda sobre a importância do princípio monográfico, Santos (2007, p. 62) afirma que sua realização “utiliza os conceitos de suporte da informação (documento) e de conteúdo informacional (mensagem), permitindo, dessa maneira, relacionar informações que se encontram dispersas em diferentes documentos, proporcionando a elaboração de novos sentidos”. Diante disso, há dois pontos fundamentais para os objetivos da Documentação: primeiro é a universalidade, já que ocorre o agrupamento de informações dispersas; segundo, é a elaboração de novos sentidos, de novos documentos e a difusão do conhecimento.

Outrossim, a autora destaca o impacto do princípio monográfico para a Documentação e, nessa perspectiva, atualiza os procedimentos frente à realidade da atualidade:

O Princípio Monográfico representa a solução, reunir a informação que se encontra dispersa em inúmeros suportes. Otlet modifica a forma do documento, fragmentando-os, e reorganiza os conteúdos de forma a gerar novos todos informativos. Os objetos informacionais, elaborados segundo o Princípio Monográfico, assemelham-se aos registros das bases de dados e aos objetos hipertextuais, porque são unidades de informação que podem ser compreendidas isoladamente. Porém, se inseridos em contextos mais amplos, como as bases de dados ou sistemas hipertextuais, podem ser reinterpretados e relacionados de diversas maneiras, dependendo do acervo de conhecimento de cada indivíduo, bem como de seus objetivos. (SANTOS, 2007, p. 62).

Essa perspectiva referente à realidade dos objetos hipertextuais e possível decorrente da complexidade da visão de Otlet sobre as práticas documentais. Atrelado a isso, a preocupação com o tratamento da informação e a aplicação da linguagem para representá-la.

Ademais, a percepção de que a linguagem do documento original é fluida, pois ela se ressignifica, todavia é preciso constituir o documento secundário em formas fixas para garantir a sua permanência e futura existência, por isso tão importante as “fichas e folhas com o princípio monográfico” à busca de uma “coincidência perfeita entre a unidade intelectual e a unidade física do suporte escrito, entre o seccionamento do pensamento e as seções do livro” (OTLET, 2018, p. 602).

Acerca da relação intrínseca do princípio monográfico com as aplicações da linguagem, o materialismo da informação deve se promover através da relação da Documentação com a Análise Documentária. Assim, é possível explorar os procedimentos envolvidos com maior precisão, isto é, um documento precisa ser tratado como objeto, por isso requer técnicas especializadas para o tratar como tal,

assim como precisa ser tratado como fonte de informação e, nessa proporção, há a necessidade de tratar de sua materialidade linguística, evocando conceitos, temas, assuntos, posicionamentos, fatos, alcance de áreas que dialogam com suas informações.

Assim, como define Otlet, referente às leis próprias dos livros: “O livro e o documento trouxeram uma nova realidade distinta de todas as outras: a materialização do pensamento. Como o pensamento é uma imagem das coisas, o livro veio trazer uma reprodução, uma cópia do mundo, considerado como o modelo (OTLET, 2018, p. 661). Nessa perspectiva, o autor ressalta a importância da linguagem para esse processo, portanto é fundamental para as ações que envolvem a Documentação:

A forma da linguagem tem uma influência preponderante na forma do espírito. A linguagem orienta inconscientemente nossa mentalidade porque é o elemento essencial do pensamento. Criar uma classificação sintética com notação concisa das ideias é dotar o espírito de uma verdadeira língua escrita universal capaz de atuar poderosamente sobre a própria forma de pensamento (OTLET, 2018, p. 671).

Assim, pode-se compreender que a materialização da linguagem é um processo exequível para que haja a materialização do pensamento, visto que o pensamento é tácito, e é a linguagem, que estruturaliza o argumento, que elucida a informação, atuando como símbolo do objeto e se constituindo em proposições. A linguagem, conforme aponta L. Hjelmslev (2013, p. 1): “é uma inesgotável riqueza de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos”.

Diante disso, entende-se que o documento é o registro da compreensão do ser humano sobre algo do mundo, antes de ser uma prova acerca do fato. O autor ainda detalha que “a linguagem é o instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento [...] sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana” (HJELMSLEV, 2013, p. 1).

Portanto, ao interpretar as considerações de Otlet, Santos (2007, p. 58), aponta que “o livro é a materialização do pensamento; este, por sua vez; é a imagem das coisas, é a imagem daquilo que existe”. O livro, visto como documento, é um regulador da compreensão das coisas do mundo, à proporção em que seu conteúdo é revelado, interpretado e ressignificado, oferece ao ser humano ideais sociais, culturais,

científicos, históricos, explorando a emoção e a racionalização, os quais se tornam modelados do mundo. A autora ainda complementa: “o livro é, pois, uma reprodução da realidade que tem o mundo como modelo; em decorrência, o livro seria, por acumulação ou no seu conjunto, a própria realidade registrada” (SANTOS, 2007, p. 58).

Frente a isso, a bibliologia, conforme aponta Otlet (2018, p. 11): “uma ciência e uma técnica gerais do documento”. O autor ainda defende: “uma ciência geral que abranja um conjunto sistemático, ordenado, dos dados relativos à produção, conservação, circulação dos escritos e documentos de todo tipo”. Ademais, pode-se pensar que bibliologia oferece diretrizes para diversas disciplinas que possuam o livro como objeto de estudo, assim é válido pensar que sua atuação é recorrente para as atribuições da Documentação. Para Otlet, “o livro é, antes de tudo, uma materialização da ideia com a ajuda de uma superfície gráfica” (OTLET, 2018, p. 658). E, sob as leis da bibliologia, “o livro é um organismo” (OTLET, 2018, p. 659). Nessa perspectiva, “A documentação no sentido lato do termo abrange o livro, isto é, meios que servem para representar ou reproduzir determinado pensamento, independentemente da forma como se apresente” (OTLET, 2018, p. 11). Por fim, o autor aponta:

O livro assim entendido apresenta um duplo aspecto: a) é, primordialmente, uma obra feita pelo homem, o resultado de seu trabalho intelectual; b) mas, multiplicado em inúmeros exemplares, apresenta-se também como um dos inúmeros objetos criados pela civilização e capazes de sobre ela produzir efeito; isso é próprio de todo objeto que possua caráter corporal e que se organiza tecnicamente. (OTLET, 2018, p. 11).

É necessário, portanto, avaliar as contribuições de Otlet acerca do texto escrito, por conseguinte debater sua função como documento e avaliar seu processo de significação. Para tanto, é preciso resgatar os apontamentos de Otlet ao associar a noção de livro com a de documento. “Os livros tornaram-se, por excelência, os organismos de conservação, concentração e difusão do pensamento”, além de definir que “ao mesmo tempo, são o receptáculo e o meio de transporte das ideias”.

Dessa forma, a extensão de definição de documento está inerente à definição de livros: “fica entendido que este termo genérico abrange os manuscritos e impressos de toda espécie que, em números que alcançam vários milhões, foram compostos ou publicados na forma de volumes, periódicos e publicação de arte, constituindo em seu conjunto a memória materializada da humanidade” (OTLET, 2018, p. 59).

Ademais, para garantir estudos que contemplem as práticas e técnicas do tratamento do livro, Otlet propõe um conjunto de atividades denominado de bibliologia para o tratamento adequado do documento. Sobre isso, o autor aponta: “O livro e o documento, tendo sido contemplados em si mesmos, devem ser considerados também como uma unidade individual concreta, como um conjunto e em sua totalidade” (OTLET, 2018, p. 565). Dessa forma, o bibliotecário belga defende a ciência do livro e do documento.

No entanto, como aponta Estivals (2012, p. 67, tradução livre) “No campo da bibliologia, os fenômenos categorizados são escritos e não o livro, que hoje constitui apenas uma subcategoria de escritos (UNESCO-1948). Uma escrita supõe um sistema de escrita que permite fixar o pensamento e a linguagem; envolve um apoio e um meio de registro”. Diante disso, percebe-se que há uma evolução no tratamento conceitual em relação livro-documento.

Para o autor, “a escrita está diretamente ligada à existência do homem e sua história”, sendo assim deve ser tratada como “parte da subcategoria de fenômenos produzidos pelo homem”. Dessa forma, tal fenômeno deve ser entendido como inerente a fenômeno da linguagem, já que esta possibilitou um sistema de palavras, no caso da bibliologia, da palavra escrita, o que em síntese aponta que “a história da escrita e suas técnicas é, portanto, parte da bibliologia em relação à semiologia, a ciência dos signos”, a qual pode ser entendida como suporte de mediação entre documento e a veiculação de seu conteúdo (ESTIVALS, 2010, p. 67-68).

Devido a isso, torna-se importante discutir esse posicionamento acerca do documento, pois é necessário para compreender a aplicação da linguagem no entendimento sobre a aplicabilidade e interpretação, já que o próprio autor afirma que o tratamento do documento está associado às ciências do signo.

Nesta perspectiva, enfim, Otlet estabelece o campo da Documentação, apresentando metodologia e procedimentos para tratar o documento. Para Santos (2007, p. 61) a Documentação é “uma ciência que organiza os documentos, encarados como materialização da ação da inteligência humana sobre a realidade”. Assim, como apontam Moura e Lara (2012, p. 12) que “a universalidade que Otlet defende para o trabalho documental não se relaciona apenas com suas ambições organizacionais, mas ao que ele identifica como a própria natureza do objeto científico da Documentação: os documentos”.

Dessa forma, fatores inerentes à atuação da linguagem na ordenação das ações da Documentação propõem uma perspectiva mais ampla, pois é preciso um aparato linguístico para interagir e interpretar os documentos à busca da legitimação e representação das informações veiculadas, explorando seus resultados semânticos e discursivos, como também seu caráter indicial, como aponta Suzanne Briet, para a confecção de um documento secundário.

S. Briet (2016, p. 1), que seguiu os passos de Otlet, compreende que o documento, “graças à análise de seu conteúdo, pode-se propor uma definição, a mais adequada atualmente, mas também a mais abstrata, portanto a menos acessível”. Ou seja, trata-se da perspectiva revolucionária de Briet de que o documento exerce uma relação indicial. Assim, tem-se a conceitualização de que o documento é “toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova”. Nesse aspecto, há a relação com a perspectiva de que o documento é suporte e veículo de informações.

Ademais, também se apresenta a prerrogativa conceitual de que o documento é “todo indício, concreto e simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 2016, p. 1). Tal posicionamento resgata o papel do documento como suporte e veículo, e, somado a isso, ratifica a importância da linguagem para sua análise, visto que afirma seu caráter indicial, perspectiva que evidencia o tratamento da informação documental à base de signos.

É evidente que para Briet, o papel da linguagem na consolidação do documento transcende à linguagem humana, já que o documento primário pode ser qualquer coisa que informe ou prove algo, ou seja, um signo de qualquer natureza. Consoante análise realizada por S. Briet (2016, p. 21) “para compreender os documentos é preciso poder lê-los e, hoje em dia, somente muito poucos assuntos ficam restritos a limites linguísticos”.

Assim, entende-se que a Análise Documentária deve oferecer uma atuação segura no tratamento do documento, reconhecendo os signos documentais e, com o apoio da Terminologia e da Linguagem Documentária, promover adequadamente as traduções, a metalinguística documental, em que “se manifeste seu perfeito conhecimento do assunto tratado” (BRIET, 2016, p. 21).

Sob esta óptica, a produção documentária deve-se concentrar na “produção de documentos secundários”, os quais devem ser entendidos como “traduções, resumos,

boletins de documentação, fichários, catálogos, bibliografias, pastas de arquivos, fotografias, microfilmes, seleções, revisões da literatura, enciclopédias, guias de orientação” (BRIET, 2016, p. 21).

Consoante S. Fayet-Scribe (2016, p. 812), “ao apresentar uma definição de documento por meio de exemplos concretos e vivos, Suzanne Briet procura rejeitar a visão tradicional em que o documento é assimilado a um texto e a uma prova que sustenta um fato”. Essa definição acerca do documento estabelece a importância do processo de ressignificação da informação.

Nessa proposta, a verdade veiculada no texto não está presa na eternidade, mas sim diante do seu tempo e do seu espaço cultural, já que a assimilação por outras eras ou outros locais confrontam com a informação em fluxo, com discursos, ideologias e ações pragmáticas do contexto, estabelecendo, dessa maneira, um diálogo, em busca de novas interpretações e sínteses. Conforme ratifica S. Fayet-Scribe (2016, p. 812), Briet:

Procura rejeitar a visão tradicional em que o documento é assimilado a um texto e a uma prova que sustenta um fato. Ela abandona a hipótese positivista em que o documento, matéria válida e viva da ciência, serve de quadro de referência para uma construção ordenada e presa a um momento dado. Ela deixa atrás de si o documento que estabelece a verdade definitiva segundo o método mais rigoroso possível.

Em lugar disso, ela substitui objetos, materiais – como uma antropóloga – e seres que abrem contextos de utilização diversificados que não se encontram em bibliotecas, mas, por exemplo, em museus ou zoológicos. (BRIET, 2016, p. 59).

Essa abordagem vai ao encontro das proposições da Linguística e da Semiótica acerca da informação, por conseguinte da atuação da linguagem nesse processo de representação, já que a percepção do objeto como um signo indicial o constitui como um remissivo, uma réplica do objeto inicial, ou seja, a matriz do documento primário. Da mesma forma, que a compreensão do documento como “substituto do real” requer uma compreensão do contexto em que está sendo registrado, dessa forma é preciso garantir suas propriedades semânticas, bem como as propriedades pragmáticas gravadas nos descritores escolhidos para confeccionar os documentos secundários.

Nessa linha, Lara e Mendes (2018, p. 77) apontam que “a condição sígnica dispara necessariamente um processo semiótico, a semiose, mostrando que a informação da linguagem não é semelhante à informação da mensagem”. Esse princípio questiona o entendimento da “permanência documentária”, já que é válido

questionar “a possibilidade de recuperar uma ideia inicial veiculada intencionalmente no documento”.

Entende-se ser possível, principalmente, em colaboração com outros documentos, visto que a recuperação de diversos fatores que compõem o contexto é necessária, no entanto, como mensagem em fluxo, é suscetível à semiose, à ressignificação da informação ao ocorrer a valise do objeto, por conseguinte à dimensão constituída pelo interpretante, já que “na condição de signo, o documento é passível de ser lido sob diferentes chaves” (LARA; MENDES, 2018, p. 77). As autoras ainda complementam:

Considerar o documento como signo também o insere num processo semiótico, do que decorre que as representações do documento em um sistema de informação são, também, interpretantes, leituras possíveis, nunca definitivas e dependente dos contextos e experiências colaterais que, por essa razão, não esgotam seu poder de significação. Significa reconhecer a representação do objeto como uma construção que ultrapassa uma simples inscrição organizada. O documento é a base material da atividade documentária e, ao mesmo tempo, algo cujo sentido não se esgota nele mesmo à medida que mobiliza uma rede de outros signos. (LARA; MENDES, 2018, p. 78).

Diante disso, entende-se que o posicionamento de um documento primário e original sendo transformado em um documento secundário foi importante para os avanços acerca da Documentação. Da mesma forma que assumir que o documento possui, intrinsecamente, características indiciais exige um rol de procedimentos para tratar o documento.

Ao questionar o formato do documento, descaracterizando de seu modelo tradicional, positivista, Briet (2016, p. 1) indaga: “uma estrela é um documento? Um seixo rolando pela correnteza é um documento? Um animal vivo é um documento?” Porém, reescrevendo as percepções da Documento ratifica: “Não, mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras de um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zoológico (BRIET, 2016, p. 1).

Dessa maneira, propondo novas perspectivas de materializar o objeto e, por sua vez, subentendendo o desenvolvimento de práticas de manuseio, validação, legitimação, interpretação das informações, reflexão acerca da informatividade a fim de recuperar os diversos contextos e sua representabilidade.

Nessa ordem, defendem Lara e Mendes (2018, p. 83) que “a Documentação surge para auxiliar acadêmicos nos passos do trabalho intelectual”, o qual pressupõe

estratégias de leitura para analisar o conjunto de documentos, tanto em sua ordem individual de significação, como em sua construção de uma rede argumentativa, estruturada a partir de um conjunto de documentos para, desse modo, com base na Linguagem Documentária, haver a produção de documentos secundários.

As autoras ainda destacam o compromisso que os documentos secundários assumem frente às “demandas criadas pela modernidade industrial” (LARA; MENDES, 2018, p. 84) assim como do resgate cultural, por isso as técnicas precisam dialogar com a cultura.

Por fim, é importante destacar a contribuição que Briet proporcionou para a Documentação, debatendo sobre o que documento, a relação entre um documento original, primário e seu correspondente secundário, bem como a preocupação com as técnicas para realizar essa tradução.

Nessa linha, Briet também apontou o distanciamento tradicional sobre o que é a materialidade do documento, no entanto a bibliotecária elevou a importância da linguagem no processo de tratamento do documento, ao destacar seu caráter indicial, como interpretação, compreensão da informatividade, entendimento do contexto, assim como o tratamento dos conceitos, assuntos, temas e a linguagem aplicada para representá-lo.

Diante das proposições expostas, evidencia-se que esta seção foi destinada a tratar das definições e características acerca do documento e da Documentação. Dessa forma, depreende-se que o estudo sobre o documento, assim como sobre a Documentação oferecem elementos para esclarecer o suporte de informações que direcionam o conhecimento humano, assim como procedimentos para tratar e analisar esse objeto.

Concomitante a essa perspectiva, há outra teoria que trata da informatividade, materialidade e legitimidade do documento. Nessa direção, documento é objeto fundamental na sistematização das informações para que se possa estabelecer e aplicar procedimentos a fim de organizar o conhecimento. Devido a isso, é perceptível a necessidade de se formalizar os critérios mínimos para poder ser denominado documento, para que a análise da informação seja consistente e explore os aspectos relevantes de significação, por conseguinte possa extrair todo o potencial de informatividade, seja ele um documento de natureza escrita, seja ele de natureza inscrita, seja ele constituído por elementos das duas naturezas.

Sendo assim, tem-se como objetivo analisar os procedimentos propostos por Buckland (1997, 2017) a fim de compreender a constituição do documento, assim como se configuram os procedimentos documentais responsáveis para a legitimação da informação que, além de veiculada, deva ser extraída pela análise documentária, assim como, posteriormente, representada pela linguagem documentária. Outro fator a ser debatido é o tratamento do potencial de informatividade proposto por um documento.

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que as discussões acerca das definições de documento apresentadas por P. Otlet e S. Briet serão resgatadas, pois entende-se que atuam como pontos de partida para o desenvolvimento epistemológico. Entende-se também que essa abordagem é fundamental, justamente, porque visualizar a evolução epistemológica, corrobora o entendimento do papel da linguagem no tratamento do documento, por conseguinte dos seus conteúdos e conceitos.

Assim, é preciso fomentar as definições sobre processos e procedimentos que determinam a natureza do documento. Já para Análise Documentária, também se torna fundamental analisar os procedimentos linguísticos aplicados para constituir um novo documento para representar o primeiro.

Diante das necessidades apresentadas no século XIX, Buckland (1997, p. 804, tradução nossa) ressalta que “O gerenciamento necessitava ter vários aspectos. Técnicas eficientes e confiáveis eram necessárias para coletar, preservar, organizar (preparar), representar (descrever), selecionar (recuperar), reproduzir (copiar) e disseminar documentos”. No entanto, o autor apresenta as mudanças para o século XX, diante das novas necessidades de tratamento do documento, como a substituição do termo bibliografia para a documentação a fim de “denotar o conjunto de técnicas necessárias para gerenciar a explosão de documentos” (BUCKLAND, 1997, p. 804, tradução nossa).

Assim, a Europa a partir dos anos 1920 adotou o termo “documentação” em ações gerais, assim sendo aplicado para abranger “bibliografia, serviços de informação acadêmica, gerenciamento de registros e trabalho de arquivamento”. Dessa forma, definiu-se que a bibliografia se preocuparia com as definições de documento, enquanto a Documentação ficaria incumbida da “tarefa de criar acesso para acadêmicos” aos “conteúdos dos documentos”, “especialmente de partes de documentos impressos e sem limitação a coleções específicas. (BUCKLAND, 1997, p. 804-805, tradução nossa).

Dessa forma, o desenvolvimento de técnicas para tratar a quantidade de documentos produzidos fez com que houvesse uma grande ascensão da documentação, visto que seu objetivo era desenvolver um conjunto de técnicas para “gerenciar documentos significativos ou potencialmente significativos” (BUCKLAND, 1997, p. 805, tradução nossa), o que caracterizava uma preocupação inicial com textos impressos. Fator que indica um tratamento das informações muito mais voltado para uma representação de conteúdo do que haver uma preocupação voltada para o conjunto de informatividade apresentado por qualquer tipo de documento.

Essa disposição acerca do documento requer uma compreensão sobre as definições de documento. Destarte, é válido resgatar as considerações apontadas por Buckland (1997, p. 805, tradução nossa) para destacar as definições apresentadas por Otlet e Briet. Como relembra o autor, Otlet defende que documento são “objetos naturais, artefatos, objetos contendo traços de atividades humanas”, assim devem ser considerados “registros gráficos e escritos”, cuja função é “representações de ideias ou de objetos”. Além disso, recupera-se a defesa de Otlet sobre o documento ser “qualquer fonte de informação, em forma material, capaz de ser usada como referência, estudo ou prova” (BUCKLAND, 1997, p. 805, tradução nossa).

Esse posicionamento evidencia a importância da materialidade para a legitimação do documento. Assim como essa materialidade é efetiva diante da existência da informação, por conseguinte da existência de um material capaz de produzir informatividade, portanto a linguagem, por sua vez, as teorias que tratam da linguagem, são fundamentais para estabelecerem parâmetros para uma análise documentária eficiente, robusta e capaz de recuperar as informações escritas e inscritas, tratando-as como signos capazes de promover a semiose, ou seja, entender os processos e estágios de significação a que os documentos são suscetíveis, assim reordenar o planejamento da malha informacional para uma representação e indexação segura na tradução da historicidade, ideologia, intencionalidade e representatividade frente a uma comunidade discursiva.

Ainda sobre a importância da linguagem para a materialidade do documento, vale destacar a retomada que Buckland realiza das considerações de Briet: “um documento é qualquer signo físico ou simbólico, preservado ou gravado, destinado a representar, reconstruir ou demonstrar um fenômeno físico ou conceitual”, além das preocupações atreladas ao documento, o autor destaca a atuação da documentação,

que “não deve ser vista como estando relacionadas com textos, mas com o acesso a evidências” (BUCKLAND, 1997, p. 806, tradução nossa).

Diante da perspectiva apresentada por Briet, o Buckland (1997, p. 806, tradução nossa) apresenta quatro elementos para analisar a constituição do documento:

1. Existe materialidade: objetos físicos e signos físicos apenas;
2. Existe intencionalidade: pretende-se que o objeto seja tratado como evidência;
3. Os objetos precisam ser processados: eles precisam ser transformados em documentos;
4. Existe uma posição fenomenológica: o objeto é percebido como um documento.

Somado a essa perspectiva, essas quatro proposições apresentadas por Buckland dialogam com fatores teóricos de Linguística. A questão da materialidade está diretamente relacionada à existência de um signo, assim podendo ser visto como um produto da linguagem humana, portanto alinhado às prerrogativas da Semiologia. Como aponta Saussure (2006, p. 21) “trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos”. Além disso, a materialidade se configura pelas características sociais do signo. “Um signo funciona, designa, significa”, sendo assim “um signo é portador de uma significação” (HJELMSLEV, 2018, p. 49).

Ademais, referente aos aspectos de intencionalidade, requer-se que sejam tratados os fenômenos de informatividade produzidos pelo material, além de servir como evidência do objeto. “Todo enunciado, antes de ser esse fragmento de língua natural [...] é o produto de um acontecimento único, sua enunciação, que supõe um enunciador, um momento e um lugar particulares” (MAINGUENEAU, 1996, p. 5), sendo assim as validações das premissas indiciais desse documento deve ocorrer sob muita cautela, a fim de não confundir ou negligenciar o que o texto produz com aquilo que se deseja ou precisa representar.

Ainda é preciso relevar que há diferença de significação no processo funcional da língua que explora a enunciação e o enunciado, pois pode sofrer influências de processos interpretativos individuais. “Essa distinção traz numerosos problemas: *a priori*, o conjunto dos fatores implicados na produção de um enunciado singular podem ser levados em conta [...] o contexto material e social, passando pelas motivações

psicológicas” (MAINGUENEAU, 1996, p. 6). A produção do texto recebe marcações textuais deixadas por seu autor. “O produtor de um texto tem, necessariamente, determinados objetivos ou propósitos” (KOCK; TRAVAGLIA, 2004, p. 97).

Sendo assim, podem ser evidenciadas as propostas de interação, como ainda a apresentação de seu ponto de vista, a necessidade de convencimento quanto a construção de um argumento, além de estratégias profissionais que estabelecem parâmetros para elaboração de um documento cuja função é representar um outro. “A intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados”, além de aplicar diversos “fatores de textualidade” para garantir a coesão e que esse conteúdo possa ser compreendido por um interlocutor (KOCK; TRAVAGLIA, 2004, p. 97): no caso, um profissional da área de análise documentária ou um usuário.

Outro fator que interfere na constituição de um documento secundário são os fatores que incidem no processo de tradução, seja pela necessidade salutar de processar os conteúdos em conceitos, seja pela adequação dos discursos a um contexto coerente com o tema e receptível aos interlocutores:

É indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido. É apenas sobre este terreno preciso que a troca linguística se torna possível, um terreno de acordo ocasional não se presta a isso, mesmo que haja comunhão de espírito. Portanto, a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico [...] possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. (BAKHTIN, 2006, p. 72-73).

Outrossim, as considerações de Buckland referente à análise de R. Day (1996) sobre a definição de S. Briet acerca do documento ganha ainda mais impacto para a Análise Documentária, visto que “o uso de Briet da palavra índice é importante, que é indexicalidade – a qualidade de ter sido colocado em uma relação organizada e significativa – forneça outras evidências – que dão a um objeto seu *status* documental” (BUCKLAND, 1997, p. 806, tradução nossa). Dessa forma, pode-se pensar na atuação da Análise Documentária para compreender as esferas do documento enquanto signo para extrair os conceitos que serão representados, por conseguinte indexados.

De fato, o objeto necessita ser percebido e observado como documento, além de ser compreendido como potencial prova de alguma coisa, dessa forma, potencial significação, por isso o documento, para atuar como tal, necessita estar em conformidade com “alguns aspectos da realidade”, somado ao fato de que o objeto para assumir a função de documento requer “um ato de percepção”, sendo assim é tão fundamental “um observador” quanto haver “um criador” (BUCKLAND, 2017, p. 4, tradução nossa).

Nessa perspectiva, Buckland (2017, p. 5, tradução nossa) analisando as categorias de documento, apresenta três origens, sendo uma denominada de “visão convencional”, em que o “documento pode ser criado com um documento”, a segunda chamada de visão funcional, em que “objetos podem ser feitos ou apresentados como um documento”, por fim, a terceira, denominada de visão semiótica, em que “qualquer objeto [...] pode ser considerado como um documento por um observador”, mesmo que não se tenha a intenção inicial de que o fosse.

Dessa forma, as funções e categorias inerentes à natureza do documento são contempladas por Buckland. Devido à natureza semiótica, é necessário refletir sobre o papel da linguagem e como esta representa a realidade, por conseguinte compreender suas estratégias de apreensão das informações, de compreensão dos seus objetivos informacionais e de interpretação da sistematização de seu conteúdo.

No processo de reconhecimento de objetos como documentos, independentes se foram criados para ser, ou foram aplicados como, ou ainda se foram percebidos com o potencial de ser sem ter o objetivo inicial para tal finalidade, é transformado em signo. Consoante Bakhtin (2006, p. 31), “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”.

Para o autor, todo processo de significação está atrelado à ideologia, porque traduz uma realidade que está para além do objeto: “Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior” (BAKHTIN, 2006, p. 31).

É evidente que a informação presente em um documento escrito é mais tangível para a sua representação e a aplicação técnica de uma linguagem especializada a fim de dialogar com os domínios, porém os domínios também são ideológicos. Concomitantemente, é válido destacar que o conjunto de documentos

escritos provocam um a rede informacional constituindo informações inscritas, virtualmente ondulando no tácito, aspecto que interfere diretamente nas atribuições da intencionalidade, tanto quando se trata das produções, como quando se refere às percepções e observações, no caso, especulando o potencial de informatividade, por conseguinte de significação.

Sob esse aspecto, não há neutralidade na representação do conhecimento, porque toda a informação veiculada, compreendida, captada, representada, organização é reflexo de uma prática ideológica, segundo Bakhtin (2006, p. 31): “converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade”.

O autor russo ainda destaca que “o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor simbólico” (BAKHTIN, 2006, p. 32-33). Sendo assim, entende-se que a fluidez discursiva é um grande problema para a Análise Documentária realizar uma representação precisa e que não haja necessidade constante de atualização. Efetivamente, é preciso propor um sistema atualizável e que atue de maneira cooperativa entre os domínios, fazendo com que a linguagem documentária se torne uma bússola e não uma âncora.

Essa concepção demonstra dois aspectos a serem analisados: primeiro, o tratamento documental é passível de divergências sendo realizados por profissionais distintos, pois cada um irá representá-lo conforme um hábito estabelecido através de seu conhecimento de mundo, conhecimento pessoal, assim como pelas técnicas adquiridas pela formação e prática profissional, pois serão recuperados no processo de leitura, análise e interpretação não apenas os signos escritos, como também os signos inscritos e estes ao serem convertidos em linguagem especializada sofrerão as incidências ideológicas do profissional, do sistema e do domínio.

Segundo, estabelece-se diante de um questionamento: todos os signos, ou seja, todas as marcas ideológicas presentes no documento são representadas? Consequentemente, essas marcas ideológicas são recuperadas? Sabe-se que há campos e domínios que são suprimidos ou possuem forças discursivas diminuídas na elaboração dos documentos, pois a realidade é representada pela informação veiculada pelos documentos, porém a dificuldade da Análise Documentária também

se encontra em reconhecer a informatividade, a enunciação presente nesses documentos.

É nessa perspectiva que a dinâmica ideológica faz da linguagem um fenômeno tão poderoso, que, em se tratando da linguagem natural, por exemplo, é capaz de atualizar o conceito, antes mesmo que se tenha a percepção cognitiva desse fenômeno, isto é, para que haja a efetiva atualização social, é preciso haver a interação com interlocutores, reflexos de proposições culturais, no entanto é preciso que alguém perceba e desenvolva técnicas para promover a adesão de um grupo para que haja a atualização do conceito e, a partir disso, o conceito se espalha. Assim, tem-se que “um signo é um fenômeno do mundo exterior. O próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior” (BAKHTIN, 2006, p. 33).

Com isso, entende-se que a atualização da significação ocorre devido, principalmente, ao intercâmbio de experiências e informações. Os documentos se relacionam, criando, dessa maneira, uma rede informacional, que ganha significado devido à relação que se estabelece com pessoas, em um processo de criação, percepção, observação, interpretação e ressignificação.

Em todo esse processo há a atuação do documento feito signo, fenômeno que garante sua essência de provar algo, pois representa um conjunto de informações relacionadas a um objeto, que é recuperado graças a este instrumento, independente de tempo e espaço. É devido ao seu potencial sógnico que um artefato pode, por exemplo, provar algum tipo de comportamento social na Antiguidade. Conforme aponta Buckland (2017, p. 7), “um objeto é considerado um documento se, ou puder, revelar ou significar algo. Espera-se que um documento seja real ou potencialmente significativo. Como tal, é uma espécie de signo”.

Diante disso, destaca-se o significado gerado pelo documento, fator que garante a relação com o interlocutor, pois é seu conteúdo que o torna importante em um cenário ou em um domínio, já que “o que ele significa é influenciado e ampliado por relacionamentos com outros documentos e com pessoas. Qualquer interação ou qualquer atributo compartilhado pode ser usado para indicar um relacionamento, portanto o escopo para estabelecer relacionamentos é, com efeito, ilimitado” (BUCKLAND, 2017, p. 7)

Nessa perspectiva, é válido destacar a importância da interação entre signos para estabelecer a produção da significação, assim como pode ser entendido como

semiose pela Semiótica, essa inter-relação entre os signos só é possível mediante uma cadeia criativa como aponta Bakhtin (2006, p. 33-34): “o signo se opõe ao signo, que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos. Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos”. Além disso, essa cadeia criativa é consistente devido à carga ideológica que conduz a relação entre os signos, situação capaz de distinguir os valores significativos, pois o confronto entre signos é o que gera o “elo de natureza semiótica” (BAKHTIN, 2007, p. 34).

Dessa maneira, é possível concluir que a materialidade do documento independe da sua fisicalidade, no entanto está condicionada à informação, por conseguinte à informatividade, porque são os aspectos informacionais inseridos ou reconhecidos no objeto que possuem a potencialidade de reconhecê-lo como documento, devido à sua capacidade de informar algo a alguém, a mesmo tempo em que possui legitimidade para provar a existência de tal fenômeno.

Essa dinâmica é tão essencial que, mesmo quando uma informação está esquecida, é uma informação, pois ela pode vir a ser, isto é, consoante Buckland (1991b, p. 356, tradução nossa),

objetos dos quais ninguém está ciente não podem ser informações, embora se apresse em acrescentar que podem muito bem se tornar assim quando alguém se conscientiza deles. Não é incomum inferir que algum tipo de evidência, da qual não temos conhecimento, *deveria* ou *poderia* existir.

Sendo assim, as teorias da linguagem, especificadamente da Semiótica e da Linguística Funcional, em um papel interdisciplinar, podem muito contribuir para a compreensão desses fenômenos, pois há dois fatores fundamentais na consolidação da informação, por um lado a significação proporcionada por uma semiose ilimitada, neste aspecto é fundamental estabelecer procedimento que direcionem para a representação e recuperação do signo adequado ao domínio; por outro lado, o peso do discurso e da intencionalidade dos agentes envolvidos: produtor, profissional da representação, responsável por legitimar o termo escolhido e o conceito representado e o usuário.

Dessa maneira, é válido sintetizar a abordagem realizada nesta seção, com o intuito de verificar os estudos acerca do documento, que permitem reconhecer o documento como material informacional, cuja função discursiva direciona e mapeia a

informatividade e a significação de seu conteúdo. Ademais, o documento também é definido como veículo informacional, já que é condutor de mensagem, fato que o configura como instrumento comunicacional, assim permitindo que diversas informações produzidas pela humanidade possam ser acessadas por qualquer usuário que tenha interesse no assunto ao longo dos séculos, portanto o documento é demasiadamente importante e rico para a humanidade, pois ele é fonte e condutor do conhecimento.

Nessa linha, a Documentação indica o processo de tratamento da informação contida no documento, por isso é necessário que efetive procedimentos que garantam a análise, a interpretação e a representação. Frente a isso, esta seção se propôs a discutir as inovações sobre a Documentação propostas por P. Otlet, com seu Princípio Monográfico, bem como as propostas de S. Briet, referente à sua concepção acerca do valor indicial dos documentos e fatores que envolvem a elaboração de um documento secundário a partir de um primário, fator que envolve a aplicação de processos linguísticos.

A Documentação também apresenta discussões acerca da universalidade dos documentos e há reflexões sobre seu papel na história, principalmente, no que tange à materialidade da informação. Ademais, a Documentação também se configura pela elaboração de novos sentidos, novos documentos e assume a responsabilidade pela difusão do conhecimento.

2.2 A DOCUMENTAÇÃO NA ESPANHA

A Documentação na Espanha foi marcada por preocupações com o trabalho voltado para o tratamento do documento e da organização do conhecimento. Ações relacionadas à análise e coleta de suas informações, fatores que impulsionaram os estudos para as preocupações acerca da linguagem aplicada na representação das informações documentais, conseqüentemente, não demorou muito para se pensar que havia a necessidade de relacionar as pesquisas sobre a linguagem com área de tratamento mais específico do signo: a Linguística e a Semiótica. Frente a isso, analisar a Documentação na Espanha contribui para a investigação sobre a Linguística Documentária e Semiótica Documentária.

Nessa perspectiva, esta seção tem como objetivo discutir a Documentação na Espanha, assim como procederam os estudos acerca da temática e conseqüentemente como as teorias foram introduzidas no cenário espanhol. Também será analisado o tratamento dos documentos, assim como procedimentos de análise e representação. A propósito da abordagem epistemológica, também se torna importante verificar como os estudiosos espanhóis procederam no entendimento da Documentação como disciplina e como ciência.

As preocupações voltadas ao tratamento dos documentos na Espanha proporcionaram investigações acerca das considerações norte-americana, denominada de *Information Science*; soviética, denominada de *Informatika*, belga e alemã, denominada de Documentação. Diante disso, entende-se a importância das discussões proporcionadas por J. Lasso de la Vega (1947), ao se deparar com as propostas de P. Otlet (1934) sobre Documentação.

Assim, estabelecidas as primeiras discussões sobre o tema, isto é, fomentadas as preocupações que permeiam as necessidades de evidenciar os conceitos fundamentais que caracterizam a ciência, além de compreender as definições e atribuições, bem como as reflexões sobre as dificuldades de adequar sua base teórica e seu entendimento nos estudos produzidos pela escola espanhola, J. López Yepes (1993) discute em seus livros a base teórica e os aspectos históricos para a fundamentação de uma disciplina, além de apresentar procedimentos e métodos para estruturar um currículo eficaz e produtivo para ser ensinado nos cursos inter-relacionados à informação: Biblioteconomia e Arquivologia.

Nessa perspectiva, é importante destacar que o alinhamento dos estudos sobre Documentação e a produção espanhola se estabeleceu pela busca do entendimento das teorias propostas e desenvolvidas nos grandes centros de produção internacional, por isso os estudos espanhóis se concentraram em, primeiramente, entender os fatores terminológicos e compreender o que as escolas norte-americana, soviética, alemã e belga estavam propondo.

Evidentemente, os estudos desenvolvidos por Otlet ganharam destaque também na Espanha, porém há, efetivamente, uma preocupação aguda com as propostas discutidas pelos tratadistas, assim proporcionando análises acerca da relação intrínseca da Documentação e Ciência da Informação, bem como esses fatores contribuem para análises sobre a gestão de informação e como se consolida a estruturação de fluxo de informação.

Sob essa égide, surgem os trabalhos de García Gutiérrez (1984) alinhando às preocupações com a Documentação e à organização da informação com a linguagem. O teórico entendeu, por sua vez, a necessidade de aproximar os estudos sobre Documentação e Organização do Conhecimento com áreas que têm como objeto de pesquisa a linguagem. Dessa forma, apresentou métodos e estudos ligados à Linguística Estrutural de base saussuriana.

Essa relação teórica e o desenvolvimento dessas teorias em trabalho interdisciplinar é o elemento de interesse para o desenvolvimento desta pesquisa, já que se entende ser fundamental o estudo da linguagem a partir de sua base linguística para compreender os fenômenos de nomeação, significação e informatividade presentes no tratamento de um documento primário e sua composição terminológica, estruturado por uma Linguagem Documentária, como tesouros, na elaboração de um documento secundário e terciário.

Sendo assim, López Yepes e Ros García (1993, p. 21, tradução nossa) introduz o percurso do estudo sobre documentos no país:

Antes de começar com o estudo dos tratadistas espanhóis é preciso destacar as distintas correntes conceituais em que se debatem. Lasso de la Vega, o primeiro deles, cronologicamente e em profundidade, se depara com o fenômeno da Documentação, estudando-a com amplitude e independência da Biblioteconomia.

López Yepes, efetivamente, evidencia a importância de Lasso de la Vega para a introdução dos trabalhos acerca da Documentação na Espanha, destacando seus trabalhos e, por conseguinte, os avanços propostos por estes:

Javier Lasso de la Vega é, sem dúvida de nenhum gênero, o introdutor da Ciência da Documentação na Espanha, verdadeiro arquiteto de seu progresso e desenvolvimento e autor do único *Manual de Documentación* escrito em Espanha. Sua atividade foi implantada em três frentes fundamentais: a implantação em nosso país da Classificação Decimal Universal, a propagação do conceito Documentação, propriamente dito, e a aplicação da Documentação a campos concretos do saber como o Direito. Lasso de la Vega é, por outra parte, o espanhol que mais escreveu sobre o tema do conceito Documentação. (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 21, tradução).

Sendo assim, é necessário compreender que a Documentação direciona ações não apenas para efetivar conceitos sobre documentos, mas também e, principalmente, para desenvolver práticas de tratamento documental: “A Documentação, segundo Lasso de la Vega, é a técnica de escolher e organizar, por

meios de signos de qualquer espécie (escritura, imagens, esquemas, símbolos etc.)” (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 23, tradução nossa).

Este ponto demonstra a importância dos estudos acerca da linguagem para contribuir no processo de organização e representação do conhecimento e, assim, o aspectos relacionados ao tratamento e à análise dos documentos, visto que o princípio da teoria aplicada na Espanha, a qual dialoga com os pensamentos proposto por Otlet e Briet, reconhece o papel cabal do signo no tratamento, na escolha terminológica, portanto na representação e, por fim, na organização da informação presente nos documentos, além, obviamente, no processo de análise, de interpretação e do reconhecimento da informatividade expressa no texto/documento.

Nesta perspectiva, Lasso de la Vega discutiu tanto a função dos bibliotecários, quanto dos documentalistas. Para o teórico, o bibliotecário, que no “século XIX, ordena, cataloga e classifica a produção” tem assumido novas funções, já que o “bibliotecário atua como um filtro entre o depósito de livros e o leitor” e justifica que a “democracia faz do livro uma necessidade imprescindível”, para o teórico, portanto, o “bibliotecário não pode permanecer sentado em seu escritório, dedicado exclusivamente ao trabalho rotineiro de catalogação e classificação”, pois “as normas de suas atividades, a esta altura, podem se considerar encerradas na fórmula de buscar um livro para cada leitor e um leitor para cada livro” (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 24, tradução nossa).

Por outro lado, o teórico aponta um caminho que culmina na junção das técnicas profissionais com as necessidades do mercado, visto que há a preocupação com as informações selecionadas e, conseqüentemente, com os procedimentos de recuperação que sejam mais rápidos e eficientes. Diante disso, destaca que, de um lado, surgiu milhares de tipos de documentos, os quais não se restringem à modalidade escrita, ou seja, o documento não se reduz ao livro, mas sim há o rádio, a televisão, a fotografia etc., já por outro lado, o homem da ciência não pode ficar preso ao escritório, ou laboratório, preso apenas às leituras, ou às atividades compatíveis com seu trabalho. Para Lasso de la Vega, é preciso pensar que:

Necessita-se de pessoas perfeitamente formadas que selecionem as revistas, elejam, entre os artigos publicados, os que afetam a uma determinada especialidade, aquele que cultive e reúne a capacidade suficiente para fazer extrato de cada um de acordo com as regras precisas e eficazes, elaboradas para esse objeto pelas Comissões internacionais de especialistas. Essas pessoas devem ter a capacidade necessária para saber

a que homem da ciência, em qual classe da indústria e a que lugar pode ser útil a informação obtida e os procedimentos mais eficazes para que, com a máxima rapidez, possa chegar a informação elaborada a tais interessados (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 24, tradução nossa).

Portanto, o desenvolvimento da Documentação na Espanha, deve-se, primordialmente, aos interesses relacionados à produção informacional direcionada à indústria. “O movimento a favor da Documentação nasceu como consequência da investigação praticada nos meios industriais, os quais têm sentido muito rápido a necessidade de se informarem com detalhes precisos sobre os progressos realizados em seus respectivos campos”, além de haver o reconhecimento de que os grandes centros de documentação foram responsáveis pelo desenvolvimento de grandes empresas na Europa e nos Estados Unidos (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 25).

Dessa forma, a tarefa da Documentação caracteriza-se também por ser uma tarefa de informação, por isso surge para Espanha a preocupação com uma função essencial de organização que fosse capaz de integrar os conhecimentos presentes nos documentos. Diante disso, efetua-se a importância da análise documental, por conseguinte as contribuições da linguagem para seu tratamento. Diante disso, entende-se que a função primordial da Documentação para a Espanha consiste em “facilitar o trabalho daqueles que fazem uso dos documentos”, isto é, proporcionar mecanismos para aproveitar o máximo seu conteúdo, assim garantir eficácia no armazenamento e recuperação.

Devido ao impacto das teorias produzidas pela Europa e pelos Estados Unidos, a Espanha se viu diante da preocupação em estabelecer procedimentos que comportassem essas teorias, ao mesmo tempo em que se desenvolvesse a capacidade de inseri-las nas práticas técnicas e profissionais. Dessa maneira, surgem algumas preocupações como as questões terminológicas e os procedimentos técnicos e burocráticos para transformar ou adequar-se a esses procedimentos para que a Documentação se tornasse uma disciplina na Espanha.

Sobre as questões terminológicas direcionadas à nomeação do campo e da disciplina, há a preocupação não somente restrita a estabelecer o termo adequado e melhor traduzido para o espanhol, mas sim entender que por trás da terminologia aplicada, também há rastros conceituais que acabam se diferenciando. Nessa perspectiva, a discussão acerca da terminologia visava a compreender quais fundamentos deveriam ser absorvidos pela escola espanhola.

Dessa maneira, entende-se que o termo Documentação não se restringe a apenas a preocupação com a análise do documento primário a fim de garantir seu armazenamento eficaz através da confecção de um documento secundário capaz de também garantir a sua recuperação. Os especialistas espanhóis são categóricos em se posicionar que sem estudos acerca da Documentação, não há investigação científica (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 31).

Somado a isso, López Yepes e Ros García (1993, p. 30) recuperam como premissa para as preocupações com a Documentação espanhola os grupos estabelecidos, em 1977, por Ricardo Jerez e Amador de los Rios, em que visualizavam três pontos: a) as definições que correlacionam as definições do passado sobre Documentação com as expectativas da prática biblioteconômica; b) alinhamento das definições que consideram a Documentação como ciência; c) as definições que estabelecem os caracteres técnico-práticos da disciplina.

Sendo assim, a fim de resgatar as marcas iniciais da Documentação pelo mundo, López Yepes e Ros García recorrem a um texto de 1976 de J. R. Pérez Álvares-Osorio para contextualizar o diálogo com o material terminológico:

O termo Documentação inicialmente utilizado em excesso, pois a moderna informação científica engloba uma série de aspectos não propriamente documentais. A tradução do termo inglês *Informacion Science* conduziria ao castelhano *ciencias de la Información*, porém todos sabem que este termo foi estabelecido em nosso país com o sentido de meios de comunicação social, imprensa, rádio e televisão. Por outra parte, em russo se chama de *Informática*, termo certamente se ajusta ao espanhol ou ao francês, equivalente ao inglês *Computer Science*, quer dizer a ciência dos computadores eletrônicos, valiosíssimos e inestimáveis auxiliares da Informação científica, todavia sempre meros auxiliares e não constituintes da essência desta atividade (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 32, tradução nossa).

Devido aos problemas terminológicos relacionados à Documentação, optou-se, portanto, na Espanha, seguir os passos de Otlet, assim como as definições e propostas que surgiram em vários estudos como o estabelecimento das relações intrínsecas entre Documentação e informação, assim estabelecendo que “o espectro conceitual da Documentação sinaliza em países socialistas, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha com as denominações de *Informatika*, *Information Science* e *Informacion – und Dokumentationswissenschaft*” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 128, tradução nossa). A Espanha adota a definição proposta pela Federação Internacional da Documentação:

Documentar é reunir, classificar e distribuir documentos de todo tipo em todos os domínios da atividade humana. Esta definição inclui a Bibliografia, certos aspectos da Biblioteconomia e a técnica de arquivo. Na prática, a Documentação se ocupa de materiais nas bibliotecas, para cujo tratamento as normas biblioteconômicas não estavam, a princípio, preparadas (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 129, tradução nossa).

Associado a essa definição, visualizam-se também as funções de produzir, reproduzir e selecionar. Mediante a isso, entende-se que a compilação é a “tarefa primordial do bibliotecário”, já que atua para a localização dos documentos. A catalogação e a classificação atuam correlacionadas, sendo que a primeira é “um serviço de desenvolvimento de organização para haver a classificação”, já esta é “estabelecer um sistema segundo de normas preestabelecidas”, complementadas pela organização, que se trata de “situar um documento no lugar que o corresponde (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 132, tradução nossa).

Portanto, a construção epistemológica da Documentação na Espanha é marcada pela produção de Paul Otlet e Henri La Fontaine, destacando-se o Tratado da Documentação (1934) e suas perspectivas acerca da problemática, aplicando-se uma estratégia inovadora que consistia em “organização dos conhecimentos e a busca permanente de uma síntese que permitia conhecer a formação e o crescimento dos conceitos”. Somado a isso, Otlet encanta a escola espanhola devido à proposta de “organização lógica e racional do todo”, à base de “investigação de fatos concretos, como ainda um complexo mundo de ideias e princípios” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 62, tradução nossa).

Ademais, tendo Otlet proposto modelos de tratamento da produção intelectual da humanidade e, assim, garantir sua reprodução, como objeto de cultura e civilização, o Tratado da Documentação e o Repertório Bibliográfico Universal são fatores consolidados para a Espanha absorver as propostas de Documentação apresentadas por Otlet: a) “Analisar, generalizar, ordenar, sintetizar os dados nos domínios dos documentos”; b) “Elaborar uma série completa de formas documentárias em que possam a vir indicar os dados do pensamento científico ou prático”; c) “Fazer progredir, metódico e racional, os dados de nossos conhecimentos e das informações práticas”; d) Provocar inovações e garantir “registro de dados de um modo cada vez mais rápido, direto, exato, analítico e sintético, seguindo um plano cada vez mais amplo, enciclopédico, universal e mundial”; e) “a linguagem é o instrumento da expressão do pensamento”, assim conclui-se que “o pensamento é fixado pela escritura das palavras ou a imagens das coisas, signos visíveis, fixados em um

suporte material”, sendo assim “os signos e os suportes são objetos próprios da Documentação” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 79, tradução nossa).

Os estudos de Otlet foram introduzidos por Lasso de la Vega, no entanto foram os professores Segredo e Izquierdo, em 1983, que aprofundaram os estudos, estabelecendo conceito lógico-linguístico, ou seja, aspectos semióticos e firmaram a importância do belga para a Documentação espanhola. Diante disso, chegou-se a seguinte definição do conceito em Espanha:

A Documentação é o processo de comunicação pelo qual um indivíduo (pessoa ou coletividade) recebe as referências de alguns objetos (documentos) devidamente tratados – opcionalmente também esses mesmos objetos referidos – expressa ou presumivelmente pedidos (procurados), relativos a um determinado domínio de atividade social que o indivíduo desempenha, de tal forma que o faz competente (em seu duplo sentido) para o exercício dessa atividade quando os administra adequadamente (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 286, tradução nossa).

Essa perspectiva propõe discussões acerca da contribuição da linguagem no processo de tratamento documental, tendo em vista a relevância desse uso para as linguagens de classificação e de indexação, assim García Gutiérrez propõe um estudo profundo denominado de Linguística Documental ou Linguagens Documentais, sendo pioneiro na integração da área da Linguística com a Documentação: “A Linguística pode proporcionar e de fato proporciona bases para a formulação enriquecedora do próprio conceito de Documentação como apontaram as eficientes obras de Segredo e Izquierdo” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 303, tradução nossa).

García Gutiérrez, por sua vez, define que “a documentação é informação”, assim entende-se que a documentação está “condicionada à linguagem”. Nessa perspectiva, a linguagem ganha papel fundamental no trabalho com a Documentação, visto que “não é possível emitir, acessar ou participar de um processo comunicativo de forma ativa, passiva, como referente, intermediário, analista ou receptor se não for através da linguagem”. Portanto, é aceito o aparato conceitual de que “a informação é linguagem, porém também a linguagem é um meio informativo”, logo “a documentação é fundamentalmente um dispositivo linguístico e a Linguística há de ser a solução a seus problemas de conteúdo” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 304, tradução nossa).

Para García Gutiérrez, o tratamento e análises da Documentação estão alinhados à normalização dos documentos, através de ações processuais, as quais são sustentadas pela linguagem, analisando as estruturas documentais a fim de que

sua descrição seja realizada através de conceitos: “Ao conceitualizar e descrever os documentos cria-se um terreno propício para estabelecer tipos de documentos pertinentes à elaboração de uma terminologia documental normalizada no campo da comunicação social a partir de considerações linguístico-documentais e estatísticas” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 75, tradução nossa).

Na Espanha, há a preocupação constante com o processo de aplicação das teorias sobre Documentação e seu diálogo com as teorias propostas pela Europa e pelos Estados Unidos, no entanto também há, concomitantemente a essa preocupação inicial, uma preocupação direcionada ao processo de formação do profissional da Documentação, fato marcado pela busca quase que exaustiva por compreender todas as teorias desenvolvidas sobre a Documentação a fim de propor uma disciplina eficaz para formar profissionais competentes para atuar. É factual a presença nos debates dos tratadistas espanhóis os pensamentos de Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii, os soviéticos por trás dos conceitos de *Informatika*, assim como Mooers, Taylor, Borko, pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento dos conceitos de *Information Science* (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 165, tradução nossa).

Nessa linha, Borko propõe definições acerca dos conceitos tratados pela Documentação espanhola que merecem destaque. Borko define que “*Information Science* é uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam o fluxo e o uso da informação” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 165, tradução nossa).

A evolução da discussão sobre o conceito caracterizou posicionamentos fundamentais para a área, principalmente posteriormente que Shannon e Weaver, em 1948, definiram o conceito informação. Assim, estabelece-se *Information Science*, na corrente anglo-americana; *Informatika*, na corrente russa, as quais influenciaram a corrente alemã, *Informationwissenschaften*, que trazia concepções sociológicas para contribuir na fundamentação do conceito Documentação, tal acepção chamou atenção da escola espanhola (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 213, tradução nossa).

Essas concepções sobre o conceito Documentação foram fundamentais para marcar a evolução na Espanha. O ano de 1978 foi fundamental para iniciar os trabalhos voltados ao tratamento do conceito. “O estudo da evolução histórica do conceito de ciência da Documentação deve mencionar [...] a doutrina dos diversos tratadistas sobre a matéria e seu reflexo nas perspectivas da Documentação desde a Arquivística ou Biblioteconomia” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 255, tradução nossa).

Como destaca López Yepes (1995) há uma evolução de análises propostas pelos tratadistas espanhóis. Essa acepção se inicia com o professor Ros Garcia (1935) com a publicação do livro: *¿Que és Documentación? Teoria e historia del concepto em España*, posteriormente há a contribuição dos estudos de García Ejarque (1943), mas foi em 1974 com o livro: *La formación profesional de los bibliotecarios em Españã, Historia y situación actual*, que discute processos de formação de bibliotecários e arquivistas, que acabou potencializando o conceito de Documentação.

Na sequência, López Yepes (1995) destaca os avanços de Ortega y Gasset (1935), evidenciando que o trabalho de bibliotecários tem evoluído e ganhado novas dinâmicas. Lasso de la Vega (1950), inovações extremamente importantes na década de cinquenta, encabeça as discussões mais profícuas sobre a ciência da Documentação na Espanha.

A terceira tendência fomentada por María del Carmen Pescador del Hoyo (1966), debate sobre novas técnicas, como os resumos, a serem inseridas no trabalho de análise documental. Nesta década, também surge Teresa María Rovira (1963), que afirma que o “conceito moderno de Documentação, conjunto de material, impresso ou não, sobre tema determinado, selecionado, preparado e servido à medida que vai aparecendo, a fim de proporcionar ao leitor uma informação mais rápida e completa possível” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 270, tradução nossa).

Já na década de setenta do século vinte, há de fato a concretização de um acontecimento por muitos autores mencionado: “a consolidação docente das disciplinas documentárias e, em consequência, o fomento de estudos e investigações condizentes a estabelecer um conceito” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 280). Fator que representou grande desenvolvimento para a escola espanhola, já que se tratava da “presença da matéria Documentação no novo Plano de Estudos da Faculdade de Ciências da Informação e sua adoção para vaga de Professor Agregado, o que abriria caminho para sua transformação em futura primeira Cátedra” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 280, tradução nossa).

Diante disso, López Yepes e Ros García ratificam a origem da disciplina Documentação na Espanha:

A Documentação, considerada como disciplina diferente da Biblioteconomia, tem realmente sua origem em nosso país na aparição da matéria Documentação na Universidade Espanhola, concretamente nas atividades

impulsionadas em Madrid pela Cátedra da Faculdade de Ciências da Informação do Desenvolvimento, na Universidade Autónoma de Madrid por parte do Gabinete de Documentação científica, na Autónoma de Barcelona e na Universidade de Valência, A estes centros académicos, havia que somar as iniciativas desenvolvidas pelos centros de Informação e Documentação do CSIC, o ISOC e o ICYT, e iniciativas das associações profissionais como SEDIC (LÓPEZ YEPES; ROS GARCÍA, 1993, p. 88, tradução nossa).

Definidos os pontos que estabeleceriam a Documentação como uma disciplina a ser lecionada nas Universidades e, assim, garantir o desenvolvimento técnico na formação de profissionais, a preocupação espanhola acerca da Documentação pode se voltar para a sua contribuição para o desenvolvimento da Ciência da Informação. Porém, a fim de que se tornasse elemento secular na estruturação de métodos para ser, de fato, elemento integrante dos processos da Ciência da Informação, a Documentação precisa ser reconhecida como ciência.

Essa foi a preocupação de J. M. Desantes, desde 1970, assim promovendo estudos epistemológicos, acompanhando a evolução semântica dos termos correlacionados à disciplina. Dessa forma, entende-se que reconhecer a Documentação como ciência é defini-la como Ciência da Documentação, a qual “é ciência e é informação”, já que possui em sua natureza as duas segmentações: “Como ciência se enquadra no contexto da ciência da ciência, por ela, utiliza os conceitos de si mesma. Como informação se aproveita dos conceitos das ciências dos processos informativos”. Assim, dividida em dois vetores de atuação, o que complementa os aspectos de disciplina e ciência, inter-relacionados com as preocupações técnicas, práticas e científicas da Ciência da Informação, já que os componentes da Documentação “se unem com o objeto de estudar os processos de comunicação científica direcionados a estabelecer as bases dos novos conhecimentos” (LÓPEZ YEPES, 1993, p. 74-75, tradução nossa).

Por um lado, explora o documento, através da análise documental, para qual se utiliza da linguagem como mecanismo e ferramenta capaz de tratar os signos apresentados e reconhecer suas significações, por conseguinte a informatividade apresentada pelo documento. Para esse fim, é preciso desenvolvimento de técnicas, métodos, procedimentos; por outro lado, a Documentação como ciência requer metodologia, processo de investigação, estudos e análises epistemológicas.

Sendo assim, é válido destacar a definição de J. M. Desantes acerca da Documentação e do seu papel como ciência:

A Documentação é a base de toda ciência, seja da linhagem que for: especulativa ou prática, humanística ou técnica, teórica ou experimental etc. Daí que o autor dedique umas páginas a tratá-la que se reconhece como Ciência da Ciência. É um ponto de vista normal que se enfrenta com a Documentação desde seu próprio núcleo. [...] A Documentação é *ancilla scientiae*, um instrumento dócil a serviço das ciências. De todas as ciências. Daí sua magnitude, sua ubiquidade em todos os níveis científicos, sua universalidade, sua influência direta no progresso das ciências... Prescindir da Documentação em qualquer abordagem científica de qualquer importância implica um retrocesso axiomático a pontos de partida já superados, talvez até já modificados; implica renunciar o potencial dinâmico que a Documentação encerra, não somente como depósito de dados, experiências e ideias, mas também como indutora de processos intelectuais; implica, finalmente, amputar as possibilidades de contrate de métodos e resultados (LÓPEZ YEPES, 1993, p. 74, tradução nossa).

Além desses fatores, é importante destacar que a Ciência da Documentação possui um caráter interdisciplinar, devido, justamente, ao fato de ser a Ciência da Ciência, assim preocupando-se em estudar caminhos e metas de investigação científica. Dessa forma, para complementar as ações da Ciência da Documentação, entende-se que:

A Ciência da Documentação é generalizadora em sentido objetivo e nível especulativo, isto é, como ramo da Ciência da Ciência para estabelecer a maior perfeição do processo da comunicação científica, porém é especializada em sentido subjetivo porque deve alcançar a perfeição dos processos de comunicação da informação científica em um campo de saber determinado (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 34, tradução nossa).

Portanto, a Ciência da Documentação pode atender às necessidades técnicas de sua prática como disciplina, assim como estruturar mecanismos metodológicos para tratamento das relações interdisciplinares com as diversas áreas da ciência. Assim, é necessário aportar, juntamente com as técnicas, as preocupações acerca dos valores, já que essa técnica tem a função de também “enriquecer a vida humana”, bem como combater os desvios éticos relacionados “a grandes poderes alcançados”. Nessa perspectiva, a Documentação, seja como ciência, seja como disciplina precisa atender às necessidades da sociedade científica, a qual “se caracteriza por um crescimento incessante da ciência [...] no curso entre dados e investigação, pela investigação” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 53, tradução nossa).

Outrossim, a relação entre a Documentação e a sociedade científica se caracteriza por uma preocupação ética, além da técnica e das práticas metodológicas, já que a ciência tem papel fundamental de garantir o desenvolvimento humano, respeitando princípios, valores e fatores culturais, garantindo a boa fé em relação às informações trabalhadas e divulgadas, com fontes confiáveis, para tanto é

fundamental se estabelecer uma índole nas investigações a fim de garantir a qualidade do trabalho e, de fato, legitimar o conteúdo veiculado pelo documento.

Assim, a atividade documentária deve se concentrar nos sistemas de informação e documentação, analisando a informação extraída dos documentos, assim como oferecer subsídios para a sua recuperação, além de aplicar mecanismos, principalmente os linguísticos, para que a informação possa obter novas informações.

Somado a isso, é importante destacar que a informação assume um papel importante para as organizações econômicas de um país, sendo primordial para análise, controle, organização, classificação e aplicação do fluxo informacional, sendo eles extraídos de documentos, ou sendo produtores de novos documentos, o que caracteriza a informação como um produto, ou um fator de produção, uma forma de capital. Dessa maneira, a atividade empresarial “se torna, cada vez mais, ajustar a consideração da informação como recurso” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 191, tradução nossa).

A sociedade industrial fez a Espanha se preocupar em explorar a estrutura e os mecanismos da Documentação para incrementar um sistema de gestão de informação, pois a informação se tornou “recurso chave para as organizações” (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 192, tradução nossa), da mesma maneira que as tecnologias para selecionar, armazenar e difundir essas informações de modo adequado e preciso, conforme as necessidades das organizações envolvidas. Dessa forma, há a criação de sistemas de gestão de informação por parte das organizações em que consiste:

[...] centralizar e processar todos os dados necessários para o funcionamento organizacional e ajudar na tomada de decisões, se está passando progressivamente a conceber as organizações mesmas como sistemas informativos, elevando assim a informação e o conhecimento ao primeiro plano em todos os âmbitos da atividade organizacional; considerando a empresa essencialmente como um sistema de informação, entre outras razões para tratar-se de um conjunto composto de indivíduos entre os quais se estabelecem laços e redes de comunicação sobre cuja base o sistema inteiro atua coordenadamente para melhor alcançar os objetos globais (LÓPEZ YEPES, 1995, p. 192, tradução nossa).

Como visto, os estudiosos espanhóis perceberam a importância dessa área científica, que também é vista como disciplina, sendo assim dedicaram estudos e investigações acerca da epistemologia, etimologia, correntes teóricas, destacando as escolas dos Estados Unidos, Rússia e Alemanha.

Assim, tiveram a preocupação de alinhar estudos para compreender a Documentação como disciplina e, dessa forma, promoveram sua inclusão nas disciplinas de formação do profissional da informação, como ainda foram estruturados e reconhecidos fundamentos para estabelecer suas marcas científicas e, diante disso, apontar vieses que atendem às necessidades da Ciência da Informação.

Além da preocupação científica, a Documentação também responde às exigências do setor econômico, industrial, visto que se desenvolveu também pesquisas e estudos para aprimorar a investigação das informações e, assim, pensar de forma estratégica como aplicar o fluxo informacional mediante às necessidades das organizações. Somado a isso, estudos sobre a Documentação apontaram a importância da perspectiva linguística para seu desenvolvimento, sendo este o ponto central do diálogo entre a Documentação e este trabalho.

Portanto, em síntese, o documento é instrumento material que concentra a produção do conhecimento da humanidade, bem como é registro de características sociais, culturais e científicas, além de marcar as evoluções históricas e garantir evidências de diversas civilizações para a posteridade. Ademais, o documento além de objeto comunicador, também materializa o conhecimento, ou seja, além de veicular informação e produtor de conhecimento.

Por sua vez, a Documentação é a disciplina e a ciência que trata do documento. Sendo este seu objeto de estudo, a Documentação é disciplina porque constitui práticas e metodologias a serem difundidas para o melhor tratamento dos documentos, já sua função como ciência é efetivada a partir de estudos acerca do tratamento documental, representação do documento primário na elaboração de um documento secundário.

A Ciência da Documentação na Espanha é marcada pela influência de P. Otlet, além dos estudos desenvolvidos no país estarem alinhados e preocupados com as teorias desenvolvidas nos Estados Unidos, Rússia e Alemanha. Outrossim, foi preocupação constante dos pesquisadores espanhóis demarcar as ações e procedimentos da Documentação como disciplina e Documentação como ciência. As pesquisas visam a estabelecer conceitos capazes de definir documento como fonte informacional, assim como a Documentação como ciência diferente da Biblioteconomia e Arquivologia, e como disciplina que propõe discussões sobre o que é argumentar, ou seja, como proceder a representação do documento.

Desse modo, reconhece que, na Espanha, documento é material informativo e sua estrutura ou materialidade está muito além de ser reduzida apenas aos livros, sendo assim outras mídias informacionais também são reconhecidas como documento, assim como apontaram Otlet e Briet.

Os estudos realizados na Espanha apresentam preocupações significativas com a análise e tratamento do documento, por isso consideram a linguagem como elemento importante para promover a representação da informação. Dessa forma, discute-se a necessidade de alinhar as teorias que envolvem a Ciência da Documentação no que tange à representação do documento com uma linguagem especializada, a que, por sua vez, como acreditam os espanhóis, requer uma base teórica estabilizada por teorias que estudam a linguagem como objeto.

3 LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA

A informação é o material fundamental para a organização e a representação do conhecimento, porém a informação é material significativo devido à interação através da linguagem humana, pois é esta que caracteriza os aspectos simbólicos inerentes às relações sociais. Dessa forma, entende-se que a linguagem simbólica é a chave para transformar um conjunto de dados em informação.

A preocupação com a informação surge com os trabalhos acerca da teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver (1948). Somado a isso, havia as teorias sobre a Documentação apresentadas por P. Otlet e H. La Fontaine (1934) e os desdobramentos teóricos apresentados por S. Briet (1951), a ciência Documentação ganhou destaque nos estudos realizados nos Estados Unidos e Europa. Deve-se destacar que tal preocupação é consequência das necessidades documentais e informacionais estabelecidas após a 2ª Guerra Mundial. Destacam-se, nesse movimento, os estudos produzidos nos Estados Unidos, União Soviética e Alemanha.

Já os estudos acerca da linguagem presente no tratamento do documento, ganhou destaque na França a partir das teorias de Gardin (1966) que introduziu o termo Análise Documentária para efetuar a leitura da Documentação, sendo assim entendendo haver como resultado uma metalinguagem que seria denominada de Léxico Documentário.

Por sua vez, Coyaud (1966) define que “um sistema de signos que permite comunicação entre usuário e documento” seria denominado de Linguagem Documentária. Em 1974, Chaumier, ao tratar das linguagens documentais, classificava-as em dois grupos: “linguagens cominatórias (léxicos) e linguagens de estrutura hierárquica (classificações)”, indicando a importância de se constituir “uma rede de relações semânticas” (VOGEL, 2007, p. 13).

Na Inglaterra, em 1975, Hutchins também emprega o termo Linguagem Documentária e defende que se trata de “meios de comunicação em sistemas de informação” (VOGEL, 2007, p. 15). Na Espanha, as preocupações levaram os pesquisadores a debaterem outras necessidades sobre a linguagem: para García Gutiérrez (1990, p. 79, tradução nossa) a Linguagem Documentária “é um instrumento comutador e referencial do sistema”, cuja função é “estritamente informativa e

intervém como mediadora nos processos de Análise Documentária” (VOGEL, 2007, p. 16).

Além disso, para García Gutiérrez (1990, p. 35, tradução nossa), a Linguagem Documental “possui estruturas e funções próximas aos sistemas naturais”. Nessa perspectiva, o autor ainda ressalta que “seria um sistema organizado de elementos dotados de significação determinada pelas relações que mantêm entre estas baseadas na oposição” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1990, p. 35, tradução nossa). Somado a isso, o autor espanhol não reconhece a Linguagem Documentária “como metalinguagem” (VOGEL, 2007, p. 15).

Diante disso, os estudos espanhóis direcionam para a necessidade de que os estudos sobre a linguagem no processo de tratamento e análise dos documentos fossem norteados por teorias que estudassem a fundo a linguagem. Nessa linha, García Gutiérrez propôs uma disciplina denominada de Linguística Documental, sob a qual propôs uma “Metalinguística documental”, pois entende que “a metalinguagem aparece quando se emprega uma linguagem para explicar outra linguagem” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 138, tradução nossa). Assim, entende-se que a Linguística Documental exerce o papel de traduzir a linguagem natural para a linguagem especializada, ou seja, a metalinguagem é o processo, não o resultado.

No Brasil, a Linguagem Documentária, bem como a Análise Documentária foram apresentadas pelo Grupo TEMMA, formado em 1986, sob a influência francesa de Jean-Claude Gardin, por professores e pesquisadores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações de Artes da Universidade de São Paulo; o grupo hoje também é composto por professores da UNESP-Marília.

Diante disso, é fundamental destacar que foi a professora Marilda Lopes Gines de Lara quem retomou os estudos de García Gutiérrez e iniciou as discussões brasileiras acerca da importância da Linguística Documentária para a sistematização da Linguagem Documentária, explorando a Linguística Estrutural de Saussure e a Semiótica de Peirce.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é analisar as características que fundamentam a Linguística Documentária, no que tange à sua constituição como disciplina, aos seus princípios epistemológicos, à sua atuação interdisciplinar com outros objetos da Organização do Conhecimento e da Informação, assim como sua aplicação como instrumento de mediação entre o documento, informação e a

linguagem especializada a ser aplicada na representação das informações documentais.

A fim de contextualizar o processo histórico de debate e elaboração da disciplina, é válido destacar a preocupação sobre as teorias da Documentação ganhou muitos países, assim entende-se ser importante destacar a atuação da Espanha nesse cenário, devido aos desdobramentos acerca do tratamento e análise do documento, já que essas atividades passam a ser alinhadas às preocupações sobre a aplicação e tratamento da linguagem como mecanismo de mediação da informação extraída dos documentos, conseqüentemente sendo cenário para o surgimento da Linguística Documentária.

Pesquisadores espanhóis entendem ser importante investigar as propostas de tratamento documental e desenvolver estratégias de trabalho, assim como estabelecer cursos e disciplinas capazes de atender a demanda espanhola. Lasso de la Vega é precursor desses estudos na Espanha ao entrar em contato com as obras apresentadas pelos estudiosos belgas.

López Yepes, seguindo os passos do antecessor, Lasso de la Vega, apresenta obras cuja intenção é resgatar historicamente a produção acerca da ciência da Documentação na Espanha. Somado a isso, discute os caminhos a serem propostos para o campo científico, assim como seria o desenvolvimento das práticas e técnicas que envolviam a temática a fim de propor que Documentação também fosse uma disciplina, situação que se fortaleceu e se concretizou com os estudos desenvolvidos por Izquierdo Arroyo.

O desenvolvimento da ciência da Documentação na Espanha ocorreu sob diálogos com trabalhos de outros países, destacando-se a *Information Science*, na corrente anglo-americana; *Informatika*, corrente russa, a corrente alemã, *Informationwissenschaften*. No entanto, López Yepes, tendo contato com as produções francesas de Gardin e Coyaud, indica a importância da linguagem para a análise documental e, conseqüentemente, sua representação.

Porém, é com Garcia Gutiérrez (1984) e Izquierdo Arroyo (1990), que a Linguística Documentária se torna disciplina na Espanha, sob o objetivo de encontrar métodos para melhor representar as informações contidas nos documentos. Por isso, analisar o desenvolvimento da ciência Documentação, assim como suas práticas metodológicas de tratamento do documento, sendo vista também como disciplina

contribui para o desenvolvimento dos objetivos defendidos por este trabalho de pesquisa.

Dessa forma, houve a aproximação da linguagem para promover a Análise Documentária, técnica importante de tratamento da informação do documento, que tem como princípio a investigação a fim de extrair conceitos da informação coletada para garantir o armazenamento, a representação e a indexação dos documentos.

Como sua função é “extrair os conceitos presentes no documento”, passa, então, a ter um aparato da linguagem, a partir da relação terminológica que indicava a composição do campo científico, já que a principal contribuição da linguagem nesse processo era a relação semântica entre os termos. Assim, entende-se que a Análise Documentária atua como “investigação técnica com a finalidade de descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo evidente de uma comunicação” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 80, tradução nossa).

Destarte, reconhece-se a relação do tratamento documental com a linguagem, no processo de extração e representação, pois esse procedimento deve ser realizado à base de uma terminologia especializada. Ainda, como afirma o autor, deve-se considerar “a comunicação como documento, com todas as características que este comporta, a investigação técnica com a finalidade descritiva é o objetivo da análise documental” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 80, tradução nossa).

A evolução da Análise Documentária contribui para o desenvolvimento da Linguagem Documentária, devido às disparidades na elaboração de resumos, descritores substanciais ou a indexação. Devido a esse fator, compreendeu-se que era “o momento que as técnicas de descrição de conteúdo pudessem ser unificadas e normalizadas, os investigadores dariam, seguramente, um maior avanço jamais visto na História em matéria de controle e acesso à documentação da Ciência” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 95, tradução nossa).

A normalização de termos a fim de garantir a univocidade de sentido do conceito foi norteador dos avanços no tratamento de documentos, dessa forma a Linguagem Documentária ganha destaque na atuação profissional. Concomitante a isso, os instrumentos de classificação, como índices e catálogos, vocabulários controlados e tesouros, classificação hierárquica e taxonomia, as ontologias e a indexação se tornaram referências para representação da informação e do conhecimento. A Classificação Decimal Universal proposta por Otlet apontava caminhos seguros para a elaboração da Linguagem Documentária, por conseguinte a

elaboração de tesouros com o propósito de atender às necessidades de internacionalização do tratamento do conhecimento, no arquivamento e na recuperação.

Porém, a demanda de documentos ganhou volume, termos isolados não eram suficientes para representar e organizar a informação, era necessário construir redes semânticas ou construir termos estruturados em sintagmas, portanto foi necessário estabelecer análises de morfologia e sintaxe.

A relação linguística entre elementos estruturais da expressão ou da frase que se tornaria a terminologia especializada e sua organização semântica para se adequar ao campo científico, com o qual o documento, a informação e o conhecimento dialogavam, fez com que os espanhóis recorressem às áreas de conhecimento cujo objeto de estudo seja a linguagem, assim recorrendo à Linguística, que, na época, se caracterizava por sua elaboração estruturalista à base das teorias de F. Saussure (1916).

García Gutiérrez ao tratar das linguagens documentais, propôs em seu livro *Linguística Documental: aplicação à documentação da comunicação social* (1984), uma nova disciplina, a Linguística Documental. O autor se refere à Linguagem Documental como “meios de expressão criados por e para o controle dos documentos”, porém para que se tornasse uma disciplina e “entrasse nos labirintos das miudezas” sem perder elementos importantes, era preciso estabelecer métodos de tratamentos rigorosos para manter a qualidade no tratamento da documentação científica. Assim surgiu a Linguística Documentária, já que o autor via a necessidade de controlar os documentos à base da Linguística, pois esta estuda a linguagem humana, ou seja, “todo sistema de signo que expressa ideias através de uma mensagem, ligado a uma atividade humana” (GARCIA GUTIÉRREZ, 1984, p. 136, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a disciplina é definida pelo autor como:

A documentação em seu nível científico, e como disciplina que estuda o processo científico-informativo, encaixa-se com a problemática da comunicação, cujo veículo ou meio básico é a linguagem. A Linguística se ocupa do estudo da linguagem como um sistema para comunicar informações, ambas disciplinas, no âmbito do diálogo documental, fundem-se constituindo a denominada Linguística Documental ou interdisciplinar de linguagens documentais. Porém, a Linguística Documental, faça parte do cruzamento dos termos que formam sua denominação, é uma disciplina impregnada de outros campos científicos. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 137, tradução nossa).

Diante disso, reconhece-se a importância da linguagem para que haja o tratamento temático do documento e sua representação e, posteriormente, a tradução de seu conteúdo em um segundo documento, cuja função é evidenciar os conceitos presentes na construção do primeiro, através de termos específicos e integrados a um domínio - que possa ser científico, cultural, social, histórico (DAHLBERG, 1978; HJORLAND, 2009).

A Linguística Documentária, alinhada em estudos interdisciplinares com as teorias da linguagem especializadas como a Linguística e a Semiótica, pode oferecer subsídios para a representação e organização do conhecimento e a organização da informação, estruturando técnicas e procedimentos que explorem as questões semânticas, sintáticas e morfológicas.

Dessa forma, contribuindo para melhoria da aplicação de técnicas de leitura, adequação vocabular, termo preferencial, apropriação conceitual, mecanismos estes que podem fortalecer a aplicabilidade das práticas e métodos da Linguagem Documentária, no que tange à representação; além de auxiliar a Análise Documentária, no que se refere ao tratamento do conceito, do assunto e leitura no tratamento do documento.

Entende-se que os trabalhos realizados por Dahlberg (1978, 2006); Cunha (1982, 1990); Cintra (1983, 1987, 1993, 1994); Smit (1987, 2001); Tálamo (1992, 2006, 2007, 2009); Lara (1993, 2001, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2001); Kobashi (2001, 2003, 2011); Hjørland (2002, 2003, 2007, 2008, 2009, 2010c); Guimarães (2008, 2010, 2013); Moreira (2008, 2018, 2019); Almeida (2009, 2012, 2018, 2020) propuseram grandes avanços para a área, assim como as contribuições da escola francesa (GARDIN, 1966, 1973; COYAUD, 1966; CHAUMIER, 1974), da inglesa (HUTCHINS, 1975) e da escola espanhola (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, 2011, 2014, 2017, 2018; IZQUIERDO ARROYO, 1990) no entendimento acerca da importância dos estudos sobre a linguagem.

Sendo assim, entende-se que a temática é importante para o cenário da Organização do Conhecimento, pois pode auxiliar os mecanismos de análise, tratamento do documento, por conseguinte da informação, perpassando a extração e a representação, através de terminologia especializada, fundamento em que a Linguística Documentária também pode atuar, bem como no processo de indexação.

Dessa forma, entende-se que os trabalhos de pesquisa desenvolvidos, principalmente, na Espanha e Brasil, são de extrema importância para a área, no entanto,

também acredita-se que há muito para ser explorado, principalmente estreitando os diálogos com a Linguística, não só estrutural como ocorreu com os estudos já realizados, mas também dialogar com a Linguística funcional, analisando os aspectos de enunciação, discurso e pragmática, também dialogar com a Semiótica.

3.1 A CONCEPÇÃO ESPANHOLA

É, na Espanha, efetivamente que a disciplina Linguística Documental⁵ ganha forma, decorrente das necessidades frente ao tratamento do documento e inerente às discussões espanholas acerca da Documentação, além dos aspectos pertencentes à Análise Documental. Frente às preocupações com a linguagem aplicada para representar os documentos, a Linguagem Documental surgiu como importante instrumento para realizar as representações, fato muito debatido, na França, pelos estudiosos Gardin, Coyaud.

Neste capítulo, tratar-se-á de Linguística Documental, diante das necessidades da corrente espanhola da Documentação, diferentemente de Linguística Documentária tratada no Brasil que incorporou pressupostos franceses, espanhóis e ingleses a esta disciplina. A escola francesa e inglesa direcionaram seus estudos à Análise Documentária e à Linguagem Documentária a fim de desenvolver técnicas, métodos e práticas para o tratamento do documento e a efetiva adequação da linguagem na representação dos conceitos.

A escola brasileira, por sua vez, concentrou seus esforços, majoritariamente, nas concepções francesas, explorando a Análise Documentária e sua relação com o tratamento temático do texto, assim como a Linguagem Documentária, estruturada pelos estudos propostos pela Lexicologia e Terminologia. Poucos trabalhos dialogaram com a perspectiva espanhola acerca da linguagem, por conseguinte com a Linguística Documental.

A escola espanhola apresentou um direcionamento diferenciado, pois reconheceu na atividade de representação um processo de metalinguagem, já que se

⁵ Nesta Seção será utilizado, diferentemente do restante do trabalho, Linguística Documental. Por entender que se trata de uma seção destinada a discutir o desenvolvimento dessa disciplina na Espanha, achou-se correto manter o termo aplicado nesse país, diferentemente do termo adotado no Brasil, devido às influências francesas acerca da Análise Documentária, por conseguinte Linguagens Documentárias.

entende que os vocábulos presentes na leitura não retratam a mesma significação dos termos aplicados na representação e indexação, pois há a presença da semiótica, seja pela transformação de suas substâncias, seja pela semiose. A metalinguagem documental é processo de análise de signos, por isso o entendimento de haver uma prática semiótica na representação da informação documental.

Diante desses fatos, é válido contextualizar que os estudos sobre Documentação na Espanha ganharam destaque com as pesquisas de Lasso de la Vega (1935), porém foi López Yepes (1978) quem aponta a relação entre o tratamento do documento e a necessidade de uma linguagem para representá-lo. Sendo assim, é García Gutiérrez (1984) quem propõe o surgimento da disciplina Linguística Documental, pois “a Documentação em seu nível científico e como disciplina que estuda o processo científico-informativo, encaixa-se com a problemática da comunicação, cujo veículo ou meio básico é a linguagem” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 137, tradução nossa).

O controle dos documentos precisava de um trabalho específico com a linguagem, principalmente para estabelecer normas e procedimentos de controle para que a representação fosse eficiente tanto para o armazenamento, quanto para a recuperação, assim a Linguagem Documental surge em um cenário extremamente preocupado com o tratamento do documento, principalmente no que tange à análise da documento primário e à elaboração do documento secundário. Dessa forma, a Linguagem Documental atua como “meios de expressão criados por e para o controle dos documentos e mais concretamente dos seus conteúdos e como ponte que possibilita a comunicação entre os homens, intermediários e sistemas de documentação acumulada” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 135, tradução nossa).

Todavia, é preciso compreender que o processo de transformação de documento primário em documento secundário é realizado à base de uma tradução de elementos analisados no primeiro, em linguagem natural, ajustada às normas que regem o segundo, em terminologia especializada, assim indicando que estudos sobre a linguagem precisavam dialogar com a área cujo objeto de estudo seja a linguagem: a Linguística: “A Linguística se ocupa do estudo da linguagem como um sistema para comunicar informações, ambas disciplinas, no âmbito de diálogo documental, fundem-se constituindo a denominada Linguística Documental ou interdisciplinar de linguagens documentais” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 137, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a Linguística Documental assume a tarefa de estabelecer rigorosos procedimentos de pesquisa qualitativa, promovendo o desdobramento também qualitativo da documentação científica. Devido a isso, López Yepes sentia a necessidade de definir a configuração da disciplina, que, em primeiro lugar, deve-se destacar a Documentação, “em cujo núcleo aflorou a necessidade de controlar os documentos através da Linguística”. Portanto, para López Yepes, tratava-se de “Ciência geral que tem por objetivo o estudo do processo de informação das fontes para a obtenção de conhecimentos em um nível comum universal” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 135, tradução nossa).

Dessa maneira, esse conceito se funde à Linguística, “Ciência que estuda a linguagem humana”, assim originando-se uma disciplina capaz de ajustar os procedimentos de tratamento do Documento, atrelados à Linguagem Documental, Análise Documental, como indicava Izquierdo Arroyo, na formatação do plano de ensino da disciplina, em seu livro intitulado *Esquemas de Linguística Documental*, publicado em 1990.

Nessa perspectiva, entende-se que a problemática em que está, inicialmente, inserida a Linguística Documental, na Espanha, é referente à Documentação, já que os estudos iniciais dialogavam com as propostas de Otlet e La Fontaine; posteriormente, a Linguagem Documental ganha espaço, pois os estudiosos estavam preocupados com a elaboração de documentos secundários e terciários e a estes últimos um alinhamento com normas e terminologias específicas. Assim, deve-se entender que o objeto de estudo da Linguística Documental é a construção de uma linguagem documental especializada, sob a qual se constituem os tesouros, por exemplo.

Frente a essa análise, deve-se entender que, na Espanha, o objetivo principal da Linguística Documental é oferecer mecanismos linguísticos, inerentes à análise de signos e à aplicação da semântica a fim de reduzir problemas de ambiguidades, polissemia e homografias na constituição de uma Linguagem Documental especializada, eficiente e precisa. Ademais, define-se que a “Linguística Documental [...] é uma disciplina impregnada de outros campos científicos, como são basicamente a Lógica, a Estatística e a Informática e mais concretamente, a Lexicologia, a Arquivística, a Biblioteconomia e a Telemática” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 137, tradução nossa).

A preocupação em oficializar a disciplina denominada de Linguística Documental fez com que a resolução 536/1989 de 5 de dezembro de 1988 homologasse um plano de estudo na Universidad de Murcia para graduação em Biblioteconomia e Documentação, que trazia como matéria Análise e Linguística Documental, em que o objetivo era “exposição das técnicas de catalogação de todo tipo de documento desde o enfoque convencional e informático. Teoria da classificação e construção de tesouros”, as atividades envolvidas à matéria ainda contavam com “análise de conteúdo dos documentos e metodologia de resumo científico”, divididos em 10 créditos para Análise Documental, 10 créditos para Linguística Documental I e 5 créditos para Linguística Documental II (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 3, tradução nossa).

Esse movimento ficou conhecido como “marco acadêmico”, diante do qual se desenvolvia a concepção científica e didática da disciplina, obrigando a elaboração de um programa efetivo. Sendo assim, o estudante de Biblioteconomia e Documentação era capacitado para compreender a Documentação e sua relação com a Linguística Documental, assim devendo adquirir conhecimento técnico como: teoria da classificação; construção de tesouros e indexadores analógicos; análise de conteúdo dos documentos, em previsão de exercício e prática de sistemas de padronização de indexação, metodologia e prática de resumo científico dos documentos, e (como foco teleológico que desencadeia essa ação teórico-prática) e os aspectos linguísticos da pesquisa documental (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 12, tradução nossa).

O estudo da linguagem é decorrente das exigências atreladas às preocupações com a informação, já que esta necessita ser extraídas dos documentos. Sendo assim, é factual que a estruturação das ferramentas seja à base da linguagem, por conseguinte há a exigência do apoio de outras áreas, destacando-se a Linguística, a qual deve estar alinhada ao desenvolvimento técnico-científico da Documentação e Terminologia, para também permitir explorá-las juntamente com a Normalização.

Nessa perspectiva, esse estudo ganha dimensões metalinguísticas, pois a linguagem se torna mecanismo de controle e representação, visto que é preciso destacar que “a normalização deve ser aplicada a todos os âmbitos da atividade humana que necessita regulação”. O desenvolvimento humano, assim como o conhecimento acumulado pela humanidade se evidencia através de documentos, por isso “os conhecimentos devem estar fixados em alguns suportes como papel, fotografia, disco etc.” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 19-20, tradução nossa).

Essa organização documental exige normas para padronizar o sistema de armazenamento e recuperação, entretanto a linguagem atua como meio de análise, extração, representação, elaboração terminológica, assim como elaboração documental e, por fim, recuperação. A linguagem descreve e potencializa a significação do suporte, como objeto sógnico e veículo informacional, como ainda a linguagem evidencia a informatividade e significação do conteúdo.

O controle da informação através da Linguagem Documental é fundamental para garantir que o material científico seja difundido de forma organizada, para tanto a normalização da linguagem prevê a entrega de serviços eficazes para garantir intercâmbios documentais.

A produção da documentação secundária requer um tratamento bastante específico a fim de representar a documentação primária, além de estabelecer parâmetros para recuperá-la. Assim, entende-se que a Linguagem Documental se destina à elaboração da documentação secundária, enquanto a documentação primária requer práticas da Documentação, além da aplicação da Análise Documental, já que a “chamada Difusão Seletiva da Informação necessita de uma sistematização estrita em análises anteriores, para facilitar a posterior manipulação de dados e localização de documentos originais” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 22, tradução nossa).

A Classificação Decimal Universal é um importante exemplo da normalização aplicada à linguagem, no caso à sistematização de uma Linguagem Documental. A ISO – *International Organization Standardization* (Organização Internacional de Padronização) – e a FID – Federação Internacional da Documentação – organizaram normas a serem aplicadas ao tratamento documental, o qual permite “estabelecer toda a documentação existente sobre a origem das normas, finalidades e objetivos, etapas de elaboração, formação de especialistas, aplicação etc., com os campos científicos e técnicos que se relacionam”. Dessa forma, entende-se “a necessidade de controlar internacionalmente a documentação normativa”, pois trata-se de buscar mecanismos linguísticos fundamentais para um diálogo científico, além do acesso ao conhecimento, portanto deve-se entender que:

O controle documental das normas se converte em um duplo objetivo dos especialistas em sistemas documentais, por ser uma informação científica e técnica crescente que deve ser sistematizada, e por ser, além disso, portadora precisamente de métodos normalizadores imprescindíveis para organizar outros ramos científicos e técnicos. Dessa forma, a normalização,

se converte em aliado da Documentação geral e da Documentação normativa; por ser documentação e por se referir às normas, é um elemento vital para o desenvolvimento harmônico da cooperação internacional e para a implantação dos sistemas de informação (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 23, tradução nossa).

García Gutiérrez e Izquierdo Arroyo destacam a importância da linguagem para o tratamento das informações presentes no documento. Além de indicarem a importância de estruturar processos de análise do signo, o intercâmbio entre idiomas também é importante, os quais acabam exigindo estudos acerca da Semântica para estabelecer processos que evitem na tradução aspectos relacionados à ambiguidade, polissemia e homonímia.

Assim, estabelece-se estabilidade terminológica, portanto proporcionando “maior rigor de investigação, maior precisão terminológica”, procedimento lógico, visto que “as investigações mais sérias procuram utilizar conceitos isentos de ambiguidade”, pois é válido ratificar que os conceitos são definidos “com a finalidade de estabelecer clareza na transmissão dos conhecimentos (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 32, tradução nossa).

A normalização da linguagem especializada é muito importante para a aplicação no tratamento e na análise do documento, tendo em vista que os documentos são fundamentais para compreender o conhecimento e a própria história da humanidade. “A origem dos documentos remonta à aparição da primeira criatura, com primeiro vislumbre de inteligência e captação do abstrato” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 32, tradução nossa). Frente a isso, a representação da percepção humana sobre a realidade ocorre através da linguagem, sendo assim o documento necessita de “uma ação intelectual por parte daqueles que emitem ou difundem no tempo e no espaço e um maior esforço de interpretação por parte do receptor” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 32, tradução nossa).

Para que exista documento, é preciso ter linguagem, pois é esta que promove a “ação e a percepção intelectual”, tendo em vista que se pode estabelecer que “antes da aparição do homem existia no mundo uma infinidade de informações em potencial, existiam na espera de serem captadas” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 32, tradução nossa), mas a transformação dessa potencialidade em informação ocorreu graças ao desenvolvimento da linguagem, na qual há o desenvolvimento de signos, por conseguinte a sistematização da significação e da informação.

Pode-se entender que os documentos em sua primeira fase, “em uma grade de potencialidade, não são apreendidos ou descobertos pelo ambiente exterior à inteligência humana” (GARCIA GUTIÉRREZ, 1984, p. 32, tradução nossa). Para García Gutiérrez, trata-se de um documento embrionário, pois pode não chegar a materializar-se, assim é denominado de pré-documento. É a linguagem que o efetiva como documento, tanto por se tornar suporte como elemento canalizador de mensagem, o qual codifica a informação para poder ser recebida (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 32-33, tradução nossa).

Se a linguagem é fundamental para o estudo da Documentação a fim de compreender os procedimentos aplicados para estruturar uma comunicação especializada, por isso a normalização é fundamental na aplicação dessa linguagem, por outro lado a aplicação da Linguística também é deveras importante devido à amplitude significativa dessa informação. A Linguística Documental se caracteriza justamente para promover procedimentos no tratamento linguístico, visto que a interpretação é humana, e a consolidação de um fluxo informacional também é.

A linguagem promove o significado; a Linguística estuda as dimensões desse significado. Portanto, é válido lembrar que, quando se trata de estudo acerca da Documentação, seu tratamento, procedimento de análises e sua relação com a linguagem, por conseguinte com a Linguística que “as línguas, as ideologias, as barreiras e diferenças culturais, econômicos etc., são fatores fundamentais e negativos para a receptibilidade documental” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 41, tradução nossa).

É, por isso, que, em muitas vezes, também se torna problema para o tratamento do documento ou do fluxo informacional “o monopólio da informação da atualidade por grandes agências”, pois se destacam países desenvolvidos, dentro deles, “grupos de pressão e os poderes políticos e econômicos que acumulam publicações de alguns documentos que talvez apenas sirvam para atrapalhar a tarefa de selecionar uma informação documental objetiva e de qualidade” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 41, tradução nossa).

A caracterização do documento como tal exige a presença de um receptor para fechar o ciclo da mensagem e, assim, poder decifrar a informação que o contém, porém a “falta de sentido, a incapacidade para apreender as ideias, o baixo nível cultural etc., são fatores inerentes ao potencial receptor do documento” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 41, tradução nossa).

Outrossim, é válido destacar que fatores pessoais, culturais, cognitivos e de leitura podem constituir a base de conhecimento de mundo de um indivíduo, por isso pessoas diferentes podem estabelecer interpretações distintas do mesmo texto, por isso aproximar o estudo da Linguística à Análise Documental é importante, já que há técnicas de leituras que possam corroborar para a aplicação da ciência. Para García Gutiérrez, esse fator é um elemento importante para se levantar no estudo da Documentação:

Em condições normais, a interpretação de um mesmo documento por diferentes receptores pode levar a multiplicidade de conjecturas sobre quem se aproxima mais do verdadeiro conteúdo do documento e, ainda assim, a mensagem difundida e captada por alguns pode permanecer no âmbito pré-documental para outros (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 47, tradução nossa).

Diante disso, entende-se haver o embate entre a linguagem natural dos documentos e o efeito de sentido promovido pelo texto e a relação de tradução em linguagem especializada, a qual deve garantir a estabilidade da representação, visando à sua recuperação póstuma. Portanto, a investigação científica deve privilegiar a terminologia na elaboração de documentos secundários, pois estes atuam como norteadores do armazenamento e recuperação das informações, assim a terminologia científica, caracterizando uma Linguagem Documental, está centrada na delimitação do conceito e no estudo e sistematização de suas denominações.

Sendo assim, “o trabalho científico destina certos aparatos para esclarecer ou oferecer uma adequada direção dos termos e conceitos que são utilizados” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 63, tradução nossa), assim entende-se que García Gutiérrez e Izquierdo Arroyo desenvolvem na Espanha estudos para direcionar a Linguística Documental como aparato para sistematizar a Linguagem Documental aplicada no tratamento e análise do documento primário, assim como a elaboração do documento secundário, pois há uma inovação na substância do conceito, seja por metalinguagem, seja por semiose.

Está claro que todo o processo documental tornou-se algo muito importante nos estudos na Espanha, assim para haver o tratamento adequado, entendeu-se que, primeiramente, deveria estabelecer a normalização dos documentos e, dessa maneira, estabelecer uma terminologia científica normalizada, por outro viés, há também a preocupação com a extração de conceitos e termos, o que se caracterizou na Espanha como Análise Documental, “como o objetivo de delimitar os conceitos que

serão utilizados, analisando também as fases que, de acordo com os posicionamentos mais gerais, poderíamos denominar de descrição física e característica dos documentos” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 75, tradução nossa).

Efetivamente, o tratamento documental, em algumas instâncias, como demonstrado por López Yepes, García Gutiérrez e Izquierdo Arroyo está alinhado às preocupações com a linguagem. É neste contexto, que a Linguística Documental, disciplina proposta por García Gutiérrez, é relevante, pois a prática ou técnica de análise não está centrada na aplicação terminológica de linguagem especializada, visto que a transformação de pré-documento em documento ocorre graças à compreensão do signo aplicado a um contexto, no caso das ciências, a um domínio.

Destarte, é possível conceber essa etapa de análise como “distinção e decomposição das partes de um todo”, ou seja, um fenômeno de leitura, análise e interpretação que ocorre através da linguagem, isto é, “a análise supõe um esforço intelectual em sentido centrífugo (para fora), oposto ao processo sintético que consideramos centrípeto (das partes se faz a unidade)” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 79, tradução nossa), concepção que aponta a análise de documentos como procedimento responsável pelo reconhecimento do documento em espécime de conhecimento, responsável também por sistematizar o fluxo informacional extraído, fato que caracteriza como “todo reconhecimento e estudo que se faz em um documento” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 79, tradução nossa).

García Gutiérrez cita Gardin ao apresentar a tônica do trabalho em Análise Documental estabelecida pelo pesquisador francês, tratando-se de:

[...] uma perspectiva linguístico-documentária, que divide em dois os métodos usados em análises: 1, Métodos de tabulação, nos quais o produto final de análise documental é uma lista elaborada com unidades linguísticas extraídas de textos em língua natural e reorganizados em diferentes formas (índices etc.) e 2. Métodos interpretativos, em que os textos em língua natural são objeto de operações mais completas a nível de documentos ou suas demandas. Baseado em suas vertentes, Gardin aponta que Análise Documental é a extração do significado dos documentos (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 81, tradução nossa).

Por fim, para caracterizar a relação entre as atividades da Análise Documental e da Linguística Documental, é necessário destacar que o tratamento, a análise e a indexação realizada por dois indivíduos não terão como resultados o mesmo produto, porém é possível chegar a um resultado similar, devido às questões técnicas, éticas e procedimentais.

Dessa maneira, entende-se que o trabalho com a linguagem requer precisão, por isso a preocupação com a normalização, porém também é preciso ter cautela na extração da significação e informatividade desse conteúdo. Por isso, é válido destacar o “perigo real da interpretação na análise”, pois pode causar “graves prejuízos na hora de recuperar a informação ou de obter dados confiáveis”. A Linguística Documental pode oferecer caminhos de análise, pois “a interpretação nem sempre tem uma causa cultural ou psicológica, já que, por exemplo, em nível de profundidade requerido na análise, conscientemente, provoca alterações nos resultados, sendo este um motivo objetivo” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 89, tradução nossa).

A Linguagem Documental, por sua vez, é capaz de garantir a representação e a indexação baseando-se em normalizações a fim de estabilizar o termo e sua representação, porém um documento é escrito em linguagem natural e isso faz com que tenha elementos significativos que precisam ser trabalhados durante a análise, além disso um documento pode estar relacionado a elementos que não estão inscritos em sua composição, mas gera informação fundamental para sua compreensão e, assim, estabelecer a representação e a organização do conhecimento veiculado por ele, “em nível operacional, o trabalho do indexador se vê afetado e deve ter em conta uma grande variedade de fatores extralinguísticos” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 115, tradução nossa).

O trabalho de tratamento de um documento, explorando informações que são fundamentais para representá-lo em um contexto não explora apenas fatores linguísticos, mas também fatores semióticos como aponta Izquierdo Arroyo, justamente por isso o pesquisador debate uma evolução da Linguística Documental. Há fatores como “a cultura do autor do original, objetivos, motivações e atitudes, a posição do autor com respeito ao seu público, a interpretação da mensagem por parte do indexador condicionado por sua própria cultura, atitudes, compreensão do tema e por sua posição diante dos usuários” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 115, tradução nossa).

Sendo assim, antes de tudo, é preciso compreender que a Linguística Documental é uma disciplina que atua com o papel metalinguístico, portanto trata-se de compreender os processos que se aplicam para a formação de novos conceitos, consequentemente entender que verificar e investigar os reajustes e as trocas na substância desses conceitos, incluindo as características semânticas envolvidas

perpassam pelo fenômeno de uma análise de uma linguagem natural através de uma linguagem especializada.

Assim, é deveras fundamental compreender que a presença da Linguística nos procedimentos de investigação e estudo prevê a análise acerca dos elementos estruturais do signo, por conseguinte é envolver os campos da Linguística para promover a verificação. Além disso, é necessário estabelecer estudos da Semântica, Semiologia, Enunciação, Discurso, Pragmática e Semiótica para analisar também aquilo que não está registrado, mas está inscrito.

Trata-se, portanto de uma “metalinguística documental”, já que se aplica a linguagem para verificar outro tipo de linguagem, no caso, outro tipo de aplicação da linguagem. “Às vezes, a metalinguagem e a linguagem como objeto se coincidem, e concretamente em Linguística Documental, usaremos termos para definir e estruturar as próprias linguagens documentais como, por exemplo, aqueles relacionados à Documentação científica” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p.v138, tradução nossa).

Por fim, é preciso deixar claro que a Linguagem Documental é “disciplina teórica com o objetivo claro de resolver a problemática concreta do controle dos documentos” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 153, tradução nossa), porém é preciso também estabelecer que a unidade mínima de mensagem documental reconhecida como uma terminologia especializada é, antes de tudo, um signo, devido a isso e a todo o aparato linguístico de sua composição e natureza necessita-se de constantes diálogos com a Linguística.

A Linguagem Documental é, efetivamente, um objeto de estudo interdisciplinar entre a Documentação, a Linguística Documental, por conseguinte envolvendo a Linguística e a Semiótica, no entanto a significação não provém de apenas documentos escritos, ou ainda, pensando em documentos escritos, a informação e a significação não provém apenas daquilo que está escrito no texto, sendo assim a Linguística Documental precisa dialogar com outras áreas que também estudam a linguagem, mas esteja além dos limites da Linguística, como é o caso da Semiótica peirciana a fim de abordar o extralinguístico, assim como pensa Izquierdo Arroyo.

É claro que o propósito da Linguagem Documental é o trabalho com a linguagem especializada e, principalmente, como esse recurso é capaz de tratar o documento, garantindo sempre seu armazenamento e sua recuperação, no entanto o documento é produzido em linguagem natural e esse fator precisa ser sempre avaliado no instante de aplicar a linguagem especializada, devido aos problemas de

leituras indicados por García Gutiérrez. Diante disso, o sistema de aplicação de técnicas de análise é importante no processo, por isso também é preciso pensar um sistema linguístico que acompanhe as necessidades conceituais de um documento.

Ademais, esse esquema precisa atender à aplicação da lógica e funcionar à base de um diagrama funcional, a fim de garantir a aproximação nos resultados obtidos através da análise realizada por indivíduos diferentes, portanto Linguística Documental precisa dialogar com a Linguística e com a Semiótica para fundamentar sua atuação na estruturação da Linguagem Documental. Dessa forma, entende-se que os estudos realizados na Espanha são importantes para o desenvolvimento da disciplina tanto no país como no Brasil.

Nessa perspectiva, os estudos realizados no Brasil traçaram um perfil próximo do que se realizou na Espanha, no entanto, em ambos os países, percebe-se que os estudos dialogam com a Linguística e com a Semiótica, entretanto, no direcionamento da representação do conhecimento e na elaboração de linguagem especializada, avançaram-se, muito mais, os estudos à base da Terminologia, pois é sob esse viés que se estabeleceram os estudos sobre Linguagem Documentária no Brasil. Todavia, como apontam López Yepes (1978), García Gutiérrez (1984) e Izquierdo Arroyo (1990), a aplicação da Linguística Documental nasce com os problemas relacionados à Documentação, mas pode oferecer recursos para serem aplicados a toda a Ciência da Informação, pois todo fluxo informacional é resultado de aspectos semióticos.

3.2 A LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA NO BRASIL

No Brasil, as pesquisas sobre a aplicação da linguagem no processo de tratamento documental e representação da informação e conhecimento atendem, de modo geral, às perspectivas apresentadas na França e Inglaterra. Assim, reconhece-se que os trabalhos de pesquisas brasileiras estão direcionados à Linguagem Documentária, por sua vez sua relação com a Terminologia e com a Análise Documentária, além de sua relação com o tratamento temático da informação e com a indexação. A Linguística Documentária, no Brasil, ocupa um pequeno cenário e sua estrutura é fundamentada pelos estudos espanhóis, que se caracterizam pelo diálogo com a Linguística Estrutural e a Semiótica peirciana.

Consequentemente, é fato que as linhas de pesquisa referentes à Análise Documentária estão bem evoluídas, quando se fala sobre as linhas que envolvem o campo da representação e organização do conhecimento. Esse avanço se caracteriza pela maciça contribuição dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo TEMMA.

A presente seção tem como objetivo discutir os procedimentos pelos quais a Linguística Documentária foi implantada no Brasil. Reconhece-se que sua discussão surge dos trabalhos desenvolvidos a partir da Análise Documentária. No Brasil, o estudo sobre a linguagem especializada no tratamento do documento foi direcionado para os estudos da Linguagem Documentária. Ademais, também pretende-se analisar a atuação do Grupo TEMMA no cenário do tratamento documental, por conseguinte as suas discussões acerca da Linguística Documentária.

O Grupo TEMMA foi fundado em 1986, motivado pelo conjunto de pesquisas realizados pela Escola de Comunicação e Artes – ECA da Universidade de São Paulo - USP (LARA, 2011, p. 96). Dentre as pesquisas realizadas ao longo dos anos, há um nicho que dialoga efetivamente com o GT2 do ENANCIB, cuja delimitação temática atual sofreu incisiva contribuição do grupo. Esse nicho tem como foco de pesquisa: o tratamento documental e a aplicação adequada da terminologia (LARA, 2011, p. 96) e é nesta linha que as pesquisas desenvolvidas pelo grupo despertam o interesse para o desenvolvimento deste trabalho.

Os trabalhos desenvolvidos pelo grupo foram iniciados em busca de respostas suscitadas pelas disciplinas da graduação e dos cursos de pós-graduação da ECA/USP. A forte influência francesa sobre pesquisas de representação da informação, direcionaram o grupo ao contato com os trabalhos de Gardin. Esse alinhamento elucidou dinâmicas para a representação que enviesaram para a Análise Documentária.

O desenvolvimento da linha de pesquisa Análise Documentária em resposta à forte demanda por cursos extracurriculares na área da Análise e Representação Temática apontou preocupações convergentes por parte dos pesquisadores. Diante dessas provocações, cada um buscou um horizonte de pesquisa que se alinhasse com as necessidades da Análise Documentária. Ademais, “a necessidade de isolar os “miolos” das palavras para destacar a representação de conceitos a fim de trabalhar com maior economia e eficácia” aproximou algumas linhas de pesquisa do grupo à linguagem, por conseguinte despertou a atenção para a linguística (CUNHA *et al*, 1987). Ratificando essa análise, Smit (1987, p. 5) anuncia: “No início da década de 70

uma vaga intuição direcionou as pesquisas para um campo que, pelo menos na época, não integrava o currículo habitual da biblioteconomia no Brasil: a interseção entre a documentação e a linguística.”

Diante disso, entende-se que os avanços da Análise Documentária dialogam com várias vertentes de pesquisa, todavia há nas produções do Grupo TEMMA importantes direcionamentos para o fortalecimento dos estudos e da aplicabilidade da Linguística Documentária, já que esta acaba por fornecer ferramentas para engendrar os mecanismos da Linguagem Documentária, a qual, por sua vez, além de fornecer instrumentos de mediação e possibilitar avanços para melhorar a qualidade da representação, sendo visto como um sistema que envolve regras, dinâmicas, fomentados por significação, interpretação, pragmática e discurso que condicionam as tratativas do tratamento temático do assunto.

Outrossim, se a Análise Documentária se empenha na análise dos conceitos produzidos pelo documento, interpretando a informação veiculada, é preciso pensar que esse processo está condicionado às ações da comunicação. Em outros termos, o documento conduz a informação por produção de mensagem, há um elo entre receptor e emissor, relação que caracteriza a comunicação, sendo esta produzida por linguagem natural. A Análise Documentária atua como intercâmbio entre a análise de assuntos do documento, em linguagem natural e sua representação, realizada em Linguagem Documentária.

Neste cenário, que se caracteriza por ser uma arena linguística, a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária, disciplina proposta por Izquierdo Arroyo (1990), inspirada nas teorias de Peirce e Morris sobre a Semiótica, com o objetivo de estudar a semiose documental, que por sua vez é o processo de comunicação que trata do signo, no caso da Documentação, trata da adequação da linguagem na representação do documento, podem estabilizar a atuação da Linguagem Documentária, pois são capazes de determinar categorias a fim de estabelecer procedimentos de análise e estruturação.

Assim como a língua possui três grandes esferas categóricas de preocupações de estudo, sendo elas a estrutura, que envolvem estudos acerca da fonética, fonologia, lexicografia, morfologia, sintaxe, aquisição da linguagem, psicolinguística; a representação da realidade, que envolvem estudos fundamentados nas áreas da Semiologia, da Teoria da Comunicação, da Semiótica, da Semântica, Estética, Lógica; por fim, o discurso, que envolvem estudos sobre a sociolinguística, pragmática,

ideologia, historicidade, materialismo e materialismo histórico, dialogismo, dialética, comunicação, enunciado, enunciação, intencionalidade, direcionalidade, discurso, representação social e de poder, estudados pela Linguística Textual e Análise do Discurso (FIORIN, 2001).

Como a preocupação do grupo sempre apontou a necessidade de trabalhos interdisciplinares, entende-se que a inter-relação entre Análise Documentária, Linguagem Documentária e Linguística Documentária podem contribuir para o desenvolvimento da área de organização e representação do conhecimento, assim como a relação dessa área com os estudos da Linguística e outras teorias que envolvem a linguagem como a Semiótica, podem contribuir para a definição de categorias de estudos, os quais podem definir, alinhar, sistematizar ou produzir técnicas, procedimentos ou métodos.

A preocupação do Grupo TEMMA sobre a relação entre Análise Documentária e Linguística remonta a década 70 do século XX. Assim, Smit (1987, p. 7) aponta:

A automação desnudou a relativa ingenuidade das operações de análise documentária: para responder e estar à altura dos acontecimentos, era necessário estabelecer regras claras, dar opções unívocas à máquina, explicitar em suma. A necessidade oficializou um casamento que já existia, mas que não se assumia como tal: análise documentária e linguística passaram a ser discutidas em conjunto, uns abordando a linguística como "fornecedora" de insumos básicos, outros, mais ousados mas igualmente corretos, oferecendo a experimentação de procedimentos de análise documentária em larga escala (e automatizada) como possibilidade de validação de teorias linguísticas.

Ainda sobre as preocupações do grupo, há alguns pontos que precisam ser respondidos, os quais transcendem os estudos focados em semântica. Àquela altura, entende-se que os estudos semânticos abordam as relações hierárquicas, partitivas e associativas. Dessa forma, entende-se que se torna válido propor que haja estudos para associar Semântica com Linguística Textual, Análise do Discurso e Pragmática para obter melhores resultados.

Apontando alguns elementos que envolvem essas preocupações, a autora indica:

As discussões suscitadas pela automação da indexação, análise e classificação, com o passar dos anos, revelaram que a problemática da análise documentária não se resumia a questões de sintaxe e semântica, uma vez que, ao ultrapassar o limite da frase e passando a se preocupar com o texto, um outro componente intervinha igualmente: a lógica.

A tradução da informação contida nos documentos em informação documentária supõe a criação de instrumentos para normalizar e homogeneizar esta tradução: ambos estão hoje irremediavelmente associados a operações lógico-semânticas. Esta ampliação do universo frásico inicial levou, pouco a pouco, a uma modificação na abordagem da problemática, na medida em que a lógica interna ao texto é considerada igualmente relevante para sua análise. (CINTRA *et al*, 1987, p. 7-8).

Com o objetivo de esclarecer as linhas de pesquisa dos integrantes do Grupo TEMMA, assim como facilitar o entendimento dos avanços de suas pesquisas, Café e Sales (2010) apresentam um quadro em que apontam as linhas de pesquisa e os respectivos pesquisadores:

Quadro 8 - Temas e Pesquisadores (GRUPO TEMMA).

Linhas	Temas tratados na análise documental	Pesquisadores
1	Bases epistemológicas: no sentido de se resgatar os aspectos históricos que levaram à construção da disciplina bem como à constituição de seus marcos teóricos	Cunha, Kobashi, Lara, Fujita, Guimarães, Liberatore, Lara, Smit, Tálamo e Vogel.
2	Processos em análise documental, englobando a leitura	Cintra, Fujita, Nardi, Santos, Rubi e Fagundes
3	Processos em análise documental, englobando a condensação	Guimarães e Kobashi
4	Processos em análise documental, englobando a representação documental	Lara
5	Instrumentos de análise documental, notadamente as linguagens documentais	Cintra, Tálamo, Kobashi, Lara e Tálamo
6	Relações interdisciplinares da análise documental com a Linguística	Cintra, Kobashi, Lara, Smit e Tálamo.
7	Relações interdisciplinares da análise documental com a Terminologia	Cintra, Lara, Tálamo, Kobashi, Smit e Lenzi
8	Relações interdisciplinares da análise documental com a Lógica	Cunha, Guimarães e Kobashi
9	Relações interdisciplinares da análise documental com a Diplomática	Guimarães, Nascimento e Moraes
10	Análise documental em universos específicos: em Arquivos	Smit, Guimarães e Kobashi

Continuação Quadro 8

11	Análise documental em universos específicos: em Museus	Cerávolo e Tálamo
12	Análise documental da imagem	Bocato, Fujita, Smit, Gonçalves e Macambyra
13	Análise documental de documentos jurídicos	Guimarães e Barité
14	Aspectos humanos e sociais: Ética em análise documental	Fernandez-Molina & Guimarães, 2002; Fernandez-Molina, Guimarães, Lara e Cioffi
15	Aspectos humanos e sociais: ensino e pesquisa	Danuello, Menezes, Guimarães, Rubi e Fujita
16	Aspectos humanos e sociais: Políticas de análise documental	Guimarães
17	Estudos sobre terminologia	Lara, Tálamo, Lima
18	Estudos sobre semiótica e linguística documentária	Lara, Tálamo, Almeida
19	Estudos sobre vocabulários controlados em arquivos	Smit, Kobashi
20	Estudos sobre audiovisuais	Smit

Fonte: Adaptado de CAFÉ; SALES (2010, p. 127).

Entende-se ser necessário categorizar os apontamentos de Café e Sales (2010, p. 127) sobre as linhas de pesquisa do Grupo TEMMA para que se pudesse evidenciar que as linhas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18 são de interesse de estudo deste projeto, devido à sua natureza interdisciplinar e transdisciplinar, além de as linhas 2, 5, 6, 7, 8, 17, 18 estarem diretamente alinhadas à linguagem, possibilitando caminhos para enfatizar a importância de estudos para potencializar a atuação da Linguística Documentária.

Ademais, não basta se preocupar apenas com a representação da informação, é preciso, antes de tudo, compreendê-la, afinal a informação apenas é significativa e transmitida se for socializada, produto de uma mensagem veiculada em que nas suas pontas de produção de uso há a presença da cognição para decidir o que fazer com ela, para tanto é necessário que essa informação circule. Diante disso, só haverá êxito se houver qualidade na transmissão e na recuperação, ou seja, se houver o tratamento dos aspectos formais e temáticos de forma adequada (CAFÉ; SALES, 2010, p. 127).

3.3 ANÁLISE DOCUMENTÁRIA E LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA

A Análise Documentária é o campo de maior desenvolvimento teórico, técnico e metodológico dentro dos campos de representação da informação e do conhecimento da Ciência da Informação, todavia essas práticas e técnicas são estruturadas pela Linguagem Documentária, já que seu objetivo é analisar o documento para representá-lo, através de linguagem especializada, para a possível recuperação futura. Devido a esse processo e relação interdisciplinar e transdisciplinar entre esses dois campos, por conseguinte entende-se a interdependência da Análise Documentária à Linguística Documentária (GARDIN, 1966; GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984).

Por ora, destaca-se o posicionamento de Izquierdo Arroyo acerca da contribuição da Linguística para a Análise Documentária, ao apontar a importância dos trabalhos de L. Hjelmslev, R. Barthes, A. J. Greimas no que tange ao entendimento da significação e da lógica semântica (IZQUIERDO ALONSO; IZQUIERDO ARROYO, 2014, p. 109). O autor ainda defende que o tratamento documental, ou seja, tipos de análise documental que se realizam no processo de representação do documento, podem ser realizado em qualquer área, assim torna-se interessante o intercâmbio entre ciências para a contribuição de estudos a fim de avançar na técnica de tratamento de assunto, uma espécie de habilidade da Análise Documentária:

Também provocou a separação prejudicial de ambos os tratamentos complementares: **análise** (predominante na indexação ou "descrição da característica") e **síntese** (mais presente no resumo ou "descrição substancial"). Na sua pergunta, você usou o adjetivo "**temático**". Eu prefiro falar de tratamento "*documental*". Digo isso por duas razões: 1) Porque o tratamento *temático* dos documentos também é realizado em disciplinas que nada têm a ver com documentação; assim, o historiador da filosofia pode analisar os fragmentos pré-socráticos de Protágoras seguindo o padrão de um determinado assunto ou assuntos: o relativismo, por exemplo. Mas a perspectiva do documentarista é outra completamente diferente. 2º) Porque a norma ISO para a construção e manutenção de tesouros monolíngues - em muitos capítulos questionáveis -, quando se ocupa da estrutura global dessas ferramentas documentais, distingue entre estrutura (macroestrutura!) **temática** e **facetada**. Por esses motivos, prefiro falar sobre tratamento documental (IZQUIERDO ALONSO; IZQUIERDO ARROYO, 2014, p. 113, tradução nossa).

Outro ponto fundamental para o tratamento de conteúdo e assim estabelecer caminhos para a organização do conhecimento é o tratamento da mensagem. Dialogando com as teorias linguísticas que tratam da comunicação, destaca-se a

Teoria da comunicação, desenvolvida por R. Jakobson, na qual é proposta a ideia de que a mensagem é, de fato, o elemento fundamental da comunicação, haja vista a necessidade de transmiti-la.

Importante destacar que a mensagem é transporte da informação, que, por sua vez, é capaz de produzir conhecimento. Diante disso, R. Jakobson (1956) propõe uma teoria estruturando o que foi denominado de Funções da Linguagem. Uma dessas funções é a Função Referencial, em que o linguista aponta a importância da mensagem centrada no conteúdo – dialogando com as teorias de Hjelmslev acerca da Glossemática – e não na expressão, ou seja, a função referencial tem como objetivo central o referente, destacando o assunto, tratando-se de textos em que os conceitos são enfatizados e estruturados em linhas argumentativas sequencias.

Na perspectiva das considerações dos estudiosos espanhóis, é possível propor um procedimento para uma análise técnica do documento explorando uma relação entre uma base de uma relação semântica e uma base da linguística textual (KLEIMAN, 2002; KOCH, 2018). Essa relação destaca a progressão temática - sequência dos conceitos identificados no texto, através de uma rede semântica, responsável pela coerência entre as partes que compõem o documento: por similaridade, relação semântica, e contiguidade, relação sintática, baseadas na sinonímia, ou na coesão referencial.

Assim, esse mecanismo de coesão textual conecta as diversas partes do texto através da substituição de termo mencionados por outros termos da mesma rede semântica, em sua maioria, de natureza anafórica, ou seja, o referente é mencionado inicialmente e retomado por um outro termo (função remissiva) posteriormente, facilitando o reconhecimento dos conceitos importantes na construção do texto.

Sobre a contribuição das teorias de R. Jakobson para a Análise Documentária, J. M. Izquierdo Arroyo aponta que:

a função "referencial" ou *cognitiva* (Roman Jakobson) é apenas uma das funções da linguagem. Os documentos são portadores de outros valores distintos dos cognitivos e epistemológicos. Os documentos também contêm a expressão de sentimentos (função expressiva) - lembre-se dos valores estéticos - e as diretrizes, exortações e ordens (função injuntiva) - recordando-se dos valores jurídicos (IZQUIERDO ALONSO; IZQUIERDO ARROYO, 2014, p. 113, tradução nossa).

O impacto da linguagem na Análise Documentária é grande, principalmente, pelo resultado da representação dos documentos, tendo em vista a relação intrínseca com a linguagem especializada.

O tratamento documental é marcado pelo dinamismo dos léxicos de um idioma, pois o tratamento requer uma interpretação, a qual pressupõem explicações metalinguísticas, estejam elas implícitas, já delimitadas nas margens do domínio, estejam elas explícitas restringindo as significações enviesadas no documento, todavia de uma maneira ou outra esse processo se faz por tesouros, cabeçalhos de assuntos, identificações de conceitos, árvores de domínios e conceitos, classificação facetada, ou indexação. A Linguagem Documentária é o grande elo entre a Análise Documentária e o documento, por isso este campo tem como objetivo inicial a mediação.

Frente ao impacto da linguagem na Análise Documentária, é válido destacar uma pesquisa realizada por Guimarães, Sales e Grácio (2012) com o objetivo de alinhar os campos interdisciplinares com o Tratamento Temático da Informação – uma prática para análise de assunto, com projetos em desenvolvimento pelo professor J. A. C. Guimarães, Unesp, campus de Marília – realizada através da adoção de coleta de informações através de questionário aberto com um grupo de 64 pesquisadores, sendo eles brasileiros e espanhóis.

No âmbito brasileiro, 90% dos pesquisadores apontaram como fundamental que disciplinas com matriz linguística-lógica deveriam estar relacionadas aos estudos da Análise Documentária. Por sua vez, no âmbito espanhol, também houve a predominância de 90% apontando a importância de estudos acerca da linguagem e da lógica para o desenvolvimento da Análise Documentária (GUIMARÃES; SALES; GRÁCIO, 2012).

Pode-se entender que o tratamento temático e análise de assunto são elementos importantes para que se norteiem os estudos da Análise Documentária. Alguns procedimentos inerentes a esses processos são *aboutness* – processo de reconhecimento de conceitos, em que se evidenciam os assuntos inerentes ao documento, com valor permanente - e; *meaning* – outro tipo de reconhecimento de conceito, porém destacam-se os assuntos de valor mutável, conforme contexto, local, intencionalidade, interesse (GUIMARÃES; SALES; GRÁCIO, 2012).

Frente a isso, é possível reconhecer a interação com a Linguística Documentária e introduzir estratégias de marcação textual. Na análise de *aboutness*,

opera-se à base da Linguística Textual: esquema; princípio de parcimônia; princípio de economia; regra da recorrência, regra da continuidade temática; regra da linearidade temática; grau de informatividade; princípio de relevância; homogeneidade; pertinência.

Por outro lado, aplicados ao *meaning*, elementos relacionados à semiose ilimitada – produção de significados, ou seja, um signo produz outro signo de modo ilimitado, ao interpretante – terceiro estágio da tríade do diagrama de signos, que se dirige a alguém e lhe cria um novo signo de valor equivalente ou mais desenvolvido, e ao pragmatismo – aplicação do raciocínio e mecanismo lógico de constituição do hábito, sob à luz da Semiótica, ou ainda, o discurso – fluxo informacional de caráter social, isto é, condutor comunicativo, das intenções, da direcionalidade, da pragmática discursiva – ato de fala de caráter individual aplicado na construção do texto - à luz da caracterização do contexto.

Para marcar esses elementos no documento e usá-los como orientador conceitual / discursivo, pode-se fazer uso de elementos dêiticos – elementos coesivos de valor contextual, que retomam informações já mencionadas em situações anteriores ao enunciado, assim como marcadores de debreagem – operação enunciativa que distingue ou destaca os três indicadores de enunciado: pessoa, tempo e espaço. Dessa forma, podendo alinhar esses processos de reconhecimento de conceitos, pertencentes à Análise Documentária com a ideia de quadros nocionais, presentes nos estudos de Linguagem Documentária, desenvolvidos através de ficha terminológica por Lara e Tálamo (2007).

Concomitantemente a esses processos, é necessário refletir também sobre os aspectos de contribuição da Análise Documentária para a Linguagem Documentária, pois se esta tem a pretensão de encontrar a univocidade do termo e equilíbrio na relação com o conceito, aquela deixa claro que a dinamicidade das relações contextuais e discursivas demonstram que os registros, através de descritores, representam também um processo cognitivo, o qual, inevitavelmente, dialoga, intrinsecamente, com fatores sociais.

Diferentemente do Latim, aplicado como denominador (descriptor) das espécies em Ciências Biológicas, por não possuir articulação social, por sua vez, não promove elementos extralinguísticos e/ou experiências colaterais nos intérpretes (MORRIS, 1971); a Linguagem Documentária, sendo, inexoravelmente, material produzido à base da linguagem natural, terá que lidar com as potencialidades semânticas,

produções discursivas, marcações históricas, intenções ideológicas e constante produção dialética entre campos dos saberes e domínios de especialidade.

o texto (inclusive o texto científico) deixa de ser um espaço neutro, composto de uma única camada unívoca, passando a ser entendido como uma sobreposição de várias camadas, algumas internas ao texto, outras externas. Surge a discussão da pragmática: as condições de produção do texto, bem como suas condições de consumo. O texto deixa de ser um objeto neutro, isolado, fechado, e passa a ser um espaço de circulação de informações, ou seja: as informações contidas no próprio texto acrescidas das "leituras" que delas são feitas no momento da produção, análise documentária ou consumo. (SMIT, 1987, p. 8)

Outrossim, é fato que a mediação promovida pela Linguagem Documentária se faz por termos escolhidos socialmente, os quais propiciam uma oferta de sentido, através de tesouros institucionalizados. A língua natural é um sistema (SAUSSURE, 1916), a Linguagem Documentária também é um sistema, portanto segue o mesmo princípio da *langue*. A *parole* saussureana pode ser questionada por algumas teorias da linguagem, sendo assim, questionar esse sistema é função da Linguística Documentária, através, principalmente, da pragmática discursiva.

3.4 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA E LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA

A Análise Documentária, tradicionalmente, estabeleceu-se no tratamento dos documentos. A partir desse estágio, há a relação com as atividades propostas para a Linguagem Documentária. Entende-se que haja uma necessidade prática de sumarizar os conteúdos dos documentos (TÁLAMO; LARA, 2006, p. 204).

A Linguagem Documentária surge nas discussões francesa (GARDIN, 1966; COYAUD, 1966, CHAUMIER, 1974); inglesa (HUTCHINS, 1975); espanhola (LÓPEZ YEPES, 1978; GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984; IZQUIERDO ARROYO, 1990); e brasileira, através do Grupo TEMMA, em 1986 (CINTRA, 1983; CUNHA, 1987).

A Linguagem Documentária surge a partir dos trabalhos franceses relacionados à Análise Documentária. Dessa forma, o tratamento do documento envolvia a aplicação da linguagem para a organização da informação e do conhecimento. Gardin, que foi pioneiro nessa abordagem, denominou a Linguagem Documentária de Léxico Documentário. Outro ponto importante, é que para Gardin, a Linguagem Documentária se tratava de uma metalinguagem, pois sua função é “um sistema

simbólico que faz a mediação entre textos e sua representação” (VOGEL, 2007, p. 10).

A chamada linha europeia denominou a Linguagem Documental de várias formas: linguagem informacional (GARDIN, 1966); um sistema de signos (COYAUD, 1966); linguagem documentais ou linguagens combinatórias (CHAUMIER, 1974); linguagens documentárias (HUTCHINS, 1975); linguagem documental (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984). Dessa maneira, pode-se esquematizar a evolução terminológica e conceitual da seguinte maneira:

Quadro 9 - Linha Europeia: denominação para as Linguagens Documentárias.

Denominação	Abrangência
Léxico Documentário	Constituído por um léxico; Tem regras de combinação; É utilizado para o tratamento do documento.
Linguagem Informacional	Sistema para levar informação dos documentos aos usuários; Meio de comunicação.
Linguagem de Indexação	Indexação de informações.
Linguagem Classificatória	Classificação de informações.
Linguagem Documental	Termo adotado pelos autores espanhóis e portugueses, contrariamente ao que se adota no Brasil, que é mais próximo do uso francês.
Linguagem Artificial	Linguagem construída; não natural.
Linguagem Controlada	Seus termos e sua organização são normalizados.
Metalinguagem	Descreve a linguagem natural.

Fonte: adaptado de VOGEL (2007, p. 18).

O quadro corrobora o entendimento do pensamento europeu frente à Linguagem Documentária, já que é apontada a função de instrumento de representação. No entanto, um item que merece destaque é a denominação como Metalinguagem. Para Gardin, a Linguagem Documentária é um objeto metalinguístico, já para García Gutiérrez a metalinguagem é um processo linguístico que conduz à sistematização da Linguagem Documentária.

É este o ponto de discussão desta pesquisa, pois segundo os especialistas franceses e ingleses, a Linguagem Documentária já é um resultado linguístico, assim apenas são necessárias as contribuições da Terminologia e da Lexicologia para estruturar o termo. Já para os espanhóis, é necessária a atuação da Linguística

Documentária, pois são os desígnios da Linguística que podem indicar como tratar o documento, como interação de uma metalinguística documental e proceder a devida representação.

Já no Brasil, para a Linguagem Documentária, que segue as premissas francesas, são atribuídas as funções de conversão de conceitos; recuperação de informação; classificação da informação; controle de vocabulário, controle terminológico; transmissão de conteúdo; sistema simbólico para mediação (VOGEL, 2007, p. 32). Diante disso, a denominação terminológica ficou da seguinte maneira:

Quadro 10 - Linha Brasileira: denominação das Linguagens Documentárias.

DENOMINAÇÃO	ABRANGÊNCIA
Linguagem de Indexação	Indexação de informações; Recuperação de Informações; Controle do vocabulário; Tradução de conceitos; Uso de Tesouros e Índices; Léxico Reduzido; Regra de Uso.
Linguagem Classificatória	Classificação de Informações.
Linguagem Artificial	Linguagem construída; não natural.
Metalinguagem	Reelaboração do conhecimento como informação.
Linguagem Construída	Oposição a Natural; Recuperação da Informação; Tratamento da Informação.

Fonte: adaptado de VOGEL (2007, p. 32).

Diante dos itens presentes no quadro, reconhece-se a linha brasileira trabalhou com menos denominações e algumas se mantiveram em relação à linha europeia, porém a linha brasileira também apresentou inovações, como a Linguagem Construída, além de algumas abrangências.

Somado a isso, é válido destacar a presença da Metalinguagem, pois esse item é fundamental para as discussões acerca da necessidade de se aplicar a Linguística Documentária para regulamentar a aplicação da Linguagem Documentária. Para a linha brasileira, a Metalinguagem possui a abrangência de reelaboração do conhecimento como informação, no entanto a metalinguagem, em sua essência, descreve a informação a partir da relação entre os elementos linguísticos que evidenciam a similaridade entre o referente e a predicação (JAKOBSON, 2004) e

orienta a construção do conhecimento conforme a atualização da substância do conteúdo (HJELMSLEV, 2013)

De fato, percebe-se que, tanto para a linha francesa e inglesa, quanto para a linha brasileira, na constituição da Linguagem Documentária, há o entendimento de que a própria palavra evoca sua substância, ou seja, apenas se discute a forma, pensamento que sofre influência da teoria de Saussure sobre a língua e a linguagem, dos valores, que se estabelecem pela palavra ser imotivada e o sistema arbitrário, herança dos Universais da Escolástica e do poder inato do Racionalismo.

Frente a isso, é importante destacar que há uma tradução de uma linguagem natural para um descritor, R. Jakobson chama esse processo de tradução intralingual, quando há, através da metalinguagem, a explicação do sentido de um conceito por outro (JAKOBSON, 2004, p. 65), fator semântico imbuído na sinonímia absoluta, já no caso da Linguagem Documentária entende-se a tradução de um conceito por um termo.

Assim, o objetivo desta seção é analisar a relação teórica entre a Linguagem Documentária e a Linguística Documentária. A questão a se refletir aqui é a capacidade de respostas da Linguística Documentária referente à unidade semântica produzida e como esta responde às necessidades informacionais dos grupos envolvidos, seja no âmbito da pesquisa, seja no âmbito da representatividade social de um pensamento ou ideologia, ou seja, por mais que os mecanismos de tratamento documental possuam avaliações objetivas dos processos de produção da informação, como garantir que esses estoques informacionais não se percam?

Sendo a Linguagem Documentária, portanto, o objeto de interesse dessa discussão, entende-se que esta gira em torno da definição, constituição e aplicabilidade da Linguagem Documentária no cenário da Organização do Conhecimento, principalmente no que tange à função de mediar a representação da informação e do conhecimento presentes nos documentos. Ademais, a relação intrínseca referente à natureza e aplicação da Linguística Documentária como regulamentadora dos fenômenos linguísticos inerentes à Linguagem Documentária também será alvo de análise.

Assim, apresentam-se alguns fundamentos da Linguística para demonstrar caminhos de atuação da Linguística Documentária para a regulamentação da Linguagem Documentária. A semântica é capaz de contribuir com esquemas de relações argumentativas, visto que campos semânticos são constituídos por redes

sêmicas, isto é, através da similaridade é possível compreender as relações temáticas entre os conceitos e estabelecer um roteiro conceitual, uma espécie de mapa conceitual destacando as palavras-chave que evidenciem os conceitos-teóricos-práticos que constituem aquela área ou campo do conhecimento.

Através daquilo que R. Barthes (1964) chamou de moda, pode-se estabelecer um modelo de organização do conhecimento para equilibrar as relações conceituais de um domínio.

No vestuário *escrito*, ou seja, descrito por um jornal de moda por meio da linguagem articulada, não há "fala", por assim dizer: o vestuário *descrito* jamais corresponde a uma execução individual das regras da moda, mas é um exemplo sistemático de signos e de regras: é uma Língua em estado puro. Segundo o esquema saussuriano, uma língua sem fala seria impossível; o que torna o fato aceitável aqui é que, de um lado, a língua da Moda não emana da "massa falante", mas de um grupo de decisão, que elabora voluntariamente o código, e, de outro lado, que a abstração inerente a qualquer Língua está aqui materializada sob a forma da linguagem escrita: o vestuário de moda (escrito) é Língua no nível da comunicação indumentária e Fala no nível da comunicação verbal. No vestuário *fotografado* (supondo que, para simplificar, não é traduzido por uma descrição verbal), a Língua se origina sempre do *fashion-group*, mas não mais se apresenta em sua abstração, pois o vestuário fotografado é sempre usado por uma mulher individual; o que é oferecido pela fotografia de moda é um estado semissistemático do vestuário; pois, de um lado, a Língua de moda deve ser inferida aqui de um vestuário pseudo-real e, de outro lado, a portadora do vestuário (o manequim fotografado) é, por assim dizer, um indivíduo normativo, escolhido em função de sua generalidade canônica, e que representa, conseqüentemente, uma "fala" cristalizada, desprovida de qualquer liberdade combinatória. (BARTHES, 1964, p. 29).

Essa analogia apresentada pelo linguista evidencia a relação da língua, ou linguagem natural com as exigências da Linguagem Documentária, já que esta não possui fala, não haveria articulação de revitalização do léxico, sendo um produto estático em uma "vitrine", já que este vestuário – analogia com linguagem especializada estratificada – é um exemplo da língua em seu estado puro.

Todavia, a língua que rege a Linguagem Documentária possui fala, este ponto é chave para as discussões acerca de seu papel, pois há a intenção de apenas emprestar o código e não o signo, como se fosse uma etiqueta verbal, um estoque informacional traduzido em esquemas eternizados, no entanto se esses códigos se cristalizarem, a "moda" ou o "mito" cristaliza também, ficando obsoleto, pois a língua que medeia as relações entre comunicação, informação, enquadramento em um descritor e a recuperação é sincrônica, portanto esse elo seria diacrônico, entretanto

em tempos de tecnologia e velocidade na atualização do fluxo informacional uma “fotografia” do *fashion-group* ficaria “empoeirada”.

A modelagem informacional é uma atividade relacionada diretamente com o processo de significação, pois trata vários elementos ao mesmo tempo, não é apenas a escolha de um termo para representar um conceito, não é apenas consultar um dicionário, como se este atuasse como um catálogo para escolher a melhor versão verbal para definir o assunto, o tema e os conceitos organizados nos documentos, há a relação entre documento e representação através da metalinguagem, portanto há um processo de significação. A própria confecção do termo engloba elementos dêiticos. Para explicitar o papel que a Linguística Documentária precisa assumir, as autoras Tálamo e Lara (2006, p. 204) se pronunciam:

Espera-se, desvincular os processos documentários da ideia que a eles se associam de verbalização autônoma e ao mesmo tempo estabelecer as fronteiras do campo da Linguística Documentária. A hipótese de trabalho é de que o enfoque privilegiado tanto para a elaboração de linguagens documentárias quanto para a operação com as mesmas deve fundar-se na estrutura linguística organizacional que procede de maneira metódica simultaneamente dos quadros de produção, qualquer que seja o produto simbólico resultante – índices, sites, etc.-, e do sistema cognitivo-comunicativo do usuário, o qual passa então a ser submetido a uma segmentação que não a usual, tradicionalmente associada seja à natureza dos equipamentos, seja aquela dos registros.

Destarte, entende-se que a informação não é um produto bruto, é uma construção em eterna elaboração, assim não deva ser vista apenas como conjunto de códigos, mas sim como um encadeamento de signos, carregados de simbologia e organizados de ordem lógica e esse fluxo é tangível e inexorável aliado à cultura, portanto o papel da cultura informacional no processo de produção de conhecimento sobre as técnicas, práticas, metodologias é fundamental, assim como suporte temático para questionamentos e reflexões acerca da complexidade do tema.

A linguagem como elemento constitutivo da cultura informacional não exerce função meramente instrumental. Para além do seu funcionamento codificador, ela se propõe como representação, seja como insumo do processo social de geração de sentido, seja como resultado textual desse processo. É apenas nessa perspectiva que se pode entender a linguagem como sistema de tratamento da informação que visa, através, de sínteses, reunir, para sua recuperação, a imensa massa documental existente. (TÁLAMO; LARA, 2006, p. 205).

Assim, pode-se traçar um paralelo com as teorias de Platão, em Crátilo, sobre a relação entre os espaços discursivos de uma produção. À fala, Sócrates argumenta que o espaço diegético, oriundo de diegese, do grego *diégesis.eos*, que significa narração, termo muito utilizado no universo das produções de ficção, mas que pode emprestar a ideia de produção argumentativa, algo próximo a retórica; já o espaço mimético, oriundo de mimese, que significa imitação, consoante Aristóteles, porém essa imitação não estava desvinculada da retórica.

Traduzindo a analogia, a linguagem natural está para o espaço diegético, pois é dela que nascem as produções, as “narrativas”, a construção do texto-documento; enquanto a Linguagem Documentária está para o espaço mimético, pois trata-se de uma imitação, todavia não pode agir desvinculada da linguagem natural, cabendo a Linguística Documental o papel da análise da retórica e da estética. (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 139)

Ademais, a organização do conhecimento também é estudo do tratamento documental, evidenciando o seu conteúdo, assim como explora a análise dos conceitos, entende-se que haja o processamento de palavras para captação dos conceitos que melhor representem o conhecimento, portanto a importância do processo cognitivo é inerente à escolha temática do produtor do texto, à atuação do profissional de indexação, por exemplo, e pelo usuário.

A Psicolinguística é um ramo da Linguística com ferramentas, técnicas e procedimentos capazes de contribuir com a Análise Documentária, já que processamento de palavras para a Psicolinguística “são todos os processos que ocorrem na mente relacionados à representação e ao reconhecimento de palavras”, assim os estudos dessa área têm o objetivo de “entender como [as palavras] são armazenadas, percebidas e produzidas”, todavia não é tão simples definir o sentido de uma palavra, já que esta produz significados que “implicam conhecer um conjunto de informações de diferentes naturezas” (GARCIA, 2015, p. 59).

Assim, a análise dos conteúdos presentes nas categorias da Linguística a fim de estabelecer reflexões e questionamentos acerca da validade e entendê-los como caminhos para sistematizar as abordagens técnico-teórico-procedimentais para direcionar a aplicabilidade da Linguística Documentária para a Organização do Conhecimento.

Sendo assim, apresentam-se três categorias: uma de demanda estrutural, outra de demanda significativa e representativa e, por fim, uma de natureza enunciativa,

discursiva e pragmática, contudo esta pesquisa aborda com ênfase a segunda categoria e dialoga com a terceira, portanto não aborda em sua essência a primeira categoria, sendo esta e a terceira categoria merecedoras de estudos futuros. Dessa forma, acredita-se propor inovações para este campo e avanços para a Organização do Conhecimento.

A Linguagem Documentária é responsável pela organização da informação e do conhecimento (LARA, 2008). Sua estrutura é, evidentemente, constituída à guisa de controle e estabilização, fato que a configura como um instrumento para fins específicos, instituídos com propósitos específicos, entretanto entende-se que a linguagem especializada não é estática, no entanto formatada à semelhança da linguagem natural, mas sua atuação se evidencia por características artificiais, já que não possui a preocupação com as articulações de uma língua, mas sim com a sua capacidade de representação do pensamento, pois não há pensamento sem linguagem, porém não há linguagem sem pensamento (HJELMSLEV, 2013, p. 1).

A Linguagem Documentária possui caráter instrumental e sua função está atrelada à organização científica do conhecimento. Além disso, sua atuação consiste na configuração de termos especializados utilizados com o propósito de garantir unicidade no sentido dos conceitos que representam os documentos, somado ao fato de possuir a função de padronizar o sentido a fim de garantir a recuperação da informação em qualquer lugar ou cultura. Para tanto, são utilizados como Linguagem Documentária a Classificação Decimal Universal, a Classificação Decimal de Dewey, taxonomias, tesouros e ontologias.

A Linguagem Documentária, em sua essência, possui o objetivo de atuar como mediação entre a informação do documento original e a representação deste na elaboração de um documento secundário. Diante disso, é válido destacar que:

Para que essa mediação aconteça é necessário que o bibliotecário realize o processo de indexação na catalogação com uso de uma linguagem documentária que seja a mesma a ser utilizada pelo usuário no momento da busca de modo a possibilitar o uso de uma mesma linguagem na representação da informação do conteúdo documental e na recuperação da informação (FUJITA, 2016, p. 4)

A Linguagem Documentária é chamada de linguagem especializada, devido à sua natureza científica, ou seja, elaborada para um fim específico: representar e organizar o conhecimento e a informação. Esse tipo de linguagem constitui termos

específicos, caracterizados como terminologia inerente a um domínio do conhecimento.

A linguagem natural, que também orienta a estruturação das línguas, caracteriza-se por ser a linguagem produzida pelos humanos com valor simbólico dentro de uma sociedade, por isso é alvo de estudo da Semiologia, e serve como referência para a elaboração da Linguagem Documentária, porém não devem ser confundidas, pois são de naturezas diferentes em sua aplicabilidade. Dessa forma, destaca-se que:

A denominação linguagem documentária, além de referir-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica [...] designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação (LARA, 2004, p. 232).

Outrossim, entende-se que a principal característica da Linguagem Documentária é atuar como conversora de conceitos, transmissora de conteúdo e mediadora de sistemas simbólicos, fatores que não devem se resumir a um mero procedimento de escolhas de termos, visto que sua função não se restringe a um rótulo, uma identificação de um conceito, como por exemplo ocorre com a Língua Latina, que salvo suas aplicações em textos religiosos, é utilizada para nomear seres do reino da biologia, justamente pelo fato de ser uma língua morta, ou seja, não há explorações de suas duas articulações, evitando, exatamente, o fator interpretativo na indicação dos fenômenos, fatos e seres, ou seja, evitando a presença do extralinguístico – aquilo que não pertence ao sistema da língua, contudo sua aplicação é inerente à produção de significados, através da situação que evoca ao conhecimento de mundo dos sujeitos, do interpretante, da experiência colateral – conhecimento necessário para entender determinada relação entre o objeto e o signo, cujo conhecimento gerado é resultado de uma resistência (PEIRCE, 2017).

Diferentemente do Latim, a Linguagem Documentária possui uma conexão intrínseca com a linguagem natural, assumindo para si os fatores que envolvem a significação. Diante disso, aspectos da Organização da Informação e do Conhecimento, no que recai no instrumento de representação, precisam dialogar, trabalhar de maneira interdisciplinar e transdisciplinar com a Linguística Documentária, bem como a Semiótica Documentária para adequar à metalinguagem documental e semiótica documental.

Quando se fala sobre contribuições da Linguística Documentária para a Linguagem Documentária, destacam-se, imediatamente, os trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de técnicas dialogando interdisciplinarmente com a Terminologia. Lara, (1993, p.76) aponta diferenças de entendimento sobre a Terminologia e o léxico em linguagem natural. Para a autora, “Na Terminologia de determinado domínio de especialidade, uma palavra designa um determinado objeto, na medida em que o insere numa classe particular dentro desse domínio.”

Por outro lado, há o entendimento desse material linguístico abordado pela linguagem natural: Essa mesma palavra, como um léxico, exprimiria apenas um conjunto de propriedades, independentemente de qualquer objeto que seja e de qualquer universo que seja, podendo assumir nenhum ou todos os significados.

Dessa maneira, é preciso compreender que há sempre uma relação intrínseca entre a linguagem natural e a linguagem especializada, devido ao fato de a primeira ser aplicada na elaboração do documento primário, além de ser a referência para a ciência desenvolver seus termos especializados, graças ao fato de a linguagem natural ser articulada e fluida na construção do pensamento. Por sua vez, a linguagem especializada é estática, aplicável apenas no processo de representação e mediação, não possui a característica de articulação. Portanto, a linguagem especializada se constitui como espelho das constituições lexicais da linguagem natural. Se essa cópia inicial não é sempre fecunda e dinâmica no plano do conteúdo, é na forma do plano da expressão que elas são comuns (HJELMSLEV, 2013).

Esse apontamento é importante para demarcar o papel da Linguística na contribuição de estudos especializados para compreender a dimensão dos limites dos objetos em discussão, ou seja, a Linguística se aplica à linguagem natural, devido à natureza de comunicação humana, sendo assim, procede na análise e interpretação do texto/documento para compreender as demarcações terminológica para, *a posteriori*, desenhar a rede conceitual da Linguística Documentária.

Já em relação à Linguística Documentária, esta se aplica à Linguagem Documentária, atuando como mediação entre a fonte de informação e a representação do conhecimento, através de uma metalinguística documental, como aponta García Gutiérrez (1984). A estabilidade de sentido exigido pela ciência permite argumentações pontuais de elementos consistentes para a cristalização do entendimento sobre os conceitos que compõem o campo. A Linguística pode emprestar bases teóricas para desenvolver a Linguística Documentária, todavia é

importante a compreensão daquilo que é específico da linguagem científica e daquilo que é funcional para o estudo da língua e da linguagem natural.

Dessa forma, é possível pensar que a Linguística Documentária é capaz de proporcionar subsídios para a estruturação da Linguagem Documentária, sendo esta, sinônimo de produção simbólica de qualidade, precisão e eficiência.

Por outro lado, entretanto, no Brasil, há a tendência de direcionar, para a Terminologia, os estudos acerca da estruturação da linguagem especializada, por conseguinte da estabilidade semântica do termo aplicado na representação. Nesse sentido, a Terminologia, como ciência, atua baseada nas concepções da Lexicologia e Lexicografia referente à unicidade semântica e tem proposto soluções e direcionamentos para tratar a linguagem especializada. Em linhas gerais, há debates sobre a influência da Linguística nos estudos da Terminologia, como apresentados pela professora Gladis Maria de Barcellos Almeida (2003), porém para a ciência da Documentação, mesmo a Terminologia tendo aparato da Linguística, entende-se ser fundamental a aplicação da Linguística Documentária devido à necessidade de investigar a metalinguagem documentária e a exploração do signo documental.

A Terminologia é uma área científica fundamental para contribuir com a Linguagem Documentária, já que estabelece relação intrínseca com a lógica para compreender os aspectos semânticos aplicados, assim a Teoria Geral da Terminologia “trata os conceitos como anteriores à sua expressão na linguagem”, portanto busca-se a “objetividade, a precisão e a não-ambiguidade” (LARA, 2006, p. 3), contudo é na Teoria Comunicativa da Terminologia em que há concepções mais próximas da proposta da Linguística Documentária, tendo em vista a intenção de recuperar no documento conceitos que sejam fundamentais para a sua representação, assim como a aplicação de termos mais próximos dos domínios e das abordagens sociais.

Pode-se definir a Terminologia em dois grandes eixos de trabalhos ao longo da história. Como aponta Lara (2006, p. 3) “o ponto de partida de Wüster era a lógica clássica visando à criação de uma teoria e de uma metodologia da terminologia como contribuição à comunicação sem ambiguidade”.

Wüster (1899-1977) com sua tese de doutorado, denominada de *A normalização internacional da terminologia técnica*, em 1931, traz à tona a Teoria Geral da Terminologia, em que apresenta maior interesse pela terminologia nos domínios especializados. Nessa perspectiva, Wüster, que sofre influência da Escola

de Viena, “considerava a língua científica e técnica como a língua de uso oposta à língua literária” (ALMEIDA, 2003, p. 214). Além da busca de requisitos para afastar a língua de uso técnico dos problemas de significação da linguagem conotativa, que está presente nas construções cotidianas. Dessa maneira, sua concepção de linguagem, apresenta “o objetivo de eliminar a ambiguidade da linguagem técnica e transformá-la em um instrumento eficaz [...] propôs um método que acabou tornando-se imprescindível na tecnologia: a normalização” (ALMEIDA, 2003, p. 214).

No tocante das propostas da Teoria Geral da Terminologia para efetuar a normalização dos termos, o principal objetivo era a produção de uma comunicação sem equívocos, lógica, exata, universal, de aplicação estática, sincrônica, porém enfrentou dificuldades para representar diversos conhecimentos devido ao seu alcance reduzido na capacidade de descrição de áreas que possuam uma aplicação pragmática mais vasta. Sendo assim, a terminologia proposta pelas linhas de pensamento da Teoria Geral da Terminologia “parece querer refletir um mundo idealizado, em que os conceitos são entes preexistentes às línguas, criados por consenso em um laboratório e que etiquetam, por meio dos termos, realidades com valor supralinguístico e supracultural” (ALMEIDA, 2003, p. 216).

Consequentemente, a Teoria Geral da Terminologia assume um caráter mais normativo, restrito e pouco efetivo na representação de diversos discursos sociais, tampouco apresenta preocupações com a representatividade dos domínios científicos e culturais, ou mesmo em evidenciar a informatividade presente em enunciações e discursos presentes no documento, assim entende-se que a Teoria Geral da Terminologia acabou se configurando como “uma terminologia representativa, já que era preponderante denominar e etiquetar a informação, e prescritiva, pois as terminologias precisavam ser controladas para que a comunicação fosse inequívoca” (ALMEIDA, 2003, p. 214).

Por sua vez, Cabré, (2010, p. 365, tradução nossa) define terminologia como “conjunto de léxico de especialidade”, o qual se estabelece de modo radical “por motivos basicamente funcionais. Em sua essência, a Terminologia, explora elementos da linguagem em busca da representação da realidade através de termos denominados para tal fim, que sejam capazes de atuar proporcionando uma representação e, principalmente, uma recuperação sem problemas com ambiguidades, polissemia, homonímia, ou qualquer circunstância linguística de natureza semântica.

Os estudos acerca da Terminologia avançaram e em 1999, após longa jornada de debates, que iniciaram por volta de 1993, Maria Teresa Cabré propõe a Teoria Comunicativa da Terminologia. Nessa nova proposta, “os objetos terminológicos (conhecimento especializado, textos especializados e unidades terminológicas) devem ser estudados sob três perspectivas”.

A primeira é denominada de perspectiva social, em que se refere “às características que deve ter um trabalho terminológico para ser eficiente aos fins que se propõe e adequado às necessidades comunicativas”.

A segunda perspectiva é denominada de cognitiva, e esta “diz respeito ao conhecimento do domínio especializado que será objeto do trabalho, visto que sem conhecer as especificidades da área-objeto não é possível identificar a sua terminologia e, menos ainda, estruturá-la”.

Por fim, a terceira perspectiva que é a linguística, pois está alinhada “ao uso de um modelo que abranja a competência e a atuação”, ou seja, “deve dar conta da descrição dos códigos, da descrição dos atos comunicativos especializados reais, da explicação do funcionamento da terminologia dentro da linguagem natural e da elaboração de aplicações terminológicas diversas que satisfaçam necessidades comunicativas” (ALMEIDA, 2003, p. 216-217).

Somado a isso, a Teoria Comunicativa da Terminologia também estabelece que “os termos não são unidades de um sistema artificial e autossuficiente como as nomenclaturas técnico-científicas; eles pertencem ao sistema linguístico”; também destaca que a variação “é entendida como fenômeno natural, inerente à linguagem. Nesse sentido, a variação deve ser considerada e deve estar adequadamente descrita na terminologia e não eliminada nem reduzida a fim de favorecer uma comunicação especializada precisa e unívoca, sem ambiguidades” (ALMEIDA, 2003, p. 217).

Somados a esses itens, ainda se faz destacar que a especialização de um conceito “deve ser estabelecida por critérios temáticos e pragmáticos. Os conceitos não têm um modo de funcionamento distinto dos significados da língua geral”; por fim, ainda sobre os conceitos, estes “sofrem influência dos fatores socioculturais e linguísticos de uma comunidade, como também são influenciados pelos canais comunicativos por onde eles circulam e se difundem” (ALMEIDA, 2003, p. 217).

Diante dessas considerações, entende-se que a Teoria Geral da Terminologia não dialoga com as propostas apresentadas pela Linguística Documentária, já que a representação do conhecimento tende a ser normativo, por sua vez a Teoria

Comunicativa da Terminologia apresenta avanços que vêm ao encontro das propostas teóricas e práticas da Linguística Documentária, já que apresenta uma abordagem mais voltada para as perspectivas sociais e muito mais próxima da significação proposta pela linguagem natural, assim podendo representar questões que envolvem a representatividade, a informatividade, a enunciação e o discurso.

Somado a isso, é válido destacar que a Teoria Comunicativa da Terminologia e a Linguística Documentária não se anulam, pelo contrário, devem atuar de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Por mais que a Teoria Comunicativa da Terminologia tem se alinhado à Linguística para fundamentar seus avanços, é preciso observar que a Linguística Documentária não se restringe ao processo de representação no que diz respeito a elaboração da Linguagem Documentária.

A Linguística Documentária aplica-se desde a Análise Documentária e ao tratamento documental, direcionando a leitura, análise e interpretação, para assim evidenciar o percurso gerador de significação, em nível textual, descritivo, semiótico e discursivo, isto é, a elaboração do aparato gramatical, em fundamentos morfológicos e sintáticos, a metalinguagem descritiva dos conceitos e a aplicação do hábito mental, além dos fatores de enunciação e intencionalidade, para assim elaborar o documento secundário, em que alinhada à Teoria Comunicativa da Terminologia possa realizar a representação efetiva em termos especializados.

Ainda é válido destacar a exposição de Cabré indicando que:

Para a linguística, termos são o conjunto de signos linguísticos que constituem um subconjunto do componente lexical da gramática do falante. A posição da linguística é clara: os termos não se distinguem das palavras do componente léxico, são unidades do léxico gramatical que fazem parte da competência do interlocutor ideal. Essa competência pode ser geral (comum a todos os falantes) ou especializada (restrita a grupos de falantes). A terminologia específica (e não a banalizada nem a fundamental do tronco comum dos sujeitos técnico-científicos) faria parte da competência especializada. Em síntese, os termos são para a linguística uma maneira de saber (CABRÉ, 1995, não paginado, tradução nossa).

Além disso, é importante mencionar os trabalhos terminológicos fundamentados em propostas sociolinguístico-terminológico, encabeçadas por Cabré (2010) e Temmerman (2001), que, ao apresentarem uma proposta de terminologia sociocognitiva, “questionam a realidade mentalista do conceito, a rigidez dos sistemas de árvore de domínio, a negação da variação, o desconhecimento da multiplicidade

dos falares profissionais e a ausência do funcionamento linguístico dos termos no plano sintático e no plano semântico (MACIEL, 2010, p. 403).

Sendo assim, a Terminologia tem cumprido seu papel no auxílio à Linguagem Documentária para a modelação dos descritores, dessa maneira garantindo que os domínios sejam efetivados, a representação legitimada e os documentos recuperados, além de criar sistematizações eficazes para organizar o conhecimento. No entanto, a Terminologia tem apresentado limites metodológicos para garantir a representatividade e a recuperação mais complexa da informatividade.

Diante disso, é preciso debater sobre seus propósitos, merecedoras de evidência nesta seção, são as ações procedimentais e técnicas competentes para estruturar em linguagem específica - tesouros - o conteúdo veiculado em uma mensagem simbólica, já que a Linguagem Documentária é responsável por traduzir conceitos, assuntos e temas apresentados no documento em termos.

Todavia, ao analisar as premissas teóricas da Terminologia e da Linguística Documentária, assim como suas constituições epistemológicas, reconhece-se que a Terminologia se baseia na Lexicologia – área da Linguística que estuda o vocábulo referente ao significado, construção morfológica, classificação semântica e suas variações; e na Lexicografia, área de estudo destinada ao estudo dos léxicos, sua organização e significados. Diante disso, compreende-se que esses fundamentos epistemológicos são absorvidos pela Linguística, portanto também podem ser estudados e analisados pela Linguística Documentária.

Além disso, a Terminologia apenas possui recursos técnicos para analisar a informação veiculada no documento dentro das concepções específicas de representação, ou seja, apenas evidencia os elementos que são linguísticos e resultados de uma prática profissional já conhecida, ou seja, o hábito de representação e indexação do documentos àquele conjunto de termos já é estabelecido. Portanto, a Terminologia não oferece mecanismos para garantir o tratamento pleno do documento, nem a análise de toda a informação que o constitui, limitando-se ao registro, deixando o inscrito, a enunciação sem respaldo.

Por sua vez, a Linguística Documentária, além de executar a representação em parceria com a Terminologia, tem condições de explicar as concepções epistemológicas desta. Ademais, a Linguística Documentária inovando sua aplicação no tratamento do documento, baseando-se na evolução epistemológica da Linguística, é capaz de explorar a enunciação, discurso e pragmática, assim tratando

de modo mais amplo, complexo e efetivo a constituição semântica do texto/documento.

Portanto, a Linguística Documentária deve se responsabilizar por ofertar condições, entende-se por métodos e estudos, a fim de garantir as escolhas adequadas dos termos, diante de necessidades informacionais, as quais envolvem significação, relações semânticas e propósitos de representação, assim como enunciação, pressupostos, discurso, intenções, pragmática e historicidade, além do entendimento dos fenômenos, produção, hábito e inferências. Assim, Cintra (2002, p. 11) argumenta:

A [linguagem documentária] pressupõe por um lado, a importância da divulgação da informação para que o homem assuma sua própria voz; por outro lado, ela pressupõe o sujeito que vai “passar” o conhecimento científico, elaborado na linguagem polissêmica, para outra – a linguagem documentária. (CINTRA, 2002, p. 11)

Dentre as necessidades informacionais, a troca qualificada é essencialmente um ponto de muito debate e questionamento. Diante disso, deve-se entender que a Linguística Documentária pode oferecer caminhos para compreender essa interação entre pensamentos e processadores que medeiam as informações do documento às informações aptas para serem recuperadas. Além dos procedimentos linguísticos e extralinguísticos, há também o impacto dos processos cognitivos que também restringem ou determinam as escolhas dos termos, portanto os moldes de representação.

Se, como aponta Cintra (2002, p. 15), a Linguagem Documentária “não depende nem da tradição cultural, nem do momento social e sim de convenções estabelecidas no conjunto próprio do sistema que é, por isso, estático e homogêneo”, um dos fatores cognitivos que deve ser debatido constantemente, seja referente ao trabalho do indexador, seja a interação do usuário, é que a Linguagem Documentária “não se livra completamente de interferências culturais que acabam por exigir um trabalho quase permanente de atualização” (CINTRA, 2002, p. 16). Mais uma vez, as teorias da linguagem podem contribuir para o tratamento adequado da informação, explorando os elementos presentes no enunciado e, assim, direcionar para a aplicação adequada da linguagem especializada a fim de estabelecer a melhor representação, por conseguinte garantir a representatividade.

Por sua vez, o processo cognitivo merece destaque devido ao impacto que pode exercer, ao longo do processo de representação, pois a relação entre o texto e o analista pressupõe uma abordagem técnica, através de recursos diretamente alinhados à natureza polissêmica das palavras em linguagem natural, devido, principalmente, pela riqueza na potencialidade semântica de um idioma, o qual reflete necessidades discursivas ou criativas de seus falantes, resultado de uma produção composta pela base da enunciação (BENVENISTE, 1976; FIORIN, 2001) em que fatores extralinguísticos são contemplados, devido a isso, torna-se importante destacar as intenções, os enunciados e os discursos sob os aspectos cognitivos.

Acerca desses aspectos e seus impactos sobre a Linguagem Documentária, pode-se recorrer aos estudos referentes à Análise do Discurso, assim M. Pêcheux (2015, p. 56) argumenta:

As ciências, as tecnologias e as administrações se inscrevem em um espaço linguajero bem específico que funciona apoiando-se sobre uma das propriedades fundamentais da linguagem: sua capacidade de construir o unívoco. Se as línguas naturais não tivessem nelas mesmas nenhuma estabilidade morfológica e sintática, a própria visão de univocidade seria impensável.

Diante disso, compreende-se que este é o principal objetivo da Linguagem Documentária: a univocidade. Porém, este fenômeno de redução de significação a um aparato de simbologia específica só é capaz de se constituir a partir de procedimentos, técnicas e métodos mensurados pela Linguística Documentária, porque esse campo apresenta ferramentas que fornecem condições de direcionar o processo cognitivo, a partir de escolhas lexicais, no caso, terminológicas e procedimentos de eleição de conceitos, baseando-se em linhas semânticas, semióticas, pragmáticas e discursivas, procedimentos estes que se estabelecem mediante a um domínio, todavia é preciso o bom tratamento a partir da Linguística Documentária a fim de garantir a mediação adequada entre documento e linguagem especializada, para que esta assegure a estabilidade, correta, ética e representativa, pois como ainda aponta Pêcheux (2015, p. 56):

não se pode ignorar que, fora dos domínios evocados, esse tipo de estabilidade (a língua como corpo de regras) autoriza ao mesmo tempo uma contínua “desestabilização” da univocidade: contrariamente às línguas lógicas artificiais, a língua é irreduzível a uma ordem homogênea, já que é capaz de modalização, de predicação sobre o predicado e de desniveação enunciativa.

Portanto, se por um lado a Linguagem Documentária, pensando em esferas cognitivas, também almeja representar o implícito do texto original, porque muitas vezes é parte fundamental da composição textual, principalmente quando se trata de documentos pertencentes ao gêneros textuais que não sejam científicos; por outro, a Linguística Documentária, ao propor inovações ao tratamento da linguagem especializada, devido à evolução da Linguística Funcional, pode garantir a estabilidade e a contemplação da univocidade, contudo oferecendo mecanismos para debater, refletir e questionar sobre sua relevância e pertinência frente a um domínio, a seus discursos e intencionalidades, justamente para que haja representatividade de todas as comunidades discursivas, assim como de toda a informatividade produzida pelos grupos sociais envolvidos.

Ademais, a fim de refletir sobre caminhos para buscar a univocidade e a estabilidade na escolha do termo e o delineamento dos conceitos capazes de identificar discurso e domínio, é importante destacar o trabalho desenvolvido por Lara e Tálamo (2007, não paginado) acerca da ficha terminológica de coleta em que destacam a importância de um cruzamento de informações, visualizando e constituindo modelos de árvore de domínio e mapas conceituais, sendo denominados de quadro nocionais.

Neste ponto, a Linguística pode contribuir com marcadores discursivos, como *debreagem* – “operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura base, para assim constituir os elementos de fundação ao enunciado-discurso” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 111) –, e os *dêiticos* – “elementos linguísticos que se referem à instância de enunciação e às suas coordenadas espaço-temporais: eu, aqui, agora” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 119) para elucidar as categorias analisadas. Posteriormente ao levantamento dos conceitos relacionados, entendidos pelo viés da similaridade e contiguidade como rede argumentativa semântica, como apontam as autoras Lara e Tálamo (2007, não paginado), é possível dialogar com os domínios de especialidade.

Dessa forma, há a “contemplação de ordens de organização do conhecimento e da Informação, responsáveis por articularem referenciais institucionais associados aos quadros nocionais e linguagens compartilhadas por produtores e usuários”. Neste ponto, o trabalho “terminológico modeliza o conhecimento como campo nocional; a

linguagem documentária, modeliza a informação, para constituir sistemas informacionais, por conseguinte a construção da linguagem documentária se apoia nos desenvolvimentos da Linguística Documentária”, através de modelos estruturais, semânticos, semióticos, discursivos, pragmáticos, dialogando com a área da Linguística com a função de organizar as linguagens de informação (LARA; TÁLAMO, 2007, não paginado).

Nessa perspectiva, portanto, entende-se que a Linguagem Documentária possui um papel importante para a organização do conhecimento e da informação, cuja função é mediar a informação presente nos documentos e garantir que a representação seja eficiente, assim a análise e o tratamento precisam ser eficientes. Dessa forma, a Linguagem Documentária possui a função de estabilizar a significação e a semântica para garantir a mediação entre o documento e sua representação, através de termos adequados.

Essa atuação é instrumental, já que sua procedência efetiva o armazenamento e indexação da informação documental, assim como dos conceitos que efetivam a organização do conhecimento veiculado pelo documento. Além disso, a Linguagem Documentária deve ser comum à comunidade discursiva de um determinado domínio, tendo em vista que uma de suas funções é estabelecer a unicidade com o propósito de recuperar essa informação posteriormente.

Ademais, é válido debater acerca dos procedimentos aplicados para regulamentar as atividades inerentes à Linguagem Documentária referente ao tratamento da significação. A Terminologia tem um papel importante nesse processo, o qual deve ser mantido, todavia há limitações no tratamento informacional do documento, já que a Terminologia se restringe ao estudo sobre o termo. Desse modo, a Linguística Documentária deve ser explorada com mais intensidade no cenário brasileiro e aproveitar as inovações propostas pela Linguística.

O entendimento sobre a Linguística Documentária, no Brasil, em sua maior acepção, encontram-se alinhados à Linguística Estrutural, por isso a impressão equivocada de que se assemelha ao que a Terminologia tem oferecido, já que fica a sensação de que a Linguagem Documentária a ser aplicada é uma mediação entre documento e representação, ou seja, a Linguística Documentária, nessa perspectiva apenas oferece margem para a discussão sobre significante e significado ou plano da expressão e plano do conteúdo, pouco se debate acerca da metalinguística documental.

No entanto, assim como os estudos da Linguística evoluíram, além da Linguística Estrutural, a significação e a semântica são estudadas também pelo ramo da Linguística Funcional, explorando a enunciação e o discurso, ou seja, a informatividade que o texto/documento ganha ao ser reconhecido como produto contextual e não uma mensagem de valores estáticos, a Linguística Documentária também precisa evoluir nesse sentido.

É preciso reconhecer também que a mediação discursiva não é de interesse apenas para estabilizar o fluxo informacional entre sujeitos produtores de informação, mas também que o discurso, por ser de natureza intertextual e interdiscursivo, ou seja, promove constantemente diálogos com os contextos correlacionados, também deve ser de interesse da representação e da organização do conhecimento, portanto interfere na atuação da Linguagem Documentária na representação de um documento.

3.5 LINGUÍSTICA: A BASE TEÓRICA DA LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA

O presente percurso desenvolvido, neste capítulo, até aqui, teve o objetivo de determinar os domínios inter-relacionados na área de organização e representação do conhecimento da Ciência da Informação: Análise Documentária, Linguagem Documentária e Linguística Documentária, sendo esta última a grande motivação deste trabalho. A fim de estabelecer caminhos que justifiquem a importância e a relevância que os estudos acerca da Linguística Documentária, com suas vertentes francesa (GARDIN; COYAUD), espanhola (GARCIA GUTIÉRREZ; IZQUIERDO ARROYO); brasileira (LARA; TÁLAMO; CINTRA), apresentou-se o discurso dos principais especialistas, assim como a relação discursiva com as proposições teóricas da Análise Documentária e Linguagem Documentária e seus respectivos trabalhos de pesquisa e principais pesquisadores, estabelecendo uma análise dos conteúdos presentes em cada campo e como esses discursos se conectam e se limitam, em outros pontos, alguns caminhos de avanço.

Ao longo dessa trajetória discursiva, apontou-se as conexões entre os campos que integram a área de organização e representação do conhecimento em Ciência da Informação e a Linguística, reconhecendo-a como área científica e detentora de

grande potencialidade para estabelecer estudos de natureza interdisciplinar, já que o objeto de interesse de todas as áreas científicas citadas é a linguagem.

Esta seção, portanto, destina-se a debater as relações diretas entre a Linguística e a Linguística Documentária, no entanto, devido à relação intrínseca entre os elementos teóricos desta última também serão evocados ao longo da explanação argumentativa.

A Linguística é uma área científica, estudada em diversos cursos em que a linguagem humana seja objeto de interesse, destacando-se o curso de Letras, no Brasil, contudo, algumas universidades têm ofertado o curso de Linguística como graduação.

Seu objeto de estudo e pesquisa é a linguagem, por conseguinte a língua. Muitas linhas de pesquisas envolvidas exploram situações relacionadas à língua materna, pois é factível a preocupação com o registro – escrito e falado –; estruturas de articulações – fonética e morfológica –; estruturas de organização e sistematização – fonologia, morfologia e sintaxe. É bem verdade que durante muito tempo as preocupações acerca dos estudos de uma língua se limitavam as especulações da gramática, cuja função principal era a normatização das regras aplicadas à língua. Porém, com avanços nos estudos linguísticos, essa ciência avançou e se tornou fundamental para os estudos sobre a linguagem (CÂMARA JÚNIOR, 1975; FIORIN, 2007).

Entende-se que o papel da Linguística é estudar os fatos linguísticos, analisando-os, descrevendo-os e explorando-os, assim deve empreender a investigação sobre toda e qualquer produção verbal, em toda a sua amplitude e aspectos, ou seja, deve investigar e explicar todo tipo de linguagem (FIORIN, 2007, p. 7)

A Linguística precisa saber o que é ciência da linguagem, saber que há outras formas de estudar as línguas que vão além do prescritivismo que hoje invade os meios de comunicação, saber que a Linguística pretende descrever e explicar os fenômenos linguísticos; conhecer como se processa a comunicação humana; perceber que as línguas não são nomenclaturas, mas formas de categorizar o mundo (FIORIN, 2007, p. 8)

Diante disso, enfrenta-se o primeiro entrave entre a Linguagem Documentária e a Linguística, pois a Linguística não enxerga a língua como uma produção prescritiva, como um recurso realista, ou elemento dos Universais, que se caracteriza

por evocar a coisa pelo pronunciamento, legado da Escolástica, ou ainda reflexão da nominalização matemática, em que nomear o objeto é tratar de todo o seu significado, ou a própria arbitrariedade e convencionalismo de F. Saussure.

Já para a Linguagem Documentária se constituir como ferramenta para a precisão na representação da informação e sua recuperação, conclama a univocidade, portanto define-se como uma linguagem prescritiva e estanque, visto que não atua como uma linguagem articulada, pois a esfera de atuação da Linguagem Documentária não pertence à revitalização do léxico social, mas à mediação entre as informações extraídas do documento e a representação dessas informações na elaboração de um documento secundário a fim de armazenar, indexar e recuperar posteriormente. Os termos estratificados se comunicam pelo seu caráter dêitico, indicial, isotópico ou pelo conjunto de classemas, como um léxico em um dicionário, todavia impossibilitado de revitalização ou ressignificação.

Porém, a Linguagem Documentária é reflexo da linguagem natural, que, devido à sua natureza plurissignificativa, conotativa, consolida-se como uma arena de intenções, ideologias e enunciados, apresenta, constantemente, dificuldades para manter sua impassibilidade denotativa, limítrofe de explicações metalinguísticas.

Outro conteúdo que exige neste campo de debate ser verificado é a possibilidade da Linguagem Documentária ser reconhecida como língua ou uma espécie de dialeto. Para F. de Saussure a língua (*langue*) era um sistema de signos, um conjunto de unidade que se relaciona organizadamente dentro de um todo, é um sistema, que não pode ser modificado por seus falantes, já que possui regras internas, ditadas pela dicotomia dos eixos sintagmático e paradigmático, isto é, a parte social da linguagem, definida por outra dicotomia: significante e significado, ou seja, uma relação diádica, em que o próprio sistema determina os limites do significado dos signos linguísticos. Retomando as linhas filosóficas de que a palavra evoca o objeto, por conseguinte toda significação da coisa está entalhada no vocábulo, eternizado no mármore do discurso condicionado.

Diante dessa base teórico-argumentativa, deve-se ser plausível, na Ciência da Informação, haver a intenção, ou quem sabe a discussão de chamar a Linguagem Documentária de língua documentária, visto o uso da expressão “vocabulário” controlado para identificar o descritor, por exemplo um tesouro. Porém, desde L. Hjelmslev, a Linguística procura explicações para o processo de significação.

Ademais, M. Petter (2007, p. 14) define que “língua é considerada uma estrutura constituída por uma rede de elementos, em que cada elemento tem um valor funcional determinado”. Este posicionamento atribui os elementos estruturalistas e formalistas à língua. Por sua vez, Chomsky aponta competência de desempenho, que “é a porção do conhecimento do sistema linguístico do falante que lhe permite produzir o conjunto de sentenças de sua língua”.

Esses fundamentos teóricos contribuem para esclarecer elementos do núcleo da Linguística para a estruturação e entendimento da Linguagem Documentária, visto que esta é produzida à base da língua, por isso é possível confundir a configuração da língua com a Linguagem Documentária. Contudo, essas semelhanças devem ser vistas pelos olhos da Linguística Documentária, para não haver equívocos.

A Linguagem Documentária não pode ser definida como língua documentária porque as características de uma língua vão além de seu registro formal. Pode-se até entender que a Linguagem Documentária é uma espécie de registro tecnicista, visto pelas definições dos estudos acerca da variação linguística de uma língua, também entendida pela sociolinguística.

É exatamente a sociolinguística que evidencia o ponto de cisão, já que a língua é um sistema linguístico socializado (PETTER, 2007, p. 15). Esse é o princípio saussureano, a língua pode ser um sistema, entretanto é socializado, F. Saussure distingue a *langue* da *parole*. Na Semiologia saussureana, enquanto aquela é um sistema social, definido, coercitivo, generalizado e exterior às experiências dos falantes (DURKHEIM, 1895); a *parole* é o ato de fala. Bem verdade que esse uso é reflexo das normas oferecidas pela *langue*, no entanto Saussure prevê articulação. A Linguagem Documentária não prevê articulação de significação, nem chega perto do signo saussureano.

Além disso, conforme Dubois *et al* (1998, p. 378) “língua é um instrumento de comunicação, um sistema de signos vocais específicos aos membros de uma mesma comunidade”. Na Linguagem Documentária, os vocábulos são controlados e não são articulados, não são registros de identidade nacional de um determinado grupo de falantes. A comunicação ocorre no mesmo idioma da linguagem natural, ou língua materna. Não pode ser considerada uma língua viva, visto que não há interação e educação, aquisição de conhecimento pela articulação de experiências e significação ilimitada, não há aprendizagem.

A Linguagem Documentária se limita a representar as informações e organizar o conhecimento articulado através de uma mensagem em fluxo comunicacional, realizado em linguagem natural, ou seja, a Linguagem Documentária espelha, através de construtos técnicos, construídos, exclusivamente para terem fim em si mesmos, um fluxo informacional elaborado em uma comunicação realizada em um código específico.

Ainda sobre as adaptações da Ciência da Informação das ramificações teóricas e dos objetos da Linguística, é válido destacar o uso do termo vocabulário para determinar o termo indicador de descritor especializado. De acordo com Dubois *et al* (1998, p. 614), vocábulo “designa a ocorrência de um lexema no discurso; [...] o vocábulo será a atualização de um lexema particular no discurso”. Ainda há uma discussão acerca das diferentes atribuições entre lexema, vocábulo e palavra: “o lexema é uma unidade do léxico (estoque potencial do indivíduo ou da língua), enquanto o vocábulo e a palavra são unidades do vocabulário (unidades efetivamente empregadas num determinado ato de comunicação)” (DUBOIS *et al*, 1998, p. 364).

Para Hjelmslev, vocabulário é unidade da fala. Diante do exposto, a Linguagem Documentária estaria atrelada a um lexema, conforme aponta a Linguística, através dos estudos de Greimas (1973), o lexema é produto do léxico, elemento de articulação, isto é, sua significação é apenas determinada pela presença de semas – unidades mínimas de significação, não susceptível de realização independente -, ou seja, essa significação é realizada mediante uma comunidade discursiva, isto é, produzida no interior de um domínio.

Essa configuração de significação final, para a Linguística é chamada de semema – composição a partir de conjuntos de traços semânticos -, por isso é importante sua relação com a morfologia e os estudos sobre a formação das palavras, pois a formação do semema, sob influência do semantema – constitui-se de semas de ordem genérica, específica, virtual e associativa. (DUBOIS *et al*, 1998, p. 527).

Portanto, reconhece-se muitos recursos da Linguística emprestados para a estruturação da Linguagem Documentária. Diante dessa reflexão, entende-se que a Linguagem Documentária não deve ser vista como o próprio produto metalinguístico como apontam as linhas francesa, inglesa e brasileira, pois há muitos elementos linguísticos envolvidos na tradução de linguagem natural para a linguagem especializada.

3.6 LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA: CENÁRIO DE APLICABILIDADE

A informação tornou-se produto fundamental para as relações humanas há muito tempo, porém, com o avanço da tecnologia, sua dinamicidade superou sistemas tradicionais de organização de informação e de conhecimento. Devido a isso, discute-se muito sobre a importância da Análise Documentária para o tratamento dos documentos, inerente à extração dos assuntos e análise da temática, assim atuando como norteador para a identificação de linguagem especializada em um processo de leitura técnica.

A Linguística Documentária é uma disciplina que ganha força e forma através dos estudos espanhóis sobre tratamento documental, mais especificadamente através das pesquisas de García Gutiérrez (1984), para quem era necessário estabelecer uma disciplina capaz de tratar das linguagens especializadas a fim de garantir a análise documental com precisão e eficiência.

Ademais, no Brasil, a Linguística Documentária ganhou força através dos estudos de Lara (2009), que diante da influência francesa acerca da Linguagem Documentária, propôs uma linha de pesquisa mais específica referente ao tratamento da linguagem aplicada para representar a informação e o conhecimento.

É fato que, ao pensar sobre Linguística Documentária, deve-se explorar as pesquisas de García Gutiérrez, para quem a Linguística Documentária é uma disciplina cujo objeto é a comunicação documental através da linguagem especializada, portanto o objetivo é a representação da malha informacional extraída dos documentos permeados por procedimentos científicos, resultado de uma metalinguagem documental. Tal fator inspirou Izquierdo Arroyo (1990) a dar continuidade a essa proposta e apresentar um currículo acadêmico com diretrizes de ensinamento e desenvolvimento de habilidades a serem aplicadas aos alunos.

Além da concepção espanhola, também é necessário explorar as pesquisas de Lara, para quem a Linguística Documentária é vista como subcampo da Ciência da Informação. Para a autora, o objeto da Linguística Documentária é a linguagem especializada, portanto o objetivo se caracteriza em investigar os problemas de representação da Linguagem Documentária.

Diante da contextualização, evidencia-se que o objetivo desta seção é discutir as bases epistemológicas da Linguística Documentária, bem com sua aplicação na

Organização do Conhecimento, além de analisar sua relação interdisciplinar com a Linguística e a partir dessa relação apontar como essa área pode oferecer estabilidade teórica para a Linguística Documentária, bem como oferecer propostas de inovação quanto à sua atuação frente ao tratamento da informatividade presente no documento.

É importante a ressalva de que a sistematização da Linguagem Documentária tem ocorrido à base dos trabalhos de pesquisa em Terminologia a fim de constituir os termos, à base de tesouros e outros sistemas de organização do conhecimento, para evidenciar os conceitos pertinentes à representação do documento e, dessa forma, estabelece a organização da informação presente no texto para que possa ser indexado e, assim, posteriormente, poder ser recuperado sem dificuldades, contribuindo para o avanço dos campos científicos, bem como as discussões, reflexões sobre os problemas pesquisados.

No entanto, é necessário entender que há situações em que o estudo centrado no termo não responde com tanta propriedade, já que a escolha dos descritores não deve ser baseada apenas em uma relação previamente definida entre termos e conceitos, pois essa atuação, por mais que garanta uma representação profissional, por conseguinte efetuando a precisão das informações do documento, dificulta a atualização dos saberes representados em um domínio, além de, muitas vezes, não garantir a representatividade discursiva das comunidades envolvidas na construção do conhecimento.

Diante disso, entende-se ser de extrema importância que se destaque e fortaleça os estudos acerca da Linguística Documentária, pois essa disciplina, atuando de maneira interdisciplinar com sua contraparte nas teorias da linguagem: a Linguística, pode oferecer muitos mecanismos para tratar a informação, portanto proporcionar mais coerência na organização e representação do conhecimento, pois a atuação da Linguística Documentária, neste cenário, possibilita uma melhor compreensão do profissional sobre o texto, já que há mecanismos para estabelecer uma melhor leitura, análise e interpretação, consequentemente, a identificação da enunciação, dos discursos, da representatividade discursiva histórica, ideológica, política, social, cultural, científica, da intencionalidade e do impacto da pragmática na configuração da informação e na relação comunicativa.

No tocante a essa análise mais complexa e robusta, ainda é possível a contribuição para a estruturação dos descritores, auxiliando os estudos da

Terminologia, atrelando fatores da Sociolinguística, Lexicologia, Lexicografia, Morfologia e Sintaxe, aprimorando as relações semânticas, seja pelas questões históricas da derivação ou composição do léxico, seja na ampliação do conceito através da estruturação sintática, seja pela retomada de referências discursiva pelos pressupostos, subentendidos, implicaturas, acarretamentos, dêixis, índices e elementos implícitos presentes na enunciação.

Outrossim, tais procedimentos contribuem para analisar o papel dos profissionais responsáveis pela leitura e indexação, além de debater sobre os melhores mecanismos para representar o documento analisado, ou ainda as condições de conhecimento compartilhado pelo indexador referente ao assunto desenvolvido no texto; por outro lado, métodos para realizar a indexação automática, além da relação com o usuário.

Somado a isso, ainda há a discussão acerca da interação indexador, usuário e texto, este é analisado como documento, detentor de fluxo informacional, responsável pela mensagem veiculada através de informações, assim há a preocupação de como essas informações são representadas, isto é, quais são os termos adequados para evocarem os conceitos presentes no documento e de que maneira podem ser representados de forma precisa, sem que proporcione problemas futuros para recuperar essas informações.

Essa interação ocorre através da linguagem, já que a Análise Documentária transforma o conteúdo do texto em construtos de uma língua por procedimentos metalinguísticos para poder representar o documento. Esse procedimento dialoga com a Linguagem Documentária, por conseguinte com a Terminologia a fim de garantir que a escolha dos termos seja precisa e eficiente, principalmente para a recuperação dessas informações. À medida em que a linguagem é aplicada adequadamente, há a garantia de que o documento será recuperado mais facilmente, assim a produção de conhecimento torna-se, efetivamente, um patrimônio da humanidade.

Diante disso, pode-se entender que a linguagem é fundamental para a mediação entre o texto (documento) e o leitor (indexador / usuário), visto que o processo de representação proporciona um segundo texto sobre o texto original, sendo que este segundo texto, necessariamente, deva ser desenvolvido através de Linguagem Documentária, as quais são pertencentes a um domínio científico ou

social, que, por sua vez, foram estruturados a partir da linguagem natural (DAHLBERG, 1978).

Diante da necessidade de tratamento adequado da linguagem aplicada à representação e organização da informação e do conhecimento, desenvolve-se, então, a disciplina pertencente aos estudos relacionados à Organização do Conhecimento denominada de Linguística Documentária, a qual tem como finalidade a mediação cognitiva no tratamento de linguagem adequada para a representação do documento - sendo ela tesouros, cabeçalhos de assuntos etc. – os quais dialogam diretamente com os domínios que os representam (HJORLAND, 2002).

A Linguística Documentária fornece parâmetros para se estabelecer termos adequados para o processo simbólico, dinâmica que verifica a pertinência do termo e sua aplicabilidade, já que é preciso entender que há relações simbólicas entre os conceitos que constituem um documento, sejam por suas relações internas ao texto, inerentes à sua progressão e desenvolvimento, chamadas de relações endofóricas; sejam pelas relações externas ao documento, já que toda produção textual dialoga com diversos enunciados e discursos presentes na sociedade (BARTHES, 1971; BENVENISTE, 1976; FIORIN, 2001, 2007; BAKHTIN, 2006), também chamadas de exofóricas.

Ademais, é preciso entender que o texto produz mensagens simbólicas (CINTRA, 1983; LARA, 2002, 2007; JAKOBSON, 2011), as quais estão atreladas às necessidades informacionais presentes no processo de representação das informações contidas no documento, assim como os devidos ajustes de leitura e interpretação para a transformação do original à linguagem documentária para escolher adequadamente os termos para o processo de representação e, assim, a fabricação de um documento secundário, portanto é preciso compreender que há uma dinamicidade na relação de escolha dos termos, na identificação dos conceitos, na eleição dos assuntos e no recorte temático por mais que seja uma linguagem controlada, portanto a organização da linguagem documentária exige um processo cognitivo e metalinguístico.

O processo simbólico, assim como o processo cognitivo são características inerentes a um tipo de linguagem, já que além de estudar seus códigos, é imprescindível que se estude sua articulação, cognição, metacognição, transcorrendo, muitas vezes, em procedimentos metalinguísticos para, com clareza, discutir sobre sua direcionalidade e intencionalidade, pois se a linguagem documentária é

constituída de uma articulação, já que se trata de uma linguagem especializada; seu tratamento, manuseio, interação são realizadas a partir de escolhas, pautadas a um modelo cuja relação é intrínseca à linguagem natural.

Assim, o documento é produzido em linguagem natural, isto é, a representação pode ser realizada em linguagem especializada, mas a produção, por conseguinte a interação, é realizada à base das duas articulações da linguagem natural: as construções fonéticas e as construções morfológicas, sintáticas e suas aplicações orais e escritas, além de esse texto original estar em fluxo, ou seja, material produtor de semiose ilimitada, promovendo, através do interpretante, experiências colaterais, (MORRIS, 1976; IBRI, 1995; NÖTH, 1996; ECO, 2005; SILVEIRA, 2007; SANTAELLA, 2008; PEIRCE, 2017) que podem interferir na escolhas dos termos e conceitos para a representação.

Assim, deve-se compreender que as necessidades informacionais transcendem o mero uso de tesouros e sua relação com o domínio e a comunidade discursiva (HJORLAND, 1995), mas que deva haver regras sistematizadas a fim de estruturar a aplicabilidade dessa linguagem especializada. Tendo em vista que essa linguagem especializada é baseada na linguagem natural, portanto carrega elementos básicos desta.

É fato que a Linguagem Documentária possui suas regras e sistematização e esse processo é fundamental para garantir a identidade e equilíbrio de um domínio. A atuação dos descritores é ponto chave para a organização e representação do conhecimento, no entanto estudos especializados sobre a linguagem proporcionam dinamismo para essa função, pois extrair a informatividade e a significação dos documentos estão atreladas a uma relação com o conhecimento mais fluido, ou seja, sua atualização é constante, portanto a elaboração de um conjunto terminológico requer uma relação com os aspectos culturais e sociais, não limitado apenas ao registro.

A linguagem natural é “a maneira como se expressa nos documentos, com sua riqueza, variedade e peculiaridades de acordo com as diferentes culturas ou disciplinas de origem e com as particularidades estilísticas de cada autor” (BARITÉ, 2015, p. 95-96, tradução nossa), além de ser estruturada a partir de uma língua, de um idioma, possui regras que especificam as relações internas de seus códigos, que ultrapassam a simples análise dos eixos sintagmáticos e dos paradigmáticos. As línguas e as linguagens possuem sistemas inerentes à sua existência e à

aplicabilidade social que são estudados por uma área científica denominada de Linguística.

Se por um lado, é possível entender que a Linguística Documentária proporciona procedimentos a fim de mediar o tratamento e a análise documental, bem como a extração da informatividade e da significação da informação presente no documento, além de evidenciar as marcas de enunciação e discurso importantes para a representatividade das comunidades discursivas e dos grupos produtores da mensagem documental para sistematizar a Linguagem Documentária, a que, por sua vez, possui a função de compreender a mensagem e organizar a informação, através de construtos especializados, assim monitorando e proporcionando subsídios para a Análise Documentária e garantindo sua manutenção, ou seja, esses três objetos de desenvolvimento de representação da informação e do conhecimento na Ciência da Informação trabalham de forma interdisciplinar e transdisciplinar, apresentando funções inerentes à atuação do outro.

Por outro lado, é preciso debater sobre a dimensão da Linguística Documentária, pois apresentou avanços acerca do diálogo com a Terminologia, todavia é preciso que a comunidade científica entenda que, primeiramente, a Linguística Documentária necessita dos fundamentos da Linguística para desenvolver suas ramificações enquanto ciência e deve dar um passo além da Linguística Estrutural e Formal.

A Linguística é a área do conhecimento que estuda a estrutura, a significação, a renovação da linguagem humana, portanto deve-se estabelecer o paralelo, ou seja, a Linguística Documentária deve estudar a estrutura, a significação e renovação da Linguagem Documentária, mas somado a isso a potencialidade informacional e comunicacional do documento.

A Linguagem humana é constituída de regras, devido ao fato de ser um sistema, como características próprias de execução, assim atua, no âmbito social, como mecanismo de representação da realidade, pois ela é responsável por mediar o pensamento e a realidade e materializar a comunicação. Pensando no âmbito documental, a Linguagem Documentária executa um papel semelhante, já que atua como mediação entre a informação do documento e sua representação para constituir a malha informacional, no processo de armazenamento no processo de representação e organização, além da indexação e recuperação da informação.

A Linguística, como ciência, propõe mecanismos para estudar o processo de interação comunicacional e representação do pensamento, já que a mensagem é um objeto importante no processo humano, somado a ela, a significação. Nessa perspectiva, estudos acerca da semântica ganham importância. Esses estudos abordam as diversas naturezas da linguagem: fonética, morfológica, sintática, social, semântica, sobre o léxico, sobre procedimentos da comunicação, elaboração textual, importância do contexto etc..

A semântica, por sua vez, pode ser analisada pelo viés da lógica, no que consiste ao próprio sentido do léxico; pelo viés estrutural, no que se refere à relação entre partes do texto e a contribuição para a ampliação do significado; pelo viés discursivo, que estabelece a relação da frase e os fatores actanciais; pelo viés contextual, que marcações implícitas, extralinguísticas, pragmáticas interferem na semântica, ampliando seu significado, possibilitando inovações na significação, revitalizando o uso, criando novos conceitos, possibilitando compreensões diferentes sobre o mesmo objeto ou tema.

Assim como a linguagem humana é rica em ressignificação; o documento, que é elaborado em linguagem natural também sofre incidência dessa renovação linguística na etapa de tratamento e análise, portanto suscetível a uma análise semântica pelo viés lógico, textual, discursivo e contextual.

É neste ponto que a Linguística Documentária precisa se atualizar e absorver as inovações da Linguística para tratar da linguagem especializada na mediação da informação documental, pois a Linguística Documentária é estruturada à base da Linguística Estrutural e Formal, entretanto é na Linguística Funcional que estão as preocupações com a semântica alinhada a fatores contextuais. Estes, muitas vezes, ficam de fora da representação do conhecimento e gera parte daquilo que Lara (2009) define como problemas da Linguagem Documentária.

Segundo ponto, a Linguística Documentária precisa, urgentemente, desenvolver métodos de aplicabilidade que discorram, debatam e, principalmente, respondam às dificuldades acerca da estrutura – que apenas a Terminologia e Lexicografia não respondem – como os fenômenos relacionados à representação da realidade, por conseguinte do conhecimento, para tanto é preciso pensar relações semânticas, que vão além de relação hierárquica, partitiva e associativa e explorar a constituição de sememas e sua base de classemas, para tanto os estudos da

Semiologia, Semântica podem contribuir significativamente, assim como a lógica, através da Semiótica, que será tratado em outro capítulo.

Por fim, entender que a linguagem especializada é elaborada a partir da linguagem natural, por isso carregam elementos de sua formação, ou seja, mesmo formatados em tesouros, os termos, por serem referenciados pelos léxicos de uma língua, não se abdicam de sua simbologia social, psicológica, política e história, além de ideológica, mesmo sendo de natureza especializada.

Neste processo, há, no mínimo, três grupos de especialistas envolvidos na representação do conhecimento: os autores, que produzem o documento; os profissionais responsáveis pela representação, que se utilizam de uma linguagem especializada para a mediação; por fim, o usuário, que também faz uso de linguagem para recuperar a informação, seja através de linguagem especializada, seja através de linguagem natural. Muitas vezes, dependendo do contexto e utilização, os usuários não sabem distinguir a função dos termos e léxicos na recuperação da informação ou documento.

A Linguagem Documentária é um objeto da Organização do Conhecimento que requer conhecimento específico sobre suas dimensões e aplicações por se tratar de natureza profissional e científica. Sendo assim, nem todos os usuários possuem conhecimento sobre suas dinâmicas, como por exemplo ter conhecimento de que haja tesouros ou linguagem de classificação bibliográfica para recuperar a informação. Em ambientes com essa finalidade, a recuperação da informação se torna mais prática, todavia quando se trata de ambientes diferentes das bibliotecas, ou de usuários diferentes dos que têm conhecimento sobre as práticas de recuperação, a Linguagem Documentária se não é próxima da linguagem natural pode promover dificuldades de acesso.

Destarte, fica evidente que o avanço dessas disciplinas de estudo exige que as pesquisas compreendam os limites de cada área, assim é preciso compreender os domínios envolvidos: Análise Documentária, Linguística Documentária, Semiótica Documentária, que estabelecem parâmetros de atuação da Linguagem Documentária e dialogam com indexação, tratamento temático de conteúdo. Há muitos fundamentos delimitando a atuação de cada disciplina na Organização do Conhecimento, porém entende-se que é preciso viabilizar a conexão com as teorias da linguagem para compreender os pontos de imbricamento entre os domínios para facilitar, no futuro, o desenvolvimento da ciência, por isso esse debate requer mais pesquisas.

4 SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA

O desenvolvimento das técnicas acerca do tratamento do documento na Espanha é fruto de muito estudo e dedicação de especialistas como Lasso de la Vega (1949), López Yepes (1978), García Gutiérrez (1984), Izquierdo Arroyo (1990) entre outros. Sendo assim, houve a preocupação em alinhar as pesquisas espanholas com os estudos de P. Otlet, principalmente. Diante disso, surge a perspectiva sobre a importância da linguagem no processo de tratamento do documento: análise, extração, representação e indexação. Sendo assim, estudos produzidos na França, por Gardin (1966) e Coyaud (1966) ganharam força na estruturação de um objeto denominado de Linguagem Documentária.

A propósito das preocupações sobre a aplicação da linguagem e a necessidade de tratamento especializado para garantir a representação adequada do documento primário em um documento secundário, entendeu-se que a aplicação de uma terminologia especializada não ocorre sem técnicas e procedimentos adequados, sendo assim García Gutiérrez (1984) propõe uma obra denominada Linguística Documental em que aponta a necessidade de alinhar duas áreas do conhecimento: Linguística e Documentação a fim de constituir uma disciplina capaz de garantir subsídios teóricos para tratamento documental à base de teorização da linguagem humana, já que esta, tratando-se de linguagem natural, é o elemento primordial para a confecção dos documentos primários, portanto o processo de tradução em linguagem especializada requer, *a priori*, um tratamento da potencial significação do documento em linguagem natural.

Diante disso, Izquierdo Arroyo lança um livro: *Esquemas de Linguística Documental* (1990), motivado pelos trabalhos produzidos por López Yepes e García Gutiérrez, em que Izquierdo Arroyo propõe a elaboração de um projeto acadêmico, que consiste na elaboração de um currículo a fim de introduzir a Linguística Documental como matéria da disciplina Análise e Linguística Documentais, no curso de Biblioteconomia e Documentação na Universidad de Murcia, como indicava a resolução 536/1989 de 5 de dezembro de 1988.

Essa disciplina apresentava como objetivo a “exposição das técnicas de catalogação de todo tipo de documentos desde um enfoque convencional ao computacional. Teoria da classificação e construção de tesouros. Análises de conteúdo dos documentos e metodologia do resumo científico” (Izquierdo Arroyo,

1990, p. 3, tradução nossa). Dessa forma, a Linguística Documental torna-se o objeto a ser estudado, sob o qual se aplicam as metodologias científico-pedagógica-acadêmica propostas pelo autor ao longo do livro a fim de estabelecer as propostas e o currículo a ser desenvolvido junto aos alunos com a intenção de que o profissional adquirisse conhecimento linguístico a fim de estabelecer um tratamento e representação com maior propriedade no que tange à aplicação da linguagem.

Izquierdo Arroyo, por sua vez, demonstra uma significativa preocupação com projeto docente, idealizando desde a configuração do corpo docente, assim como as atividades e os propósitos da matéria. Assim, há o apontamento de três características que fundamentam esse projeto:

- a) É um projeto de docência (e não de investigação).
- b) Corresponde à matéria “Análise e Linguística Documentais”, e dentro dela
- c) Expressa uma programação docente de matéria Linguística Documental, em sua globalidade; isto é, sem restrição à “Linguística Documental I” ou “Linguística Documental II” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 4-5, tradução nossa).

Diante dessa busca por explorar a globalidade da Linguística Documental, Izquierdo Arroyo demonstra insatisfação com a aplicação da Linguística Estrutural saussuriana e com a Formal de cunho americana, pois o autor entende que o processo de transposição das informações do documento primário para o documento secundário ocorria através de uma tradução, porém não uma simples tradução de pensamento, mas sim uma semiose. Izquierdo Arroyo, indica a importância do hábito mental, isto é, da cognição e do pragmatismo tratado por C. S. Peirce e C. W. Morris. Sendo assim, o autor espanhol defende a ideia de uma semiose documental.

Dessa forma, os estudos produzidos por Izquierdo Arroyo acerca da semiose documental e da presença do hábito mental e pragmatismo para o tratamento e representação do documento é o objeto de interesse deste capítulo, já que sua aplicação é de fundamental consistência para a formulação da Linguística Documental e, principalmente, para compreender as contribuições e inovações da Semiótica Documentária.

Assim, o objetivo deste capítulo é analisar o processo de desenvolvimento dessa disciplina na Espanha, assim como seu aprofundamento, dessa forma pretende-se relacionar com as teorias da Semiótica e do Pragmatismo a fim de estruturar procedimentos para compreender o processo de semiose, por conseguinte evidenciar como se constitui a semiose documental.

Para desenvolver tal debate, busca-se analisar as produções de Izquierdo Arroyo acerca da temática, assim como as produções de C. S. Peirce sobre a Semiótica e as contribuições de C. W. Morris sobre a Semiótica e o Pragmatismo.

Diante disso, espera-se alinhar procedimentos de extração de significação à base de um arcabouço teórico capaz de explicar, debater, direcionar os procedimentos de tratamento, extração, representação e indexação dos documentos.

4.1 MARCO ACADÊMICO

A sistematização de disciplinas que pudessem subsidiar a Análise Documentária foi o elemento central na busca de novas técnicas, assim de novas teorias que pudessem dialogar e fundamentar o tratamento da linguagem aplicada na representação do documento. Diante disso, surge a preocupação de como essa prática, metodologia seria estabelecida como ensinamento, porque Izquierdo Arroyo entendeu que o primeiro momento era marcado pelo estudo e pela sistematização de uma base teórica consistente, capaz de subsidiar as ações e prática acerca do tratamento documental; por outro lado, havia a necessidade de transformar esse conhecimento em disciplina, pois era necessário ensinar os futuros profissionais aplicarem essa teoria nas atividades de sua profissão.

O objetivo desta seção é analisar os elementos epistemológicos que foram aplicados para estabelecer as diretrizes da elaboração da disciplina, além dos fatores intrínsecos a formulação da base teórica para evidenciar a importância da semiose documental, ou seja, processo de tradução mental da informação documental em linguagem especializada.

Um fator interessante é que no processo de argumentar sobre a consolidação de um currículo e como seria conduzido e estruturado, ao analisar os fundamentos da base teórica, Izquierdo Arroyo também discute sobre a dimensão da Semiótica Documentária visando debater principalmente a semiose documental.

A inserção da matéria Análise e Linguística Documentais na grade de Biblioteconomia e Documentação da Universidad de Murchia através da resolução 536/1989 de 5 de dezembro de 1988 foi nomeada de Marco Acadêmico, pois como aponta Izquierdo Arroyo (1990, p. 8, tradução nossa) havia “a necessidade de especificar, dentro de um marco institucional, o conteúdo doutrinal e competências

previstos para a Linguística Documental”. Sendo assim, o autor aponta três competências fundamentais para a institucionalização desse Marco Acadêmico:

1) Concepção científica da Linguística Documental (LD). A cujo efeito, faço referência às Bases teóricas da instrução para a elaboração do Projeto docente;

Expresso minha concepção da LD como disciplina científica, a modo de definição em cujo âmbito cabe acometer sua comunicação acadêmica. Com tal propósito, estabeleço sua demarcação externa e interna (participação) e me ocupo do problema de denominação.

De acordo com os dois pontos anteriores e do Marco Acadêmico da grade, designo os objetivos globais que fazem possível a justificação do programa. (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 5, tradução nossa).

Reconhece-se nessa primeira competência a preocupação com a consolidação de bases acadêmicas para estabelecer os princípios do projeto da Linguística Documentária como disciplina. Dessa forma, há o apontamento sobre a base teórica e, principalmente, com a atuação da disciplina, referindo-se à “demarcação externa e interna”, ou seja, quais são as relações com outras disciplinas e teorias (marcação externa), assim como sua atuação e o desenvolvimento de produtos (marcação interna), sob o qual há a preocupação com a denominação, afinal a motivação de Izquierdo Arroyo surge com os trabalhos de López Yepes sobre a Documentação, por conseguinte sobre os produtos que a ciência e a disciplina Documentação tem a oferecer e como estes dialogam com a Linguística Documental.

Outrossim, há a influência de García Gutiérrez e a proposta de promover a interdisciplinaridade com a Linguística para o tratamento da linguagem, porém Izquierdo Arroyo busca procedimentos que estão além da atuação da Linguística, já que evidencia a preocupação com o extralinguístico, fator que interfere na representação e no processo de semiose, além de evidenciar o procedimento de representação e os aspectos que interferem nesse trabalho como o hábito mental.

Ainda sobre as competências do Projeto Acadêmico:

2) Currículo e “Ratio Docendi” para a disciplina; com duplo propósito: a) explicitar a Metodologia de Ensino que, em linhas gerais, me proponho adotar que seja concedido à grade.

b) disponibilizar já, à espera dessa circunstância, a Estrutura geral da disciplina e o currículo a ser disponível aos alunos. (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 5-6, tradução nossa).

Nessa segunda competência do Projeto Acadêmico, a preocupação de Izquierdo Arroyo está mais voltada para a estruturação da disciplina do que analisar o impacto e a dimensão do conteúdo.

Já a terceira competência está voltada para o desenvolvimento do programa, cujo propósito é o desenvolvimento de um “instrumento conceitual” a fim de garantir a consolidação do Projeto Acadêmico. Assim, os itens da competência de configuram da seguinte maneira:

3) Em um nível de análise mais pontual, ponho em mãos dessa Comissão o Desenvolvimento do Programa:

A expressão dos Níveis de profundidade e de Formação com que poderá desenvolver-se no currículo;

A explícita Abertura a um Segundo Ciclo dos ensinamentos programados;

A apresentação do Programa-Questionário; que, sendo a parte mais extensa desta memória, expressa de modo concreto, e com detalhes que esse tempo me permitiu trabalhar, minha concepção analítica da matéria e as fontes relevantes que, hoje, foi podido reunir. (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 6, tradução nossa).

Assim, estabelece-se essa terceira competência, cuja função é garantir fundamentos para a consolidação do Projeto Acadêmico produzido e proposto por Izquierdo Arroyo. Sendo assim, evidencia-se não só a preocupação em efetivar um currículo que conduzisse os instrumentos conceituais, mas também a preocupação com o conteúdo a ser estudado, por conseguinte essa iniciativa é embrião não apenas do Marco Acadêmico, mas também das proposições das premissas iniciais da elaboração da Semiótica Documentária.

Somado a isso, o professor detecta a necessidade em discutir o processo de semiose documental, porém há ainda o percurso de compreensão acerca da atuação da Linguística Documental proposta por García Gutiérrez, fator que se comprova mesmo pela nomenclatura da matéria, já que não se propôs denominar de Semiótica Documental, mas sim Linguística Documental I e Linguística Documental II. Sendo assim, compreender o processo que sustenta os ideais por trás do Marco Acadêmico configura o entendimento dos ideais que vê na Semiótica, por conseguinte semiose, um caminho para encontrar as respostas a fim de garantir uma representação eficaz.

A efetivação da matéria Análise de Linguística Documentais, inicialmente, não define quais são as especificidades para a Linguística Documental, que, *a priori*, se resume à leitura, interpretação, fatores que inclinavam para corroborar a “Teoria da classificação e construção de tesouros. Análise de conteúdo dos documentos e metodologia de resumo científico” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 9, tradução nossa). Diante disso, observa-se que as funções estabelecidas para a Linguística Documental atendem às necessidades da Linguagem Documentária, já que o núcleo do trabalho era a classificação e a categorização:

Toda vez que a matéria Análise Documental, que junto com estas [Linguística Documental], se importa – conforme é dito no Plano de Estudo – no Primeiro Curso de formação superior, e há a conta de que em todo sistema documental as tarefas de catalogação (descrição física ou externa dos documentos), como base de referência material, há de proceder a classificação, análise interna e resumo, a leitura contextual permite interpretar as competências de “Análise Documental” entendendo-a como análise externa (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 9, tradução nossa, destaque nosso).

Sendo assim, entende-se que a Linguística Documental contribui para a leitura e interpretação em função análoga aos conteúdos da catalogação, assim sendo importante para a elaboração do Plano de Estudos do Projeto Docente. Dessa maneira, estabelece-se a importância do “marco acadêmico”, pois é ubíquo na “concepção científica e didática da disciplina e estará presente desde a elaboração do Programa até sua implantação” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 12, tradução nossa).

Dessa forma, para a disciplina Análise e Linguística Documentais, enfatizando a matéria Linguística Documental I e Linguística Documental II, na efetivação do marco acadêmico, Izquierdo Arroyo (1990, p. 12-13, tradução nossa) estabeleceu a diretriz científica, profissional e investigadora sob alguns critérios: “a) capacitar o estudante de formação superior para compreender e decidir praticamente as questões básicas da Linguística Documental”; “b) Entender que a compreensão e a prática são abertas – e há três âmbitos que preveem os ensinamentos universitários: o exercício profissional, a investigação, a formação de docentes”; “c) De acordo com os itens anteriores, explicitar quantos pressupostos doutrinários (possíveis competências de outras disciplinas, pertencentes ou não à Área), se são necessários para a compreensão e exercício racional, tendo em vista a interdisciplinaridade”; “d) conseguir para os alunos as aptidões que lhes permitam prosseguir sobre bases sólidas e sua possível formação posterior e especialização no Segundo Ciclo”.

Nessa perspectiva, portanto, conclui-se a importância do Marco Acadêmico para o desenvolvimento da disciplina Semiótica Documentária, tendo em vista que esses itens citados fizeram parte da preocupação com uma esfera ampla que circunscreve a Documentação, visto que o tratamento documental é o foco principal dos trabalhos desenvolvidos na Espanha desde López Yepes, à base do legado de Lasso de la Vega.

Ademais, Izquierdo Arroyo alinhou seus estudos com García Gutiérrez na compreensão das teorias da linguagem, inicialmente a Linguística Estrutural e com a efetivação do Projeto Docente, Izquierdo Arroyo se vê em condições acadêmicas para

aprofundar os estudos, por conseguinte os questionamentos acerca da representação da realidade através do uso da linguagem, fator que despertou seu interesse por outra área do conhecimento que também possui a linguagem como objeto de estudo: a Semiótica.

4.2 O PROJETO: DA LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA PARA A SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA

O Projeto Docente proposto por Izquierdo Arroyo, como tem sido demonstrado ao longo deste capítulo, tem como objetivo o desenvolvimento de competências capazes de proporcionar ao aluno de Biblioteconomia e Documentação conhecimentos sobre a linguagem a fim de garantir o tratamento adequado do documento, explorando sua significação e informatividade. Portanto, o objetivo desta seção está concentrado em acompanhar esse processo e analisar os procedimentos para efetivar os elementos teóricos, conseqüentemente, a ativação de pressupostos científicos na estruturação da disciplina.

O direcionamento ao estudo de documentos é bem marcante na constituição do projeto, visto que as premissas de atividades norteiam as ações para o núcleo documento: “Teoria da Informação Documental e História das Instituições Documentais”; “Documentação Geral (Planejamento de sistemas, Redes e Centros de Informação e Documentação”); “Bibliografia e Fontes Gerais da Documentação”;

“Análise Documental”; e “Introdução à Tecnologia Documental” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 14, tradução nossa).

Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento dessas cinco matérias, que focam a Documentação, conectadas à Linguística Documentária permitem estabelecer a construção de pressupostos teóricos e práticas importantes para a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, esses pressupostos constituem competências que desempenham “dupla função” para a programação docente: “a) Contar com os conhecimentos e habilidades adquiridas, para partir delas (sem repeti-las e dando-as por supostas”; e “b) não programar nada que pressuponha conhecimento ou habilidades que não possua o aluno padrão. Em caso de fazer-se, a explicitação desses pressupostos como conteúdo do Programa se faz didaticamente imprescindível (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 15, tradução nossa).

Assim, a fim de direcionar a construção de competências teórico-linguísticas, são estruturados alguns temas para a disciplina que estabelecem pressupostos linguísticos: “a) A comunicação. A linguagem humana. As funções da linguagem”. Essa primeira linha temática evidencia a relação da disciplina proposta por Izquierdo Arroyo com as teorias da linguagem que constituem parte da Linguística Estrutural, mais especificadamente com a Semiologia de F. Saussure ao alinhar à linguagem humana, além das teorias de R. Jakobson sobre a comunicação e as funções da linguagem.

Na sequência: “b) O estudo da língua como sistema. Língua e fala. O signo linguístico”. Essa segunda linha temática dialoga plenamente com a proposta saussuriana, já que o linguista suíço defende que a língua é um sistema social de valor coercitivo e geral, além de ser exterior às vontades de seus falantes. Ademais, em O Curso de Linguística Geral, é apresentado o conceito de *langue* e *parole*, ou seja, a *langue* seria a língua, o sistema, a matéria social, padrão, enquanto a *parole* está para a fala, o uso que os falantes fazem da língua de acordo com que a matriz social oferece. Por fim, é trazido também o conceito de signo linguístico, o qual, na Linguística, possui valor diádico, sendo constituído pelo significante, definido como imagem acústica, referindo-se ao material linguístico capaz de materializar o objeto, seja pela escrita, seja pelo som; outrossim há também o significado, que Saussure definiu como conceito, no caso seria o objeto referido.

Em “c) a linguagem e as línguas. A significação das palavras. A polissemia. A sinonímia. A antonímia. A homonímia”. Aqui o estudo já se direciona para as teorias desenvolvidas pela Semântica Formal, a qual está conectada à Lexicologia.

Em “d) Os valores semânticos: Contexto e situação. Denotação e conotação”. Neste item, reconhece-se a expansão das teorias da linguagem, seja pela evolução da própria Linguística Estrutural, como a Semiótica conotativa (metasemiótica) e a Semiótica denotativa, através de aspectos metalinguísticos, debatidas por L. Hjelmslev; seja pelas situações reconhecidas pela Semântica Funcional, em que analisa o impacto do contexto para extrair o valor semântico.

Em “e) Os elementos de relação. A oração composta. Coordenação e subordinação. Estrutura e significado”. Reconhece-se, neste item, as preocupações de relação sintagmática. A Sintaxe também é produto da Linguística, seja como Linguística Gerativista, seja como Linguística explorando os conceitos da gramática tradicional, através da Linguística Formal. Ponto importante para esse aspecto é

reconhecer que a construção da frase na relação entre as palavras faz com que haja ampliação da significação do conceito.

Por fim, em “f) As linguagens específicas. Linguagem técnica e científica”. Esse item prevê a relação da Linguística com a Lexicologia e com a Terminologia, já que se tratam de áreas que debatem sobre a univocidade da palavra. Além disso, essas áreas também podem analisar as distinções de função da palavra como léxico na linguagem natural e termo na linguagem especializada para organização e representação do conhecimento.

Sendo assim, entende-se que a Linguística é fundamental para o desenvolvimento da disciplina proposta por García Gutiérrez e assinalada na grade do Projeto Acadêmico por Izquierdo Arroyo. Por Linguística, termo derivado do francês *linguistique*, em 1873, como “um estado científico de linguagem e das línguas naturais, estando a reflexão teórica sobre a linguagem (que se integra na teoria semiótica, mais geral)” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 291). Ademais, pode-se “reconhecer que o estatuto da linguística como estudo científico da linguagem é assegurado pela publicação em 1916 do Curso de Linguística Geral de F. Saussure” (DUBOIS *et al*, 1998, p. 389).

No entanto, embora Saussure determine um marco para os estudos sobre a Linguística, há um antes “se considerarmos o período anterior, constatamos que, desde a Antiguidade, os homens se interessaram pela linguagem e reuniram uma soma de observações e explicações não negligenciáveis” (DUBOIS *et al*, 1998, p. 390). Mas é com Saussure que a Linguística se evidencia nos desdobramentos de sua Semiologia como Linguística Estrutural, já que esse movimento evidencia “um pequeno número de postulados gerais, a linguística estrutural pôde constituir-se afirmando a autonomia e o caráter formal de seu objeto, e mobilizando procedimentos formais capazes de explicá-lo” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 292).

A Linguística tem um papel importante no estudo das línguas, por conseguinte o desdobramento da linguagem humana, já que analisa os instrumentos de comunicação produzidos por todas as sociedades humanas. Embora as línguas sejam diferentes, há a constatação de diversidade e similaridade, fatores que apontam para um objeto de estudo e para um método.

A linguagem, conseqüentemente a língua, é “um sistema de signos”, o que possibilita a relação a outros sistemas simbólicos. A Linguística Estrutural inaugura os estudos acerca da língua como sistema e significação produzida por vários sistemas

de linguagem. Sendo assim, a linguística “após um período de fundação caracterizado por uma limitação estreita e rigorosa do objeto língua e um recuo para aquém das fronteiras precisas, anexa agora à fala, ao discurso, às relações da língua com o indivíduo e o mundo” (DUBOIS *et al*, 1998, p. 394).

Em busca da implementação dessas características ao Projeto Acadêmico, Izquierdo Arroyo entende ser imprescindível a aplicação da Teoria Geral da Linguagem na estruturação da base da Linguística Documentária. Esse primeiro momento da disciplina evidencia a necessidade de conhecer e explorar as bases da Linguística para aplicar ao processo de tratamento documental os fundamentos teóricos para a aplicação específica da linguagem na representação do documento (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 17, tradução nossa).

Em decorrência dessa preocupação que envolve os estudos com a Documentação, tratamento e análise documental, extração e indexação, por isso relacionar essas práticas com o estudo específico da linguagem, através da Linguística que o professor Izquierdo Arroyo insere em suas pesquisas, o desenvolvimento teórico de um segundo momento de estudos da linguagem, sendo esse direcionado às aplicações lógico-linguísticas, inter-relacionadas aos estudos de Filosofia presentes no curso como indica a “Ordem de 22 de março (BOE de 18 de abril) de 1975, de caráter obrigatório” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 17, tradução nossa).

Sendo assim, estabeleceu-se que cinco características fundamentariam as estruturas da aplicação semiótica no desenvolvimento da disciplina, conforme aponta Izquierdo Arroyo (1990, p. 17, tradução nossa): a) comunicação e linguagem; b) a linguagem forma e a lógica; c) cálculo lógico: lógica proposicional; d) cálculo lógico: lógica de classes; e) metodologia do conhecimento científico.

Porém, é na concepção da Linguística Documentária que efetivamente, Izquierdo Arroyo, ao definir parâmetros para analisar a semântica que constitui o conteúdo da documentação que tem contato com a versão linguística da Semiótica, apresentada por L. Hjelmslev, o professor reconhece o processo semiótico no tratamento do plano da expressão e do plano do conteúdo.

Ademais, é no desenvolvimento de sua Glossemática que o linguista dinamarquês apresenta o conceito de semiótica conotativa (metasemiótica) e semiótica denotativa, de caráter metalinguístico, explorando os aspectos da Forma e da Substância, fundamento que chamou atenção do pesquisador espanhol: “Esse

objeto é algo de caráter semântico, é chamado conteúdo, ou semiótico, e por tal, distinto do plano material ou físico ou meramente expressivo (plano hjelmsleviano da expressão)” (Izquierdo Arroyo, 1990, p. 42, tradução nossa).

Se há o reconhecimento de que a Linguística Documentária atua na linha semântica, sob à semiótica hjelmsleviana, entende-se que ao tratamento linguístico-documental também deve-se aplicar à lógica:

A definição semântica carrega a especificação do que denomino tratamento semiótico. Por tal, entendo algo mais que um simples tratamento linguístico, no sentido próprio desse termo em uso e mencionado à face da Teoria da Linguagem. O adjetivo semiótico (que provisionalmente pode ler-se como lógico-linguístico) utilizo-o à acepção promovida por C.S. Peirce; para quem a Semiótica (Semeiotic) une perfeitamente às perspectivas da Gramática (aspecto linguístico propriamente dito), à Lógica formal-material (aspecto lógico) e à Retórica, peculiarmente entendida por nosso autor (aspecto comunicativo e pragmático). Com ele quero também significar que, em consonância com as teorias de C. Morris, apontar que tratamento semiótico se move nas três dimensões que bem se conhece: sintática, semântica e pragmática (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 43, tradução nossa).

Portanto, é no reconhecimento das aplicabilidades da Linguística Documentária para um tratamento linguístico-documental que Izquierdo Arroyo aponta os caminhos semânticos e pragmáticos (lógico) para garantir a representação das informações extraídas dos documentos. Assim, é à base da elaboração do Projeto Acadêmico para estruturar a atuação docente que o professor espanhol analisa as ações e dinâmicas da aplicação da Linguística e, assim, aponta a necessidade de recorrer à base teórica da Semiótica de Peirce e Morris.

Assim, constrói-se a ideia de que a Linguística Documentária “é uma disciplina teórico-prática que se ocupa do problema que envolve o armazenamento racional e posterior recuperação do conteúdo analítico de quaisquer documentos” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 36, tradução nossa). Nessa perspectiva, aplicar a Semiótica para fundamentar as práticas da Linguística Documental é estabelecer mecanismos para mediar a representação. Ademais, o propósito da Linguística Documentária como resolução de problemas ocorre “mediante agentes qualificadores e especializados, que se servem sistemática, corporativa e institucionalmente, em regime normalizado, de meios materiais e conceituais de valor semiótico, chamado de linguagem documental” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 36, tradução nossa).

É, nessa orientação de mediação semiótica, que se estabelece a disciplina, fundamenta como uma “técnica amparada de teorias que possibilitam disponibilizar os conteúdos dos documentos”. Portanto, a teoria da Documentação age em práticas

interdisciplinares com os princípios das linguagens documentais disponíveis que promovem o tratamento dos documentos em processo de extração, no entanto a representação se efetiva através de “sistemas de descrição e representação linguística ou semiótica do conteúdo dos documentos” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 37, tradução nossa).

Sendo assim, a Linguística Documentária, que exerce uma atuação semântica, em busca de garantir a manutenção da significação presente nos documentos primários, ao mediar a linguagem aplicada para desenvolver documentos secundários como “resumos, indexação do documento e indexação de fórmulas de recuperação”, aplica princípios da Semiótica e do Pragmatismo.

A priori, é necessário destacar que a Linguística Documentária atua com o propósito de evidenciar os aspectos semânticos presentes nos documentos, sendo assim funciona como objeto mediador que se caracteriza sob algumas funções como aponta o professor Izquierdo Arroyo (1990, p. 39, tradução nossa) na sua execução como prática e disciplina:

- a) uma índole epistêmica, que, ao mesmo tempo, é teórica, técnica e normativa;
- b) possui objeto próprio e está constituído pelo conteúdo da documentação;
- c) como objeto mediador (imediate e processual) é o tratamento semiótico (ou lógico-linguístico) e controle sistemático e racional do conteúdo imediato.

Dessa forma, reconhece-se que a Linguística Documentária dialoga com a Semiótica com a finalidade de estabelecer uma espécie de “controle semiótico dos conteúdos documentais”, fato que efetiva o tratamento semiótico em busca da normalização da terminologia aplicada, ou seja, efetiva-se “a Normatização como se encontra na Ética, no Direito e na Gramática especializada”, tendo como exemplo o dicionário terminológico (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 40, tradução nossa).

Sob essa premissa, a Linguística Documentária, atuando em práticas interdisciplinares com a Semiótica se caracteriza como “o conjunto de tarefas teórico-práticas humanas, uma atividade epistêmica e racional)”, que se efetua sob a constituição de três princípios: a) como teoria: “na medida em que questiona (em colaboração da prática) sobre um determinado objeto que também pertence à Teoria da Documentação”; b) como técnica, também reconhecida como uma atividade prática sistematizada: “mediante instrumentos e terminologia”; por fim, c) tratamento semiótico, objeto mediador: estabelecido em um “âmbito transindividual, próprio da organização coletiva e com normas”, cujo objetivo se caracteriza por “regular as

diversas atividades dos diversos agentes individuais ou corporativamente unificados”, evidenciando tratamento linguístico-documental.

Essa aplicabilidade da Semiótica nas práticas de tratamento documental realizadas pela Linguística Documentária remete-se às primeiras preocupações da Teoria da Documentação, que consiste no fato de que dois indivíduos realizam representações diferentes devido às práticas estabelecidas no hábito mental, assim como o conjunto de orientações propostas pelo grupo de representação da linguagem como apontaram López Yepes e García Gutiérrez.

Como aponta Izquierdo Arroyo, o bom tratamento terminológico deve se efetuar à base dos procedimentos semióticos, os quais, de acordo com C. Morris são estabelecidos por fases sintática, semântica e pragmática. Frente a isso, é necessário destacar que o objeto da Semiótica é o signo, por conseguinte “o processo em que algo funciona como um signo pode chamar-se semiose” (MORRIS, 1976, p. 7).

A Semiótica Documentária tem condições de estabelecer uma prática normalizadora, pois como indica Izquierdo Arroyo, o resultado dessa análise é uma semiose documental, fator que estabelece o estágio de significação do signo que será efetivado como terminologia, por isso há a relação interdisciplinar com as teorias de Peirce e, mais acentuadamente, de Morris, pois este apresenta uma proposta de análise semiótica sob três fases: a pragmática, a semântica e a sintática, fatores que garantem, conforme Izquierdo Arroyo (1990, p. 44, tradução nossa) a bom tratamento do objeto terminológico:

- a) Fase pragmática: com exclusividade centrada no problema da prática que estabelece o tratamento específico, mas sem propósitos semânticos conscientes, e menos ainda sintáticos;
- b) Fase semântica: que é a que dá nascimento científico a nossa disciplina, desde as primeiras Classificações Bibliográficas ou sistemas hierárquicos;
- c) E fase sintática: Iniciada com as linguagens de coordenação, com densidade nos descritores controlados e marcados, que apenas isso, com as chamadas linguagens de estrutura sintática. Fase, portanto, que protagoniza a atual Linguagem Documental, com seus problemas ainda por resolver.

Diante disso, é válido visitar a base teórica proposta por Morris a fim de compreender a dimensão das relações interdisciplinares, destacando os conceitos que motivaram Izquierdo Arroyo a promover a interdisciplinaridade. C. Morris orienta sua concepção sobre a Semiótica tratando-a como metaciência, devido ao fato de que há correlação entre os signos, aqueles que são produtos da ciência e aqueles que funcionam como mediadores dos conceitos e termos científicos. Essa relação é

fundamental na aplicação da Linguagem Documentária, já que há o processo de análise de documento, extração da informação, ou seja, produto documental e informacional, o qual será traduzido em um segundo documento pela linguagem especializada, através da terminologia científica.

Segundo C. Morris (1976, p.5) “a ciência e os signos estão indissoluvelmente ligados, pois a ciência oferece aos homens, por um lado, signos mais fiáveis e, por outro, insere os resultados obtidos em sistemas de signos”. Sendo assim, a aplicação da Semiótica garante, como prevê Izquierdo Arroyo, uma normalização na Linguagem Documentária, já que o conjunto de signo se revela de forma lógica em busca da unificação das ciências, assim como prática para estabelecer a significação do conceitos extraído do documento primário e sua adequada tradução para um documento secundário. C. Morris ainda afirma: “a Semiótica tem uma dupla relação com as ciências: ela é simultaneamente uma ciência entre as ciências e um instrumento de ciência” (MORRIS, 1976, p. 5).

Concomitantemente a isso, há mais argumentos ofertados pelo semioticista que corroboram os estudos de Izquierdo Arroyo: “se a Semiótica é uma ciência coordenada com as outras ciências, estudando as coisas ou as propriedades das coisas na sua função de servir de signos, ela é também o instrumento de todas as ciências, na medida em que cada ciência faz uso e exprime os seus resultados em termos de signos” (MORRIS, 1976, p. 6). Essa afirmação fundamenta o processo de tratamento documental inerente à aplicação da Linguagem Documentária para estabelecer a representação.

Diante disso, é válido, neste âmbito, destacar a concepção desses conceitos a fim de melhor esclarecer suas dimensões conceituais e propriedades. Semiótica, “termo derivado do francês *séméotique (sémiotique)*, que por sua vez é derivado do grego *sēmeiōtikē*, relacionado a sinais, do radical *sēmeion*, que significa sinal, marca” (CUNHA *et al*, 1986, p. 713). “O termo semiótica, no seu uso moderno, foi utilizado, por primeiro por C. S. Pierce. A semiótica que ele vislumbrou é a doutrina dos signos” (DUBOIS *et al*, 1998, p. 537).

Ainda sobre a Semiótica, vale destacar que “seu objeto – os signos – pertence ao universo fenomênico e só é alcançado em suas manifestações empíricas”, além disso a Semiótica “fará distinguir as exigências formais de sua construção e, portanto, a necessidade com que produz suas conclusões, da falibilidade de sua representação do real” (SILVEIRA, 2007, p. 21).

Já a semiose, pode-se ser definida como “a operação que, ao instaurar uma relação recíproca [...] produz signo: nesse sentido, qualquer ato de linguagem implica semiose” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 447-448). Semiose também pode ser entendida como processo, “numa tradição que já vem dos gregos”, sua atuação envolve três ou quatro fatores: “aquilo que atua como signo, aquilo a que o signo se refere, e o efeito sobre um intérprete em virtude do qual a coisa em questão é um signo para esse intérprete” (MORRIS, 1976, p. 7).

Peirce define que semiose é “toda ação dinâmica, ou ação de força bruta, física ou psíquica, ou tem lugar entre dois sujeitos [que reajam igualmente um sobre o outro, ou um é agente e o outro paciente, inteira ou parcialmente] ou de qualquer modo é uma resultante de tais ações entre pares” (SILVEIRA, 2007, p. 34). Peirce também destaca a cooperação na constituição de uma ação ou influência de três elementos a que ele se refere como sujeitos: “um signo, seu objeto, e seu interpretante, essa tríplice relativa influência não sendo de modo algum resolúvel em ações entre pares” (SILVEIRA, 2007, p. 34).

Esses três componentes da semiose, na teoria proposta por C. Morris são denominados de “veículo sígnico, o *designatum* e o interpretante”, sob essa teoria há um quarto fator, o qual o semiótico reconhece como intérprete. Esclarecer esses conceitos são importantes para compreender a relação que possuem com o processo de semiose e, por conseguinte como atuam nas disposições sintáticas, semânticas e pragmáticas na semiótica de Morris. Assim, “a semiose é um dar-se-conta-mediato. Os mediadores são os veículos sígnicos; os dar-se-conta-de são os interpretantes; os agentes do processo são os intérpretes; aquilo que se dá conta são os *designata*” (MORRIS, 1976, p. 7).

Sendo assim, é a relação triádica da semiose que efetua a relação definida como a “dimensão semântica da semiose”, cujo objeto será o estudo das “relações de signos aos objetos a que os signos se aplicam”, assim como a relação dos signos aos interpretantes será chamada de “dimensão pragmática da semiose”. Por fim, a terceira dimensão será denominada de “dimensão sintática da semiose”, cujo objeto é a relação que os signos estabelecem com outros signos, já que “todos os signos estão potencialmente, se não efetivamente, relacionados com outros signos” (MORRIS, 1976, p. 10).

Essas relações das dimensões semióticas podem ser compreendidas na aplicação do signo enquanto língua. Diante disso, Morris (1976, p. 14) destaca:

Uma língua, então, enquanto um sistema de signos interconectados, tem uma estrutura sintática de tal espécie que entre as suas combinações sígnicas possíveis algumas podem funcionar como afirmações, e veículos sígnicos de tal espécie que podem ser comuns a um conjunto de intérpretes. Os traços sintático, semântico e pragmático desta caracterização da língua tornar-se-ão mais claros quando forem tratadas as respectivas secções da semiótica. Tornar-se-á também claro que justamente como um signo individual é completamente caracterizado ao fornecer-se a sua relação a outros signos, objetos e utilizadores, assim também uma língua é completamente caracterizada ao fornecer-se aquilo que posteriormente se chamará as regras sintáticas, semânticas e pragmáticas que governam os veículos sígnicos. De momento deverá notar-se que a presente caracterização da língua é estritamente semiótica, envolvendo referências às três dimensões.

Nessa acepção, a concepção formal da linguagem é marcada pela sintaxe e a relação que se estabelece entre os signos, ou seja, a “abstração das relações dos signos aos objetos ou aos intérpretes” (MORRIS, 1976, p. 16). Tal fator contribui para a construção da rede de significados devida à possibilidade de fazer combinações entre os signos, através de aplicações lógicas à linguística.

Dessa forma, Morris define que a sintaxe é “a consideração de signos e de combinações de signos na medida em que estão sujeitos a regras sintáticas”, portanto sua aplicação envolve a constituição de sintagmas, ou seja, o agrupamento de signos na produção informacional, fator que Izquierdo Arroyo marcou como a agrupamento da linguagem o que se reverte em coordenação dos descritores aplicados. Dessa forma, no tocante da sintaxe, o tratamento documental ocorre pelas relações entre os signos extraídos dos documentos, os quais exigem a combinação sintagmática dos termos aplicados na representação, já que a operação sintática “não está interessada nas propriedades individuais dos veículos sígnicos ou em quaisquer outras relações deles que não sejam sintáticas” (MORRIS, 1976, p. 17).

A contribuição para sistematizar a Linguagem Documentária aplicada na representação do documento, bem como na representação que o usuário, ou o pesquisador constrói quando elabora a estratégia de busca, pensando o termo aplicado como signo é a semiose sintática caracteriza com precisão as proposições de diversas naturezas como “analíticas, contraditórias, sintéticas e derivações”.

Além disso, a coordenação dos descritores é orientada pela distinção de “signos lógicos e descritivos”, sendo passível a definição precisa de “signos sinônimos e proposições equipolentes”, além de serem aplicados a fim de “caracterizar o conteúdo de uma proposição, ocupar-se dos paradoxos lógicos, classificar certos tipos

de expressões e clarificar as expressões da necessidade, possibilidade e impossibilidade” (MORRIS, 1976, p. 18).

Ao tratar da dimensão semântica da semiose, é preciso entender que se estabelece relação dos signos com “os objetos que denotam ou possam denotar” (MORRIS, 1976, p. 25). A Semântica é o núcleo da problemática que envolve a Análise Documentária e a aplicação da Linguagem Documentária, pois essa relação é fundamental para garantir o valor do documento no processo de tratamento, extração e indexação da informação. Provavelmente, por isso que, para Izquierdo Arroyo, a semiose semântica era a essência da ciência da Documentação.

A semiose semântica é constituída de regras semânticas, as quais são marcadas por um designa. Designa, segundo Morris (1976, p. 25) “é um termo semântico, na medida em que é um signo caracterizante designando uma relação entre um signo e um objeto. A semântica pressupõe a sintaxe, mas abstrai da pragmática”. A semiose semântica se aplica a situações das quais se extraem signos de outros signos, ou seja, há a extração de significados a partir de um objeto situacional, tal fato é praticamente o que a Documentação realiza na Análise Documentária, como tratamento e extração para efetuar a indexação, normalizada pela Linguagem Documentária. Sendo assim, “um signo denota o quer que se conforme às condições estabelecidas na regra semântica, enquanto a própria regra estabelece as condições de designação” (MORRIS, 1976, p. 26).

Entretanto, a própria prática semântica reconhece que atua como “regras empíricas do significado”, circunstância que confirma a preocupação da Documentação sobre o fato de que dois indivíduos podem indexar o mesmo documento de maneiras diferentes, já que “com diferentes regras semânticas, duas pessoas podem partilhar a mesma estrutura formal linguística”, o que no caso do universo da Documentação se entende como a Linguagem Documentária, no entanto há o problema de essas duas pessoas “serem incapazes de entenderem uma à outra” (MORRIS, 1976, p. 27).

Nesse segmento, Morris indica direções acerca das regras semânticas. O autor evidencia um dos problemas encontrados pela Linguagem Documentária: “regras para o uso dos veículos sígnicos não são ordinariamente formulados pelos utilizadores de uma língua”, essa é a situação comum dos documentos, visto que estes são produzidos em linguagem natural. O semiótico continua: “existem mais como hábitos de comportamento, de modo que só certas combinações de signos ocorrem

de fato, só certas combinações de signos se derivam de outras, só certos signos se aplicam a certas situações”, esse indicador demonstra que o tratamento semântico requer uma normalização, até pelo fato de a semiose semântica ser contínua devido às circunstâncias em que o signo se relaciona com o objeto, ou seja, “a formulação explícita de regras para uma dada língua requer uma ordem superior de simbolização e é uma tarefa de semiótica descritiva” (MORRIS, 1976, p. 26).

Devido a isso, a semiose semântica a ser aplicada na configuração da Linguagem Documentária, é preciso entender que esse signo deve ter um valor especial, assim ser classificado como signo indexal, já que “um signo tem uma dimensão semântica na medida em que há regras semânticas que determinam sua aplicabilidade a certas situações sob certas condições”. Dessa maneira, é preciso estabelecer regras para a aplicação de um signo indexal, o qual “designa aquilo para o qual dirige a atenção. Um signo indexal não caracteriza o que denota e não precisa de ser semelhante àquilo que ele denota”, nesse processo, o signo precisa apenas ser um símbolo (MORRIS, 1976, p. 26-27).

Nessa proposta, “um conceito pode ser encarado como uma regra semântica determinando o uso de signos característicos”. Nesse contexto, a regra semântica deve se direcionar ao uso de símbolos, o qual “tem que ser estabelecida em termos de outros símbolos cujas regras ou usos não são postos, ou por indicar objetos específicos que servem de modelos”, no caso o símbolo deve “denotar objetos semelhantes aos modelos”, o que efetiva que o símbolo aplicado como signo para representar a informação extraída do documento deve ser semelhante ao modelo estabelecido pela normalização terminológica, já que a “regra do uso de um símbolo pode ser estabelecida em termos de outros símbolos que torna possível a redução de um termo científico a outros (ou melhor, a construção de um termo com base noutros) e, desse modo, a sistematização da linguagem científica” (MORRIS, 1976, p. 27).

Por fim, a dimensão pragmática da semiose, que consiste na “relação entre os signos e os seus utilizadores”, fato que direciona a importância dessa semiose para a “compreensão das atividades intelectuais”. Assim, como aponta Morris, “pragmática designa-se a ciência da relação dos signos aos seus intérpretes”, e é esse fator que Izquierdo Arroyo aponta em seus estudos, já que faz alusão ao tratamento documental. “A maior parte dos signos, senão todos, têm como intérpretes organismos vivos, é uma caracterização suficientemente cuidadosa de dizer que ela trata os

aspectos biótipos da semiose, isto é, todos os fenômenos psicológicos, biológicos e sociológicos que ocorrem no funcionamento dos signos” (MORRIS, 1976, p. 32).

Um documento escrito em linguagem natural explora diversas camadas de significação, por isso o processo de tratamento documental requer procedimentos de extração à base de normalização, a qual pode ser orientada pelos estudos da semiose. A dimensão pragmática da semiose atua justamente no ponto de análise e interpretação para a condução da aplicação da Linguagem Documentária e indexação, justamente porque envolve o trabalho do analista e indexador, isto é, sua interação com o texto e a atividade intelectual empregada na função. Esse processo de representação é uma preocupação da Documentação exatamente no que tange ao procedimento de indexação e à recuperação da informação.

Sendo assim, é válido destacar que o “intérprete do signo é o intelecto; o interpretante é um pensamento ou conceito; estes pensamentos ou conceitos são comuns a todos os homens, tendo a sua origem na apreensão pelo intelecto dos objetos e suas propriedades” (MORRIS, 1976, p. 33). É justamente nesse ponto que a relação do signo com a aplicação da semiose pragmática envolve o hábito mental, objeto também debatido por Izquierdo Arroyo ao tratar da representação. Como aponta Peirce: “o interpretante de um símbolo tem que assentar num hábito e não numa reação fisiológica imediata que o veículo sígnico ou nas imagens ou emoções concomitantes” (MORRIS, 1976, p. 33).

Tendo como signo todo os elementos que representam a malha informacional da análise, extração e indexação, sendo eles conduzidos pela Linguagem Documentária, deve-se entender como resultado da pragmática a ideia de que “o intérprete de um signo é um organismo; o interpretante é o hábito do organismo em responder, devido ao veículo sígnico” (MORRIS, 1976, p. 34).

Por isso, “a relação de um veículo sígnico ao seu designatum é o dar-se conta efetivo, na conduta do intérprete, de uma classe de coisas devido à resposta ao veículo sígnico, e aquilo que nos damos conta são os designata”. E nessa aplicação da semiose pragmática que há a relação com a semântica, assim seu correlato estabelece “o hábito do intérprete em usar o veículo sígnico sob certas circunstâncias”, no caso da aplicação da Linguagem Documentária está diretamente relacionada com a circunstância promovida pelo tratamento documental. Dessa forma, nessa perspectiva, encaixam-se “as regras de formação e transformação”, as quais

“correspondem às combinações e transições efetivas de signos usadas pelo intérprete” (MORRIS, 1976, p. 35).

É, nesse ponto, que se torna válido resgatar o conceito de signos indexais propostos pela semiose semântica, pois estes podem se estabelecer em uma combinação sígnica, a qual “dirige a atenção do intérprete para partes do meio envolvente; o signo característico dominante determina uma resposta geral (expectativa) a essas partes”. Somado a isso, a aplicação dos especificadores, estes ao delimitarem a expectativa geral, estabelecem “o grau de especificação e a escolha do signo dominante determinados pelo problema em causa” (MORRIS, 1976, p. 35).

Destarte, atendem às expectativas da Documentação mencionada por López Yepes, García Gutiérrez e Izquierdo Arroyo no processo de tratamento e indexação, pois a Semiótica aplicando a semântica e a pragmática no processo de semiose, juntamente com a sintaxe, encontra uma metodologia para proceder a Análise Documentária em suas esferas de tratamento documental e extração de informação devido à aplicação dos signos em processo de reconhecimento da semiose, além de direcionar o processo de indexação, através de uma normalização de semiose, assim garantindo a devida aplicação da Linguagem Documentária.

Dessa maneira, conforme expectativas de Izquierdo Arroyo, a semiose é o elemento fundamental de mediação na chamada Prática Semiótica de Tratamento Documental, que consiste em estabelecer a Semiótica como aglutinador de procedimentos linguísticos presentes no processo de análise de documentos, tendo em vista que o documento é produzido em linguagem natural, portanto a análise e interpretação pressupõem fundamentos linguísticos que acompanham a interação em linguagem natural. Já no processo de extração ocorre a semiose, pois a coleta de informações gera significados na mente que está tratando do documento e do processo de tradução documental, fenômeno que requer o ajuste da semiose à Linguagem Documentária, por conseguinte seu alinhamento à terminologia especializada e normalizada pelo domínio para o qual direciona o documento.

A semiose é a conexão e a mediação realizada em linguagem mista, pois sua construção prevê o processo de transição. “Enunciado consiste em uma predicação, pela qual se atribui a um sujeito (documento concreto) um atributo (ou conjunto de atributos; descritores) que lhe é próprio”, além dessa relação sintática a fim de gerar uma rede semântica, já que o “sujeito se designa mediante a uma expressão, que pertence ao que é chamado de linguagem de catalogação, enquanto que o predicado

se expressa com linguagem documental” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 47, tradução nossa).

Observa-se, dessa forma, a importância do enunciado para a relação de semiose. Aplicando essa concepção ao Interpretante, reconhece-se um processo mais complexo que uma réplica, na medida em que se estabelece uma relação de proposições entre sujeitos e predicados, fator que evidencia uma relação dicente do Interpretante. Na medida em que as proposições se relacionam, constitui-se a configuração do conceito extraído do documento, sendo esse representado por linguagem especializada, na configuração de terminologia, pois ganha o atributo de Argumento.

Pode-se, portanto, compreender que a semiose, ao mediar o diálogo realizado em linguagem mista, constitui-se porque o interpretante no primeiro instante estabelece a réplica da linguagem natural como espelho da linguagem especializada; no segundo momento, configura-se um signo dicente, pois há o confronto entre conjunto de informações extraídas do documento e a produção de uma malha informacional decorrente da configuração de enunciados e discursos. No terceiro estágio, a semiose como objeto mediador já atua como normalizador, assim direciona a escolha do melhor termo para garantir a representação do documento devido ao seu estágio de argumento.

Devido a esses fenômenos, Izquierdo Arroyo indica que a Linguagem Documentária se consiste em extensões para se ajustar a Análise Documentária, assim o professor espanhol apresenta dois módulos de extensão para a linguagem especializada:

- A) A extensão que consiste na absorção da linguagem do documento;
- B) Extensão que assume a linguagem da Ciência da Documentação. Com ela surge, portanto, a Metadocumentação como ciência linguística; a Metalinguística documental. (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 48, tradução nossa).

Observa-se nas diretrizes propostas por Izquierdo Arroyo a preocupação com as duas etapas que permeiam o tratamento documental: extrair a linguagem do documento e a tradução para a linguagem científica. Outro ponto que merece destaque é o fato de esse apontamento recuperar as considerações de García Gutiérrez sobre a Metalinguística documental. Se para García Gutiérrez esse é um fenômeno linguístico, de ajuste de código, para Izquierdo Arroyo, a metalinguística ocorre pela motivação derivada da semiose.

Sendo assim, na concepção de Peirce e Morris, a semiose é produto da Semiótica, conseqüentemente para a Semiótica Documentária o produto é a semiose documental. A semiose documental “é justamente a semiose da arte aplicada consistente no armazenamento e busca controlada dos conteúdos documentais. Essa peculiar semiose, assim denominada, se satisfaz e se realiza graças a determinadas linguagens especializadas: as linguagens documentais” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 65, tradução nossa).

Diante disso, o próprio Izquierdo Arroyo relaciona os princípios teóricos da Semântica para explicar sua atuação no universo da Documentação:

A Semiótica se ocupa do estudo dos objetos comuns na medida em que (e somente na medida em que) participam da semiose. Contudo, um objeto participa do processo de semiose quando é considerado (interpretante) por algum (intérprete) como signo de algo (designatum). Conseqüentemente, já que o processo documental é um processo de comunicação, surge como processo de semiose. Nele, os documentos (primários e secundários) são veículos sógnicos que possibilitam a troca. (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 65, tradução nossa).

Portanto, a Linguagem Documentária se aplica ao resultado da mediação semiótica, pois o signo extraído do documento sofre um processo de semiose. Esse processo é decorrente da relação entre interpretante e intérprete, conseqüentemente, entende-se que a Linguagem Documentária se aplica a fim de revelar o conteúdo, inserida em um processo de comunicação, como resultado do tratamento e análise, do documento.

No entanto, diante dos processos documentais que se revelam as construções de semiose por semântica e suas relações sintáticas, ainda é preciso reconhecer que se trata de ações e técnicas, devido a isso é necessário explorar as questões que envolvem a semiose via pragmática.

A propósito de esclarecer as técnicas ou métodos e instrumentos que permitam tratar os conteúdos dos documentos, é preciso destacar cada uma das funções até a garantia da recuperação da informação, pois as três devem estar “presentes nas funções de representação e reconhecimento dos conteúdos documentais: A) Análise (comparar, distinguir, deduzir); B) Síntese (transformar, reconstruir, condensar); C) Avaliação (julgar, selecionar e definir valor” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 78, tradução nossa).

Esses procedimentos preveem aquilo que o professor espanhol nomeou como “hábitos operativos cognitivos, de caráter especulativo e prático”. Devido a isso,

pensando na estrutura da disciplina, há a insistência da execução de exercícios práticos a fim de garantir a experiência para que se crie “hábitos e automatismos”, pois “quando os atos repetidos se realizam com rigor e método efetivos, as habilidades resultantes são experiências”. Assim, a experiência com “exercícios de tratamento linguístico-documental” proporcionará conhecimento acerca da “atividade racional científico-técnica” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 79, tradução nossa).

Assim, na consolidação da disciplina, os exercícios práticos preveem o processo de interiorização de novos esquemas de conduta profissional, a qual se consiste em uma “ampliação e potencialização do espírito analítico derivado da experiência cotidiana” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 79, tradução nossa). Essas habilidades são decorrentes da semiose pragmática, pois se efetua a partir do contado do intérprete com designatum, conseqüentemente, com o designata.

Ademais, a internalização da experiência efetiva o controle adequado dos procedimentos profissionais, porque o “hábito epistemológico apropriado se traduzirá na aquisição de novos esquemas de conduta”, além disso a repetição de exercícios é o instrumento para formalizar essa habilidade, visto que “esses esquemas apenas se adquirem através de estudos sistematizados da Linguagem Documental e se tornam hábitos com a prática adequada da teoria” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 79, tradução nossa).

Somado a isso, é preciso também o desenvolvimento do senso crítico, por isso a configuração de um sistema de experiências é tão importante para o desenvolvimento da disciplina, conforme aponta o professor espanhol. Assim, evidenciam-se as análises e decisões que fazem parte das práticas profissionais como “precisão terminológica, rejeição de expressões polissêmicas ou não bem definidas, a fim de proceder sem lacunas, exigência constante de prova ou justificação” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 80, tradução nossa).

Outrossim, entende-se que essas habilidades internalizadas promovem a clareza de discernimento, garantindo a aplicação do fazer científico com maior precisão e qualidade, por isso é necessário “integrar os hábitos operativos em toda a construção rigorosa da teoria e da crítica do pensamento já construído” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 80, tradução nossa).

É, neste ponto, que a comunicação entre Linguística Documentária e Semiótica Documentária se expandem, pois, devido à evolução teórica que se tem atualmente sobre a Linguística, é preciso inserir no processo semiótico por pragmática as

referências constituídas pela Teoria da Enunciação e pela Análise do Discurso para que o tratamento documental não fique preso a um dogmatismo científico.

Portanto, entende-se que a semiose como objeto da Semiótica é o instrumento mediador entre as linguagens aplicadas na configuração dos tipos de documentos, porém essa tradução não se resume apenas a esse procedimento. Se a semiose é o ponto central para analisar e materializar as questões semânticas que envolvem a informação extraída do documento, é na Linguística que residem os instrumentos para resgatar o que não é dito no documento, porém é materializado, assim como a relação de significado entre termo e conceito.

Nessa perspectiva, em síntese, os procedimentos linguísticos analisados por Izquierdo Arroyo, à base da Linguística Estrutural, atuam na análise do processo semiótico a fim de discutir o processo de significação, para, posteriormente, explorar o conceito de semiose e, assim, evidenciar a necessidade de compreender o processo de semiose documental para o tratamento do documento.

4.3 LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA POR IZQUIERDO ARROYO

Diante de tudo que foi discutido neste capítulo, é factual a preocupação de Izquierdo Arroyo acerca do tratamento documental e, por conseguinte, como essa tarefa seria realizada a partir das contribuições teóricas acerca da linguagem. Nessa perspectiva, é objetivo da seção avaliar esses procedimentos e compreender como se estabelecem as relações teóricas entre a Linguística e a Documentação, como apresentado por García Gutiérrez, o desenvolvimento de uma disciplina que envolvesse a Análise Documentária: o estudo da aplicabilidade da Linguagem Documentária e sua relação com as teorias da linguagem se estabeleceu pelo Marco Acadêmico, circunstância liderada pelo professor Izquierdo Arroyo.

Consequentemente, há linhas de trabalho de pesquisa inter-relacionadas, as quais se constituem a partir da interdisciplinaridade. Sendo assim, é válido destacar que as discussões espanholas nascem com os problemas que circundam à Documentação, na sequência questionamentos acerca da análise e tratamento documental e a aplicação adequada da linguagem especializada para representar o documento. A partir dessas discussões, surgiu a disciplina Linguística Documentária com o objetivo de oferecer, através de teorias da linguagem como é o caso da

Linguística, mecanismos para resolver os problemas da Documentação no que tange à representação das informações contidas nos documentos.

Diante dessa evolução teórica, entende-se ser necessária a estruturação de uma disciplina capaz de oferecer aos seus alunos habilidades para que o trabalho profissional de análise, tratamento, extração, representação e indexação seja realizado com competência e precisão, já que visa à recuperação da informação.

É, nesse ponto, que se pretende discutir sobre a formação da base teórica da disciplina para que sua evolução de Linguística Documentária para Semiótica Documentária seja esclarecedora da necessidade de haver aplicações interdisciplinares na atuação das duas disciplinas, fundamentadas por duas áreas que estudam a linguagem: Linguística e Semiótica, na representação do conhecimento.

Destacando as contribuições da Linguística para a formatação da disciplina estão os estudos acerca de: “a) Linguística Geral; b) Semântica estrutural; c) Lexicologia e Lexicografia; d) Gramática ou sintaxe formal; e) Terminologia ou Onomasiologia”, somado a esses segmentos da Linguística acresce ainda: f) Ciência do Texto ou Linguística Textual e g) Análise do Discurso”. Todas essas aplicações da Linguística atuam em colaboração para o desenvolvimento da disciplina, combinadas com a Semiótica. Sendo assim, ainda deve-se relacionar à estrutura da disciplina as “Ciências Formais: a Lógica-simbólica e a Matemática, junto com suas disciplinas anexas: Lógica matemática, Linguística Matemática, Lógico-Linguística” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 53, tradução nossa). Somado a isso, há que se destacar o campo teórico da Ciência da Ciência:

- A) Teoria e História da Ciência (Filosofia da ciência);
- B) Metodologia da Investigação científica. (Técnicas de investigação e Criação científica);
- C) Teoria da linguagem científica, e terminologias normalizadas;
- D) Sociologia e Psicosociologia da ciência. (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 54, tradução nossa).

Dessa forma, é necessário destacar que há duas marcações acerca da Linguística Documentária e sua relação com a Teoria da Documentação. Essas marcações fundamentam sua estrutura e alinha as propriedades de sua execução. Deve-se entender que há a chamada demarcação externa, cuja aplicação consiste na relação interdisciplinar em sua formação, já que “a disciplina se apresenta distinguida de e relacionada com as teorias mais próximas” como já apontado.

Somado a isso, há a demarcação interna, que aponta as aplicações da Linguística Documentária no que tange ao “tratamento documental e ao objeto do próprio tratamento: o conteúdo documental”, assim inteirando sua aplicação à Indexação, à elaboração de Resumo, estabelecendo-se, assim, a Teoria de Análises de Conteúdo, fundamentada, portanto, pela Teoria da Representação (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 56, tradução nossa).

Sendo assim, é válido destacar que a atuação da Linguística Documentária é inerente, aos olhos de Izquierdo Arroyo, às atividades da Teoria da Documentação. Devido a isso, entende-se que a Linguística Documentária, neste contexto, ocupa-se, fundamentalmente, do tratamento documental, o que lhe atribui características de uma prática metalinguística, denominada de Linguística Documental Descritiva, a qual está intrinsecamente relacionada à Linguística Documental Geral, pois aplicar a linguagem para avaliar o valor significativo da linguagem pressupõe tratar dos objetos da Documentação.

Diante de todos esses conceitos na formação da Linguística Documentária, compreende-se que são fundamentais para estabelecer a denominação e a definição dos elementos teóricos, práticos, técnicos, procedimentais para a estruturação da disciplina, por conseguinte é importante destacar as diferenças da ciência e do seu objeto. Por consequência, consoante Izquierdo Arroyo (1990, p. 62, tradução nossa) “não é um absurdo impor o nome de linguagens documentais à Ciência que se ocupa dela”, porém “Linguística documental é, em qualquer caso, mais apropriado que as restante em uso, já que o termo Linguística que a compõe torna-se um sentido muito mais amplo do que é habitual.

A ideia de Linguística Documental ou Documentária (devido à tradução no Brasil conforme o país de referência) possibilita um sentido mais amplo justamente porque o trabalho de representação envolve mecanismos linguísticos da linguagem natural na composição do documento original, fator que obriga que o tratamento se inicie nessa perspectiva, como também envolve mecanismos da linguagem documental, pois depende de construtos artificiais, modelados à base da linguagem natural, no entanto aplicados sob efeitos de terminologia na elaboração do documento secundário, sendo assim denominar de Linguagem Documentária propria uma concepção muito mais restrita e não evidenciaria os níveis de linguagem presentes no processo de extração e representação das informações documentais.

No entanto, Izquierdo Arroyo entende que é preciso propor para a disciplina uma denominação mais abrangente de seus propósitos. Devido a isso, é proposto denominar de Semiótica Documental (ou Documentária, seguindo os mesmos princípios de tradução conforme o país a que se faz referência ao termo que constitui o adjetivo derivado de documento). Izquierdo Arroyo justifica que essa terminologia lhe é mais ajustada, já que se trata da “especificação disciplinar da Semiótica geral”, sendo entendida como ciência que estuda a semiose documental.

Essa concepção é ainda confirmada pelo princípio de que a Semiótica é a ciência que estuda o signo em vários estágios de concepção, e é a partir da tricotomia diagramática do signo que é processada a semiose, sendo assim se adequa de melhor forma às relações de significação produzidas no tratamento documental. “À medida em que a Semiótica se ocupa do estudo de quaisquer processos de semiose (e não só unicamente dos processos que enfoca a Linguística), a presença desse termo na expressão Semiótica Documental parece mais acertada” (IZQUIERDO ARROYO, 1990, p. 65, tradução nossa).

Por fim, é válido destacar o trabalho de Izquierdo Arroyo a fim de que se ajustasse uma prática de tratamento relacionada à análise da linguagem, visto que o material linguístico é fundamental e estrutural para se estabelecer a organização do conhecimento. É através da linguagem, e constituído por ela, que a informação é veiculada. Ao se pensar em comunicação, é a linguagem humana que conduz à significação.

O desenvolvimento da disciplina respeita os princípios teóricos direcionados à preocupação que circunda o documento, já que este é material rico e gerador de informações, das quais são constituídos os conhecimentos, todavia é a linguagem o instrumento de mediação entre a informação documental e a significação do receptor dessa informação, sob o qual se caracteriza o conhecimento e sua organização.

Não é à toa, portanto, que há esse importante estudo espanhol sobre a aplicação da linguagem ao tratamento do documento e, por conseguinte que se efetive estudos mais aprofundados acerca de outras áreas do conhecimento, como a Linguística, já que a linguagem é seu objeto de estudo.

A Linguística, por sua vez, apresenta importantes estudos direcionadas ao tratamento do léxico, fundamentando as propriedades fonéticas, morfológicas, sintáticas e semânticas, as quais se encarrega de explicação a Linguística Formalista, contudo a semântica transcende às regras formais e lógicas no processo de

significação. Devido a isso, os estudos acerca da Linguística Documentária têm-se aproximado dos estudos desenvolvidos pela Linguística Estrutural, de base saussuriana.

Entretanto, a semântica e o processo de significação se caracterizam por fatores extralinguísticos, além de tratar da informatividade que, muitas vezes, é concebida, porém não é mencionada, ou dita. É, nesse contexto, que a Teoria da Enunciação ganha importância, somado às construções de isotópicos apresentadas pela Semântica Estrutural.

A Linguística ainda trata de informatividade discursiva, extraída de aspectos dialogistas com o contexto, com a intencionalidade e historicidade. Todavia, a representação da realidade requer mais fundamentos. A representação da realidade não se encontra apenas no que é linguístico, também está presente naquilo que não é verbal, ou se caracteriza por uma outra espécie de sinal.

Além disso, a Linguística não demonstra, em seus métodos científicos de pesquisa e aplicação, como se configura a cognição e a aquisição de um hábito, resultado de uma experiência significativa, que possibilita conhecimento para a realização de uma atividade. Essa transcendência entre a experiência adquirida e a experiência colateral é resultado de uma semiose. L. Hjelmslev trata da semiose. R. Barthes discute a semiose. A. J. Greimas analisa a semiose, porém em todos esses estudos a semiose é uma atualização do signo, do plano do conteúdo, da constituição do mito ou do lexema.

É somente na Semiótica de origem peirciana, através da aplicação do pragmatismo que a semiose além de gerador de significação, também é mediadora de experiência, fator que ocorre na tradução da malha informacional do documento primário para a elaboração de um documento secundário, assim como efetiva o hábito, através da experiência, o que garante a boa prática da representação do conhecimento.

Nessa proposta, compreende-se a importância da Semiótica Documentária para duas situações reconhecidas pelo professor Izquierdo Arroyo: primeira, é o tratamento da semiose documental e o processo que efetua o conhecimento futuro, ou seja, a aquisição do conhecimento, através de uma experiência colateral e a capacidade de executar, a disposição em agir, a consequência prática a partir da concepção do objeto e de seus efeitos, o que se denominou de hábitos operativos cognitivos.

Por sua vez, a segunda, trata-se das contribuições da Semiótica e da Semiótica Documentária para a estruturação da Linguística Documentária, principalmente no Brasil, já que há a tendência de complementar os estudos do signo, fundamentados pela visão estruturalista de Saussure, com a visão renovadora e triádica de Peirce, fator que busca compreender o processo da metalinguagem documental e a atual do signo documental, não apenas pela transformação da substância, mas pelos efeitos sobre o interpretante e, principalmente pela resultado de significação possível com a semiose.

5 A SIGNIFICAÇÃO: UMA QUESTÃO PARA A LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA E SEMIÓTICA DOCUMENTÁRIA

A linguagem é elemento fundamental para a vida em sociedade. As atribuições simbólicas intrínsecas à potencialidade de uma língua caracterizam a dinamicidade dos pensamentos. É fato que é necessário uma mente para poder processar toda essa representação da realidade e indicar como essa representação pode ser aplicada, direcionada, sistematizada, compreendida, tornar-se tangível. *A priori*, pensa-se que uma mente deva ser humana, porém teorias apontam que a mente nem precisa ter processos de cognição, basta adquirir experiência e aprender com isso (NÖTH, 1996; SILVEIRA, 2007; IBRI, 2015; PEIRCE, 2017).

Diante disso, é preciso debater e questionar como ocorrem as representações e quais são os aspectos inerentes ao atributo da significação, especialmente pensando nos problemas relacionados à Linguística Documentária e à Semiótica documentária.

Nesse cenário, a representação é um produto cristalizado pelas tradições sociais, ou as relações com o objeto permitem que haja novas significações? Como funcionam as interferências do usuário e o processo de interpretação? Qual é o papel da comunicação para a transformação da significação acerca do objeto? Em que medida essas dinâmicas podem ser vistas como um fenômeno?

O entendimento da representação da realidade é apenas um processo linguístico e todas as atribuições ocorrem porque existe um sistema simbólico pronto para reconhecer, ou os fenômenos de interpretação dialogam com fatores extralinguísticos, produtores de significação através de elementos contextuais, além daquilo que é produzido pela língua e depende de uma experiência colateral, da atualização dos objetos, da inovação dos signos, através da percepção.

Diante dessas reflexões, o presente capítulos tem como objetivo investigar algumas das teorias da linguagem, como a Semiologia (SAUSURRE, 2006; HJELMSLEV, 2013; JAKOBSON, 2011; BARTHES, 1971, 2009; GREIMAS, 1973, 2014, 2016), por conseguinte seus aspectos semióticos (HJELMSLEV, 2013; JAKOBSON, 2011; BARTHES, 1971, 2009; GREIMAS, 1973, 2014, 2016); a semântica nos apontamentos de Barthes e Greimas; a Semiótica (PEIRCE, 2017) a fim de estabelecer argumentos que possam responder aos questionamentos

apresentados, relacionando-as e confrontando-as a fim de compreender a evolução das teorias e como tratam o objeto de pesquisa: a linguagem.

Nesta perspectiva, analisar essas teorias que estudam a linguagem é procedimento importante para entender como a Linguística trata a significação, assim podendo estabelecer uma relação com a Linguística Documentária, pois é preciso compreender como a base teórica funciona para poder transpor suas práticas e teorias para a disciplina em Organização do Conhecimento.

Sendo assim, revisitar a base teórica da Linguística e Semiótica, neste capítulo, contribui para o entendimento da significação em linguagem natural, por conseguinte podendo ponderar a significação no tratamento e análise dos documentos e, assim, de modo efetivo, aplicar a mediação entre documento e Linguagem Documentária.

Dessa forma, tendo em vista a dimensão da importância do estudo sobre a linguagem para a representação da realidade, assim como para compreender suas atribuições comunicativas e produção de significação, visto que esta é o ponto de conflito entre as teorias, destarte entende-se ser fundamental o contraste entre elas para poder alinhar propostas de compreensão acerca da problemática: interação, representação e significação.

A fim de questionar os elementos que envolvem o processo de representação da realidade, pretende-se analisar as contribuições da Semiologia, debatendo as propostas de F. Saussure (1916) e o impacto das suas dicotomias, destacando sua compreensão sobre signo linguístico, sua visão diádica, na proposição: significado e significante, assim como o linguista entende a língua como sistema e arbitrária (NÖTH, 1996).

Ainda na perspectiva Estruturalista, as contribuições de L. Hjelmslev e como o dinamarquês discute a necessidade de uma semiótica, já apresentando indícios, através dos fúntivos, de que o sistema linguístico requer compreensões sobre a mecanicidade da interpretação, visto que há variações de significação (NÖTH, 1996).

Ainda sob uma perspectiva diádica, mas com o enfoque na comunicação, R. Jakobson propõe uma teoria para compreender as relações entre código e mensagem. Neste ponto, há o questionamento sobre as particularidades de semelhança e diferenças entre signo (na visão linguística) e código (NÖTH, 1996).

Aproveitando o avanço no entendimento das teorias linguísticas, R. Barthes, seguindo o modelo saussureano, entende a língua como um sistema capaz de

produzir mitos e modas. Ademais, o linguista explora fatores da comunicação para explicar os efeitos da significação (NÖTH, 1996).

Por fim, em uma transição para a semântica estrutural, por conseguinte para a semiótica, A. J. Greimas desenvolve um trabalho complexo, focado nas relações de significado entre as palavras, composição de rede sígnica, além de dedicar estudos a fim de aplicar essas relações na estruturação de teorias para analisar a semântica nas narrativas (NÖTH, 1996).

Já sob outra perspectiva, dessa vez relacionado à lógica, aspectos filosóficos e pragmaticistas apresentam propostas acerca do signo, definindo-o como um elemento triádico: a Semiótica. Essa teoria da representação e da linguagem propõe várias ferramentas teóricas para que se possa debater com cuidado o processo de representação. As categorias fenomenológicas que distinguem as etapas de constituição de um signo, averiguando os processos de semiose, ou seja, não se trata de um signo pronto, mas um signo em processo de compreensão, ou melhor um signo em constante construção: *semiose ad infinitum*.

Essas categorias são classificadas em Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, diante das quais se imana um signo – não mais linguístico, pois este pode ser de qualquer natureza, que será compreendido nas tricotomias peirceanas e a configuração de suas classes; para esta teoria o signo está no lugar de outro objeto (NÖTH, 1996; ECO, 2005; SANTAELLA, 2006; SILVEIRA, 2007, IBRI, 2015). Portanto, para Peirce, o signo é triádico, constituído por um *representamen*, um objeto e um interpretante. Da conexão entre eles, emana uma semiose. A semiose é a natureza do signo. (MORRIS, 1976; NÖTH, 1996; ECO, 2005; SANTAELLA, 2006; SILVEIRA, 2007, IBRI, 2015). Alguns pontos merecem destaque para a discussão proposta por este trabalho.

Seguindo a linha peirceana, C. Morris também entende que o signo é triádico, todavia há uma intersecção com teorias comportamentais, como o caso das terias de Watson e o Behaviorismo de Skinner e Pavlov. Esses pontos podem contribuir para o entendimento acerca da significação e como a interação gera novos significados. Para Morris, o signo era composto por veículo sígnico, *designatum* e interpretante (NÖTH, 1996). Dessa forma, entende-se importante discutir a relação do *designatum* com a significação, já que seu objetivo é entender se algo está para alguém, que seria o seu *designata*, bem como a relação do interpretante com os significados produzidos pela interação.

Por fim, U. Eco propõe uma teoria semiótica com o propósito de unir os aspectos teóricos da semiologia com a semiótica, dessa forma, o teórico acredita que a semiótica deva ter como objeto de pesquisa os fatores culturais como processo de comunicação (NÖTH, 1996, p. 169). Assim, essa teoria oferece alguns entendimentos sobre a relação cultura e código, propondo elementos teóricos que possam contribuir para o entendimento da significação e qual é o papel da comunicação para isso.

Diante desses elementos, espera-se propor reflexões e discussões acerca da interferência da interação no processo de significação, tendo em vista que esse resultado é responsável por representar a realidade. Para tanto, faz-se uma análise dos conteúdos presentes em cada teoria, assim como também é preciso analisar os discursos teóricos a fim de alinhar as semelhanças e os contrastes, visto que se pensa ser fundamental obter, se não uma resposta, ao menos caminhos para compreender se a representação é produto de construtos artificiais e convencionalizados, ou se o recurso linguístico é inerente a um sistema social, porém as construções da significação se renovam com as interações e aquisição de experiência.

5.1 PROCESSO DE SIGNIFICAÇÃO

A fim de extrair parâmetros para compreender a dinamicidade da representação e a potencialidade da significação, entende-se ser importante contextualizar, as propostas de cada teórico mencionado a fim de elucidar a base das concepções teóricas sobre a temática, assim explorar segmentos que colaboram para que se possa traçar uma linha argumentativa sobre o papel da interação para os aspectos da significação e todos os fatores envolvidos.

Esta seção constitui-se a partir do objetivo de analisar e debater as teorias da Linguística Estrutural e, assim, compreender como essas teorias trataram o processo de significação em linguagem natural. Para tanto, será realizado uma análise básica de cada teoria clássica a fim de apontar os elementos que dialogam com a Linguística Documentária e principalmente como essas teorias da linguagem atuaram de modo disciplinar na estruturação da Linguagem Documentária. Além da Linguística Estrutural, também realizou-se o mesmo procedimento de análise do processo de significação frente à Semiótica.

Inicialmente, optou-se por investigar as teorias da área da Linguística, para que se possa explorar as categorias que abordam estes três conceitos: representação da realidade, significação e interação. Posteriormente, a abordagem analítica será realizada sob as teorias que envolvem a área da Semiótica. A proposta não é apresentar segmentos que façam entender que as ramificações teóricas de uma área possa pertencer à outra, todavia acredita-se ser possível encontrar pontos de intersecção, ou pontos de complementação e, assim, que as duas áreas coirmãs possam trabalhar em interdisciplinaridade e transdisciplinaridade a fim de atender a um bem comum: a linguagem.

Evidentemente que, em se tratando de teorias da Linguística, os aspectos tratados neste capítulo se restringem a uma concepção social, de interação fundamentada na cultura e explorando a linguagem, a mente (cognição) e o comportamento humano, além de esbarrar nas dimensões propostas pela língua.

Acerca das teorias da Linguística, entende-se que o foco das teorias apresentadas por F. Saussure e L. Hjelmslev estejam centradas na discussão acerca do significado e da significação; em contrapartida, as propostas de R. Jakobson visam a discutir sobre os aspectos da comunicação, portanto é notório que as preocupações a serem debatidas nascem da relação inicial entre as teorias da Linguística, todavia entende-se que a contribuição da Semiótica é tão significativa quanto, pois se a Linguística já tivesse proposto, por si mesma, as respostas aos questionamentos, este trabalho não teria propósitos.

Inerente às discussões mencionadas, é interessante destacar que as teorias apresentadas por R. Barthes e A. J. Greimas discorrem sobre as particularidades que tangem à significação e à comunicação e à interação e como esses fatores são afetados pela cultura, ou como afetam a produção de experiências. Para tanto, entende-se ser necessário explorar alguns conceitos pertencentes à Semiótica a fim de confrontar as categorias da Semiologia, para entender se esses aspectos podem ser debatidos através de outros argumentos, visto que as abordagens das suas áreas seguem vetores diferentes: a Linguística entende que a linguagem é a arena da significação, enquanto a Semiótica defende que o objeto restringe o significado, e a linguagem é um tipo de signo, o qual produz significado nas relações humanas (NÖTH, 1996). Todavia, como já mencionado, o objeto de estudo das duas áreas é comum: a linguagem.

Para tanto, alguns conceitos – em alguns casos a semelhança, ou a diferença entre eles - como representação da realidade; constituição do signo ou da informação; a diferença entre objeto e coisa; linguístico, extralinguístico e experiência colateral; denotativo, conotativo e metalinguístico; exofórico; referência e referente; interpretante e contexto; signo e código; lexema, sema, classema e semema; inferência; semiose; hábito nortearão as discussões a fim de entendê-los diante da problemática da significação e as possíveis interferências da interação e da comunicação.

Após essa síntese inicial, é válido aprofundar um pouco mais a análise das teorias da linguagem propostas nesta pesquisa. Com a publicação de O Curso de Linguística de F. Saussure, em 1916, o signo se tornou objeto de estudo de uma área científica: a Semiologia. Por outro lado, é importante salientar que em 1867, C. S. Peirce publicava um artigo sob o título *Sobre uma nova lista de categorias*, em que discutia as categorias dos signos, bem como, motivado pela Lógica, apontava descrições das Fenomenologias pelas quais se submetiam os signos.

Sendo assim, enquanto F. Saussure apresentava uma teoria sobre o signo, fundamentada em uma relação diádica; C. S. Peirce desenvolveu uma teoria triádica, fundamentada em um estudo fenomenológico, na qual o papel do extralinguístico é fundamental, já que o signo é resultado da relação entre *representamen*, objeto e interpretante, dos quais extrai uma semiose, algo que a teoria do Saussure nem chegou perto de cogitar.

A semiologia, portanto, surge com F. Saussure, em 1916, com a publicação do seu Curso de Linguística. O professor de linguística tinha como objetivo propor algumas discussões, estando elas centradas em dicotomias: *langue x parole*; significante x significado; sincrônico x diacrônico; eixo sintagmático x eixo paradigmático, além das discussões sobre arbitrariedade e convencionalidade. É bem verdade que a contribuição de Saussure para “uma teoria de semiótica foi o projeto de teoria geral para os signos, teoria que ele denominou de Semiologia”, (NÖTH, 1996, p. 15).

Para o linguista, a língua é de natureza concreta, assim ele aponta que os “signos linguísticos, embora psíquicos, não são abstrações, e essas associações são ratificadas pelo consentimento coletivo e possuem sede no cérebro, o que indica que os signos da língua são tangíveis, e a escrita pode fixá-los” (SAUSSURE, 1996, p. 23). Tal pensamento corrobora com a afirmação de que “o significante é imotivado,

isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui nenhum laço natural de realidade” (NÖTH, 1996, p. 26).

Tal pensamento corrobora a afirmação de que “o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui nenhum laço natural de realidade” (NÖTH, 1996, p. 26). É válido destacar que essa concepção sobre o signo dialoga com as perspectivas dos pensamentos acerca do monismo filosófico, preso às formas medievais, apresentadas à base de uma idealização platônica e de um valor absoluto e imanente defendidos por Santo Agostinho (Agostinho de Hipona, 354-430), além das contribuições do mentalismo e nominalismo surgidos com o Racionalismo de Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) e ratificado pela fundamentação metafísica do Idealismo, que sistematiza a ascensão do Positivismo no século XIX.

Portanto, para F. Saussure, o signo se restringe a ser linguístico, em que chama o conceito de significado e a imagem acústica de significante. Assim, “não existe significado sem significante, nem significante sem significado, pois o significante sempre evoca um significado, enquanto o significado não existe fora dos sons que o veiculam” (FIORIN, 2007, p. 58). Assim, a imagem acústica não evoca um objeto particular, apenas uma ideia generalizada, ou seja, para F. Saussure trata-se de um valor classificatório (FIORIN, 2007). Propondo um paralelo à teoria de Peirce, é como se o *representamen* apenas evocasse o objeto imediato, nunca houvesse uma ideia de objeto dinâmico, tampouco o interpretante.

Outrossim, para F. Saussure, a *langue* era um sistema, ou seja, um aparato social pronto. Diante do qual pode-se perceber as influências do Consciente Coletivo e Funcionalismo, de E. Durkheim (2010), já que apresenta generalidade e exterioridade ao entender como um objeto de valor classificatório e sempre imediato, descartando completamente a possibilidade de interpretante, ou seja, é coercitivo. Além disso, a *parole*, a fala, o ato de uso não é pragmático, tampouco idiossincrático, mas um reflexo da *langue*, ou seja, o falante só produz o sentido que a *langue* oferece, portanto a comunicação, o contexto, o discurso, ou qualquer outro tipo de interação não interferem na significação.

Depois disso, surgiu o Estruturalismo Linguístico. L. Hjelmslev (1943) contribui para o rol das teorias da linguagem oferecendo sua teoria Glossemática, compreendendo linguagem linguística (verbal) e linguagens não linguísticas (não-verbal). O grande ponto da teoria de Hjelmslev está centrado em sua Glossemática no que tange à concepção do plano da expressão e do plano do conteúdo, assim

como suas explanações acerca da forma da expressão e forma do conteúdo, como ainda a substância da expressão e a substância do conteúdo.

Essas grandezas – como o autor denomina – relacionadas, propõem uma função semiótica. Diante disso, o linguista apresenta uma Semiótica Denotativa e suas relações como as explicações metalinguísticas, assim como a Semiótica Conotativa, já que vai explorar o âmbito da Literatura e da Estética.

A teoria de L. Hjelmslev possui relações diretas com a teoria de F. Saussure, assim pode-se perceber a relação entre Plano da Expressão com o Significante e Plano do Conteúdo com o Significado, porém Hjelmslev (2013, p. 53) defende que “o signo é a expressão de um conteúdo” e não “como um todo formado por uma expressão e um conteúdo”, como defendia Saussure.

Outrossim, o autor de Glossemática também defendia que a linguagem humana é essencial para a construção dos signos. “A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos”. Além disso, o autor também acredita que a língua é instrumento para traduzir o pensamento, além de obter a função de influenciar e se permitir ser influenciado (HJELMSLEV, 2013, p. 1), porém o autor não associa essas grandezas a um *funtivo* presente, ou inerente à comunicação. Para o autor, a língua é um sistema, e os processos são funções inerentes à sua estrutura interna (HJELMSLEV, 2013, p. 43-44), ou seja, há a aplicação dos *funtivos* para determinar como os elementos da língua se submetem aos demais. Dessa forma, estabelece-se a significação, já que essas relações são as responsáveis pela relação entre a Forma e o Conteúdo.

Por mais que L. Hjelmslev tenha desenvolvido uma teoria sob o fator diádico, é possível notar nos desdobramentos de sua teoria que a ideia simples de uma natureza sobre a elucidação e seu conceito (significante x significado; expressão e conteúdo) respondiam as generalidades de um sistema sígnico.

Hjelmslev propôs uma reflexão sobre Substância, elemento sob o qual se concentra o pensamento e o sentido; Matéria, que evidencia a essência do referente e; Forma, que define a estrutura, assim como o linguista também explorou a ideia de que a conotação propunha o acesso ao significado, exercendo a função semiótica, ou seja, a renovação de sentido do signo, porém o autor apresenta um modelo chamado de metasemiótica, já que a língua reconhece a atualização de sentido da própria língua, ou seja, há uma semiótica do plano do conteúdo, devido à atualização da Substância do conteúdo; porém, quando há uma renovação no plano da expressão,

evidencia-se a semiótica conotativa, pois há a atualização da Substância da Forma que interfere na atualização da Substância do conteúdo: “Como o plano da expressão e o plano do conteúdo só se definem por oposição um em relação ao outro” (HJELMSLEV, 2013, p. 121).

O autor ainda complementa: “Uma semiótica conotativa é, portanto, uma semiótica que não é língua e cujo plano da expressão é constituído pelos planos do conteúdo e da expressão de uma semiótica denotativa. É, portanto, uma semiótica da qual um dos planos, o da expressão, é uma semiótica” (HJELMSLEV, 2013, p. 125). É válido destacar que o autor também aponta uma semiótica denotativa, a qual se fundamenta através do processo de metalinguagem. A semiótica, nesse caso, é o resultado do significado. Efetivamente, essa consideração não evoca um interpretante como aponta Peirce, mas não limita o entendimento da semiótica apenas à relação entre um significante e um significado.

Dessa forma, é preciso destacar os elementos propostos pelo autor a fim de debater se para L. Hjelmslev há indícios de interferência da comunicação na constituição da significação, ou se esta é inerente à natureza da língua. Ademais, é preciso indagar se sua teoria entende que o signo evolui, ou se é imotivado, sendo visto apenas como arbitrário e convencional, ou seja, descartando o papel da significação.

Primeiramente, é necessário entender as correlações terminológicas aplicadas na Glossemática para compreender a visão de L. Hjelmslev sobre signo. A partir disso, pode-se compreender a função semiótica, requisito para avaliar se há perspectivas sobre a significação e a interferência da comunicação. A premissa da teoria de L. Hjelmslev é compreender o que é um *funtivo*, uma categoria que está em função de outro, assim deve-se analisar se estão em estágio de conjunção ou disjunção com outros *funtivos* da língua.

Ademais, duas classes importantes para determinar as relações entre os *funtivos* são o processo e o sistema. A língua seria o sistema – assim como também apontou F. Saussure; o texto seria o processo (HJELMSLEV, 2013, p. 44): “um processo e um sistema subentendido contraem uma função mútua que, conforme o ponto de vista adotado, pode ser considerada uma relação ou como uma correlação”.

Dessa maneira, as situações que motivam o texto são *funtivos* que interferem na significação da língua, assim como elementos da língua contribuem para a elaboração do texto, porém o autor destaca: “um exame aprofundado dessa função

[mútua] mostra facilmente que é uma determinação cujo sistema é constante: o processo determina o sistema” (HJELMSLEV, 2013, p. 44). Sendo assim, entende-se que o texto e sua relação com o contexto interferem na produção da significação, todavia em nenhum momento há a relação com a comunicação, no entanto o autor expressa a importância da Forma e Substância para evidenciar a contribuição da renovação da significação, de certa forma, um diálogo com as considerações teóricas acerca do extralinguístico.

Para o linguista, “o signo se define por uma função: funciona, designa, significa”, portanto é “portador de uma significação”, assim como “a linguagem é um sistema de signos”. No entanto a significação está presa à estrutura, ou seja, a natureza da palavra propõe a significação, assim “as palavras deixam-se analisar em partes que são igualmente portadoras de significações: radicais, sufixos de derivação e desinências flexionais” (HJELMSLEV, 2013, p. 49), todavia o autor explicita que essas funções são responsáveis por um tipo de signo, mas associado à Forma do conteúdo, pois a significação caracteriza signo, isto é, o número de grandezas em uma proposição determina o número de signos.

Assim, nas palavras do autor: “Toda grandeza, e por conseguinte todo signo, se define de modo relativo e não absoluto, isto é, unicamente pelo lugar que ocupa no contexto” (HJELMSLEV, 2013, p. 50). Isso aponta que não há conexão com a arbitrariedade e convencionalidade saussureana, mas sim com aspectos contextuais.

Em paralelo à teoria de Peirce, sobre semiose ilimitada, Hjelmslev defende que funções internas ao conteúdo produzem figuras, sendo que a linguagem se constitui a partir delas, assim um número ilimitado de figuras, “podem formar novos arranjos, dos quais pode construir um número ilimitado de signos” (HJELMSLEV, 2013, p. 51).

Por fim, expressão e conteúdo são duas grandezas, assim as funções da língua, entendidas com função semiótica é a inovação da Substância, ou seja, determina-se a Forma e dessa Forma o sentido se torna, a cada vez, Substância de uma nova Forma.

Dessa maneira, entende-se que o conteúdo linguístico, em seu processo, a Forma de conteúdo, que independente do sentido, paralelamente à teoria de Peirce, há uma relação com o objeto imediato, ou como aponta Saussure, mantém uma relação arbitrária, transforma em Substância de conteúdo, que equivale ao interpretante e sua transformação na semiose peirceana. Assim, L. Hjelmslev ratifica:

Parece justo que um signo seja signo de alguma coisa e que essa alguma coisa resida de algum modo fora do próprio signo [...] o fato de que um signo é signo de alguma coisa significa, portanto, que a forma do conteúdo de um signo pode compreender essa alguma coisa como substância de conteúdo (HJELMSLEV, 2013, p. 62)

Das palavras do próprio autor, pode-se deduzir que a Forma do conteúdo está para o objeto, ou seja, estabelece uma relação da expressão com o conteúdo, equiparando a relação diádica saussureana de uma significação evocando um significado; ou uma parte do triângulo peirceano, a relação entre o *representamen* e o objeto imediato, assim, neste paralelo, o conjunto de signos extraídos de seus *funtivos* e processo, chega-se a um objeto dinâmico. Concomitante, Hjelmslev chama de coisa aquilo que está fora do signo e a ele promove a significação, em paralelo a Peirce, trataria do interpretante e a realização da semiose; já nas perspectivas de Saussure, tal fenômeno não ocorre.

Diante disso, depreende-se que L. Hjelmslev propõe uma inovação acerca do signo em comparação ao proposto por F. Saussure. Enquanto para este o signo é imotivado e arbitrário; para o linguista dinamarquês, as grandezas Forma e Substância definem o papel da expressão e do conteúdo, permitindo compreender uma interação entre sistema, processo e significação, estabelecendo uma semiótica.

Assim, entende-se ser este o ponto culminante para a evolução da discussão proposta por este trabalho, já que Saussure, baseado em uma tradição filosófica, apresenta um signo preso em si; já Hjelmslev evidencia a ideia de que um signo é signo de outro signo, isto é, não pode ser imotivado, visto que está em constante construção: semiose.

Foram apresentadas teorias que se apegam às relações estruturais, porém há uma evolução sobre o entendimento da constituição do signo, por conseguinte sua aplicação à linguagem para representar o objeto. Para complementar a análise dos conteúdos apresentados, assim como os discursos envolvidos, algumas categorias da linguagem foram analisadas através de confrontação das teorias e associação aos princípios referentes à experiência colateral, ao interpretante, ao objeto da teoria semiótica de Peirce, a fim de estabelecer paralelos entre a Semiologia e a Semiótica. Entende-se que as teorias da Linguística Estrutural caracterizam a significação como um elemento inerente à própria sistematização da língua.

Agora, em outra abordagem, analisa-se não mais o signo pelo signo, mas sim diante de um contexto, para o qual L. Hjelmslev apresentou um modelo de transição,

todavia, nesta abordagem o signo está para a informação e dela se configura o processo de comunicação.

Dialogando com os apontamentos diádicos e triádicos do signo, surgem as contribuições teóricas de R. Jakobson (1956), já que o autor explora as contribuições de F. Saussure e C. S. Peirce. Como Jakobson tenha se aproximado da teoria da Comunicação e desenvolvido trabalhos acerca das Funções da Linguagem, o autor propõe um estudo semiótico voltado para comunicação. Em busca de defender sua tese referente à importância de uma semiótica para a comunicação, Jakobson analisa a evolução da linguística no debate sobre o signo e sua constituição (JAKOBSON, 2011, p. 17).

Blikstein (2011, p. 11) apresenta a definição de R. Jakobson sobre o signo: “precária é a noção de indissolubilidade do signo linguístico: a noção de que haja um elo indissolúvel entre significante e significado e o significado implique vivência”. Diante disso, percebe-se que Jakobson dialoga com Saussure sobre a formação diádica do signo, todavia indica a importância da vivência para atribuir-lhe significação. Blikstein ainda complementa: “não se podendo compreender a palavra queijo sem ter tido uma experiência não-linguística do queijo”. (JAKOBSON, 2011, p. 11).

A teoria de Jakobson resgata os elementos da comunicação apresentados na Teoria da Informação por C. E. Shannon e W. Weaver. Outrossim, associa a esses elementos uma função da linguagem respectiva, sendo assim os aportes da significação mudam conforme as intencionalidades do discurso, por exemplo as diferenças entre a função referencial, centrada no referente, ou seja, na informação no conteúdo da mensagem; por sua vez, em contrapartida, a função poética, que se caracteriza por uma linguagem conotativa, preocupada com a plano da expressão e a forma como esse conteúdo é apresentado.

Aproveitando-se das questões saussureana acerca das dicotomias, Jakobson percebe semelhanças entre significado e significante com sua aplicação de mensagem e código. Assim, o autor se pronuncia: “os conceitos de código e mensagem introduzidos pela teoria da comunicação são muito mais claros, muito menos ambíguos, muito mais operacionais do que tudo o que nos oferece a teoria tradicional para exprimir essa dicotomia” (JAKOBSON, 2011, p. 22)

Sobre a relação de elementos que estruturam o signo, Jakobson prefere discutir sobre a comunicação, todavia em breves alinhamentos entre sua teoria e a aplicação dos estruturalistas, Jakobson apresenta uma teoria próxima ao binarismo, em que

apresenta conceitos como eixos de seleção (paradigmático saussuriano) e combinação (sintagmático saussuriano), além da relação metáfora-metonímia, como ainda a relação entre similaridade e contiguidade, que retomam a ideia estrutural, além da similitude ao tratar de mensagens conotativas, característico da função poética (JAKOBSON, 2011, p. 37).

Portanto, se o emissor seleciona as palavras e combina-as dentro de um aspecto proposto pela língua, no seu aparato de similaridade e contiguidade, este emissor pode renovar a significação das palavras, através da construção da mensagem, reorganizando os predicados e, assim, as características, conforme sua experiência, o que caracteriza explicar o sentido de um signo através de outro signo, evidencia uma construção metalinguística, a qual caracteriza que haja uma ampliação na significação quando a mensagem está concentrada no código, pois este explica a dimensão significativa de outro código.

O autor aponta: “sobre código e mensagem, dei-me conta de que desde há muito esses dois aspectos complementares são familiares às teorias linguísticas e lógicas da linguagem; é a mesma dicotomia que encontramos”. (JAKOBSON, 2011, p. 21)

Para entender o impacto da teoria da comunicação para a significação, é preciso perceber que Jakobson retira o processo da significação da ordem do sistema e insere essa dinâmica na ordem da interação, assim entende-se, através da fala do autor:

Quando fala a um novo interlocutor, a pessoa tenta sempre, deliberadamente ou involuntariamente, alcançar um vocabulário comum: seja para agradar, ou simplesmente para ser compreendido ou, enfim, para livrar-se dele, empregam-se os termos do destinatário. A propriedade privada, no domínio da linguagem não existe: tudo é socializado. (JAKOBSON, 2011, p. 23).

Para explicar a ressignificação da mensagem, o autor faz luz ao conceito hábito, já que evidencia haver um hábito por conta do receptor, porém este, a fim de decodificar a mensagem recebida, precisa se adequar aos hábitos produzidos pelo emissor, portanto o confronto entre gerações, por exemplo implica na recodificação das mensagens recebidas, logo a mudança é um fato sincrônico, e a análise sincrônica deve englobar as mudanças linguísticas (JAKOBSON, 2011, p. 27).

Observa-se que o autor faz uma associação do conceito de hábito com a renovação do sentido, indicando que este não é inerente ao signo, o qual não é entendido como um signo imotivado, ou arbitrário; ao contrário, para o autor,

sincrônico não é estático, disso se entende que a significação se renova por fatores extralinguísticos, todavia reconhecidos nas mensagens veiculadas entre emissores e receptores.

Ponto importante da teoria da comunicação à luz da semiótica é a discussão sobre a significação. Jakobson (2011, p. 30) aponta que “Smith e Hjelmslev propuseram teorias importantes para a Linguística, no entanto insuficiente para explicar a significação”. Desse modo, “apenas a Semiótica de C. S. Peirce contribui nitidamente para o caráter linguístico da semântica: o signo – em particular o linguístico – para ser compreendido exige não só dois protagonistas que participem do ato de fala, mas, além disso, um interpretante”. Segundo Peirce, a função desse interpretante é realizada por outro signo ou conjunto de signos, que são dados juntamente com o signo em questão ou que lhe seriam substituídos” (JAKOBSON, 2011, p. 31).

Além disso, o autor complementa: “a lógica simbólica não tem deixado de lembrar-nos que as significações linguísticas, constituídas pelo sistema das relações analíticas de uma expressão com outras expressões, não pressupõe a presença das coisas”, diante da qual, o autor afirma, categoricamente, que os linguistas se esforçaram para excluir a significação das preocupações de estudo da Linguística (JAKOBSON, 2011, p. 33).

Assim, percebe-se que, nesta vertente das teorias linguísticas, a comunicação, isto é, a interação é fundamental para a significação. Ademais, há um distanciamento da concepção de arbitrariedade do signo, visto que a mensagem é atualizada pelos elementos da comunicação, por conseguinte há interferências nos valores significativos do código.

A influência da comunicação para a significação é um procedimento de construções de possibilidades a partir da relação social, porém é importante observar que não é o único processo que caracteriza a revitalização do léxico, ou seja, os fatores comunicacionais possuem sua contribuição como discutido, todavia a semântica e a semiótica entendem que outros fatores também promovem a significação. Ainda sob o aparato da Linguística, a semântica se apresenta nos trabalhos de R. Barthes e, principalmente, de A. J. Greimas.

Nos meados dos anos 60 do século XX, R. Barthes analisa os estudos anteriores de Semiologia, especulando o que cada teoria alcançou. No entanto, ao explorar os objetos do estruturalismo à semiótica, o autor apresentou a semiótica do

mito e a semiótica da comunicação visual, mas o ápice de seu modelo foi o sistema da moda (BARTHES, 2007, p. 11).

Para R. Barthes, a estruturação do signo é diádica, pois recupera o conceito saussuriano de Significante e Significado. “aos conjuntos de objetos (vestuário, alimentos), estes só alcançam estatuto de sistemas quando passam pela mediação da língua, que lhes recorta os significantes (sob a forma de nomenclaturas) e lhes denomina os significados (sob a forma de usos ou razões)” (BARTHES, 2007, p. 12).

Para o autor, signo é um termo que necessita de melhores definições, tendo em vista as diferentes definições de diversos autores, como Hegel, Peirce, Wallon, Jung, assim usando termos como sinal, ícone, índice, alegoria, porém todos eles funcionariam como uma espécie de *relata*. O autor, no entanto, destaca que o signo se realiza na presença ou ausência de algo: “as palavras do campo só adquirem seu sentido por oposição de umas e outras (BARTHES, 2007, p. 39-40). Dessa forma, inspirado nas definições de F. Saussure, R. Barthes chega a definição que “o signo é, pois, composto de um significante e um significado. O plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados o plano de conteúdo” (BARTHES, 2007, p. 43). Evidentemente, Barthes relaciona os conceitos saussureanos com a concepção apresentada por L. Hjelmslev, acrescentando às concepções de forma e substância:

A *forma* é o que pode ser descrito exaustiva, simples e coerentemente (critérios epistemológicos) pela Linguística, sem recorrermos a nenhuma premissa extralinguística; a *substância* é o conjunto dos aspectos dos fenômenos linguísticos, que não podem ser descritos sem recorrermos a premissas extralinguísticas. (BARTHES, 2007, p. 43).

Ademais, inspirado pelas concepções apresentadas por Lévi-Strauss, Barthes defende a interferência da sociedade na relação com a Substância, sendo assim como essa relação cultural dialoga com a significação. Nas palavras do autor: “mas uma vez que o signo esteja constituído, a sociedade pode muito bem refuncionalizá-lo, falar dele como de um objeto de uso” (BARTHES, 2007). Outro ponto importante nas considerações de R. Barthes acerca da significação está alinhado às interferências dos elementos exofóricos, que é chamado de isologia.

Sobre isso, o autor aponta as diferenças entre a funcionalização da primeira linguagem, a qual é denominada como puramente ideal, imotivada; e a da segunda linguagem, reapresentada, relacionada a uma instituição semântica, caracterizada pela linguagem conotativa (BARTHES, 2007, p. 45). Porém, há muitos aspectos em

que os elementos isológicos podem ser explicados através da metalinguagem, quando houver necessidade de explicar elementos do conceito, no entanto, muitas vezes, está restrito às características semânticas da língua, algo relacionado ao conceito da moda.

Mediante a isso, percebe-se a inclinação para indicar que a Substância contribui para a significação das palavras. Se por um lado, pode ser entendido que o “desenvolvimento das comunicações de massa” contribuem para o campo da significação; há a preocupação para indicar que há “ritos, protocolos ou espetáculos que constituem sistemas de significação” (BARTHES, 2007, p. 11)

Nesses moldes, o linguista apresenta suas considerações acerca da sua teoria da Moda, apresentando a metáfora sobre o vestuário para explicar a constituição da língua como sistema e a contribuição da fala, alinhada aqui à *parole* saussureana, como também à comunicação de Jakobson:

No vestuário *escrito*, ou seja, descrito por um jornal de moda por meio da linguagem articulada, não há "fala", por assim dizer: o vestuário *descrito* jamais corresponde a uma execução individual das regras da moda, mas é um exemplo sistemático de signos e de regras: é uma Língua em estado puro. Segundo o esquema saussuriano, uma língua sem fala seria impossível; o que torna o fato aceitável aqui é que, de um lado, a língua da Moda não emana da "massa falante", mas de um grupo de decisão, que elabora voluntariamente o código, e, de outro lado, que a abstração inerente à qualquer Língua está aqui materializada sob a forma da linguagem escrita: o vestuário de moda (escrito) é Língua no nível da comunicação indumentária e Fala no nível da comunicação verbal (BARTHES, 2007, p. 28-29).

De fato, a língua é estabelecida a partir de um direcionamento social, há fatores coercitivos, já que é um sistema, estruturado em regras próprias, graças a elas, esse sistema consegue se manter e sobreviver há séculos de evolução. A língua é organizada em bases estruturais como a fonética e fonologia, morfologia e sintaxe, assim como a natureza semântica de uma representação histórica, assim pode-se entender que o conceito de Moda se encaixa nessa faculdade de um sistema linguístico complexo como é a língua.

Outrossim, essa sistematização é condição da manutenção do código e sua capacidade de ser veiculado na constituição de mensagens. Assim, esse aparato significativo, que constitui uma simbologia de fatores culturais, seja este de natureza histórica, seja este de ordem institucional, definida por grupos específicos, como os científicos, econômicos, tecnológicos ou ligados à saúde.

Esse aparato social proporciona aos seus usuários um modelo linguístico, de natureza estrutural e semântica capaz de conduzir a comunicação entre os falantes de uma língua. Importante destacar que o sistema modela a conceptualização do uso, seja semântico, seja estrutural. A esse modelo, Barthes chamou de fotografia:

No vestuário *fotografado* (supondo que, para simplificar, quee não é traduzido por uma descrição verbal), a Língua se origina sempre do *fashion-group*, mas não mais se apresenta em sua abstração, pois o vestuário fotografado é sempre usado por uma mulher individual; o que é oferecido pela fotografia de moda é um estado semissistemático do vestuário; pois, de um lado, a Língua de moda deve ser inferida aqui de um vestuário pseudo-real e, de outro lado, a portadora do vestuário (o manequim fotografado) é, por assim dizer, um indivíduo normativo, escolhido em função de sua generalidade canônica, e que representa, conseqüentemente, uma "fala" cristalizada, desprovida de qualquer liberdade combinatória (BARTHES, 2007, p. 29).

Porém, o que é importante nas discussões acerca da significação é que se trata das variações significativas do conceito, da palavra conforme o uso na comunicação, ou seja, a língua oferece um sistema estrutural e semântico inerente à sua natureza. Pode-se entender que a inter-relação entre esses constituintes básicos de uma língua são direcionados pela similaridade e contiguidade (JAKOBSON, 2011), todavia a informação não é veiculada de modo estático. Pensando nas interferências da comunicação, há a revitalização lexical através das práticas, norteadas por enunciados (BENVENISTE, 1988; MAINGUENEAU, 1996; FIORIN, 2001, 2007) e pelo discurso (GREIMAS, 1973; BAKHTIN, 2006, FOUCAULT, 2006; PÊCHEUX, 2014). Sobre isso, Barthes vai denominar de vestuário usado:

Finalmente, no vestuário *usado* (ou real), como o havia sugerido Trubetzky 211, reencontra-se a clássica distinção entre a Língua e a Fala: a Língua indumentária é constituída: 1) pelas oposições de peças, encaixes ou "pormenores", cuja variação acarreta uma mudança do sentido (não tem o mesmo sentido usar uma boina ou um chapéu-côco); 2) pelas regras que presidem à associação das peças entre si, seja ao longo do corpo, seja na largura; a Fala indumentária compreende todos os fatos de fabricação anônima (o que já não subsiste praticamente em nossa sociedade) ou de uso individual (medida da roupa, grau de propriedade, de gasto, manias pessoais, associações livres de peças); quanto à dialética que une aqui a indumentária (Língua) e o traje (Fala), ela não se parece à da linguagem; certamente, o traje é sempre colhido na indumentária (salvo no caso da excentricidade, a qual, aliás, também tem seus signos), mas a indumentária, hoje pelo menos, *precede* o traje, já que vem da "confecção", isto é, de um grupo minoritário (embora mais anônimo do que no caso da Alta Costura) (BARTHES, 2007, p. 29-30).

Portanto, significação para Barthes "pode ser concebida como um processo; é o ato que une o significante e o significado, ato cujo produto é o signo, dessa forma,

entende-se que a relação entre “significante e significado é, em seu princípio, contrato coletivo, inscrito numa temporalidade longa”, porém o “signo não é arbitrário”, pois é motivado quando a relação possui semas intrínsecos, ou na aplicação do vestuário real (BARTHES, 2007).

Sua visão sobre o mito ganha destaque, pois o entendimento do conotativo é algo que está além do signo, de certa forma é uma demonstração de que há uma conexão com o extralinguístico, porém manipulados por ideologias: "o mito não nega as coisas; [...] ele as purifica, as torna inocentes, ele dá a elas uma justificação natural e eterna" (NÖTH, 1996, p. 136).

Portanto, para R. Barthes, a conotação é uma semiótica cultural, moldada pelos mitos (enunciados sociais, isto é, convencionais), já a denotação é o resultado de todas as possíveis conotações. Neste ponto, pode-se fazer um paralelo às teorias de Peirce, já que essa ideia se assemelha ao conceito de um Interpretante Final. Pode-se compreender que neste ponto, há uma posição CONVENCIONAL X EXTRALINGUÍSTICO. Barthes identifica um processo além signo linguístico (significante x significado / expressão x conteúdo), que é a justificativa para a renovação do sentido (conotação / metalinguística), contudo as bases para a interpretação, para a construção do significado advém de um discurso convencionalizado, a que ele chama de MITO. Nas palavras do autor:

o mito é um sistema de comunicação, uma mensagem. Eis por que não poderia ser um objeto, um conceito ou uma ideia: ele é um modo de significação, uma forma. Será necessário, mais tarde, impor a essa forma limites históricos, condições de funcionamento, reinvestindo nela a sociedade: isso não impede que seja necessário descrevê-la de início como uma forma (BARTHES, 2009, p. 199)

Ademais, percebe-se, nas definições do autor, que o uso social acrescenta elementos à matéria pura, compreendida como a caracterização de um mito, já que o mito é uma fala, que estipula uma linguagem mística, marcado pela História, assim a significação é resultado da confecção do mito:

Uma árvore é uma árvore. Sim, sem dúvida. Mas uma árvore, dita por Minou Drouet, já não é exatamente uma árvore, é uma árvore decorada, adaptada a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma, de um *uso* social que se acrescenta à pura matéria. Não existe, evidentemente, uma manifestação simultânea de todos os mitos: certos objetos permanecem cativos da linguagem mítica durante um certo tempo, depois desaparecem, outros substituem-no, sendo elevado ao mito. (BARTHES, 2009, p. 200).

Dando continuidade às linhas teóricas da linguística clássica, outro semioticista importante na discussão sobre a semiótica é A. J. Greimas. Em 1966, com a publicação de *Semântica Estrutural*, o semanticista propõe um projeto semiótico. Seu projeto dialoga com algumas áreas, como arquitetura, pintura, direito, espaço, documentação e ciências sociais. Por sua vez, esse projeto semiótico fundamenta-se no estudo do discurso, baseado na ideia de que a estrutura narrativa se apresenta em qualquer tipo de texto (NÖTH, 1996, p. 145).

O projeto semiótico de Greimas, perpassa pelo conceito diádico, já que se aproxima do modelo saussuriano, no que se refere à ideia de diferenças e conceituações binárias. Neste ponto, observa-se que, por mais que Greimas explore o conceito de Saussure, ele extrapola a existência do objeto pela evocação da palavra, mas trata a percepção como elemento importante para resgatar elementos exteriores ao homem, fator que, paralelamente, dialoga com o conceito de secundidade da fenomenologia de Peirce. Greimas ainda complementa: “Designaremos com o nome de significado a significação ou as significações que são recobertas pelo significante e manifestações graças à sua existência (GREIMAS, 1978, p. 17).

Outrossim, para Greimas, “a teoria da semiótica deveria ser uma teoria da significação”, a qual deveria ser o conceito-chave (NÖTH, 1996, p. 147). Diante disso, o autor propõe uma distinção nas linhas estruturais da formação do signo, a qual denomina de sema. Presente a essa distinção de marcações signícas, o autor apresenta uma estrutura de diferenças e oposições: “Significações, portanto, não existem como elementos autônomos, mas somente por relações opositivas. Assim, a origem da significação é definida como uma relação elementar constituída pela diferença entre dois termos semânticos” (NÖTH, 1996, p. 151)

Os semas, portanto, são elementos fundamentais no projeto de significação de Greimas, ademais pode-se perceber que este conceito dialoga com a ideia de substância do conteúdo de Hjelmslev. Assim, há uma distinção em lexema, sema e semema. Portanto, o autor define assim: “O sema é a unidade mínima da semântica, cuja função é a de diferenciar significações. No universo semântico, os semas formam hierarquias de *sistemas sêmicos*, por conseguinte, entende-se que “*lexemas*, as unidades da estrutura superficial do léxico, não são unidades da semântica em si. Somente suas significações pertencem ao nível semântico da manifestação. Estas significações, combinações de semas, são definidas como *sememas*. Já que lexemas podem ser polissêmicos, um lexema pode possuir diversos sememas” (NÖTH, 1996, p. 152-153).

Destarte, a significação deve ser pontuada por alguns fenômenos, como as questões históricas, que remontam a permanência do significado, já que em outrora a manutenção do significado dialogava com as tradições, assim como em alguns lugares, dialogava com o sagrado, com defendia Santo Agostinho.

Para Greimas, havia o caráter contínuo dos fenômenos linguísticos, e as transformações ocorriam no campo inconsciente, não captável, mantendo o sentimento linguístico de permanência, entretanto diante do caráter revolucionário proposto por Saussure, é preciso entender que a língua é feita de oposições. Outrossim, há que relevar a articulação individual e ocorrencial, ou seja, um campo de dispersão de caráter descontínuo. Portanto, é preciso afirmar a existência de descontinuidades, no plano da percepção e dos espaços diferenciais, sendo estes criadores de significação (GREIMAS, 1973, p. 27).

Ademais, pensar a natureza da significação pode corroborar seu entendimento, assim entende-se haver três possibilidades: a) natureza semântica-estrutural, advinda dos fatores históricos de composição de morfemas, monemas, evoluções fonéticas, alinhados aos metaplasmos; b) comunicação-semântica, atualizada pelos enunciados produzidos na veiculação da mensagem; c) revitalização do léxico, através das questões ideológicas, de domínio, de representatividade, de intencionalidade e direcionalidade, dos registros sociais e da criatividade dos falantes, das necessidades científicas, das adaptações da tecnologia.

Essas categorias podem ser explicadas pela Linguística, e Greimas tem muito a contribuir. No entanto, há uma quarta categoria, que tange à especulação do objeto, por conseguinte seu confronto e síntese, logo a sua significação diante do interpretante e da experiência colateral. Essa categoria será analisada aos olhos da Semiótica (SILVEIRA, 2007, IBRI, 2015; PEIRCE, 2017).

Ainda sobre as concepções de Greimas, o semioticista defende que “a coisa é independente de suas propriedades, é a coisa em si, e incognoscível como tal: nenhuma análise de suas propriedades chegará a esgotar sua essência” (GREIMAS, 1973, p. 38). Essa concepção, paralelamente, dialoga com a ideia de fenomenologia de Peirce, já que na primeiridade, a coisa é incognoscível, na secundidade há enfrentamento do objeto, sendo na terceiridade a concepção da coisa e diante desse fenômeno há a presença do interpretante, bem como semiose ilimitada, porque as possibilidades de significação são intermináveis (IBRI, 2015, p. 7).

Para Greimas (1973, p. 38), uma substância não é definida por seus predicativos, no entanto as qualidades definem as coisas, assim o sema define a coleção (classemas), que caracteriza o termo-objeto (lexema), o que se realiza no discurso, denominado de semema.

As categorias dos semas são imanentes à língua objeto, pois só à língua é capaz de materializar o pensamento humano. Tudo aquilo que é percebido pela mente é compreendido quando representado por códigos verbais, pois a língua é constituída de significação e articulação, além de mediadora das objeções dos referentes em nível social, gerando a referência. A relação entre lexema e sema é importante para a produção da significação, todavia o lexema está ligado à formação da palavra e sua estruturação para aplicação e constituição em uma língua, no entanto sua relação com os semas pode ampliar sua significação, por isso é dependente de relações semânticas. Entretanto, os semas são produzidos pelo discurso, assim esse produto significativo é chamado de semema. Nas palavras do autor:

[...] definições do lexema, que aparece assim como um modelo virtual que abrange o funcionamento inteiro de uma figura de significação recoberta por um dado formante, mas anterior a qualquer manifestação no discurso, que só pode produzir sememas particulares (GREIMAS, 1973, p. 71).

Assim, entende-se que a sequência de discurso propõe encontros de sememas, que configuram escolhas dos semas e evidencia a manifestação da significação. Portanto, percebe-se que a construção das mensagens, ou a efetuação do discurso é capaz de proporcionar aos lexemas novas significações, ou seja, as relações de semas se constituem em dinâmicas significativas, pode-se entender que os semas podem ser recuperados por fatores históricos, por exploração das possibilidades significativas do objeto e pelo discurso, assim caracterizando a constituição dos sememas.

Diante disso, entende-se que, conforme os aspectos semânticos, seja sob o viés de uma primeira ou segunda linguagem (BARTHES, 2007), seja sob os aspectos relacionais entre lexema e sema (GREIMAS, 1973) apresentam-se pontos importantes para compreender o funcionamento da linguagem simbólica, isto é, entende-se haver um aparato convencional, denominado de primeira linguagem ou lexema, aparato fundamental para a língua se sistematizar enquanto aporte social de sentido, porém há também, decorrente das interações e usos, a revitalização do

léxico, seja pela segunda linguagem, seja pela implicação de semas e a constituição de sememas.

A semiótica peirceana apresenta um arcabouço teórico de cunho filosófico, prático, instrumental, técnico para orientar as discussões acerca da representação. Pode-se compreender que a significação possui relações intrínsecas com os conceitos de semiose, interpretante e hábito mental propostos por Peirce. Dessa forma, torna-se necessário entender as concepções sobre a fenomenologia propostas por esta área para ser possível correlacionar seus diversos conceitos a fim de estabelecer parâmetros para entender os efeitos da significação, portanto a cognição tem papel fundamental neste processo.

Para Peirce, a cognição envolve “toda emoção, toda explosão de paixão, toda vontade” e, por isso não deve ser entendida como “uma faculdade fundamental”, no entanto é necessário perceber que além de “sentimento, sensação ou atividade”, há “a faculdade de aprendizado, de aquisição, memória e inferência, síntese” (PEIRCE, 2017, p. 14). Diante disso, o autor apresenta as categorias de consciência:

[...] primeira, sentimento, a consciência que pode ser compreendida como um instante de tempo, consciência passiva da qualidade, sem reconhecimento ou análise; segunda, a consciência de uma interrupção no campo da consciência, sentido de resistência, de um fato externo ou outra coisa; terceira, consciência sintética, reunindo tempo, sentido de aprendizado, pensamento. (PEIRCE, 2017, p. 14)

Entende-se, na teoria semiótica, as categorias da consciência serem fundamentais para estruturar toda a filosofia que a sustenta, assim essas categorias serão denominadas de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade (PEIRCE, 2017; IBRI, 2015; SILVEIRA, 2007; SANTAELLA, 2008). Outrossim, serão fundamentais para o entendimento acerca do signo.

Ademais, como aponta Blikstein (1985, p. 17) “a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação linguística com que o recortamos”, ou seja, a consciência está ancorada em elementos linguísticos, mas também é importante ressaltar o papel do extralinguístico. Assim, o autor questiona: “até que ponto o universo dos signos linguísticos coincide com a realidade extralinguística? Como é possível conhecer tal realidade por meio de signos linguísticos? Qual o alcance da língua sobre o pensamento e a cognição?” (BLIKSTEIN, 1985, p. 17). Esses ponderamentos trazem à tona o problema da significação frente à Linguística, já que

a referência é um elemento descartado pela Semiologia, porém visitado pela Semântica. Destarte, entende-se que a Semiótica é capaz de propor reflexões acerca da problemática e colaborar para a compreensão do papel do extralinguístico para a significação. Blikstein ainda aponta:

O fato de o referente ser extralinguístico não significa que deva ficar fora da linguística; ele simplesmente está situado atrás ou antes da linguagem, como um evento cognitivo, produto de nossa percepção. Qualquer que seja o nome de tal produto, seja referente, objeto mental, ou unidade cultural, fica reconhecida a necessidade do recurso a uma dimensão anterior à própria experiência verbal para a detecção da gênese do significado (BLIKSTEIN, 1985, p. 39)

Diante disso, entende-se que para se estabelecer os aspectos da significação, a consciência estabelece um diálogo com alguma coisa, isto é, a consciência em seu estágio primeiro dialoga, em exercícios fenomenológicos de imediato, com as qualidades; em seu estágio segundo, em oposições, dialoga com a relação entre si e outro; em seu estágio terceiro, em busca de sínteses a fim de promover a significação, há a mediação, caracterizando o diálogo entre o signo e a consciência. Portanto, a significação não está meramente no signo, ou em sua evocação como apontava F. Saussure e todas as teorias de base absolutista, monistas e nominalistas, mas a significação está no diálogo entre a consciência e o signo, já que este percurso prevê o confronto com o objeto, efeito que demanda suas relações com as qualidades, assim como exige uma mediação e síntese, assim configurando a experiência.

A experiência, sob a perspectiva da lógica, não aponta simplesmente para o que existe, mas sim para aquilo que aparece para cada um em momentos diferentes da vida. Destarte, Peirce entende que experiência é “a resultante cognitiva de nossas vidas passadas” para a qual o autor define as três categorias, portanto “toda experiência compele o conhecimento do leitor”, ou seja, está no passado e “sua força é força bruta”, assim “não importa o quão boa possa ser a justificativa que demos para um ato de vontade, quando passamos para a sua execução a razão não faz parte do trabalho: o que se tem é ação bruta. Essa afirmação aponta os elementos relacionados à reação e indica aspectos de binariedade: “uma força bruta é apenas uma complicação de binariedade” (PEIRCE, 2017, p. 22).

Assim, percebe-se situações de mudanças, tendo em vista que há algo no passado, e este algo se choca com reações no presente, mais uma vez, caracteriza-se aqui um processo de diálogo entre esses fenômenos. “Mudanças de alguma forma

se combinam, de tal modo que cada tendência é em algum grau seguida e em algum grau modificada”. Dessa forma, Peirce entende que essas relações ocorrem por força, e ele denomina essa binariedade de brutalidade, a qual ocorre sem qualquer interferência da razão, há, no entanto, uma percepção, mas não concepção, pois ocorre anterior ao pensamento (PEIRCE, 2017, p. 22-23).

Esse estágio, todavia, é de grande valia para os aspectos da significação, pois como aponta Peirce (2017, p. 23), “ela penetra cada parte de nosso mundo interior, assim como cada parte do universo. Assim, essa binariedade provoca a dúvida: “Se não lutássemos contra a dúvida, não procuraríamos a verdade”, assim há a negação de “termos relativos comuns, mesmo na similaridade e, de um modo mais real, na identidade (PEIRCE, 2017, p. 24).

Frente a isso, a ausência de binariedade, também entendido como originalidade – “ser tal como aquele ser é, independentemente de qualquer outra coisa” - ausência de qualquer referência ou esforço, denominou-se Primeiridade; a binariedade, o confronto, a obsistência – “aquele elemento que, tomado em conexão com a Originalidade, faz de uma coisa aquilo que uma outra a obriga a ser” – denominou-se Secundidade; por fim, a experiência, a mediação que efetiva o hábito, o estar apto para agir, a ação da mente (significação), a transuação – mediação, ou modificação - chama-se de Terceiridade (PEIRCE, 2017, p. 27).

É importante depreender da semiótica peirceana sua natureza lógica, por conseguinte sua preocupação com os tipos de raciocínio, destacando o dedutivo, por isso a preocupação de Peirce em apresentar suas fundamentações filosóficas para garantir a compreensão de sua teoria, assim há a dedicação por parte do autor para detalhar os estágios de consciência, assim como esta depende das categorias fenomenológicas para a aquisição da experiência, sendo esta última responsável pela expressão do hábito. Destaca-se o hábito como elemento fundamental para a construção do significado e sua relação com o interpretante elemento fundamental para a construção da significação.

De Waal, (2007, p. 18) resgatando os apontamentos de Peirce, indica a importância do pragmatismo para a significação, assim destacando que “estipula ser o significado de qualquer conceito nada mais do que a soma total de suas consequências práticas concebíveis”. Dessa forma, atribui-se a importância do hábito e sua relação ao futuro, pois os conceitos devem apresentar consequências práticas concebíveis para que haja significado, ou seja, o hábito não é meramente a

modelagem ou o acúmulo de conceitos, mas sim a predisposição de agir no futuro, já que a aquisição do significado pressupõe agir sobre os efeitos práticos. Dessa forma, depreende-se que a experimentação e a experiencição são fatores fundamentais para o significado. Conforme aponta Peirce (2017, p. 25), “todo nosso conhecimento das leis da natureza é análogo ao conhecimento do futuro, na medida em que não há nenhum modo direto pelo qual as leis tornam-se por nós conhecidas.”

Ibri (2015, p. 100) diz que “a tendência à aquisição de um hábito é o caráter generalizador da mente”, ou seja, a experiência no seu estágio de mediação, na representação da Terceiridade apresenta um fenômeno generalizado, o qual estabelece um hábito, um padrão de significado, já que a mente representa os aspectos generalizados, porém não se deva descartar os signos degenerados, que em sua ebulição, estão em confrontação na binariedade, ou seja, há a existência de um “dual”, uma dualidade.

Quanto a isso, Ibri ainda indica que “a idade da mente ou seu grau de vivacidade expressa-se na sua capacidade de mutação de uma hábito para outro, sempre que a experiência evidenciar que há uma flagrante desarmonia entre as consequências práticas concebidas e consequências práticas reais” (IBRI, 2015, p. 100), portanto entende-se que o pragmatismo é fundamental para estabelecer a confrontação do objeto para, em estágio de alteridade, compreender os aspectos ofertados pelo interpretante na produção da significação.

Assim, como De Waal destaca, o Pragmatismo foi “originalmente inventado como método para determinar o significado das palavras, principalmente termos filosóficos e científicos” (DE WAAL, 2007, p. 22). O autor ainda aponta que para Peirce o pragmatismo “como expresso em seu princípio, é estritamente um critério de significação”. Devido a isso, há a referência à teoria da verdade: “Aquilo a que frequentemente se refere como a teoria pragmatista da verdade resulta, então, da aplicação do critério pragmático de significação ao conceito de verdade (DE WAAL, 2017, p. 23).

Dessa forma, entende-se que o hábito, sendo uma espécie de crença, confrontada pela inquirição, é incapaz de permitir a ação com imediatez, por outro lado, proporciona “tal condição que nos comportaremos de uma certa maneira, quando a ocasião surgir”, isto é, “a crença é o estabelecimento de um certo hábito que determinará como agiremos quando apropriadamente estimulados (DE WAAL, 2007, p. 32).

Concomitantemente, Silveira (2007, p. 26) aponta que “aprendizagem gera um hábito que permitirá, a partir da experiência [...], poder a pessoa atuar com maior segurança em todo contexto cujas relações se assemelhem àquelas construídas experimentalmente”, assim subentende-se que a mente científica promove significado porque estabelece hábitos a partir das experiências e estas atualizam o conhecimento, pois atualiza o interpretante, assim superando as amarras da dúvida. Para tanto, a relação entre a consciência, o objeto, sua representação e o interpretante deve ser dinâmica, já este dinamismo ocorre desta forma graças ao aspecto intrínseco do signo. Nas palavras de Peirce:

Um signo é tudo aquilo que está relacionado com uma Segunda coisa, seu Objeto, com respeito a uma Qualidade, de modo tal a trazer uma Terceira coisa, seu Interpretante, para uma relação com o mesmo Objeto, e de modo tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto na mesma forma, *ad infinitum*. (PEIRCE, 2017, p. 28)

Sob esse aspecto, entende-se ser essa quarta a relação que garante o dualismo, o diálogo com o objeto, assim caracterizando a significação. Como o próprio autor aponta sobre a função de “todo signo determinar um Interpretante, que também é um signo”, há nessa relação cíclica e ampliadora de potencialidade significativa, “signos justapondo-se a signos” (PEIRCE, 2017, p. 29). Situação que se aproxima, em uma análise análoga, da revitalização semântica proposta por A. J. Greimas acerca do lexema e suas relações com os semas, isto é, o lexema é um signo e sobre ele há aplicação de signos com traços de sentidos específicos (semas), dos quais se formam outros signos, estabelecendo um conjunto de significados (classemas), diante dos quais o hábito linguístico modela seus significados e contextos gerando novos signos (sememas) que caracterizam uma nova significação, caracterizando a semiose *ad infinitum*.

Assim, a chamada inteligência científica se propõe, no processo de representação da realidade, a descobrir o que deve ser e não apenas o que é no mundo real, em outras palavras, através do conhecimento, adquirido por um hábito no culminar de experiências, a inteligência científica aprende, devido à sua interação com o signo, não só o significado estabelecido, mas a ampliação de suas possibilidades de significação. Ademais, para Peirce:

Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas como um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do *representamen* (PEIRCE, 2017, p. 46).

Assim, apresenta-se a tricotomia do signo para semiótica: *Representamen*; Objeto; Interpretante. Sobre os quais, a cada um, há uma tricotomia. O conjunto dessas tricotomias – situadas nas categorias Primeiridade, Secundidade, Terceiridade – estabeleceram-se as dez classes dos signos (SILVEIRA, 2007; IBRI, 2015; PEIRCE, 2017).

As tricotomias relacionadas ao *representamen* são o qualissigno, o sinsigno e o legissigno (SILVEIRA, 2007; IBRI, 2015; PEIRCE, 2017), assim entende-se como qualissigno “signo devido à sua potência de significar”; o sinsigno “significará na justa medida em que existir”, em outras palavras “o existente consiste em uma configuração de qualidades em conflitos e será através dessas qualidades conflitantes que o existente enquanto tal constituir-se-á num signo, no caso, um sinsigno” (SILVEIRA, 2007, p. 68); por fim, o terceiro membro denominado de legissigno que conforme aponta Peirce é “uma lei que é um signo”, o que caracteriza por ser um tipo geral e não restrito a um objeto singular, mas a ele há “concordância a respeito”, assim “todo legissigno ganha significado por meio de um caso de sua aplicação”, esse fator é denominado de réplica (SILVEIRA, 2007, p. 68).

Destarte, entende-se que a contribuição do *Representamen* para o processo de significação ocorre através de motivação cognitiva, pois a esta atribui a existência do signo, sendo algo que o represente, um algo com traços de qualidade - um qualissigno -; sua marcação e o ato de retribuir - um sinsigno -; já o elemento que se constitui é uma lei, é um indicador, de fato o material que referencia é o legissigno.

Portanto, os legissignos são os instrumentos que tipificam a convencionalidade, enquanto os sinsignos são as ocorrências que indicam uma existência, atrelado a uma referência. Ou seja, existe um modelo aceito para denominar, demarcar, referenciar (legissigno), existe a ocorrência desse fenômeno, já que se constitui pela potencialidade de culminação das qualidades (qualissignos). O que é o algo a ser, algo a ser referenciado é o sinsigno. Diante dessa reflexão, entende-se que o legissigno contribui para a convencionalidade do material que o representa, em questões linguísticas, seria a convencionalidade do léxico, extremamente importante

para a manutenção de um sistema como a língua, senão não haveria padrões, ou melhor, hábitos linguísticos.

Já as tricotomias referentes ao Objeto são denominadas de ícone, índice e símbolo. Todavia, anteriormente a isso, há a distinção do Objeto Imediato – responsável por veicular a informação, sendo assim a ele é atribuído um significado (restrito) – e do Objeto Dinâmico – um conjunto, ou uma totalidade de partes, ao qual recai circunstâncias da experiência, por conseguinte a resistência e aspectos que impliquem na binariedade, dessa forma direcionando elementos para a significação. É sobre o Objeto Dinâmico que recaem o ícone, o índice e o símbolo (SILVEIRA, 2007, p. 73)

Sendo assim, Peirce (2007, p. 52) define-os assim: “Um Ícone é um signo que se refere ao Objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios [...] qualquer que seja uma qualidade, um existente individual ou uma lei”, sendo assim o ícone não contribui para a significação devido ao fato de se restringir apenas à semelhança: “é ícone de qualquer coisa, na medida em que for semelhante a essa coisa e utilizado como um seu signo” (PEIRCE, 2017, p. 52). No entanto, valendo-se de uma breve ressalva, se fosse associado às teorias de discurso e enunciado, o ícone poderia propor significação caso atuasse em um contexto como isotópico, implicatura ou dêixis.

“Um Índice é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse Objeto” (PEIRCE, 2017, p. 52), assim entende-se que a relação com a significação esteja promovida pelos fatores exofóricos. Aproveitando-se da pequena ressalva anterior, o índice também contribuiria para a significação como uma implicatura, acarretamento ou uma dêixis aos olhos das teorias do discurso, pragmática e enunciação.

Por fim, “Um Símbolo é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto (PEIRCE, 2017, p. 53), dessa forma, entende-se como uma lei, portanto atrelado diretamente ao um legissigno. Ou seja, aquilo que o legissigno é para o *representamen*; o símbolo é para o objeto, dessa forma contribuindo para a construção de seu significado como fundamentados por uma convencionalidade, porém o símbolo é parcialmente convencional, isto é, ele carrega a convencionalidade, pois há uma generalização à

força do hábito, do objeto imediato, todavia há margens para a significação, devido à ampliação da experiência proporcionado pelo objeto dinâmico.

Por fim, a terceira tricotomia dos signos está concentrada no Interpretante. Os elementos de sua constituição são denominados de rema, dicissigno ou dicente e argumento (SILVEIRA, 2007; IBRI, 2015; PEIRCE, 2017). Para Peirce, um rema “é um signo que, para seu interpretante, é um signo de possibilidade qualitativa, ou seja, é entendido como representando esta ou aquela espécie de objeto possível” (PEIRCE, 2017, p. 53). Portanto, esse tipo de signo não é suficiente para estabelecer, efetivamente, significado ou significação, mas aponta possibilidades. Por outro lado, caso seja relacionado a elementos de outras tricotomias que evidenciem existência ou leis, ele poderá efetuar o significado, isto é, pensando em uma composição de legissigno e índices ou símbolos, o rema pode ser um signo que promova significação por raciocínio dedutivo, permitindo também a significação por raciocínio indutivo, retoma-se novamente a relação a um gatilho para a dêixis, isotópicos, implicaturas e acarretamentos.

Já o dicissigno ou dicente, Peirce define que “é um signo que, para o seu interpretante, é um signo de existência real” (PEIRCE, 2017, p. 53). Ademais, Silveira (2007, p. 82): “todo signo que será caracterizado como dicissigno será passível de julgamento que considere verdadeiro ou falso quanto à representação do Objeto, o que não era o caso do Rema, que era tão-somente um interpretante de possibilidade”. De certa forma, é preciso entender que esse tipo de signo tem relação direta com o objeto dinâmico, ou como denomina Peirce, objeto real. Assim, para efetuar o julgamento, há a necessidade de relacionar ao menos dois signos sob os critérios de contiguidade, já que exige uma construção sintática de relação entre sujeito e predicado (SILVEIRA, 2007, p. 84). Dessa forma a significação dialoga com as características de compatibilidade oferecidas pela similaridade, ou ainda, em caso de relação conotativa, uma compatibilidade oferecida pela similitude, termo utilizado para indicar que haja uma relação semântica devido as analogias permitidas pela linguagem poética (JAKOBSON, 2011).

Para entender essa situação de significação, é preciso compreender o papel semiótico do sujeito e predicado. Como aponta Silveira (2007, p. 84): “O Sujeito é uma Secundidade e, conseqüentemente, deve ser um Índice ao qual poderá ser atribuído um predicado, e será sobre ele que o dicissigno oferecerá informação. O Predicado, como qualidade, deve ser representado por um Ícone, atribuível ao sujeito”, assim a

significação ocorrerá mediante a relação de similaridade entre o ícone e o índice que estão relacionados por sua vez com o objeto, visto que o legisigno que indica o sujeito só o faz por ter relação existencial com o objeto.

Por fim, Peirce define que um argumento “é um signo que, para seu interpretante, é signo de lei” (PEIRCE, 2017, p. 53), fator que por sua própria natureza evoca o significado, já que, conforme aponta Silveira sobre o argumento ser um signo de lei: “apresenta-se a classe mais geral dos signos, aquela que, no interior da terceira tricotomia, constitui-se a terceira classe”, assim caracterizando plenitude total.

O autor ainda ratifica: “vai representar a máxima redução da espontaneidade das aparências e a máxima regularidade” (SILVEIRA, 2007, p. 87), todavia é fundamental destacar que essa ideia consiste no fato de que o argumento tem sua validade regularizada diante das premissas, sendo essas um signo dicente. A regularidade do argumento é referente a um hábito obtido por raciocínio dedutivo, porém as experiências podem implicar alterações nos interpretantes dinâmicos, por conseguinte no interpretante final, dessa maneira podendo alterar os valores das proposições – que se estabelecem em diálogo interno e com o objeto – assim promovendo novas significações.

Silveira complementa: “a experiência de pensar é efetiva em um ato particular com começo, meio e fim, e realizado por um sujeito em um determinado momento e circunstância que nada tem a ver com a necessidade determinante intrinsecamente do pensamento como representação geral determinada por lei” (SILVEIRA, 2007, p. 88)

Diante disso, entende-se que a Semiótica é capaz de subsidiar estudos referentes à significação, pois oferece uma base filosófica capaz de conduzir ao entendimento acerca dos aspectos que tangem à consciência e como esta interfere nas experiências. Diante destas, há uma teoria que analisa as categorias do signo e compreende sua condição frente ao hábito. Esse signo discute o enfrentamento do objeto e como este se comporta como coisa diante das experiências colaterais. A fim de pontuar o papel de cada elemento que compõe o signo, há uma tricotomia específica que esclarece, associada às categorias fenomenológicas, as condições de estabelecer o significado e promover a significação.

Diante disso, considera-se que a linguagem é elemento fundamental para a cognição e através desta é capaz de estabelecer a significação. Muitas teorias explorando a linguagem e a língua como objeto de estudo propuseram teorias e

procedimentos para compreender a dimensão do significado e da significação. Para tanto, o signo é elemento fundamental, pois este é responsável pela constituição de um construto capaz de materializar o pensamento, além de evidenciar a referência a um objeto. Diante disso, entende-se que a Semiologia – primeira área da linguagem analisada – apresenta duas concepções:

A teoria apresentada por F. Saussure retoma os conceitos da filosofia clássica da linguagem, em que o signo substitui ou representa a realidade, assim o signo não liga uma coisa a um material que o represente, mas uma imagem acústica a um conceito, sendo este o significado; aquela o significante, os quais são imotivados, estabelecidos por um consenso social, por conseguinte denominado de arbitrário (BRIKSTEIN, 1985, p. 20).

Já as teorias apresentadas por L. Hjelmslev apresentam uma inovação frente à significação, pois o autor apresenta uma proposta de semiótica e atualiza os elementos do signo para o plano da expressão e plano do conteúdo. Ademais, para cada há atreladas as grandezas da Forma e Substâncias, as quais promovem atualizam do signo, visto que o autor aponta que cada estágio das grandezas é um signo, assim a partir de um signo se forma outro.

Assim, o confronto entre as teorias é visto como fundamental para poder apontar e sustentar o conceito de que o signo não é perene, ao contrário, está em constante evolução devido à possibilidade de reorganização da Forma do conteúdo e da sua Substância. Ademais, há o entendimento de que o signo é atualizado frente a interações. Por sua vez, a comunicação também contribui para esse processo.

Para Jakobson o signo promove significação estando inserido em uma mensagem, na qual o código ganha novos significados decorrente da associação do interpretante. Neste ponto, Jakobson aproxima as teorias de Saussure e Peirce para justificar sua concepção sobre o impacto da comunicação na significação decorrente da interação entre emissor e receptor.

Ainda concentrado em algumas das diversas teorias sobre a linguagem, regidas pela Linguística, a observação acerca do papel do extralinguístico relacionado a fatores que caracterizam a Semântica:

Para Barthes, a significação é inerente à moda, pois se apresenta em estágios de formatação, sendo esse aparato significativo constituído por uma simbologia de fatores culturais, com aspectos de convencionalidade, denominado de mito, até para a sistematização dos aspectos estruturais de uma língua, porém o uso atribui à

significação aspectos extralinguísticos. Portanto, para os aspectos sociais que constituem o significado, Barthes denomina de primeira linguagem, por conseguinte o uso, a revitalização, a significação marcada pelo extralinguístico, ele denomina de segunda linguagem.

Já para Greimas, pai da semântica estrutural, o lexema é responsável pelo sentido convencionalizado atribuído ao termo-objeto, bem como os semas caracterizam os novos valores de significação, visto que, como indica o autor, “as qualidades definem as coisas”.

Por fim, explorando outras áreas científicas que possuem o signo como objeto de pesquisa, entende-se que a Semiótica de Peirce é capaz de corroborar significativamente a compreensão da constituição da significação. Para tanto é preciso compreender:

O papel da consciência, já que a característica básica de um signo “é a de poder representar as coisas ou objetos”, sendo assim o signo “representaria a realidade extralinguística (BLISKTEIN, 1985, p. 21). A consciência é recorrente às sensações, ao confronto e a mediação da mente com o objeto, por isso Peirce estabeleceu as categorias fenomenológicas;

Diante disso, Peirce denominou: a qualidade, a ausência de esforço de Primeiridade; o confronto, denominou de Secundidade; por fim, a experiência, a mediação chamou de Terceiridade. A experiência é fundamental para a constituição do hábito, este possui caráter generalizador e é através deste que se associa a significação para consequências práticas concebíveis.

O signo é signo de outro signo *ad infinitum*, característica da semiose infinita, promovida pela relação entre a tríade que constitui o signo: *representamen*, objeto e interpretante. As tricotomias de cada elemento que constitui o signo oferecem uma dinâmica metodológica, pragmatismo, capaz de esclarecer as situações de significação pela qual caracteriza um signo.

Portanto, investigando as teorias, descritas ao longo deste trabalho, que exploram os aspectos de significação, chegou-se a quatro categorias: a) natureza semântica-estrutural, advinda dos fatores históricos de composição de morfemas, monemas, evoluções fonéticas, alinhados aos metaplasmos; b) comunicação-semântica, atualizada pelos enunciados produzidos na veiculação da mensagem e as práticas sociais e formas de vida; c) revitalização do léxico, através das questões ideológicas, de domínio, de representatividade, de intencionalidade e direcionalidade,

dos registros sociais e da criatividade dos falantes, das necessidades científicas, das adaptações da tecnologia; d) especulação do objeto, por conseguinte seu confronto e síntese, logo a sua significação diante do interpretante e da experiência colateral e sua constituição frente ao pragmatismo e a caracterização do hábito.

Dessa forma, as teorias da linguagem e sua relação com a significação podem ser organizadas da seguinte maneira:

Quadro 11 - Semiótica.

Autor	Peirce
Data	1867
Tipo de signo	Triádico
Elementos do signo	<i>Representamen</i> ; objeto; interpretante
Teorias	Semiótica; categorias fenomenológicas, pragmatismo
Terminologia	Primeiridade, secundidade, terceiridade; semiose; hábito mental
Semiótica	Semiose

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Quadro 12 – Semiologia.

Autor	Saussure
Data	1916
Tipo de signo	Diádico
Elementos do signo	Significado; significante
Teorias	Semiologia
Terminologia	<i>Langue, parole</i> ; eixo sintagmático; eixo paradigmático Sincrônico; diacrônico Arbitrariedade Convencionalidade
Semiótica	Não há – signo imotivado

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Quadro 13 - Linguística Estrutural: Glossemática.

Autor	Hjelmslev
Data	1943
Tipo de signo	Diádico
Elementos do signo	Plano da expressão; plano do conteúdo
Teorias	Linguística estrutural; glossemática
Terminologia	Metasemiótica; semiótica conotativa; semiótica denotativa; forma; substância
Semiótica	Signo é funtivo de outro signo; há renovação na significação

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Quadro 14 - Teoria da Comunicação.

Autor	Jakobson
Data	1956
Tipo de signo	Diádico
Elementos do signo	Mensagem e código
Teorias	Teoria da comunicação Funções da linguagem
Terminologia	Seleção; combinação Similaridade; contiguidade; afasia
Semiótica	Experiência e vivência geram significação

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Quadro 15 - Semiologia: Mito.

Autor	Barthes
Data	Década de 50
Tipo de signo	Diádico
Elementos do signo	Significado; significante
Teorias	Moda; mito
Terminologia	Nomenclatura; usos e razões Elementos exofóricos: isologia
Semiótica	Sentido: oposição de um signo a outro Semiótica: aspectos culturais à base de mitos: convencionalidade

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Quadro 16 - Semântica Estrutural.

Autor	Greimas
Data	1966
Tipo de signo	Diádico
Elementos do signo	Significado; significante
Teorias	Semântica estrutural
Terminologia	Lexema; sema; classema; semema
Semiótica	Sentido: binário: lexema Semiótica: significação: semema

FONTE: Elaborado pelo próprio autor

5.2 A SIGNIFICAÇÃO: A MEDIAÇÃO DA LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA

A Linguística Documentária já tem apresentado consideráveis contribuições para garantir recursos a fim de proporcionar estruturas para a Linguagem Documentária, como estudos que analisam os fenômenos linguísticos na constituição do termo, porém muitas dessas análises, na Organização do Conhecimento, direcionam os aspectos semânticos aos fatores estruturalistas, restrito às concepções

de Saussure, quando não apenas aos aspectos formalistas, na linha de Frege ou nas linhas de aplicação do descritivismo ou distribucionismo, presentes no estruturalismo estadunidense. Mesmo assim, a grande contribuição da Linguística Documentária é reconhecer como signo o material utilizado para a representação.

O entendimento e a compreensão preveem interação social, por conseguinte cognição humana, já que não se trata apenas de trocas à base de sinais, mas sim uma interação constituída pela organização de informações estruturadas em signos (SAUSSURE, 2006; PEIRCE, 2017). O signo é algo que está no lugar de alguma coisa e promove alguma significação (PEIRCE, 2017), ou ainda é “ideia”, “valores” que correspondem “aos conceitos”, marcado por um significado e sua contraparte, uma “imagem acústica”, denominada de significante (SAUSSURE; 2006).

Como já evidenciada pelas escolas europeias – francesa e espanhola – há um caminho imenso a ser explorado na Linguagem Documentária, diante da qual surge a Linguística Documentária com o objetivo de contribuir na mediação da significação para o tratamento da informação na Organização do Conhecimento. Entende-se que os avanços serão fortalecidos à medida em que haja um estreitamento com as teorias da Linguística. Esse debate carece de aprofundamento nos produtos da Linguística e não apenas aspectos da Lexicografia e da Lexicologia presentes no desenvolvimento da Terminologia, mas explorando os fatores semânticos à base de fenômenos do enunciado, do discurso e da pragmática discursiva.

Há ainda aspectos sobre os estudos linguísticos sobre a estrutura, ou seja, morfologia e a relação das famílias cognatas, que, por natureza e evolução, apresentam uma relação no campo semântico sob princípio lógico, demonstrando que os signos não são imotivados, mas sim reflexo de aspectos culturais e, ao longo dos séculos, ajustaram-se às necessidades das sociedades linguísticas, como apresentado nos estudos da Sociolinguística.

Somado a isso, muitas palavras, que se efetivam como léxico, surgem do fenômeno de derivação e composição morfológica, conseqüentemente, esses fatores interferem na estruturação do termo, já que os significados se configuram devido à composição e derivação das palavras, bem como a compreensão da revitalização do léxico e como este pode pertencer a um novo domínio por empréstimo, sendo este um viés de pesquisa que merece estudos futuros para aprofundamento da temática.

Ainda há a ampliação de sentidos através da predicação graças às relações sintáticas, ou seja, se a similaridade é decorrente do eixo paradigmático, a

contiguidade é produto do eixo sintagmático. Essas relações textuais são possíveis devido à configuração de um campo semântico e de uma rede argumentativa, assim os enunciados são revitalizados e carregados de significação que não se evidenciam por um vocábulo congelado no dicionário.

Aos olhos da Linguística, ainda há a contribuição da Semiologia: neste campo é necessário refletir sobre os aspectos semióticos, visto que as linhas da semiótica da linguagem discutem o processo de representação da realidade e qual é o papel da linguagem. Por mais que F. Saussure (1916) tenha proposto um modelo diádico para explicar a relação entre linguagem, a representação e o objeto, a partir de L. Hjelmslev (1943) iniciam discussões acerca da interferência do extralinguístico, de algo que está fora do signo e a incidência de *functivos* na configuração de novos signos.

Nessa linha, R. Barthes evidencia a importância do isotópico, do exofórico para a construção da significação. Alinhado a isso, explorar a Semiótica de C. S. Peirce (1867) é fundamental para pensar em sistemas para a Linguagem Documentária, na configuração da simetria da semântica em redes: hierárquicas, partitivas e associativas.

Ainda sobre as contribuições de algumas das teorias da linguagem, é preciso também observar as teorias que permeiam a Análise do Discurso, já que os termos e os conceitos também podem ser produtos de ideologias, assim como enunciados específicos, ou discursos históricos que refletem o pensamento de um determinado domínio, como ainda o impacto da pragmática discursiva, devido às marcas de atos de fala na composição dos documentos.

Para compreender as intenções e propósitos que envolvem a Análise do Discurso, o estudo específico dos conceitos e dos domínios (HJORLAND, 2002, 2005), os trabalhos desenvolvidos pelo ciclo de M. Bakhtin, as teorias de M. Pêcheux, no Brasil da E. P. Orlandi e do S. Possenti, o entendimento acerca dos enunciados e pragmática por E. Benveniste, D. Maingueneau, J. L. Fiorin, assim como as análises do discurso social de M. Foucault têm muito a contribuir para a Organização do Conhecimento compreender a construção social da linguagem natural e como esta transfere esses elementos linguísticos para linguagem especializada, já que sua atuação pressupõe a comunicação, dessa forma toda a força significativa que a compõe.

Diante disso, observa-se que a Linguística Documentária possui um vasto campo para ser explorado, já que as subáreas da Linguística também estão em pleno

desenvolvimento, assim avanços de uma área interferem diretamente na dinâmica da outra. Lara (2008, não paginado) aponta definições sobre as propriedades da Linguística Documentária: “Linguística Documentária é compreendida como subcampo da ciência da informação dedicado às reflexões de natureza teórica e metodológica que trata da organização da informação para o acesso.”

Tal denominação dispõe uma grande importância à Linguística Documentária, pois diferentemente de García Gutiérrez, Lara indica que não se trata de uma disciplina, mas de um núcleo de estudos especializados, já que a linguagem é fator preponderante para os instrumentos da Organização do Conhecimento.

Ainda a autora, em outro artigo, aponta mais definições acerca das aplicações da Linguística Documentária: “Para a Linguística Documentária, o conceito de informação se realiza em processo, ou seja, é uma construção” (LARA, 1999), fator indicativo que a significação não possa ser vista como algo pronto, mas sim em constante evolução, ou seja, resultado de semiose ou da descrição metalinguística. A autora, ainda sobre o papel da Linguística Documentária, discorre sobre os percursos dos estudos sobre a temática e assim argumenta:

a Linguística Documentária preocupa-se com os problemas decorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação, buscando pesquisar soluções que diminuam a distância entre os estoques e o uso da informação a partir dos estudos das estruturas simbólicas da documentação, das questões linguísticas de mediação entre produtores e consumidores da informação e da ligação entre os processos documentários e a construção e verbalização da informação. (LARA, 2008, não paginado)

Na intenção de definir as linhas de atuação da Linguística Documentária, a autora defende a ideia de que o principal papel é a mediação, porém é preciso se preocupar com a mensagem e os pontos de ligação entre emissor e receptor (LARA, 2008, não paginado). Essa definição se aproxima dos conceitos trabalhados por R. Jakobson (1956) quando este desenvolve a relação entre código e mensagem no desenvolvimento de sua teoria da comunicação (NÖTH, 1996). Lara (2008), com isso, demonstra a importância da comunicação para estruturar as ações teóricas e metodológicas da Linguística Documentária.

Nesta perspectiva, Linguística Documentária deve se preocupar com a mediação do signo, ou seja, é preciso estabelecer que o objeto de estudo da Linguística Documentária é a configuração do signo na construção do texto, documento. Dessa forma, apontar procedimentos linguísticos, decorrentes da leitura,

análise, interpretação, bem como o processo cognitivo da metalinguagem e semiose, inerente ao tratamento do documento, como ainda o estágio do interpretante somado ao hábito mental para visualizar como o signo será transformado em termo, Linguagem Documentária e, assim, estabelecer a representação. Essa dinâmica não pode ser vista como uma prática automática ou pré-estabelecida.

É, neste ponto, que deve ser aplicado o conceito de mediação, pois as ferramentas da Linguística Documentária operam para transformar, adequadamente, um texto em curso, ou seja, um documento primário carregado de discurso e enunciação em um segundo texto, fixo, preciso, sem ambiguidades e polissemias, capaz de organizar o conhecimento para que seja realizada a recuperação sem prejuízos ao documento e ao usuário.

Assim, a Linguística Documentária possui um papel de mediação linguística, não apenas na esfera terminológica, mas também no processo cognitivo. Sua função é colaborar na correlação entre semiose e descrição metalinguística com os termos para efetuar a representação do conhecimento, assim estando diretamente relacionada com a área da Terminologia. Para explicar esse processo, há a aproximação da semiótica:

Ao associar a abordagem terminológica à linguístico-semiótica, a Linguística Documentária preocupa-se simultaneamente com o caráter processual do funcionamento do signo documentário e com a função de 'operadores de sentido' dos descritores materializados das linguagens de organização da informação. (LARA, 2008, não paginado)

Dessa forma, entende-se que haja uma relação interdisciplinar entre as teorias da linguagem para estabelecer a significação. O tratamento da significação é uma etapa anterior à sua representação através de termos especializados. Portanto, é necessário compreender que as teorias da linguística dialogam com a Semiótica para consolidar a significação em linguagem natural. Tal fenômeno interfere na linguagem especializada, pois o termo dialoga com o domínio e com a esfera em que se aplica, porém nem todo documento representado por esses termos dialogam, obrigatoriamente, com os mesmos domínios, além da inter-relação entre domínios, também deve ser levado à discussão o teor linguístico da polissemia, homonímia e ambiguidade.

A significação é resultado das diversas aplicações da linguagem. Cada contexto carrega premissas importantes e intrínsecas à sua configuração que acabam

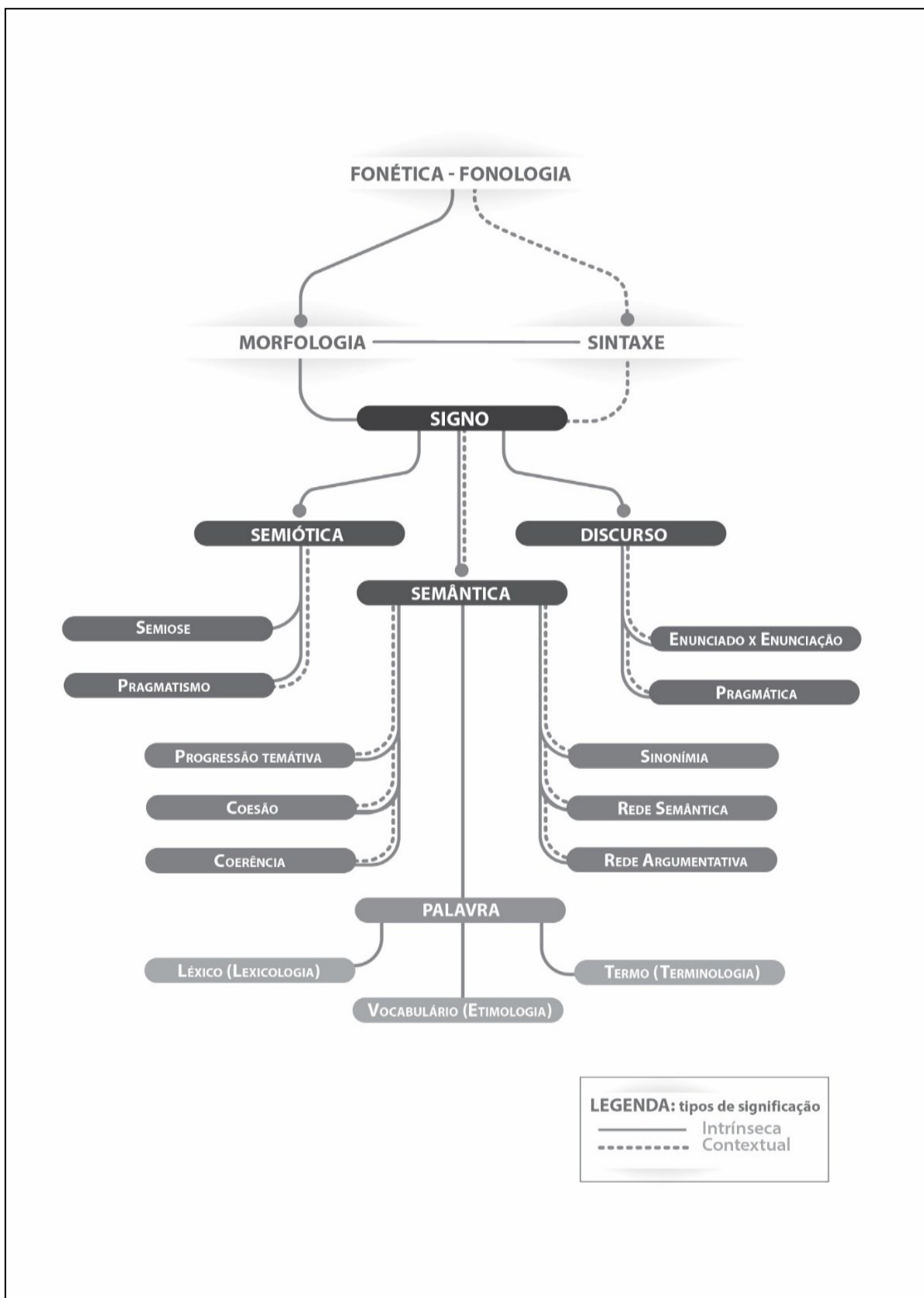
determinando o valor dessa significação, seja para seus produtos, seja para seus integrantes, seja para a sociedade como um todo. Nessa perspectiva, é necessário recuperar a ideia de que a linguagem é um sistema de mediação entre falante, usuário, actante e a realidade. Sendo assim, esse sistema primeiro, que gera significado é marcado em linguagem natural, sob a qual também ocorrem os fenômenos de representação, cognição, marcados por aspectos sociais, culturais, ideológicos, históricos, políticos, responsáveis pela significação.

A linguagem humana nasce nas produções orais, por isso as marcas fonéticas são a origem de seu surgimento e evolução. Desde a Revolução Industrial, para atender o mercado, várias palavras foram inventadas não mais por necessidades naturais, mas para configurar a aproximação entre usuário e produto, mesmo assim, são palavras produzidas com objetivos comunicacionais, os quais exigem sua configuração inicial da fonética, “em nível fonemático”, que não escapam se sua natureza sonora, em “nível merismáticos” – traços distintos de natureza orgânica: oclusivo, bilabial, vozeado, por exemplo (BENVENISTE, 1989, p. 129).

Do surgimento da palavra e sua configuração na articulação fonética até ela ser aplicada em um cenário social, independente das suas atribuições: Léxico, Vocabulário ou Termo, essa palavra é configurada por elementos morfológicos, que determinam sua função tanto no eixo paradigmático, como suas aplicações no eixo sintagmático. Essa dinâmica de uso gera a significação. Sua natureza de representação transforma-a em signo. O signo está relacionado a outro signo, para estabelecer limites ou contiguidades, assim gera novas significações. Sua natureza representativa estabelece fatores semânticos, assim como sua aplicação nas dinâmicas sociais ressignificam os valores semânticos.

O quadro a seguir buscar esclarecer essas relações entre as bases teóricas da linguagem, em nível de verbalização, ou seja, essa análise da significação se restringe ao signo verbalizado em linguagem natural, aplicado no percurso gerador de significação em níveis textuais e discursivos a fim de evidenciar como as diversas áreas das teorias da linguagem contribuem para o percurso da significação durante a Análise Documentária, alguns aspectos são da natureza da palavra, aplicada como signo, denominada de intrínsecas, como ainda há a revitalização ou uma significação sobre a significação decorrente de fatores contextuais.

Quadro 17 - Percurso da Significação: níveis textual e discursivo.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

É válido destacar que a aplicação da Semiótica neste contexto evidencia sua contribuição para a sistematização de um signo que se equipara ao signo linguístico, ou seja, aquele compreendido pela cognição humana, isto é, como é tratado no desenvolvimento desta pesquisa, a Semiótica peirciana trata das tricotomias dos signos, portanto, como o valor de contextualização para compreender sua aplicação aqui, tem-se um *representamem* como legissigno, um objeto como símbolo e um interpretante, que dependendo do contexto pode ser aplicado como dicente ou argumento.

A ideia de signo aplicada à Linguagem Documentária evoca sim um legado saussureano de constituição diádica, porém quando se fala em significação, entende-se como um processo natural e dinâmico de revitalização do léxico, é possível aceitar a presença de elementos decorrente de experiências: se linguística, a metassemiótica e a metalinguagem, decorrentes da substância da expressão e da substância do conteúdo, ou ainda vista pela relação moda e mito, como ainda a relação lexema, sema, classema, semema, ou a partir da comunicação, ainda podendo ser de motivação lexical, ou ainda revitalizada a partir do discurso; se lógico, a contribuição do interpretante para uma semiose ilimitada. Diante disso, é preciso observar, com cautela, o imbricamento entre as teorias e não considerar que as respostas para sistematizar a Linguagem Documentária estejam apenas com a Terminologia, já que, como pode ser observado no gráfico, o termo corresponde a um dos estágios finais da significação.

Na França, no início dos anos 60 do século XX, pesquisadores já discutiam a importância da linguagem para o processo de análise e representação da informação nos documentos. Sobre isso, destaca-se o trabalho de Jean-Claude Gardin (1966) em que há discussões acerca da importância de estudos aprofundados sobre a linguagem para criar mecanismos de mediação entre o documento e os termos que o representarão. Todavia, o autor evidencia o desequilíbrio entre a produção de informação e seu consumo, atribuindo essa diferença a problemas com a linguagem utilizada para realizar a representação, originado a prática de Análise Documentária (GARDIN), sendo assim, entendeu-se que a terminologia proporcionaria caminhos para estabelecer de maneira mais efetiva a mediação.

Ademais, Lara e Tálamo (2007) defendem que o aperfeiçoamento das metodologias de organização da informação depende da contribuição da interface entre Linguística Documentária e Terminologia. Essa explanação é de suma

importância para entender os objetivos deste trabalho de pesquisa: entende-se que a relação entre Linguística Documentária e Terminologia é importante, contudo apenas responde a uma das etapas de responsabilidade da Linguística Documentária e corresponde, conforme mostra o quadro 17, aos estágios finais: da representação, isto é, a aplicação do termo, em que é preciso compreender suas relações com domínios para evocar conceitos adequados ao documento e ao contexto cultural.

Dessa forma, é preciso compreender que a Linguística Documentária pode ser sistematizada em 3 etapas: a) leitura, análise e interpretação; b) mediação entre análise, extração e seleção terminológica; c) representação da informação e do conhecimento. Essas etapas se configuram pela relação da Linguística Documentária com a Análise Documentária e a aplicação da Linguagem Documentária, conseqüentemente essas relações estariam inter-relacionadas às outras áreas, configurando a interdisciplinaridade. Dessa forma, essa relação entre instâncias e procedimentos pode ser visualizada no quadro a seguir:

Quadro 18 - Etapas de atuação da Linguística Documentária.

ETAPA	DENOMINAÇÃO	PROCEDIMENTO	ÁREAS INTERDISCIPLINARES
1ª	Leitura; análise; interpretação	<p>Processo de reconhecimento temático; Configuração dos enunciados; Análise dos elementos textuais. Materialidade textual dos fenômenos internos da estrutura linguística: morfologia e sintaxe Percurso gerador de significação: nível textual</p> <p>Análise dos fatores discursivos que implicam intencionalidade, ideologia, constituição de sujeitos, de cenários; Análise de polissemia, de ambiguidade; de estilística, de pragmática discursiva; e de enunciação; Reconhecimento de isotópicos, implicaturas e dêixis Percurso gerador de significação: nível discursivo</p>	Análise documentária > semiologia; semântica estrutural; linguística textual; teoria da enunciação; análise do discurso
2ª	Mediação	<p>Identificação do signo documental; Aplicação da metalinguagem documental; Semiose documental; Hábito operativo cognitivo Percurso gerador de significação: nível semiótico – estágio epistemológico/descritivo Percurso gerador de significação: nível semiótico – estágio cognitivo</p>	Linguagem documentária > linguística estrutural: glossemática; mito; moda; semântica estrutural; semiótica
3ª	Representação	<p>Alinhamento com a Linguagem Documental; Diálogo com a domínio; Aplicação terminológica; Indexação</p>	Linguagem documentária > lexicologia; lexicografia; morfologia; terminologia: teoria geral da terminologia (teoria comunicativa da terminologia; teoria sociocomunicativa da terminologia)

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Não que seja simples esse procedimento, no entanto o papel e trajetória da Linguística Documentária, no bojo do processo de representação, desde a sua estruturação, concepção temática, aplicabilidade significativa, dimensão de significação, diálogo com discursos, intenções e pragmáticas na construção até chegar à fôrma de um termo é um processo que necessita ser revisado e detalhado em futuras pesquisas.

Nessa perspectiva, as autoras Lara e Tálamo, buscando métodos para explicarem os procedimentos linguísticos, apresentam um modelo de ficha terminológica de coleta. Sobre a metodologia, argumentam:

Tal procedimento marca a articulação da metodologia terminológica e da documentária, quando são introduzidos os referenciais já sistematizados pela Linguística Documentária que remetem à linguística, à semântica, à lógica, à pragmática, como o próprio conhecimento acumulado nas práticas documentárias. (LARA; TÁLAMO, 2007, não paginado)

Na Espanha, García Gutiérrez preocupado com os procedimentos, técnicas e metodologias adequados para a representação da informação e do conhecimento, percebeu na linguagem pontos que precisavam ser revistos e, dessa forma, debatidos para garantir eficiência na indexação. Para o autor, era preciso uma estrutura de combinação que garantisse a sistematização de uma linguagem documentária, ou seja, para García Gutiérrez, o tesouro era a própria linguagem documentária (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984, p. 14).

Para o autor, os problemas acerca da informação eram de natureza da linguagem, por isso propõem que haja estudos direcionados à Linguística Documentária. Como se tratavam de problemas centrados na linguagem, era necessário estabelecer conexões com estudos da linguística geral (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1984). Diante disso, o autor entende que a Linguística Documentária é capaz de oferecer procedimentos mais adequados sobre a descrição sistemática dos conteúdos dos documentos (GARCIA GUTIÉRREZ, 1984, p. 14).

Para García Gutiérrez, a relação entre a Linguística Documentária e os ramos da Linguística é tão importante que destacou procedimentos para reconhecer os limites da linguagem para incorporar efetivamente uma Linguagem Documentária, assim apontou a necessidade de diálogos com a linguística, terminologia, semântica, análise do discurso, análise de conteúdo e ciências cognitivas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998).

Por fim, Lara e Tálamo (2007) concordam com García Gutiérrez a destacar a fala do autor sobre a intertextualidade entre as áreas. Assim, tem-se um percurso argumentativo desenvolvido pelos principais autores sobre a Linguística Documentária das escolas espanhola e brasileira acerca das necessidades sobre o entendimento e reflexão da Linguagem Documentária, desde sua concepção pela escola francesa e contribuições da escola inglesa e, devido a isso, trabalhos que se aproximaram da Terminologia, de modo geral, pois esta área foi capaz de promover respostas diretas e em curto tempo, já que seu foco era exatamente o termo, elemento de contato direto com a linguagem artificial.

No entanto, devido às complexidades pós-modernas referentes à produção de informação e à dinâmica das comunicações, o processo semântico não pode ser visto apenas como relações estruturais e imediatistas de conjuntos hierárquicos, partitivos. A semântica configura o conhecido através de outras relações como por associações, virtuais, que com o tempo se tornam oficiais, também ocorrem por perífrases, ou ainda por economias linguísticas, de que são possíveis recuperar todo um contexto.

Por esses fatores, entende-se que a Terminologia, de modo geral, tem feito bem seu papel na configuração dos termos, no entanto sua aplicação metodológica não é suficiente para incorporar as atualizações da significação, como representados nos quadros 17 e 18, pois é preciso aprofundamentos teóricos referentes ao signo e sua relação com discurso e como se estabelecem as questões semânticas diante da dinamicidade e na velocidade social, sob a qual demanda um conjunto de fenômenos linguísticos que interferem na comunicação, por conseguinte na elaboração da informação, assim a Linguística Documentária, com todas as suas ferramentas, amplia as características metodológicas, permitindo uma representação mais eficaz, precisa, atualizada e que garanta a representatividade discursiva.

5.3 SIGNO DOCUMENTAL: APLICABILIDADE NO TRATAMENTO DOCUMENTAL

A Linguística Documentária e a Semiótica Documentária são capazes de dialogar com várias áreas do conhecimento e, dessa forma, estabilizar o tratamento da linguagem aplicada aos documentos, tanto para a extração dos conceitos, como para determinar a terminologia aplicada para sua representação, indexação, por conseguinte garantindo a recuperação das informações.

Diante do exposto ao longo do trabalho de pesquisa, entende-se que as discussões demonstram a potencialidade da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária para o tratamento dos documentos, da Linguagem Documentária, dos conceitos aplicados ao domínio, por conseguinte estabilizando as relações semânticas, além de garantir que a representação do conhecimento, evidenciando a enunciação presente nos documentos, assim proporcionando a representatividade diante dos discursos, ideologias, intencionalidades e historicidade dos domínios, que direta e indiretamente estabilizam o conhecimento, além da estabilidade cognitiva diante do processo metalinguístico e da semiose documental na representação das informações do documento primário para a tradução em um documento secundário.

Dessa forma, entende-se que a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária atuam frente à constituição de elementos linguísticos presentes no tratamento do documento, conseqüentemente esses elementos linguísticos se caracterizam por atuarem como signos, no caso da Documentação, devem ser tratados como signos documentais, pois além de serem responsáveis pela semiose e significação presentes na análise e interpretação do texto, atuam como mediadores de todo fluxo informacional que compõem o documento, sejam elementos verbais, aplicados na elaboração do texto escrito, sejam elementos não-verbais, ou não verbalizados, constituídos de códigos como desenhos, símbolos, sinais, cores etc. ou ainda na recuperação daquilo que não foi dito, mas foi veiculado, através do enunciado ou do discurso, ou ainda presente no ato de fala evidenciados na escrita.

Nessa perspectiva, os procedimentos relacionados ao tratamento do documento podem e devem dialogar com os procedimentos teóricos oferecidos pela Linguística Documentária e Semiótica Documentária, assim deve-se entender que esses procedimentos são resultados diretos das áreas bases: Documentação, Linguística e Semiótica. Sendo assim, é fundamental compreender como essas áreas podem atuar de modo interdisciplinar.

O conteúdo veiculado pelos documentos é importante devido ao seu valor informacional. A informação é consolidada a partir da linguagem. A linguagem é material significativo e é constituída por signos e pela correlação entre signos, ampliando a significação como defendem a Linguística e a Semiótica, não apenas pelas relações sintáticas e resultados semânticos, mas devido principalmente à semiose.

Como observado ao longo das discussões neste trabalho de pesquisa, o processo de tratamento das informações em um documento realizado por pessoas diferentes não é idêntico, fenômeno resultante da semiótica de cada um, pois o objeto até pode ser o mesmo, mas há variações no interpretante, como pode-se entender ao aplicar a Semiótica peirciana.

Somado a isso, a Linguística também aponta a influência de elementos implícitos, implicaturas, acarretamentos, subentendidos e pressupostos na leitura, que devem ganhar destaque ao aplicar processos metalinguísticos para converter a informatividade do texto em linguagem especializada para representação e indexação. Um texto dialoga com outros, seu conteúdo se concretiza através de isotópicos – conjunto de semas ou classemas retomadas com o objetivo de garantir a homogeneidade discursiva - como aponta Barthes e Greimas e dêixis – recurso de economia discursiva em que se resgata parcial ou totalmente um enunciado – conforme apresenta Maingueneau.

Consoante aponta Valente (1978, p. 177) “como elemento de informação, passou a considerar-se documento tudo o que possa revelar o homem no tempo”. Dado a sua importância na constituição da História, o documento, tratado como diploma, viu-se como objeto de estudo de uma ciência repleta de especificidades: Diplomática, cujo objetivo é a validação da informação presente nesse objeto. Diante disso, observa-se a importância da materialidade e da institucionalidade frente à fisicalidade em busca de estabelecer critérios técnicos e epistemológicos a fim de evidenciar a distinção entre coisa e documento. Nessa perspectiva, a contribuição da Diplomática para legitimar seu conteúdo é inerente à existência da Análise Documentária.

Dessa forma, a linguagem está presente na informação, ou seja, o processo de análise e tratamento do documento não só para extrair conceitos, mas também para legitimar que seu conteúdo passa por análise de signos, mais especificadamente, signo documental, já que é preciso explorar toda a enunciação a fim de recuperar a informatividade veiculada pelo documento, da mesma forma em que há “necessidade de aferir a veracidade das informações dos documentos, mesmo os autênticos” (VALENTE, 1978, p. 180).

Ademais, é inerente à Diplomática o entendimento de que se define como “ciência que trata da descrição e explicação da forma dos atos escritos” (VALENTE, 1978, p. 184). Dessa maneira, os documentos garantem o entendimento sobre a

História, pois somente há História se houver documento para contá-la, no entanto nem toda a informatividade está presente no que foi escrito, muitas vezes depende de uma rede de signos inter-relacionados que apontam a junção de evidências, como ícones, índices ou símbolos na caracterização do seu objeto.

Nessa perspectiva, a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária podem contribuir para o tratamento do documento em busca de vestígios através de signos documentais, os quais serão legitimados pela Diplomática *a posteriori*, pois o documento, fonte de vestígio e, principalmente, a evidência de um signo documental, é “instrumento perfeito e deformador de verdade, mas o único à disposição para recuperar o passado” (VALENTE, 1978, p. 190).

Frente a isso, há o objetivo de debater acerca do papel do documento e sua atuação no âmbito da Documentação, por conseguinte aspectos que tangem à materialidade e institucionalidade e, dessa forma, compreender a importância da Diplomática, da metainformação e dos paradigmas científicos para propor inferências acerca do sentido documental explorado pela Análise Documentária no tratamento da informação, na evidência dos conceitos e sua relação com a linguagem especializada e indexação.

Ainda, há a necessidade de compreender a valoração dada ao conteúdo transposto pelo documento (LE GOFF 1994; FROHMANN, 2008; MURGUIA, 2009), além de explorar a validade científica a fim de reconhecer os procedimentos de como ocorre a influência na definição de conceito, bem como o caráter seletivo (GONZÁLEZ DE GOMES, 1993) para compreender os processos de representação do documento, por conseguinte sua relação com a Análise Documentária (KOBASHI 2003, 2007; MOREIRO GONZÁLEZ, 1993, 2004; FUJITA, 1998, 2004, 2006; GUIMARÃES, 2008, 2010, 2013) e a importância de suas técnicas para representar o documento, dessa forma relacionando à Linguagem Documentária e a aplicação da terminologia especializada (TÁLAMO 1992; LARA 2003, 2007; CINTRA, 1994).

Estabelecendo um paralelo comparativo entre a Diplomática e a Análise Documentária, entende-se ser necessário explorar, no bojo teórico desses campos, as características práticas e metodológicas que apontem ou dialoguem com um tratamento sociológico.

Dessa forma, diante desses objetivos, a Linguística Documentária, alinhada à Análise do Discurso é capaz de resgatar as marcações linguísticas presentes no documento que evidenciem esses estratos sociais. Assim, evidencia-se a importância

dessa linguagem para institucionalizar o documento cuja função é a representação de um conhecimento, até fisicalizado em um objeto, mas que tenha a responsabilidade de materializar enunciados, os quais deverão ser recuperados para legitimar um contexto.

Dessa forma, é preciso compreender o duplo valor institucional inerente ao documento: primeiro pelo fato de ser o objeto escolhido para tratamento: neste sentido, já se estabeleceu a materialidade; segundo, pelo tratamento, processo pelo qual há a institucionalização do objeto tanto pela valorização de sua importância frente a uma comunidade ou fatos, como ainda pela atribuição de descritores que representam o discurso dessa comunidade.

Todavia, sob esse viés, o documento como gerador de informatividade também carrega intencionalidade, aspectos discursivos e objetividades de enunciado, visto que se caracteriza como gênero discursivo, capaz de resgatar indícios informacionais de um espaço, de um período, dos actantes, conseqüentemente, de suas ideologias e propostas de comunicação (FIORIN, 2001, 2007; BAKHTIN, 2006; PÊCHEUX, 2014).

Nessa linha, Gomes e Lara (2017, p. 4) defendem que documento “poderia ser definido como escrita que serve para provar algo ou para informar”. Dessa forma, fica evidente que é preciso compreender a informatividade presente nesse material, pois sua existência prevê a prova de que algo produzido pelo ser humano proporciona significações acerca da sua existência, ou melhor, esse material ressignifica a informação que uma vez foi organizada para o confeccionar, assim como em um processo de interação comunicacional ressignifica, por outra ordem, a fim de que se possa compreendê-lo, ou seja, a linguagem aplicada na análise do documento é ressignificada para a extração dos conceitos, assim como a mensagem veiculada na comunicação também sofre ressignificação, devido à semiose produzida pela interação social.

Caracteriza-se, portanto, como duas categorias, sendo estas inter-relacionadas, pois só é possível apresentar informatividade intencional caso haja o elemento que materialize a informação para ser veiculada, ou seja, como registro informacional, o documento também deve ser entendido de duas maneiras: como suporte e como veículo. Duas características também inter-relacionadas, todavia não devam ser confundidas.

Diante disso, deve-se entender que o documento, enquanto material em que se é depositada a informação funciona como suporte, já que é neste material em que são impressas todas as características simbólicas que faz desse objeto comum ser algo importante para uma comunidade, já que resguarda signos que ressignificam as informações.

Ademais, concomitante a isso, o documento enquanto veículo implica ser inserido em um fluxo comunicacional, ou seja, além de haver as impressões de signos no material, esses signos devem gerar informação para alguém, sobre alguma coisa, portanto os elementos básicos da comunicação (JAKOBSON, 2005) estão presentes, ou seja, esses signos são transmitidos, interpretados, compreendidos porque se transformam em mensagem, esta veiculada através dos códigos impressos no artefato, como cores, formas, símbolos, letras etc., além de se estabelecer um canal, através do qual, o documento, como emissor, atinge o seu receptor.

O documento, portanto, como produtor de informação evoca a constituição de signos, já que o documento não é o fato, mas sim o representa. Por mais que essa configuração seja realizada através de elementos pertinentes à linguagem não-verbal, por exemplo, mas a presença de uma intencionalidade, por conseguinte interpretação, exige, nesse processo, uma tradução para linguagem natural. Em se tratando de catalogação, indexação ou qualquer outro procedimento de representação desse documento em linguagem especializada, haverá uma nova tradução, assim confeccionando um documento secundário como aponta Briet.

Nessa perspectiva, há implicações de esferas linguísticas, as quais nem sempre são aplicadas de modo sequencial. Assim, têm-se: 1) a esfera linguística, de ordem primeira, que legitima o material como documento. Pode-se entender que essa esfera dialoga com as premissas da Diplomática; 2) a esfera linguística, de caráter verbal ou não-verbal, dependendo, obviamente, da natureza do documento, portanto aceita-se o posicionamento de Otlet e Briet de que há documentos de diversos gêneros, não apenas aqueles de natureza escrita. Essa esfera dialoga com a Documentação devido às necessidades de catalogação, organização, identificação etc.; 3) a esfera linguística de investigação. Procedimentos que identificam natureza, autoria, relação espaço-tempo, contexto, domínio, intencionalidades, ideologias, fundamentos, área do conhecimento etc. Essa esfera exige tratamento temático, reconhecimento dos conceitos, por isso dialoga com a Análise Documentária, estando

esta inserida no movimento interdisciplinar com a Linguística Documentária, já que são necessários reconhecimento de diversos fenômenos linguísticos.

Observa-se que as três primeiras esferas possuem uma aplicação intrínseca ao documento primário. Ainda ocorre a situação 4) a esfera linguística de representação, no que tange à indexação. Nessa etapa há a confecção de um documento secundário, o qual, pertencente aos fundamentos da Organização do Conhecimento, deve ser composto por uma linguagem especializada. Dessa forma, dialoga com a Linguagem Documentária; 5) a esfera linguística de representação, no que tange à recuperação. Deve-se entender que, por mais que seja a mesma linguagem presente na esfera anterior, presente no mesmo documento secundário, não gera a mesma significação, visto que este momento é centrado no usuário e, por se tratar de caráter cognitivo, o processo interpretativo torna-se amplo;

Por fim, a situação 6), a esfera linguística de interpretação. Essa esfera segue os procedimentos presentes na esfera 3, porém seus objetivos são divergentes. Na esfera 3, quem faz o tratamento é o profissional preocupado em aplicar os procedimentos tecno-científicos, já na esfera 6, quem fará a interpretação é o usuário. Neste caso, ao invés de direcionar para a esfera 4, o usuário promove a ressignificação das informações, atribuindo novos valores ao documento.

A Linguagem Documentária surge nesse cenário para estabilizar a representação do documento. Todavia, nesse meandro, há um conjunto de procedimentos que são característicos dos campos mencionados: Documentação, Diplomática, Análise Documentária. Sendo assim, a aplicabilidade das técnicas e procedimentos da Documentação para tratamento e organização desse documento, assim como a Diplomática para a legitimação das informações contidas nesse documento, e ainda a Análise Documentária para interpretar, tratar, representar e extrair os conceitos. Importante destacar que nesse processo a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária contribuem, principalmente, para nortear as ações a fim de confeccionar o documento secundário, já que direciona a elaboração da terminologia especializada a ser aplicada.

É nesse cenário de tratamento documental que surge a aplicação do signo documental, que se caracteriza por ser signo sobre signo no processo cognitivo lógico-linguístico no tratamento do documento, portanto o signo documental está na esfera da interação e significação, não devendo ser entendido como o resultado, ou seja, o

signo documental não é a Linguagem Documentária, mas a Linguagem Documentária deve ser entendida como resultado do signo documental.

O apontamento dos signos documentais não pode ser realizado aplicando-se apenas a Linguagem Documentária como resultado da Análise Documentária, por dois fatores: primeiro, a Linguagem Documentária não é uma metalinguagem embora a escola francesa, da qual a escola brasileira recebeu forte influência, defenda esse conceito. No entanto, metalinguagem não é resultado, mas sim o processo, o resultado é o entendimento, a compreensão, ou seja, o resultado pode ser entendido como substância do conteúdo ou o semema: a semiose.

Assim, a metalinguagem “é uma semiótica, isto é, uma hierarquia não de palavras ou de frases, mas de definições, capaz de tomar a forma quer do sistema, quer do processo semiótico”, ou seja, ao conceber a metalinguagem como linguagem de descrição, é preciso recuperar a ideia de que essa descrição pressupõe um argumento e um predicado, já que há a compreensão do argumento através da descrição realizada pelo predicado, isto é, a transformação da forma do conteúdo em substância do conteúdo, do lexema em semema (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 308).

Na segunda situação, a Linguagem Documentária é capaz de estabelecer a relação entre documento, enunciação, discurso e pragmática, pois sua concepção é fundamentada em isotópicos de modo geral, em alguns domínios como implicaturas, acarretamentos, pressupostos ou ainda como dêixis, porém a construção de um texto é muito dinâmica, e a revitalização do léxico é constante e é, justamente, nessa atualização semântica frente à renovação do próprio discurso e seu dialogismo com aspectos de intencionalidades, ideologias, que desfazem o equilíbrio de isotópicos e dêixis estabelecidos primariamente. Sendo assim, a Linguística Documentária exerce esse procedimento, pois este envolve semiose e processos metalinguísticos, já que é inerente à atuação da semiótica, ou seja, a Linguagem Documentária é o resultado semiótico, não o processo.

Devido a isso, se por um lado a Documentação é fundamental para que o documento exista; a Diplomática, para que seja legitimado; a Análise Documentária, associada a esses dois campos, para que o documento seja representado através da aplicação da Linguagem Documentária, é importante destacar que é através da Linguística Documentária e Semiótica Documentária que o documento pode ser interpretado e compreendido, por isso entende-se ser fundamental debater sobre

contribuições de cada campo para destacar o papel das teorias da linguagem: Linguística, Semiótica e Análise do Discurso em todo esse processo.

É preciso ressaltar que o documento original ao ser produzido, quando constituído por linguagem verbal, é elaborado em linguagem natural, sistematizado pelo valor social, convencional e semântico de uma língua, além de carregar questões estilísticas do autor, que demanda sua prática em escolhas lexicais no âmbito morfológico e sintático, somado às intenções pragmáticas envolvidas nos enunciados. A Linguística Documentária estabelece seus fundamentos teóricos justamente para tratar desses procedimentos linguísticos, já que são de natureza linguística e estão aplicados ao tratamento e representação do documento.

Ademais, referente à atuação do documento, não somente Meyriat, como também Le Goff se posicionam referente à neutralidade do documento. Nessa perspectiva, entende-se ser necessário a atualização das bases teóricas da Linguística Documentária, pois para explorar a discursividade e os aspectos contextuais que constituem a semântica é necessário dialogar com as teorias da Linguística Funcional, bem como a interação como o discurso, enunciação e pragmática discursiva.

O documento em sua função comunicacional não pode ser neutro, já que não há neutralidade discursiva. Consoante Bakhtin (2006, p. 14), “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem”.

O documento constituído em linguagem verbal, seja primário, seja secundário, é elaborado a partir de signos. Ainda como aponta Bakhtin (2006, p. 15), “todo signo é ideológico, a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação na língua”. O documento é um objeto histórico, dialoga com a linguagem de seu tempo, porém também é fluido e se ajusta à linguagem do tempo do usuário, permitindo, inclusive, que o distanciamento temporal, por conseguinte linguístico entre produção do documento e sua análise promova o reconhecimento de muitas informações implícitas, como em diversas situações é necessário o resgate etimológico, pois a revitalização do léxico faz com que se perca muito da informatividade implícita nos costumes linguísticos e discursivos da época.

Nessa perspectiva, é importante entender a frieza do historiador, ou do profissional que realizará a representação do documento original, já que essa atividade requer técnicas, práticas e metodologias, que envolvem pesquisas na intenção de recuperar o contexto e a legitimação dos discursos produzidos. Diante disso, é necessário também tratar da historicidade dos signos aplicados ao documento, visto que a significação é volátil decorrente de marcas temporais e espaciais. Bakhtin ainda salienta “a forma linguística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação social determinada, afetam a significação” (BAKHTIN, 2006, p. 15).

Esse posicionamento corrobora o entendimento de que a Linguística Documentária deve atuar nos procedimentos, práticas e técnicas aplicados ao tratamento do documento. Ademais, faz-se mister a inter-relação com a Linguística, já que há o impacto das palavras exercido na análise dos documentos. Como mencionado por Meyriat (2016) o documento exerce duas noções conjuntamente: “uma de natureza material (o objeto que serve de suporte”; a outra é de natureza “conceitual (o conteúdo da comunicação, isto é, a informação)”, as duas acepções são constituídas por signos, esses signos possuem semioses diferentes, pois se referem a objetos diferentes, conseqüentemente isso também interfere nos interpretantes. Esse tratamento do signo documental pode ser tratado pela Semiótica Documentária.

Assim, como o estudo pleno do documento recorre a ciências como Historiografia e Diplomática, entende-se também ser necessário recorrer às ciências que estudam a linguagem. Diante disso, pode-se entender o papel comunicacional do documento, e, exatamente por isso, há de definir parâmetros para colher as marcas dessa comunicação.

Outrossim, também é necessário analisar o teor discursivo e pragmático dessa informação, destarte compreender o posicionamento discursivo, as marcas históricas, ideológicas, assim como a intencionalidade na produção do documento. Ainda na fala de Meyriat (2016) “cada mensagem tem um significado e não se pode definir um documento independentemente do significado da mensagem que ele tem a função de transmitir”.

A linguagem na constituição documental tem um papel fundamental, já que o documento atua como prova ou fato, portanto a linguagem, mais precisamente, a construção das sentenças precisa ser verdadeira, como também não pode ser

marcada por ambiguidades ou expressões polissêmicas. Neste sentido, o cuidado com o aporte morfológico e sintático está atrelado aos aspectos semânticos, pois sua combinação pode gerar efeitos de sentido inadequados para a representação, da mesma forma que o processo que envolve a análise documentária precisa tratar das situações que envolvem a microestrutura do texto, mais uma vez a Linguística Documentária pode tratar desses procedimentos linguísticos.

Nessa perspectiva, Day (2016, p. 58, tradução nossa) ao comentar o valor indicial que Briet atribui ao documento, avalia que “essa qualificação remove tanto o documento e a evidência do domínio da nomeação direta”, ou seja, primeiramente que o documento original não precisa, como aponta Briet, necessariamente, ser de natureza verbal, ou seja, não precisa ser de natureza do escrito; segundo, sendo o documento de natureza verbal, escrito, seu conteúdo não retrata, em absoluto o real, visto que é constituído de signos, nesse caso, um signo de função específica: um signo documental.

O autor ainda destaca que existem mudanças quando há “a transição de um artigo para o seu resumo”, visto que há mudanças linguísticas e essas são suficientes para mudar o sentido do conteúdo, pois a nomeação direta poderia ser vista como “nome e nomeado, como uma definição e o que é definido, parecem permanecer na mesma escala de significado” (DAY, 2016, p. 58, tradução nossa). Percebe-se, na concepção do autor sobre a linguagem empregada na documentação, uma aproximação daquilo que F. Saussure define sobre o signo linguístico, ao apontar sua estrutura diádica de significado e significante.

No entanto, R. Day percebe uma outra perspectiva de se tratar o documento, devido às considerações de Briet, as quais aproximam a linguagem empregada no processo da documentação da Semiótica peirciana, sendo assim abrindo uma esfera para se discutir a relação indicial do que se está no documento como signo e a forma como esse signo se transforma em outro signo na confecção de um documento secundário, procedimento que seria denominado pela Semiótica como semiose, como denominado por Izquierdo Arroyo (1990), uma semiose documental.

Diante disso, R. Day (2016, p. 58, tradução nossa) defende que há “um certo tipo de avanço sobre Otlet”, algo marcante para a análise do impacto dos estudos da linguagem para contribuir na Organização do conhecimento, visto que as mudanças apontadas por Day estão intrinsecamente relacionadas ao entendimento sobre a linguagem, por conseguinte ao signo.

Para o autor, enquanto há em Otlet “senso de definição de evidência documental como descansando em uma correspondência de significado, sem muita consideração ao sentido” (DAY, 2016, p. 58, tradução nossa); para Briet “discursos podem conter suas próprias gramáticas ou jogos de linguagem, de modo que o significado ou referência da entidade muda, porque seu sentido muda” (DAY, 2016, p. 58, tradução nossa).

Ademais, R. Day ainda comenta sobre a construção epistemológica dos dois teóricos, análise que evidencia a importância do entendimento sobre a linguagem para estabelecer a concepção sobre o significado: Para Otlet, “um documento é sobre alguma coisa e essa orientação é repetida através de níveis cada vez mais alto de abstração sem perda de significado; já para Briet “não há garantia para prevenir uma perda ou mudança de significado, como discursos sobre as entidades nomeadas seguem o documentalista ato de nomeação na documentação inicial (taxonomias e ontologias)” (DAY, 2016, p. 58, tradução nossa).

No entanto, é preciso analisar os protocolos utilizados pela Linguagem Documentária para sistematizar os serviços de organização do conhecimento (SOC), visto que foi explicitado por R. Day, as perspectivas de representação do conhecimento são diferentes entre os conceitos tratados por Otlet e os tratados por Briet, ou seja, qual é o entendimento sobre linguagem que está sendo aplicado aos protocolos. Neste sentido, a Linguística Documentária é capaz de estabelecer os estudos a fim de compreender a dimensão da significação a ser representada pela relação de um termo a um conceito, como também o impacto da linguagem no tratamento do conteúdo.

Ainda sobre o impacto da Semiótica para a análise dos documentos, R. Day afirma:

Os documentos são evidenciados apenas por causa dos sistemas culturais e sociais de nomeação e discursos.

E assim, coisas (como os antílopes) podem ser documentos, porque são tratados não apenas como signos, mas como um tipo muito específico de signo, que vai além dos "signos" apenas como funções de nomeação, a saber, índices. Os documentos não são mais sobre coisas, mas são coisas que são "sobre". A maneira pela qual as coisas vêm a ser "sobre", ou evidência, é o processo de criação de significado, e embora Briet não vá muito longe em investigando isso, essas são as possibilidades e limites do sentido que os sistemas culturais e sociais atribuem aos signos como signos significativos ou "semióticos". (DAY, 2016, p. 59, tradução nossa).

No entanto, como visto em Briet, o documento como suporte apresenta um potencial de significação devido ao seu caráter indicial, ou seja, segundo às categorias fenomenológicas apresentadas por C. S. Peirce, pode-se entender que a existência do documento, além dos signos inscritos nele, já configurados como um legissigno, um símbolo e um argumento (*representamen*, objeto e interpretante respectivamente), apontando sua relação com a tricotomia do signo, atuar como um suporte, faz dele um signo presente no estágio da Secundidade, pois sua existência exige o confronto; já o documento, veículo de informação, estaria no estágio da Terceiridade, já que se trata da generalidade, da constituição do argumento, da lei constituindo a comunicação, em que se configura a relação entre o *representamen*, o objeto e seu interpretante, assim como o acesso de seu intérprete.

Somado às discussões sobre a Documentação, R. Estivals ainda justifica a presença das duas considerações sobre a classificação do documento: a apresentada por ele, sendo ratificada por J. Meyriat e a apresentada por P. Otlet e S. Briet: “As duas concepções deixam transparecer duas filosofias diferentes do fenômeno estudado e da comunicação em sentido mais abrangente: uma essencialista e idealista e a outra nominalista e pragmática” (ESTIVALS, 1981, p. 125).

Diante disso, o autor apresenta as características epistemológicas das duas correntes. Para a bibliologia:

No mundo bibliológico, o autor inscreve suas ideias num texto manuscrito que será eventualmente reproduzido. O conhecimento está inscrito através de signos escritos, num suporte. O texto passa a existir com seus fins de comunicação à distância, completando o discurso verbal – que se perde facilmente – e retém em si as ideias a transmitir (ESTIVALS, 1981, p. 125)

Já para a documentação:

O escrito pode ser conservado nos depósitos dos arquivos e nas bibliotecas. Contudo, só existe como documento graças ao receptor que, ao utilizá-lo, extrai dele a informação, isto é, o conhecimento útil. Não existe conhecimento fixo em si. O conhecimento só existe no tempo momentâneo da decifração e da utilização do documento. (ESTIVALS, 1981, p. 125-126)

As duas concepções são importantes para entender o papel da Análise Documentária, já que esta possui a preocupação inicial com o documento proposto pela presença do pragmatismo defendido pela documentação, já que é preciso tratar do conteúdo do texto e extrair o sentido no seu ato de interação. Devido a isso, a contribuição da Linguística Documentária, à base da interdisciplinaridade com a

Linguística, mais especificadamente com a Análise do Discurso e Linguística Textual, é promover estratégias de interpretação e extrair as informações relevantes para representar seu conteúdo, assim como as marcas de sua intencionalidade, historicidade, legitimidade e representatividade presentes no discurso.

Por outro lado, para a Organização do Conhecimento, de modo geral, as duas acepções são importantes, visto que há a preocupação em organizar o conhecimento em seu estado físico também, isto é, em como sistematizar a representação do material produzido: o documento, estendendo sua acepção ao livro, no sentido idealista, previsto por Otlet e Briet. Por isso, há a preocupação com a produção e manutenção dos sistemas de organização do conhecimento - SOCs (taxonomias, tesouros, CDD, CDU, ontologias, redes semânticas etc.), ferramentas que também são direcionadas para a confecção dos documentos secundários.

Segundo R. Estivals, é preciso propor tratamentos diferentes: “O escrito e o documento devem ser levados em conta pela diferença de perspectiva, bem como os fenômenos estudados”. Sendo assim, a Análise Documentária atuaria, devido aos aspectos da linguagem: reconhecimento, tratamento e tradução, direcionada aos estudos do documento sob às recomendações da documentação, pois como aponta o autor: O documento não se identifica com o escrito; seu universo é de maior alcance” (ESTIVALS, 2016, p. 126).

Nessa perspectiva, R. Estivals apresenta considerações acerca da atuação do signo, denominando de Esquemas para a bibliologia, sobre a qual apresenta quatro conceitos: “as noções dos signos fugitivos e fixos e dos signos escritos e inscritos” (ESTIVALS, 1981, p. 126).

Dessa forma, é necessário marcar, primeiramente, as diferenças que caracterizam signos fugitivos e fixos. Para Estivals (1981, p. 126) “todo signo que não tem uma realidade objetiva durável, que não é uma coisa, depende da linguagem fugitiva, gestual”. Esse tipo de linguagem, todavia, não pode ser documentada, já que não é possível transformar esse signo em um conceito representável, porque sua natureza é efêmera, não permitindo estabelecer um critério de univocidade, assim não oferecendo à Linguagem Documentária parâmetros para procedimentos técnicos. Porém, esse tipo de classificação pode ser direcionado a partir da Semiótica Documentária, devido ao tratamento do objeto, explorando seu valor icônico ou indicial, por conseguinte a relação com o interpretante no processo de extração das informações e, por conseguinte com a semiose para o processo de representação.

Por outro lado, os signos fixos, presentes em documentos, garantem a permanência da informação, contudo isso não deve ser confundido com a permanência discursiva. Enquanto a informação está registrada nos documentos, estabelecida através de signos finalizados pela confecção do documento enquanto objeto, por isso esses signos atuam como lei, já que se encontram no percurso gerador de significação, em nível textual.

A dinâmica interpretativa sugere alterações na semântica discursiva, como discute a Linguística Textual e a Teoria da Enunciação, altera o valor da mensagem devido à incidência de fatores históricos, culturais, cognitivos e isso deve ser preocupação da Análise Documentária para extração dos conceitos, nem sempre fisicamente registrados, assim como analisar o impacto das escolhas dos termos propostos pela linguagem documentária.

Sendo assim, é preciso compreender a natureza dos signos fixos, pois, segundo Estivals (1981, p. 126) “a expressão se torna objetivamente durável pela sua fixação na coisa e a partir daí torna-se independente de seu emissor”. No entanto, embora siga essa linha de pensamento, o autor propõe separar o escrito do inscrito. Sendo assim, o escrito “se baseia na existência de um sistema de signos aprendidos e no espírito do emissor; serve de traço de união entre o suporte e as ideias que ele quer fixar ou os sons que os exprimem” (ESTIVALS, 1981, p. 126). Portanto, o escrito apresenta características defendidas por P. Otlet para tratar o documento. Sendo assim, configura-se como percurso gerador de significação, em nível textual.

Por outro lado, as considerações acerca do inscrito proporcionam uma outra dimensão sobre a forma de analisar o documento, *a priori*, reconhece-se fatores que assemelham às proposições de S. Briet. Estivals (1981, p. 127) defende que o inscrito é de natureza diferente do escrito, já que o inscrito é “referente ao conjunto dos meios de fixação mecânica, química, eletrônica, das manifestações objetivas do emissor – consideradas total ou isoladamente”.

É válido destacar que, através de um signo, é possível analisar a atuação de outro signo. Assim, no processo de análise do documento ainda entender que, para compreendê-los, há a constituição de um novo signo, fato que, consoante C. S. Peirce (2017), evidencia a semiose ilimitada. No entanto, para fins de representação, é preciso questionar qual estágio dessa semiose é representada. Nesse processo, qual signo foi tratado, por conseguinte desse signo qual conceito foi evidenciado, da mesma forma que é preciso refletir se a Linguagem Documentária aplicada é capaz

de recuperar todo esse processo de significação inscrito no documento. Esse é um dos processos inseridos no percurso gerador de significação, em nível discursivo.

Sendo assim, é possível afirmar que, por mais que os percursos apresentados pelos estudos sobre a epistemologia do documento ofereçam entendimentos diferentes sobre sua natureza, em qualquer abordagem, o documento se constitui como signo, portanto factível aos estudos da Linguística Documentária e Semiótica Documentária para lhe garantir uma análise precisa e capaz de lhe representar de maneira ampla.

Ademais, o material documental é signo, já que é fixador de conhecimento para uma abordagem teórica. Dessa maneira, “o conhecimento é considerado como memorizado, seja ele fixado por um código mental aprendido, a escrita, seja por um processo físico, químico ou eletrônico de gravação” (Estivals, 1981, p. 127). Por mais que sejam consideradas como “mensagens fixas e não documentos”, ainda assim, são signos que geram significação.

Para o autor, “o escrito é apenas uma parte dos documentos possíveis” (ESTIVALS, 1981, p. 127), fator que deve ser compreendido como signo, já que a sua existência é um fator de significação, pois além de já ter sido interpretado e seu conteúdo fazer parte do conhecimento acumulado pela humanidade, sua existência garante a manutenção daquele conhecimento, daquele saber.

Por outro lado, o processo comunicacional ganha novas dimensões na análise do documento, porque os elementos da enunciação agregam-se à mensagem nesse movimento. Sendo assim, ao considerar-se “o conhecimento no momento em que é levado em conta por um usuário, que valoriza a mensagem fixa, transformando-a num documento” (ESTIVALS, 1981, p. 129) é preciso compreender que esse movimento gera a semiose ilimitada, tanto para a representação, indexação e recuperação, possibilitando haver interpretações diferentes sobre o mesmo documento, devido às variações dos signos escolhidos, assim como sua relação com outros signos delineiam o conceito.

Por outra via, ao pensar o valor indicial dado ao documento, como aponta Briet, é válido destacar as contribuições da Semiótica para tratar desse fenômeno no documento. Tendo em vista a relação do documento com suas informações, na perspectiva da Semiótica, pode-se entender que essa relação evidencia dois estágios: o primeiro, a relação com o seu objeto, por isso seu valor indicial, no entanto há um

segundo estágio, com valor comunicativo, e, por isso, depende da relação com o interlocutor, devido à potencialidade do interpretante, por conseguinte a semiose.

A atuação do documento referente à sua materialidade está inerente à sua concepção como objeto, dessa maneira é possível compreendê-lo em três esferas: na primeira, o documento é um suporte, não veicula a informação, mas a representa, isto é, sua existência permite a existência da informação, porém não há acesso ao seu conteúdo, por isso, traçando um paralelo com a Semiótica, neste estágio, o documento atua como um ícone, isto é, pode ser compreendido como um “signo que se refere ao objeto que denota apenas em virtude de seus caracteres próprios, caracteres que ele igualmente possui quer um tal objeto realmente exista ou não” (PEIRCE, 2018, p. 52). É importante destacar que o documento enquanto suporte escrito, é apenas um signo que atua como qualidade ou lei, já que não veicula a informação, tampouco configura o conteúdo. Este material é visto como potencial documento devido à sua semelhança estruturada por um hábito.

Na segunda esfera, o documento é aquilo que Briet definiu: indicial. Esse valor ocorre pelo fato desse material obter potencial para significar algo. Não é um signo apenas por guardar semelhanças e resguardar leis; nesta etapa indica que há informações a serem tratadas, já que há uma referência no material analisado. Dessa forma, associando à Semiótica, de fato é um índice, pois “é um signo que se refere ao objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse objeto” (PEIRCE, 2018, p. 52).

Nessa perspectiva, é válido ressaltar que há “necessariamente alguma qualidade em comum com o objeto”, no entanto são qualidades de potencial de informatividade e não, meramente, qualidades latentes. Um livro guardado na estante é uma qualidade latente de informatividade, inclusive este material poderia estar em um depósito, sendo tratado como objeto de consumo, ainda não é um documento para os trâmites sociais; já este livro com potencial para transmitir a mensagem é um ícone, e remete especificadamente às qualidades da informação a que o objeto já afetou, visto que é “com respeito a estas qualidades que ele se refere ao objeto. Portanto, o índice envolve uma espécie de ícone, um ícone especial; e não é a mera semelhança com seu objeto, mesmo que sob estes aspectos que o torna signo, mas sim sua efetiva modificação pelo objeto” (PEIRCE, 2018, p. 52-53).

Sendo o documento um material latente na primeira esfera, uma material com potencial de informatividade na segunda, já na terceira, pode-se compreender o

documento com a informação legitimada e assegurada pela materialidade, porque seu conteúdo já foi acessado pelo destinatário, o que lhe confere uma existência conhecida, sua presença é mapeada de pressupostos, por isso pode ser visto como um argumento, ou uma dêixis, já que, nessas condições, é possível resgatar todo o enunciado produzido por sua existência. Sendo assim, alinhado à Semiótica, nesta esfera, o documento pode ser entendido como um símbolo, porque assume a postura de um signo “que se refere ao objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o símbolo seja interpretado como se referindo àquele objeto” (PEIRCE, 2018, p. 53).

Nessa esfera, sendo o documento um objeto com valor de símbolo, é possível que o conteúdo tenha força significativa para evidenciar a informação sem, efetivamente, recorrer ao documento. Seu conteúdo já é comumente aplicável nos domínios que é facilmente reconhecido, ou seja, seu conteúdo já se configurou como um hábito. Algumas referências desse documento se tornaram “em si mesmo, uma lei ou um tipo geral, ou seja, um legissigno. Como tal, atua através de uma réplica”, assumindo uma função de referência informativa, pois estabelece um conceito geral. “Não apenas é ele geral, mas também o objeto a qual se refere é de natureza geral. Ora, o que é geral tem seu ser nos casos que determina” (PEIRCE, 2018, p. 53).

Para Buckland, a aplicabilidade da informação se torna fundamental para a constituição do documento. Nessa perspectiva, o autor apresenta uma configuração em que define três estágios da informação: “informação como processo”; “informação como conhecimento”; “informação como coisa” (BUCKLAND, 1991b, p. 351, tradução nossa), as quais dialogam com a definição do autor referente às três classificações de documento: “A visão material convencional: vê os documentos como registros gráficos, geralmente de forma textual, inscritos ou exibidos em uma superfície plana (tablete de argila, papel, microfilme, tela de computador) que são materiais, locais e, geralmente, transportáveis” (BUCKLAND, 2014, p. 179, tradução nossa). Situação que a fisicalidade é elemento salutar para garantir a materialidade, assim o escrito é fundamental para conceber a o conteúdo informacional do documento.

Já a segunda classificação de documento mostra “uma visão instrumental: Nessa visão, quase tudo pode ser feito para servir como documento, para significar algo, para ser considerado evidência de algum tipo”. Neste universo, entende-se que o inscrito também pode informar algo. Dessa forma, “modelos, brinquedos educativos, coleções de história natural e vestígios arqueológicos podem ser considerados nesta

categoria”, já que “ao transmitir uma mensagem da mesma maneira que os rótulos textuais teriam”, esses materiais devem ser interpretados como se fossem documentos, devido à sua natureza indicial, proposta por Briet (BUCKLAND, 2014, p. 179, tradução nossa).

Na terceira classificação de documento, há o entendimento de ser:

Uma visão semiótica: As duas visões anteriores enfatizam a criação de documentos e implicam intencionalidade. No entanto, ambos são inadequados em uma visão semiótica, na qual qualquer coisa pode ser considerada um documento se for considerada evidência de alguma coisa, independentemente do que seu criador (se houver) pretendesse (se houver). Essa terceira visão inclui casos em que, diferentemente de (2) e (3), não há intenção criativa, incluindo sinais naturais (BUCKLAND, 2014, p. 180, tradução nossa).

Essa classificação considera aspectos sociais na interpretação do documento, fator que dialoga com o discurso e resgata elementos inscritos no documento, evidenciando uma potencial informatividade que vai além do escrito, perspectiva que, através da pragmática discursiva, demonstra que a materialidade das informações veiculadas transcendem à natureza física, pois a construção de signos podem ser prerrogativas da intencionalidade discursiva, assim como marcas do lugar de fala em aspectos sociais, culturais e individuais. Assim, pode ser entendido que “embora os documentos normalmente desempenhem um papel social, uma percepção semiótica é inerentemente individual e pode ser bastante idiossincrática”, por isso é necessário recuperar vários fatores significativos e não reduzir a representatividade a características coercitivas ou de natureza generalizadora, já que “essa dificuldade é facilmente resolvida se usarmos “cultural” em vez de “social”, já que a “cultura” substitui o comportamento individual e social” (BUCKLAND, 2014, p. 180, tradução nossa).

Pensando na classificação da informação dada por Buckland, é possível estabelecer um paralelo entre as classificações do documento e com a aplicação de algumas teorias da linguagem, visto que determinadas situações envolvem propostas de significação e estas podem ser associadas a signos, assim explorando seu valor semiótico quanto discursivo.

Ao tratar a informação como conhecimento, Buckland (1991b, p. 351, tradução nossa) aponta que é “conhecimento comunicado sobre algum fato, assunto ou evento em particular; aquele do qual um é avaliado ou contou; inteligência, notícias”, ou seja,

algo consolidado, como já discutido nesta seção, pode ser entendido, alinhado à semiótica, como um símbolo, pois já se estabeleceu através de um argumento e pode ser recuperado como réplica, porém a aplicação de um mecanismo linguístico deve ser encarado como “informação como coisa”, já que o conhecimento é intangível, assim necessitando de um signo para mediá-lo.

Ademais, a “informação como conhecimento” torna-se referência para a construção de novas inferências e, em outra perspectiva, assumindo a condição de potencializar um discurso em fluxo, como por exemplo, sob uma análise metalinguística, analisar a aplicação da Semiótica neste parágrafo para construir essa argumentação. A referência à Semiótica é um exemplo de “informação como conteúdo”, visto que “a noção de informação como aquela que reduz a incerteza pode ser vista como um caso especial de “informação como conhecimento” (BUCKLAND, 1991b, p. 351, tradução nossa). Esse processo pode evidenciar a aplicação do percurso gerador de significação, em nível semiótico, estágio epistemológico/descritivo, pois afere a descrição das informações, convertendo-as em novas informações, através da descrição e da síntese.

Outrossim, ao tratar a informação como processo, Buckland (1991b, p. 351, tradução nossa) indica que caracteriza “quando alguém é informado, o que sabe é alterado. Nesse sentido, informação é o ato de informar”. Nessa perspectiva, pode-se reconhecer a relação com as teorias da comunicação, já que envolve a veiculação de uma mensagem codificada e uma relação mínima entre receptor e emissor.

Ademais, também é possível reconhecer contribuições da Semiótica para entender a alteração do saber, neste ponto, havendo uma inovação a partir do interpretante, visto que a atuação do pragmatismo interfere em processos cognitivos na atualização do hábito, logo a renovação desse hábito permite um novo posicionamento frente aos processos.

Situação que possibilita, dessa forma, entender que o hábito, sendo uma espécie de crença, que é incapaz de permitir a ação com imediatez, “tal condição que nos comportaremos de uma certa maneira, quando a ocasião surgir”, isto é, “a crença é o estabelecimento de um certo hábito que determinará como agiremos quando apropriadamente estimulados” (DE WAAL, 2007, p. 32). Dessa forma, dialogando com as perspectivas inerentes ao percurso gerador de significação, em nível semiótico, no estágio cognitivo, pois a representação da informação é resultado de um processo cognitivo, que evidencia uma semiose produtora de ações futuras.

Por fim, Buckland (1991b, p. 351, tradução nossa) trata a informação como coisa: “O termo informação também é usado atribuível a objetos, como dados e documentos, que são referidos como informação porque são considerados informativos, como tendo a qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informações; instrutivas”.

Nessa ordem, percebe-se que este entendimento sobre informação vem ao encontro das justificativas para classificar o documento, pois “informação como coisa” está atrelado à linguagem. Sendo assim, podem ser os registros gráficos presentes na classificação do documento como material convencional. Além disso, também pode ser entendido como o fator icônico e indicial inerente ao elemento inscrito, já que esse fator é responsável pela materialidade da informação, neste caso, entende-se que “informação como coisa” atua em correlação à “informação como processo” (1991b, p. 351, tradução nossa).

Ainda inter-relacionando a “informação como coisa” à “informação como processo”, compreende-se a visão semiótica, tendo em vista o papel do signo, ou seja, qualquer coisa que possa estar no lugar de algo e significar, no caso comunicar, esse algo a alguém, é um signo, portanto gerador de significação, independentemente, da vontade de seu produtor. Sendo assim, é “informação como coisa” para capacidade de significar, assim como é “informação como processo”, pois essa interação afeta o interpretante, destarte afetando o saber do receptor. Nessa ordem, o documento é reconhecido como documento mediante a sua capacidade de informar, pois depende do processo informacional, ou seja, demanda da presença de alguém que busque essa informação.

Portanto, nessa perspectiva, a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária tornam-se fundamentais para o tratamento do documento, pois essas disciplinas são capazes de oferecer procedimentos teóricos para análise da informação e, assim, permitir tratar também da informatividade veiculada nos documentos, pois este é um produto da comunicação, sendo assim é gerador de semiose. A semiose documental é um processo mental, fruto da relação do objeto, um signo documental, e o interpretante, o estágio mental em que se encontra o profissional da representação. Dessa forma, entende-se que a Documentação ao se preocupar e desenvolver técnicas para a análise e tratamento do documento precisa dialogar com as disciplinas que tratam do documento a partir do tratamento da linguagem.

5.4 LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Das preocupações que remontam o universo da Ciência da Informação, alguns nichos giram em torno da Organização do Conhecimento. Essa área específica é fundamentada por amplas discussões, uma delas remonta à representação do conhecimento, por conseguinte como atuam seus procedimentos, destacando a aplicação da Linguagem Documentária.

Nessa linha, torna-se fundamental entender o papel da Linguística Documentária no cenário da Organização do Conhecimento. Dessa forma, o objetivo desta seção é apresentar as práticas, ações e métodos que perfazem a Organização do Conhecimento e analisar o processo de representação atrelado às práticas da Linguagem Documentária, a qual é mediada pela interação entre documento, tratamento, representação e indexação, através do conjunto de procedimentos advindos da Linguística Documentária a fim de recuperar toda a malha informacional produzida pelo documento.

Portanto, a Linguística Documentária pode contribuir para a sistematização da Linguagem Documentária, no seu processo de normalização, como ainda na mediação da representação como já mencionado. Ademais, sua aplicabilidade direciona a modelação de conceitos e habilita o processo comunicacional do documento primário, visto que possibilita o processo de interpretação e análise da informação (percurso gerador de significação: níveis textual e discursivo, através de processo metalinguístico e semiose (percurso gerador de significação: nível semiótico, epistemológico/descritivo e cognitivo), como também do documento secundário, já que esse processo prevê não apenas o tratamento da informação, mas também o armazenamento, a indexação e a recuperação, através de métodos inerentes à Organização do Conhecimento.

A organização do conhecimento consiste em sistematizar intelectual e estruturalmente os conceitos (DAHLBERG, 2006), elemento fundamental para os métodos de indexação, resumo, construção de ferramentas para armazenamento e acesso à base de dados para recuperação de informações, registradas em documentos, classificação e categorização (BARITÉ, 2001; HJORLAND, 2003, 2008; SMIRAGLIA, 2001). Dessa forma, a linguagem é vista como fundamental para promover a tradução dos conceitos extraídos do documento em termos precisos para representá-los.

A representação do conhecimento é “uma tentativa de se apropriar dos elementos informacionais existentes nas estruturas e processos mentais que compõem o conhecimento individual, para que o saber possa ser socializado” (ALVARES, 2012, p. 33). “A linguagem é instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento”, mas ainda deve ser entendida como um “fio profundamente tecido na trama do pensamento” (HJELMSLEV, 2018, p. 1).

Nessa perspectiva, Alvares, citando Alvarenga (2003, p. 22) sobre a representação do conhecimento, explicita que:

[...] dos enunciados sobre os seres gera-se o chamado conceito, unidade de conhecimento referente ao ser percebido, componente essencial do conhecimento a ser representado. O processo de produção dos registros de conhecimento compreende a etapa de representação da coisa ou ser, gerando-se em decorrência um produto final, um conhecimento sobre a coisa.

O conhecimento é elementar para o desenvolvimento da humanidade, não só para o desenvolvimento da ciência, mas também no que se refere à própria evolução da sociedade, porque há implicações acerca da cultura, história e teorias, além da constituição de pensamentos, comunicação e interação. Destarte, a identificação das comunidades discursivas através dos conceitos evocados para representar o conhecimento é uma preocupação cabal sobre a Linguagem Documentária, pois a proposta de avaliar procedimentos linguísticos cuja atuação é propor mecanismos para a constituição do termo torna-se alvo de suas práticas.

Nesta perspectiva, há a necessidade de utilizar unidades de significado especializado para retratar o conhecimento pertinente a um ambiente de comunicação. Os termos são mecanismos linguísticos de natureza convencional, de atuação técnico-científico cujo objetivo é representar o plano dos conceitos. Dessa forma, o termo também deve ser entendido como padrão, modelo linguístico, elaborado com o objetivo de estabelecer a univocidade do conceito, assim como sistematizar um hábito, um modelo de pensamento e procedimento diante do conceito (CABRÉ, 2010, p. 369), sendo estes também um reflexo do discurso de um domínio.

Diante da necessidade de garantir a univocidade, assim como estabelecer o controle sobre a difusão do conhecimento, através de descritores específicos, a Linguagem Documentária atua no cenário da Organização do Conhecimento em práticas interdisciplinares com a Terminologia, já que o termo aplicado deve garantir

uma estabilidade de sentido a fim de garantir o tratamento adequado da linguagem para a tradução de um documento em outro, além de garantir sua futura recuperação.

Além disso, sua atuação é inerente à “preocupação diante da multiplicação e da diversificação do conhecimento técnico, assim como de buscas sobre formas comunicativas que assegurem a transferência de conhecimento, serviços e produtos (CABRÉ, 2010, p. 365).

Diante disso, tem-se como objetivo analisar as contribuições de algumas teorias do campo da Linguística e da Semiótica para a Linguagem Documentária e, dessa forma, refletir como o diálogo interdisciplinar entre essas duas áreas impactam sobre a concepção de conceito, já que podem propor reflexões de seu papel como signo, assim verificando como atua no plano discursivo e como se aloja no domínio.

Tendo em vista que o conceito é a soma de seus predicativos, além de se estabelecerem em relações semânticas (DAHLBERG, 1978; HJORLAND, 2009), assim é importante discutir como esse aspecto dialoga com as teorias da Linguística, em destaque a Semântica, no que se refere às suas marcas de significação, como relação de hierarquia, partitiva, associativa ou de hiperonomia e hiponomia, assim como com a Semiótica no que se refere à renovação da significação do signo frente à semiose ilimitada e os ajustes pragmáticos para alinhar aos valores significativos do domínio.

Outrossim, entende-se que a linguagem é material social responsável pela representação e organização do conhecimento. Diante disso, reconhece-se como fundamental discutir as contribuições dos campos das ciências da linguagem: Lexicografia, Filologia, Etimologia, Semiologia, Semiótica, Semântica, Enunciação, Análise do Discurso e Pragmática a fim de alinhar os precedentes do domínio linguístico com o domínio da organização do conhecimento e observar como esses segmentos das teorias da linguagem podem contribuir para sistematizar o pensamento e procedimentos sobre o uso e a concepção do termo, do conceito e da análise de domínio, trabalhando de modo interdisciplinar com a Linguagem Documentária (CINTRA, 1994; LARA, 2001, 2004, 2008; TÁLAMO, 2009).

Nessa perspectiva, é preciso reconhecer uma composição dialética formatada em dois vetores, primeiro: o discurso configura o domínio, pois a materialização dos saberes, por conseguinte a ideologia, a historicidade e a intencionalidade configuram os contextos, o alinhamento de pensamentos e a inter-relação de vontades, propostas e inovações.

Segundo, o domínio posiciona os discursos, em uma configuração interna, marcado por particularidades, dos quais extraem os conceitos compatíveis com os enunciados produzidos pela comunidade representada, dessa forma a Análise Documentária é fundamental para a identificação dos discursos, dos conteúdos, dos assuntos e dos conceitos, pois suas técnicas de análise de conteúdo, interpretam as informações presentes no documento, indicando os conceitos fundamentais para serem representados. Concomitantemente, a Linguagem Documentária, através da Terminologia, indica o termo adequado para proceder a representação eficaz, já que propõe estudos que verificam a exatidão dos descritores, mediante documento, conforme tratados em manuais e dicionários.

Outrossim, ainda é mister a preocupação com o discurso, visto que os conteúdos são marcados por intencionalidade, ideologias e representatividade, portanto, consoante Pêcheux (1997, p. 91), “a língua se apresenta, assim, como base comum de processos discursivos diferenciados, que são compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos”. Sendo assim, por mais que esse discurso tenha objetivos voltados para a eficácia da representação, dialoga com discurso fluido do documento, elaborado à guisa dos aparatos que caracterizam os aspectos sociais do conceito.

Como aponta Alvares (2012, p. 22), “a organização social do conhecimento é a prática cotidiana na organização dos seres, na divisão social do trabalho, na sociologia do conhecimento, na sociologia das profissões, das inovações e de tudo mais que nos cerca”. Logo, entende-se que as contribuições sociais, semânticas, semióticas, pragmáticas e discursivas que tangem aos termos e aos enunciados interferem no processo de organização do conhecimento, objeto primeiro da Ciência da Informação.

Alvares (2012, p.22) ainda declara: “É também um fenômeno social, pois a manifestação da organização do pensamento pelo agrupamento, pela separação, pela hierarquização e pela centralização, princípios fundamentais da organização, é realizada intuitivamente o tempo todo”, tal fator indica a naturalidade das propriedades linguísticas referentes aos atributos semânticos e como sua constituição está atrelada à linguagem natural e as atividades do cotidiano.

Portanto, organizar o pensamento é uma tarefa cotidiana, inerente às necessidades humanas, a representação ganha importância devido à exigência de proporcionar estabilidade no significado e reduzir a linguagem aos parâmetros da univocidade.

Dessa forma, pode-se compreender o quanto é importante discutir sobre os mecanismos e as ferramentas para a representação do conhecimento, muitas delas dispostas nas práticas, técnicas e métodos estudados pela Linguagem Documentária e Análise Documentária (GARCIA GUTIÉRREZ, 1984; CINTRA, 1994; LARA, 2009; TÁLAMO, 2009) e sua relação intrínseca com as teorias da linguagem, já que a representação deve proporcionar, com precisão, aparato para indexar e recuperar essas informações.

Dessa forma, é válido evidenciar os fundamentos teóricos de cada área, já que se entende ser fundamental compreender o dinamismo e a autonomia das bases teóricas de cada uma delas, para, de modo interdisciplinar, explorar as contribuições sobre as perspectivas que a Organização do Conhecimento possui da Linguagem Documentária e como esta lida com o conceito. Assim, apresenta-se o objetivo de promover reflexões de como as teorias sobre a linguagem podem ser aplicadas na constituição das atividades da Linguagem Documentária, por conseguinte como esta trata o termo, já que é o recurso para sistematizar descritores responsáveis pela representação técnica-profissional do conhecimento.

A Linguagem Documentária propõe sistemas de organização do conhecimento: tesouros, taxonomias etc.. Ademais, todos eles dispõem de um mecanismo fundamental para a representação: o léxico. Sendo este o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor etc. (DUBOIS *et al*, 1998, p. 364). Assim, compreende-se como recurso para definir termos especializados para representar um conhecimento para uma comunidade discursiva.

A pesquisa pode contribuir com as discussões acerca da representação do conhecimento e sua relação com as teorias da linguagem para a compreensão dos fenômenos linguísticos na constituição, modelação e representação do conceito, através da relação com a Semântica, estudando os fatores de significação, compreendendo mecanismos para tratar a ambiguidade, a polissemia, a homonímia, as relações morfológicas e sintáticas na caracterização de predicativos, que estabelecem parâmetros para definir os limites e atuações do conceito. Ainda é possível estabelecer relação com a Semiótica, na intenção de relacionar as propriedades do conceito com signos e sua compreensão através do pragmatismo.

Ainda é possível o entendimento da sistematização dos fenômenos linguísticos na elaboração de linguagem especializada, através de estudos acerca da Terminologia, Lexicologia, para a formatação do léxico, sua retomada histórica,

ideológica, assim relacionar à Morfologia e à Análise do Discurso, corroborando a boa prática de indexação, classificação, categorização, bem como direcionar a organização do conhecimento na relação termo, conceito e domínio, evidenciando a necessidade de diálogo entre fatores teóricos aplicados à Linguagem Documentária com bases teóricas de outros campos, no caso a Linguística e a Semiótica.

5.5 LINGUÍSTICA DOCUMENTÁRIA: APLICAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Em se tratando da dimensão proporcionada pela linguagem humana, a linguagem reflete os objetivos de quem a manuseia, seja na constituição de um documento, seja na atuação do profissional para a representação do documento, seja na confecção de um documento secundário cuja função é garantir que os conceitos do documento primário sejam representados a fim de identificar o seu conteúdo, seja na utilização do usuário para recuperar a informação.

Além, obviamente, da análise sobre o uso comum, através da linguagem natural, as teorias da linguagem também apresentam ferramentas que possam ser adaptadas às necessidades da Linguagem Documentária. Além da terminologia, é necessário debater sobre os aspectos que interferem na semântica, enunciação, metalinguagem, semiose e discurso e como interferem no processo de significação, já que envolvem diversos percursos de significação: textual, discursivo e semiótico.

Frente a isso, entende-se ser necessário debater sobre o papel da linguagem na consolidação do signo, sendo este aplicado como léxico efetivo de uma língua, já que a Linguagem Documentária é consolidada em termos específicos constituídos a partir de uma língua. Sendo assim, necessita-se de apontamentos sobre as contribuições da Linguística e da Semiótica para compreender o processo de significação do signo. E baseado nisso, analisar a relação de procedimentos oferecidos à Linguagem Documentária para estudar a relação termo e conceito na representação do conhecimento, com base em teorias da linguagem.

Diante dessa perspectiva, ainda muito se discute sobre a aplicabilidade do signo e sua funcionalidade. Não tem sido objeto de estudo apenas da Ciência da Informação, mas também pelas teorias da linguagem, como a Linguística, desde a remota concepção de F. Saussure (1916), perpassando por diversas correntes como Estruturalismo, Gerativismo, Lexicografia, Lexicologia, Terminologia, Linguística

Textual, Semântica, Semiótica, Pragmática e Análise do Discurso, esta última de grande potencial para a definição dos domínios e como estes representam suas comunidades. Bakhtin (2006, p. 15) “todo signo é ideológico, a ideologia é um reflexo das estruturas sociais, assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua”.

Diante disso, é objetivo desta seção debater sobre a aplicação e acomodação do signo na interação com a Linguagem Documentária, por conseguinte observar a relação semiótica na verificação do termo e sua atuação para evocar o conceito, bem como sua relação com o domínio científico ou cultural.

Há o entendimento de que o signo pode ser visto como um símbolo, nesse aspecto pode ser tratado como vocábulo, um lexema, estando inserido em contextos que o definem a partir de semas e classemas, para que possa assumir a função de semema, caracterizando sua fluidez significativa no domínio, pois esse processo linguístico já resgata sua orientação isotópica, ou até como um elemento dêitico, capaz de ressignificar toda a compreensão de um domínio, a partir de enunciados construídos ao longo da história, por exemplo.

Como produtor de significado, o signo também é capaz de promover o direcionamento de uma linha argumentativa, assim como é o elemento responsável para a estruturação de uma argumentação, além de ser o elemento capaz de recuperar todo um discurso, identificando-o, ou classificando-o, devido à sua capacidade de retomar todo um argumento.

Para a indexação e Análise Documentária, por sua vez, a palavra é aplicada em dois movimentos: primeiro, é extraída de um conjunto lexical, em fluxo, sistematizado em um suporte, em um texto corrido, aplicado ao documento original, sobre o qual é necessário proceder análises de interpretação e de identificação de conteúdo; e segundo, a partir do primeiro, é transformada em um rótulo, uma etiqueta, ou seja, ganha a dimensão de termo, cuja função é identificar o conceito apresentado como indicador das informações veiculadas em um documento a fim de estabilizar o que o texto primário significa.

Dessa forma, a representação do conhecimento é marcada por termo, objeto de “descrição e registro das diferentes terminologias utilizadas nos múltiplos domínios do conhecimento”, assim é material fundamental para atuação da Linguagem Documentária, já que a “padronização, até então vista como a meta primordial do registro dos termos e a garantia da univocidade científica” (MACIEL, 2010, p. 398),

isto é, por mais que seja tratado como descritor, portanto ferramenta de representação, também deve ser estudado como elemento linguístico e específico para determinar um conceito inserido em uma especificidade de um domínio, pois é preciso entender esse material linguístico primeiramente como signo, posteriormente como termo.

Para a Teoria Geral da Terminologia o trabalho terminológico se dispõe a partir dos conceitos, ou seja, “o objetivo da terminologia seria estabelecer delimitações claras entre os conceitos”, isto é, “a terminologia parte do conceito para buscar sua denominação, mas não descarta totalmente a ideia de denominação, por ser indispensável contar com ela ou com algum outro signo para identificar e fixar o conceito” (FRANCELIN; KOBASHI, 2011, p. 212).

O entendimento de Wüster sobre o papel da terminologia indica não haver dependência entre a expressão e o conteúdo, assim distanciando as premissas da Linguística e Semiótica acerca do signo. A concepção de Wüster propõe uma uniformização, um critério universalista, direcionado para uma língua ideal e não real, fundamentado pelo entendimento idealista, mentalista, e do positivismo lógico do Círculo de Viena (FRANCELIN; KOBASHI, 2011, p. 212).

Há duas considerações importantes sobre o direcionamento da Teoria Geral da Terminologia para a elaboração da Linguagem Documentária. Essas considerações elucidam, nesse processo, o distanciamento do tratamento terminológico em relação às propostas da Linguística Estrutural, a partir de Hjelmslev, e da Linguística funcionalista da ordem discursiva, da enunciação e da pragmática discursiva.

Como já foi debatido neste trabalho, a Linguagem Documentária, no entendimento francês, inglês e brasileiro possui uma relação com as concepções de Saussure referente ao signo, motivação esta que contribui para denominar a Linguagem Documentária de metalinguagem, já que para Saussure a língua (linguagem) era imotivada, portanto não possui Substância, apenas Forma, ou seja, não há processo, a significação sempre será objeto, idêntico ao próprio sentido.

Todavia, Hjelmslev (Prolegômenos a uma teoria da linguagem, 2013) apresenta em sua Glossemática, a inovação de signos a partir das relações entre os *funtivos* e a atualização da substância do conteúdo a cada influência de um novo *funtivo*, situação denominada de semiótica denotativa, quando ocorre um processo metalinguístico e semiótica conotativa, quando resultado de uma metassemiótica.

Esse paralelo entre as teorias da Linguística Estrutural serve para apontar como é a organicidade da linguagem natural e como a Linguagem Documentária não segue o mesmo procedimento. Vale a ressalva aqui de que a escola espanhola entende que a Linguagem Documentária é resultado de uma metalinguagem, por isso foi proposta a disciplina de Linguística Documentária para analisar e sistematizar o processo metalinguístico na tradução das informações presentes no documento primário para a elaboração do documento secundário.

O segundo ponto está filiado a aplicação da Teoria Geral da Terminologia, pois seu caráter universalista, idealista seguindo as propostas filosóficas do ciclo de Viena, distancia a representação do documento dos discursos, da informatividade e da representatividade, já que os termos aplicados nesse processo de representação são ideais e não se atualizam com o processo semiótico inerente à linguagem natural, pois não há a preocupação com a evolução dos conceitos, estes são compreendidos como estáticos, “sem relação direta com o universo sociocultural da língua real” (CABRÉ, 2000, p. 112).

Sob outra vertente de se entender a aplicação do termo, a Teoria Comunicativa da Terminologia entende que o termo pode participar de mais de um domínio, ou seja, não é estático. “O conceito deixa de ser um elemento fixo no sistema e passa a ser dinâmico como a própria linguagem na qual ocorre e se forma” (FRANCELIN; KOBASHI, 2011, p. 213).

Essa abordagem sobre o termo acomoda-se às atividades propostas pela Linguística Documentária, pois, ao aplicar uma análise voltada para as dinâmicas pragmáticas, discursivas e enunciativas, conseqüentemente um tratamento à base de procedimentos semióticos, valorizando a significação e o processo cognitivo, a atuação terminológica precisa acompanhar essa dinâmica para ser capaz de representar as informações que foram coletadas. Se, pelo contrário, a aplicação da terminologia for rígida e idealista, em hipótese alguma, a informatividade e a representatividade social serão representadas e recuperadas.

Esse processo é resultado da Linguagem Documentária, a qual se estrutura à base de uma Linguística Documentária (LARA, 2011). Diante disso, entende haver a sistematização das teorias atuando de modo interdisciplinar para debater sobre atuação do signo como termo e conceito, assim possibilitando a reflexão de moldes que podem contribuir para suas respectivas elaboração, edificação e aplicação,

segundo as aplicabilidades da linguagem apontadas por algumas teorias da linguagem.

Ganha-se destaque a análise e reflexão sobre o termo, por conseguinte a exploração acerca da Terminologia vista tanto pelas teorias da Ciência da Informação, como pelas teorias da linguística e linguagem (LARA; TÁLAMO, 2007). Somado a isso, entende ser importante alinhar às discussões sobre o conceito, pois a relação termo e conceito é importante para efetuar a representação do conhecimento, por conseguinte é ferramenta das atividades da Linguagem Documentária.

Por isso, é mister compreender que a existência do termo prevê uma contrapartida no conceito. Se este é a representação mental, evidência das concepções que envolvem as práticas cognitivas na representação da realidade, o outro atua como processo de materialização, por conseguinte mediação entre a produção cognitiva e a interação dos usuários.

Assim, é necessário realizar considerações sobre a Teoria do Conceito, trazendo à luz a visão de Dahlberg (1978), que trata do tema sob perspectivas relacionais, considerando o teor convencionalizado do significado, bem como a percepção de Hjørland (2009), quem propõe uma discussão mais ampla e arrojada sobre o tema, propondo uma análise sob à luz do pragmatismo, abrindo caminho para questionar a natureza significativa que envolve os conceitos em um domínio.

O autor defende uma abordagem sob os aspectos da filosofia, pois busca entender as relações contextuais, neste ponto se aproxima do historicismo, porém o pragmatismo tem como objetivo ser mais explícito e objetivo sobre os propósitos de pesquisa e cognição (HJORLAND, 2009, p. 1526), já que é mais pontual no entendimento sobre a restrição significativa do conceito, pois questiona a aplicabilidade dos fundamentos que estabelecem a significação.

Entende-se que o conceito é elemento central para as atividades de representação da informação e do conhecimento, porém a grande dificuldade é estabelecer parâmetros para a sua concepção e aplicabilidade. Devido a isso, compreende-se ser relevante desenvolver estudos que analisem as contribuições das teorias sobre a linguagem para a devida aplicação da Linguagem Documentária, já que esta atua sobre a preocupação de garantir a representação. Assim, termo e conceito são fundamentos de outras áreas que podem sofrer contribuições das teorias da linguagem para aprimorar a atuação da Linguagem Documentária na representação e organização do conhecimento.

A Linguagem Documentária – “linguagem convencionada, cujo propósito é traduzir os conceitos presentes nos documentos para termos”, ou seja, é compreendida como “linguagem reconhecida por sistemas de informação ou biblioteca, também chamada de linguagem de indexação, para promover a representação de modo profissional” (ALVARES, 2012) – entende a importância de uma linguagem específica, técnica, valorizando a relevância do termo, para, não haver discrepâncias no procedimento de indexação, como no procedimento de recuperação, ou ainda nos procedimentos de classificação, porém esta é fundamentada na linguagem natural.

Devido a isso, a Linguagem Documentária enfrenta problemas de cunho semântico como ambiguidade, polissemia e homonímia. Diante disso, entende-se haver situações que envolvam discussões acerca de sua atuação, por isso são apresentadas contribuições das teorias dos campos da Linguística para compreender a elucidação do conceito.

A Linguística, por sua vez, discute o papel do signo no processo da significação, assim discute como se estabelecem os elementos do signo, consoante F. Saussure, significante, que pode ser associado ao termo e significado, que o próprio linguista definira como conceito.

Outrossim, o entendimento sobre a disposição dos domínios, que, embora sejam definidores e delineadores do conceito, realizam esse processo sob à luz do discurso, por conseguinte de sua historicidade, intencionalidade, direcionalidade e ideologia, pois os domínios são marcados por comunidades discursivas, já nesse ponto, as teorias acerca da Análise do Discurso têm muito a contribuir, principalmente no que tange à ideologia e intencionalidade discursiva, já que é válido considerar que todo conceito é um posicionamento, sendo assim não pode ser entendido como neutro ou indiferente. Consoante Pêcheux (1997, p. 124):

Se, com efeito, se entende por “não-neutralidade” ou “não indiferença” em relação à descontinuidade ciências/ideologias um tipo de especialização que faria com que um dos dois mecanismos remetesse ao “domínio do desconhecimento”, enquanto que o outro caracterizaria o “discurso científico”, é preciso responder claramente, a nosso ver, que tal *especialização*, ao quebrar a neutralidade e a indiferença, é um mito.

Devido a isso, é importante entender que o conceito não é congelado, ou petrificado diante da constituição de um domínio, já que ele ainda é reflexo da

constituição da linguagem natural por mais que haja a necessidade de se estabelecer parâmetros de atuação desse conceito pela Linguagem Documentária. Ainda como aponta Pêcheux: “não é neutro ou indiferente com respeito à ideologia: podemos dizer que ele realiza espontaneamente o acobertamento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente.

Concomitantemente, é importante a preocupação com a polissemia da palavra, logo todas as implicações semânticas, situações que podem contribuir para modelar um conceito, como podem proporcionar obstáculos para a representação, como por exemplo a questão da homografia – fenômeno linguístico pelo qual duas formas da mesma escrita (frequentemente da mesma pronúncia) têm significados diferentes (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 326) – e da homonímia – identidade fônica (homofonia) ou identidade gráfica (homografia) de dois morfemas que não têm o mesmo sentido (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 326), que naturalmente invoca a prerrogativa da polissemia – propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 471) – e da ambiguidade - propriedade de certas frases realizadas que apresentam vários sentidos.

A ambiguidade pode ser do léxico quando este possui vários sentidos. Ainda é importante salientar que a ambiguidade advém do fato de que a frase possa ter uma estrutura sintática suscetível a várias interpretações (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 45). Neste ponto, a teoria da narrativa semântica proposta por Greimas (1973) tem muito a contribuir, não em suas linhas actanciais *a priori*, mas sim na sistematização dos lexemas, semas, classemas e sememas, já que é o lexema a instância polissêmica, contudo o semema já é estabilizado no discurso pela incidência de semas e seus conjuntos, os classemas. Frente a isso, é possível estabelecer um paralelo entre as teorias da linguística e da organização do conhecimento, visto que é possível entender que o lexema seja o termo polissêmico, e a polissemia se desfaz no discurso.

Quando a ele são atribuídos os semas, importante intersecção neste processo: os semas (categorias semânticas do conceito), ou seu conjunto (classemas) são definidos por uma comunidade discursiva (Ciência da Informação), portanto carrega traços de um domínio (Ciência da Informação) a fim de estabelecer a aplicação de extensão e intensão de um semema (conceito apto para representar o documento).

Fatores de polissemia, ambiguidade e homonímia atrapalham o processo de indexação e recuperação da informação, como ainda para a classificação e categorização do conhecimento, através dos sistemas de organização do

conhecimento - SOCs, cuja função é representar os instrumentos como taxonomia, tesouro, entre outros instrumentos que desempenham, dentre outras, a função de controle de vocabulário, assim proporcionando evolução nas formas de representar o conhecimento, sendo elementar para promover a classificação do conhecimento, como ainda o trabalho de indexação e, por sua vez, a recuperação de resultados significativos (SANTOS; MOREIRA, 2018, p. 363).

Esses fenômenos linguísticos – polissemia, ambiguidade e homonímia - abrem muitas discussões, visto que são inerentes à linguagem natural, portanto estão em oposição às necessidades das técnicas de indexação (FUJITA; NARDI, 1998) desenvolvidas para atender à precisão e à preocupação com o uso de linguagem documentária, constituída por especificidades e domínio, para invocar a comunidade informacional, bem como a comunidade discursiva.

Porém, a Linguagem Documentária enfrenta outro problema frente à linguagem natural: o dinamismo social e revitalização linguística, que pode avocar confusões anacrônicas e diacrônicas na significação do conceito, pois esse dinamismo não dialoga ativamente com os métodos profissionais, do mesmo modo que a classificação e categorização não seguem as atualizações em tempo real, principalmente se adotado o princípio estabelecido pela Teoria Geral da Terminologia.

Todavia, é inevitável a transformação no que diz respeito à relação social com a informação, por conseguinte isso impacta nos conceitos e em sua significação, interferindo em sua representação e na organização do conhecimento diante da velocidade tecnológica. Neste ponto, a Teoria Comunicativa da Terminologia tem muito a contribuir para uma representação social do documento à base de um tratamento documental sob a Linguística Documentária.

Concomitantemente a isso, é claro que a formatação dada pela Linguagem Documentária é fundamental para o processo de indexação por um profissional, em que tratados podem reger as normas, pois representações inadequadas podem comprometer a recuperação dessas informações. Outro fator importante, é preciso pensar em ações pedagógicas para o usuário compreender sua atuação diante dos domínios, somado a exercícios para desenvolver habilidades de representação e indexação e desenvolver práticas inerentes à semiose documental.

Ademais, é preciso compreender a organicidade na revitalização do léxico, como também o dialogismo entre as diversas áreas do conhecimento, sendo assim a

proposição da Linguística Documentária para que se reflita sobre esses modelos. (LARA, 2001, 2008; LARA; TÁLAMO, 2007, 2009; MAIMONE; TÁLAMO, 2011)

Entende-se que o papel do conceito é cabal para a representação do conhecimento e sua organização, assim é preciso sistematizar a Linguagem Documentária para garantir a univocidade do sentido e garantir a recuperação das informações. Diante disso, observa-se a contribuição das teorias da linguagem para a reflexão, análise e debate acerca das propostas de representação em linguagem especializada.

Almeida (2012, p. 51) afirma que “o conceito é visto como a unidade indivisível de conhecimento, aquela que representa o teor de significado”. Entende-se como primordial a relação entre a Terminologia, encabeçada por (LARA, 2001, 2008; LARA; TÁLAMO, 2007, 2009; MAIMONE; TÁLAMO, 2011) e os fundamentos tratados por F. Saussure (1916) na consolidação do Signo Linguístico, já que este é sistematizado em duas partes: Significante e Significado, assim como as evoluções na Linguística Estrutural especificadamente nos trabalhos de Hjelmslev e Greimas.

A dicotomia do signo evidencia duas linhas objetivas de seu entendimento: sua estrutura física, seja em símbolos, seja em sons; e sua concepção abstrata, conceitual, tangível, cognoscível que é a materialização da ideia. De antemão, Saussure propõe a primeira discussão entre a compreensão do termo e a compreensão do conceito, evidentemente que o linguista estava distante das preocupações da Linguagem Documentária, todavia a relação teórica é importante para entender as implicações sobre a constituição do conceito, principalmente pelos aspectos apresentados por I. Dahlberg (1978).

L. Hjelmslev (2013), ao tratar da atualização do signo, em sua Glossemática e o modelo de semiótica conotativa, já evidencia um problema elementar na linguagem natural: além de se estruturar muito próxima à linguagem metafórica, princípio que contribui também para compreender a revitalização do léxico, estudado pela Lexicografia e Morfologia, há um processo de significação, fundamentado na Forma e Substância do signo.

Quando os signos são aplicados em novos contextos, há uma transmutação no resultado do Significado, isto é, a junção anterior de um Significante e Significado gera, em um novo contexto, o entendimento de um novo Significado, porque na constituição do discurso ganha novo sentido, conseqüentemente, forma-se um novo conceito. Além disso, para o dinamarquês, as categorias Forma e Substância implicam o

sistema – língua – e o processo – texto (HJELMSLEV, 2013). A relação entre aspectos da Forma do Conteúdo pode interferir na constituição da Substância do Conteúdo, assim interferindo na significação.

Evidentemente que esses fatores semânticos inerentes à linguagem natural geram complicações para a Análise Documentária, que requer técnicas para, alinhada à Linguagem Documentária, evitar a polissemia do termo aplicado para representar o conhecimento, da mesma forma propor confrontos semânticos a fim de restringir o significado específico do conceito e como este se ajusta às necessidades documentais decorrentes de um fluxo informacional condizente com o domínio, fatores que podem ser resolvidos ao se aplicar a concepção de lexema, sema, classema e semema, proposto por Greimas.

É importante visualizar que os termos consolidados pela tradição são capazes de se remeter a conceitos em margens aristotélicas, todavia há tantos outros termos, que foram revitalizados, que também são capazes de resgatar os conceitos tradicionais, assim como termos tradicionais que, ao longo do tempo, passaram a se referir a outros conceitos, como por exemplo o termo vilão: outrora era morador da vila, atualmente um fora da lei, ou ainda no universo literário, é aquele que se opõe ao herói, pois a ele foram inseridas novas circunstâncias sociais, ou seja, novos *funtivos* que alteraram a substância do conteúdo (Hjelmslev) ou novos semas, formando nova ordem dos classemas, que interferiram não apenas no semema, mas na própria essência do lexema (Greimas).

Para tanto, estudos semânticos tratam esses fenômenos como ampliação e redução de sentido, logo gerando interferências na relação do binômio termo-conceito, já que a relação situacional predispõe o sentido. Diante disso, o pragmatismo é capaz de contribuir para a determinação dos conceitos e seus predicados semânticos (HJORLAND, 2009), pois, como pode ser observado com o vocábulo vilão, houve uma atualização no hábito.

Concomitante, a Terminologia, aos olhos da organização do conhecimento, afirma seus estudos e discussões sobre o interesse de construir uma Linguagem Documentária, cujo objetivo é estruturar os significados restringidos do conceito a fim de que se caracterize como um tesouro. O estudo acerca do termo perpassa pela constituição da Linguística Documentária a fim de que se estabeleça métodos, ou direcionamentos para que a representação do conhecimento seja eficiente e capaz de ser recuperada pelo usuário. A Linguística Documentária atua como mediadora entre

as proposições oferecidas pela linguagem natural e a modelagem dos termos para se obter uma linguagem técnica e específica para os fins de representação, pois essa mediação é um processo metalinguístico.

Uma das preocupações da Linguística Documentária, em torno do estudo sobre o termo, além da estruturação em tesouros, é como o estrato linguístico aplicado será responsável pela modelagem conceitual. A intenção da Linguagem Documentária é a sistematização de termos para a representação do conceito, entretanto é fato a concepção sobre a limitação de uma linguagem técnica, visto a dinâmica na revitalização dos conceitos, assim como o confronto com os registros sociais e o embate termo x léxico.

Neste ponto, o diálogo com a Teoria Cultural da Terminologia se estreita e se efetiva, pois a escolha da linguagem especializada precisa dialogar com a intencionalidade do documento, bem como a representatividade a fim de representar toda a sua informatividade, além de evidenciar os aspectos sociais que o texto representa, como ainda atender os objetivos técnicos do domínio.

Sistemas de organização do conhecimento tal qual taxonomia, tesouro, entre outros requerem o contato com a linguagem natural, haja vista a renovação contextual e a interação do usuário com diversos universos do conhecimento, isto é, diversos domínios de referência.

A contribuição dos estudos semânticos é justamente para clarear a expectativa desse caminho, visto que há um arcabouço teórico que denota o entendimento de que o termo (lexema) é um elemento físico norteador das interações significativas, auxiliado pelos traços argumentativos dos domínios (semas), que por sua vez é formatador da entidade que será projetada em um conceito à busca de uma representação que possa sistematizar o pensamento humano em ferramentas de indexação a fim de eternizar uma concepção individual, ou coletiva (semema) em uma denominação linguística sincrônica.

Percebe-se que tal descrição se aproxima da ideia sobre a representação à base dos domínios. Dessa forma, entende-se que termo, como elemento central de conjuntos informacionais, “é um instrumento que exerce a função de ponte entre ao menos duas linguagens”. (LARA, 2004, p. 233).

Ainda sobre a relação termo e conceito, mais uma contribuição da Semiologia para estabelecer a distinção entre os dois e perceber que termo possui uma função de representação: caracterizar a Forma, enquanto o conceito é a entidade, a

materialização do pensamento, a identidade cognoscível da compreensão sobre algo no universo simbólico humano: a Substância, o elemento que canaliza a transformação em um paradigma, já que a linguagem é capaz de questionar os limites que constituem o conhecimento (KUNH, 1998), por isso sua relação com os estudos das ciências cognitivas (HJORLAND, 2009), tanto que é possível vislumbrar um conceito a partir da linguagem iconográfica. Destarte, não há a presença de um termo, mas sim de um símbolo ou um ícone constituído de outra natureza cultural: um desenho.

Por outro lado, exige-se um contexto para avocar o conceito, por exemplo, um símbolo convertido em um desenho de caveira, em um domínio faz alusão a piratas, em outro, faz-se a um ambiente que gera perigo e não deve ser ambientado por quem não é habilitado. Pode-se entender que as definições apontadas pelo domínio são delineadas pelos semas, porém esses conceitos são estruturados por algo de experimentação da realidade: o extralinguístico.

Diante disso, entende-se a aproximação das técnicas metodológicas do pragmatismo, pois, como aponta Hjørland (2009, p. 1522), “A tese de que conceitos são representações mentais é uma visão minoritária da filosofia, em que os conceitos são tipicamente vistos como objetos abstratos ou como habilidades psicológicas ou comportamentais”.

Nessa perspectiva, observa-se o impacto da semântica na representação do conhecimento, dessa forma, exige-se procedimentos para o tratamento do termo, a Lexicologia, a Semântica e a Semiologia podem oferecer à Terminologia embasamento teórico para compreender com mais especificidade os fenômenos da linguagem, assim é possível sistematizar as propriedades do signo que se convertem em termos e em conceitos, avaliando o contexto do documento representado.

O conceito é a parte abstrata, a representação mental. Entende-se como elemento filosófico ou científico capaz de introduzir ordem ao caos, ou seja, os conceitos estabelecem a organização e equilibram o conhecimento, pois atuam como unidades mínimas do pensamento, ou do conhecimento humano. Sob definições filosóficas, os conceitos foram definidos como “constructos que resultam da abstração da experiência” pelos filósofos do empirismo; em contraparte, para os filósofos do Racionalismo, os “conceitos são produtos da razão”. Frente a isso, para a área da Organização do Conhecimento, há quatro características que definem um conceito: “a) corresponde a uma unidade de conhecimento; b) é formado por enunciados

verdadeiros e verificáveis; c) não é metafórico, ambíguo ou plurissignificativo; d) pertence a um domínio de conhecimento” (KOBASHI; MARIVALDE, 2011, p. 3).

Sendo assim, o conceito pode ser entendido como a abstração, enquanto o termo é a materialização. Frente a isso, é importante discutir como a Ciência da Informação debate sobre o conceito de conceito. Para tanto, torna-se primordial o entendimento acerca do conceito promovido por Dahlberg (1978) e Hjørland (2003, 2009).

Para Dahlberg, o conceito pode ser definido da seguinte maneira:

Podemos agora definir a formação dos conceitos como a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto. Para fixar o resultado dessa compilação necessitamos de um instrumento. Este é constituído pela palavra ou por qualquer signo que possa traduzir e fixar essa compilação. É possível definir, então, o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico.

Esse símbolo pode ser verbal ou não-verbal, ou seja, pode ser formado de sinais ou conjunto de sinais independentes das palavras.

[...]

elementos identificam-se com as chamadas características dos conceitos. Traduzem os atributos das coisas designadas. Mais uma vez convém repetir que é formulando enunciados sobre os atributos necessários ou possíveis dos objetos que se obtém as características dos respectivos conceitos. (DAHLBERG, 1978a, p. 102).

Já para Hjørland (2009, p. 1522, tradução nossa), o conceito é visto como “ferramentas formadas para pensar e se comunicar sobre práticas. Os conceitos coevoluem com as práticas humanas. Eles classificam mundo por interesses subjetivos”. Além disso, o autor ainda aponta que:

Conceitos são construídos dinamicamente e significados negociados coletivamente que classificam o mundo de acordo com interesses e teorias. Conceitos e seu desenvolvimento não podem ser entendidos isoladamente dos interesses e teorias que motivaram sua construção, e, em geral, devemos esperar que concepções e conceitos concorrentes estejam em jogo em todos os domínios em todos os momentos (HJORLAND, 2009, p. 1522, tradução nossa).

Ainda sobre a importância da definição do conceito para a Organização do Conhecimento, Barité define conceito da seguinte maneira:

Abstração ou noção que se refere a uma unidade de conhecimento, independente de sua expressão linguística e compreende o conjunto de suas características essenciais. O conceito, como representação simbólica, está na base na Teoria da Classificação e da Terminologia, porque é o elemento indivisível que permite representar o conhecimento contidos nos documentos e organizar os enunciados correspondentes à ideia de que se tem sobre

qualquer coisa. Em vocabulários controlados e na linguagem natural, o conceito é representado por um código. (BARITÉ, 2015, p. 52, tradução nossa)

Somado a essas definições, é necessário discutir a relação do conceito com o signo. Nessa perspectiva, é necessário discutir a constituição do signo aos olhos da Semiótica peirceana: *representamen*, objeto e interpretante. Diante disso, é válido analisar de que maneira o conceito pode estar relacionado à semiose.

Sendo assim, é possível também discutir a relação entre o interpretante e o domínio, já que há a presença da experiência colateral, além de fatores que constituem a comunidade discursiva explorarem situações extralinguísticas. Por fim, ainda é preciso ponderar o impacto do pragmatismo na constituição do conceito, um indicador já apontado por Hjørland.

É necessário observar como o conceito é a chave para explicar a mente humana e significar o que é tácito e intangível, e nessa perspectiva esclarecer qual é a sua relação com o extralinguístico. Se compreender o termo como a materialização linguística da coisa referida, ou melhor, se o termo estiver no mesmo conjunto de entendimento do signo, pode-se entendê-lo como um signo.

Um signo é tudo aquilo que está relacionado com uma Segunda coisa, seu Objeto, com respeito a uma Qualidade, de modo tal a trazer uma Terceira coisa, seu Interpretante, para uma relação com o mesmo Objeto, e de modo tal a trazer uma Quarta para uma relação com aquele Objeto na mesma forma, *ad infinitum* (PEIRCE, 2017, p. 28).

Sendo assim, pode-se apontar o termo como um legissigno, pois é “uma lei que é um signo”, ou seja, o termo, em paralelo à tricotomia do signo, está para o *representamen*, sendo assim é algo que está para seu objeto (conceito) e para seu interpretante (domínio).

Deve-se ser entendido como uma lei, já que na linguagem documentária, o termo é instrumento de referência, o descritor que representa um conhecimento, um conteúdo, um domínio, um discurso, visto que “todo legissigno ganha significado por meio de um caso de sua aplicação”, ou seja, o termo exerce a função de réplica (SILVEIRA, 2007, p. 68).

Por outro lado, o termo ainda pode ser associado ao símbolo quando interage ao objeto, no caso, ao objeto imediato, visto que sua função é identificar seu referente. Sendo assim, para a linguagem documentária, o termo exerce a função de símbolo,

devido à sua necessidade de congelar o significado, isto é, um sentido restrito, para promover a indexação, caracterizando-se como réplica.

O símbolo, na percepção da Semiótica, pertence à tricotomia do objeto (PEIRCE, 2017). “Um Símbolo é um signo que se refere ao Objeto que denota em virtude de uma lei, normalmente uma associação de ideias gerais que opera no sentido de fazer com que o Símbolo seja interpretado como se referindo àquele Objeto” (PEIRCE, 2017, p. 53). Pode-se estabelecer o paralelo de que da mesma forma como o termo, para a Linguagem Documentária, é o instrumento linguístico responsável por ser o descritor de um objeto, praticamente evocando-o; o símbolo constitui o objeto em virtude de uma lei, um legissigno.

Já o conceito, por sua vez, sob a compreensão à base da Semiótica, pode ser compreendido como resultado da semiose, pois o conceito ganha definições inserido no espectro extralinguístico e suas significações são inerentes ao interpretante.

Contudo, o conceito se constitui sob a referência de um fenômeno psíquico, mental, ou seja, a identificação cognitiva desse fenômeno, por isso o percurso gerador de significação de um conceito é evidenciado pelas categorias fenomenológicas de Peirce. O fenômeno está na Primeiridade; a percepção e assim a resistência o confronto com o fenômeno é a Secundidade; a identificação desse fenômeno e a estabilidade desse pensamento, a generalização desse estágio mental é a Terceiridade, situação em que o conceito já é capaz de representar o fenômeno.

A linguagem natural atualiza a significação constantemente, devido às relações dos objetos com seus interpretantes, ou seja, a experiência colateral permite a associação de predicativos, assim o conceito atualiza suas associações constantemente, além da possibilidade de proporcionar experiências diferentes em domínios diferentes.

Consoante aponta Silveira (2007, p. 34), semiose pode ser entendida como “uma ação, ou influência, que é, ou envolve, uma cooperação de três sujeitos, tais como um signo, seu objeto e seu interpretante, essa tríplice relativa influência não sendo de modo algum resolúvel entre pares”. Nessa perspectiva, Peirce (2017, p. 46) diz que “Um signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo”.

Desse modo, pode-se entender o conceito como um signo, já que está no lugar de algo, na intenção de significar algo para alguém, ou seja, o conceito assume o lugar de uma ideia, de um fundamento, de uma definição acerca de um ser, ou de um fenômeno, assim seu conteúdo será transmitido para alguém, no caso, para uma comunidade discursiva inerente a um domínio, isto é, o conceito é o resultado de um fenômeno percebido e compreendido, transformado em evidência para possibilitar a atuação mental. No entanto, esse ajuste entre o conceito e o domínio é fruto da semiose, já que há a interferência do interpretante.

O interpretante, conforme indica Silveira (2007, p.45), “constitui-se, pois, no terceiro correlato da tríade semiótica”. Sobre este correlato é importante também destacar que sua função é o resultado, a significação, assim como aponta Silveira (2007, p.45) “o *representamen* fará com que, por seu intermédio, seja produzida uma ideia do objeto”. Diante disso, entende-se que o conceito, na visão semiótica, realiza-se no terceiro correlato da tricotomia do signo.

Sendo assim, é possível compreender que o conceito em formação, isto é, quando aplicado em situações significativas que seu valor será constituído pela relação predicativa com outros conceitos, pode-se classificá-lo como um dicissigno – um tipo de signo pertencente a tricotomia do interpretante – ou seja, “é um signo que, para o seu interpretante, é um signo de existência real” (PEIRCE, 2017, p. 53). Ademais, Silveira (2007, p. 82): “todo signo que será caracterizado como Dicissigno será passível de julgamento que considere verdadeiro ou falso quanto à representação do Objeto”.

Além disso, ainda é possível reconhecer o conceito como argumento – um signo no terceiro estágio da tricotomia do interpretante – pois, como representante de um conhecimento já consolidado, de natureza conhecida é uma lei, isto é, “é um signo que, para seu interpretante, é signo de lei” (PEIRCE, 2017, p. 53), fator que por sua própria natureza evoca o significado, já que, conforme aponta Silveira sobre o argumento ser um signo de lei: “apresenta-se a classe mais geral dos signos, aquela que, no interior da terceira tricotomia, constitui-se a terceira classe”, assim caracterizando plenitude total. O autor ainda ratifica: “vai representar a máxima redução da espontaneidade das aparências e a máxima regularidade” (SILVEIRA, 2007, p. 87).

Dessa forma, é válido destacar que o argumento se regulariza diante das premissas, sendo estas, no processo de representação do conhecimento,

sistematizadas pela análise documentária, na intenção de reconhecer os objetos presentes no documento e a constituição de sua representação através de termos capazes de traduzir os conceitos que identificam as intenções do texto.

É importante refletir sobre as acepções que apontam a relação entre os seres humanos e os objetos, como nomeiam e de que forma procede este ato. Dahlberg (1978, p. 101): “Toda vez que o objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível [...] pode-se falar de objetos individuais”.

Esse pensamento é fundamental para evidenciar o princípio do conceito, visto que sua função é evocar um elemento único, talvez não de essência única, devido à possibilidade de infinitos matizes predicativos, em sua estruturação paradigmática e sintagmática, porém capaz de evidenciar a unidade. Nesta linha, percebe-se que a concepção de Dahlberg sobre o conceito, alinha-se na busca da Linguagem Documentária pela univocidade.

Diante disso, torna-se fundamental analisar, refletir e discutir como se define um conceito, devido às cargas históricas, ideológicas, situacionais, intencionais e caracterização do sujeito. Por conseguinte, estabelecer uma Linguagem Documentária capaz de não comprometer os significados construídos sob a percepção anacrônica e diacrônica. Nessa perspectiva, ascende a importância da Linguística Documentária para analisar o processo metalinguístico, a Semiótica Documentária para analisar a semiose documental e a Teoria Comunicativa da Terminologia para aplicar termos que representem o discurso social.

Sendo assim, entende-se que a constituição do conceito deve ocorrer à base de uma linguagem especializada, através de tesouros, promovendo as relações conceituais, primordialmente, no eixo paradigmático, no entanto, para ampliar a predicação que caracteriza ou categoriza este conceito, é possível construções sintagmáticas, ou seja, a construção de uma rede semântica é fundamental para ampliar a dimensão significativa do conceito.

Ademais, muitas vezes, o documento é constituído por conceitos providos da linguagem natural, sendo assim ganha-se uma amplitude de significação. Além disso, sua relação com outros conceitos dispostos ao longo do texto também contribui para a amplidão significativa. Nessa perspectiva, a aplicação da Linguagem Documentária, sob a tutela da Linguística Documentária e Semiótica Documentária, na representação do conhecimento deve manter a preocupação na especificidade dos termos, e estes devem estar aptos a indicar o campo significativo do conceito, do conteúdo indexado.

Ainda sobre termo, objeto e conceito alguns apontamentos se constituem: A) a necessidade de se dialogar com outras teorias para estabelecer os procedimentos para convencionalizar uma ideia sobre um dado conceito; B) as predicções são suficientes para tornar o conceito legítimo, ou ainda, predicções verdadeiras sempre constituirão conceitos legítimos, ou melhor, a lógica e o pragmatismo garantem a legitimidade do conceito; C) Usuário e Indexador nem sempre utilizam o mesmo tipo de estrato linguístico, por conseguinte há variações de termos aplicados na representação e na recuperação das informações.

Ainda: D) A Semiologia e Semântica demonstram que não é possível definir as propriedades correlativas da significação dos conceitos com exatidão, porém a Terminologia deve ser aplicada para garantir a estabilidade de sentido perante um domínio. E) É possível entender que a situacionalidade pode ser eficaz para desambiguar o termo e encerrar com as linhas diáfanas do conceito. A aplicação da semântica estrutural de Greimas pode contribuir para definir esse processo, pois a constituição de semas e classema pode resolver o conflito de significação.

Outrossim, observa-se a possibilidade da contribuição da Semântica para compreender as limitações na constituição dos sememas, assim como a compreensão das semioses na Semiótica para a estruturação do conceito. Sob esse aspecto, talvez pudesse se pensar nas contribuições de uma análise sobre os elementos pressupostos na configuração de um conceito, para tanto, contudo, seria necessário a análise do domínio, pelo viés pragmático, assim como fatores ideológicos e culturais, sob à análise do discurso, visto que, segundo Bakhtin (2006, p. 14) “a palavra é a arena onde se confrontam aos valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo de sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem”.

Retomando as ideias de Hjørland, em *Concept Theory* (2009), que traz reflexões sobre o papel da Teoria do Conceito em relação à sua atuação nas prerrogativas acerca da representação do conhecimento, compreende-se que a definição sobre o conceito, sua relação com o termo e sua composição como elemento primordial a fim de se estruturar ferramentas para a representação do conhecimento necessita de metodologias para estruturá-lo.

Entretanto, há uma grande dificuldade para estabelecer metodologias funcionais e práticas para a estruturação de sistemas de representação do conhecimento justamente porque o elemento essencial para representar o conceito é

o termo, ou ainda antes, é a palavra, o léxico. A Semântica e a Pragmática discursiva compreendem que a palavra é uma materialização cultural, com reflexo de grupos sociais na intenção de representar um significado que seja possível de se recuperar.

Levando em consideração a contribuição do contexto para demarcar a significação do conceito, entende-se que avaliar o domínio seja uma premissa de relevante contribuição para estruturar uma metodologia factual e capaz de estreitar o entendimento que recai sobre o termo e sobre o conceito na confecção da representação de uma realidade, de uma entidade significativa, ou de um pensamento, configurando um tipo de conhecimento acumulado pela humanidade.

Além do pragmatismo aplicado ao contexto, compreender as situações que tangem à formatação do sujeito coletivo proporciona a compreensão sobre a potencialidade do discurso como condutor da significação devido à carga ideológica, histórica e situacional, portanto a Análise do Discurso tem muito a contribuir para o questionamento das metodologias para a representação do conhecimento estruturada pela relação termo-conceito.

Por fim, a estabilidade do conceito é importante para o registro adequado, esperando que haja tranquilidade na indexação, recuperação e disseminação do conhecimento, e o diálogo entre domínios ocorre em uma velocidade gigante, na mesma proporção em que se constitui novos conhecimentos.

5.6 ANÁLISE DO DOMÍNIO E O DELINEAMENTO DO CONCEITO

Acerca das análises das teorias que estudam a linguagem, é possível depreender que os procedimentos inerentes à Linguagem Documentária podem se tornar mais sistêmicos e pontuais com a ação interdisciplinar. Nessa perspectiva, a compreensão da natureza do termo, sua relação com o léxico, sua potencialidade em ser um signo, sua historicidade e marcas ideológicas frente à convencionalidade sob o viés linguístico, como também é possível compreendê-lo em sua natureza filosófica com a Semiótica.

É bem verdade que sua ligação primária com a linguagem natural, faz do termo, mesmo sendo um produto técnico, suscetível às querelas da ambiguidade, polissemia e homonímia, porém sua relação com o domínio, corrobora a definição do contexto, por conseguinte sua definição sob o viés da Análise do Discurso é capaz de resgatar

a historicidade. É importante a avaliação constante da dimensão significativa do termo, já que sua convencionalidade pode gerar confusões quando aplicado em diferentes contextos, logo em diferentes domínios.

Como aponta T. Kuhn (1998, p. 23) “elemento de arbitrariedade não indica que algum grupo possa praticar seu ofício sem um conjunto dado de crenças recebidas”. Se, por um lado, um roteiro terminológico contribui significativamente para a efetivação de um domínio; por outro, diante da dinâmica social e com a velocidade em que se produz informação, não obstante, conhecimento, é preciso uma constante atualização dos termos, já que esse fenômeno social altera a dimensão significativa do conceito.

Diante disso, é preciso analisar as contribuições das teorias da linguagem para debater a constituição do conceito, entendendo que a dimensão do conceito é sistematizada por sua concepção, *a priori*, com a linguagem natural e somente posteriormente à sua configuração como signo que é possível a atuação da Linguagem Documentária para materializar e limitar sua significação perante a um domínio, por conseguinte a uma comunidade discursiva.

A Teoria do Conceito se depara com dimensões complexas para estabelecer uma metodologia pontual, ou, ao menos, sistematicamente procedimental para que as definições de relações conceituais com o seu referente sejam satisfatórias, bem como a garantia da confecção de um sistema de representação do conhecimento.

Após um breve diálogo com as teorias desenvolvidas por Dahlberg e Hjørland, entende-se que a Linguística e sua relação com a Semântica, Semiótica e Análise do Discurso pode fornecer estruturas teóricas para avançar na concepção de uma metodologia.

Devido à produção de material científico no campo da Ciência da Informação, ademais o que se propõe nesse projeto é a análise do signo pelas teorias da Linguagem a fim de estreitar o entendimento que este ramo da ciência especializado tem a oferecer, além de iniciar conjecturas sobre as contribuições da Análise do Discurso para a formatação de uma análise para se aplicar à teoria do domínio, já que é necessário interpretar o documento, seu discurso, sua historicidade para dialogar com os objetivos definidos pela comunidade, assim como dialogar com os contratos que legitimam o domínio. Segundo Bakhtin (2006, p. 15) “só a dialética pode resolver a contradição aparente entre a unicidade e a pluralidade da significação”.

Um dos problemas enfrentados pela Linguagem Documentária é sua necessidade de estratificar a unicidade do conceito, porém o conceito é signo, “o signo é, por natureza, vivo e imóvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente. Trata-se, justamente, de uma crítica ao distribucionalismo neutro” (BAKHTIN, 2006, p. 15). A Linguagem Documentária tem a necessidade de prender o termo a um conceito e estes a um dicionário, no entanto é necessário questionar quem define as entradas nesse dicionário e quais as intenções ao recuperar esses descritores para representar o documento, já que este está sempre mergulhado em uma fluidez política de informações.

Nessa perspectiva, é preciso entender que o signo tem sido tratado como elemento arbitrário na aplicação da Linguagem Documentária. Diante disso, é válido destacar que a arbitrariedade do signo “é bastante imprecisa na teoria saussuriana, em que designa o caráter não fundamentado, imotivado (isto é, que não se pode interpretar em termos de causalidade), da relação que reúne o significante e o significado, constitutiva de signo linguístico” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 34). No entanto, para as outras teorias pós-Saussure a concepção de arbitrariedade é indevida, pois é “impossível, do ponto de vista do funcionamento da língua (ou de qualquer semiótica), não reconhecer a existência de uma relação necessária (E. Benveniste) – ou de pressuposição recíproca (L. Hjelmslev) – entre o significante e o significado” (GREIMAS; COURTÉS, 2016, p. 35). É nesta linha em que se deve empregar a Linguística Documentária.

Dessa forma, é importante resgatar que para as escolas francesa, inglesa e brasileira a Linguagem Documentária é o próprio resultado da metalinguagem, portanto reconhece que “o caráter de arbitrariedade da classificação [...] não dispensa de apresentar, em qualquer nível e para qualquer finalidade, inconsistência lógica entre todos os seus componentes” (MOREIRA; MORAES, 2015), pois é necessário estabelecer uma ordem. Nessa linha de pensamento, não há a preocupação com a semiótica, portanto a arbitrariedade do signo se aplica à definição restrita do conceito ao domínio, pois é arbitrário “na medida em que é uma convenção implícita entre os membros da sociedade que a usam” (DUBOIS *et al.*, 1998, p. 64).

Diante dessa proposição, é preciso resgatar alguns pressupostos sobre a estruturação do signo, assim discutir sobre a natureza do termo e a concepção do conceito para buscar formular uma compreensão de como deve atuar o dialogismo

com o domínio na busca de uma representação mais eficaz frente à Linguística Documentária:

A) A constituição de um conceito pressupõe uma base estrutural e formal: o léxico. Este se torna símbolo social a partir de sua formatação como signo linguístico, portanto há a somativa de atributos convencionalizados. Há um aporte material que evoca uma entidade significativa, além das contribuições do extralinguístico.

Dessa forma, tem-se a constituição do termo, pois é o condutor significativo, mas não o significado e a abstração do conceito. O significado, porém, não está pronto, muito menos finalizado, este, na verdade, está em um processo contínuo de elaboração (semiose), já que é o espelho da representação da realidade pela própria humanidade, por conseguinte da linguagem, é a concatenação na interação humana com o conhecimento (metalinguagem).

B) um termo em ação, aplicado a um domínio, correlacionado a um discurso, evoca o conceito, ou seja, o conceito é resultado da combinação: termo, extralinguístico, domínio, discurso, visto que domínio e discurso podem ser as pontas do pêndulo da análise, isto é, pode-se entender que é possível haver uma precipitação analítica do domínio para o conceito.

No entanto, este domínio apenas será compreendido quando avocar o discurso, já que será preciso compreender quem são os actantes, qual é a situação discursiva, quando se enquadra nos processos históricos e qual é a intenção ideológica na configuração desse conceito; por outro lado, pode-se também promover a precipitação analítica do discurso para o conceito, neste procedimento, entende-se que o discurso determina o domínio.

C) o domínio estabelece diálogo específico com o conceito, pois essa relação implica a limitação de semas e sememas (semântica); semiose e implicações extralinguísticas (semiótica).

D) O conceito ganha luz pela potencialização linguística do termo aplicado a um contexto social, cultural, político, científico, histórico e ideológico.

E) A formatação de um conceito pressupõe o diálogo com outros conceitos, há uma rede semântica na sua constituição, assim como há uma rede argumentativa para justificar os seus respectivos sememas e semioses. É exatamente este processo que garante a limitação do significado de um conceito, também sua estabilidade internalizada em um domínio.

F) a configuração discursiva de um domínio exige a identificação de um Registro Linguístico. Função primordial da Terminologia. A Teria Cultural da Terminologia proporciona uma escolha alinhada aos aparatos sociais.

G) Os predicados do mesmo conceito são elementos linguísticos, que dialogam virtualmente com predicados de outros conceitos. Há uma relação comunicacional de elementos estabilizados pela similaridade e pela contiguidade.

Sendo assim, a Linguagem Documentária tem muito a ganhar com as contribuições das teorias sobre a linguagem. A Linguística, no recorte proposto por este trabalho, tem muito a contribuir para a sistematização do termo, sua historicidade, sua formatação morfológica, sua existência como léxico, além de oferecer mecanismo de interpretação e análise dos conteúdos para estabelecer as aplicações semânticas, assim oferecendo ao conceito caminhos para desfazer ambiguidades, estabelecer parâmetros para termo-conceito polissêmicos e homônimos, pois a retomada de isotópicos definem os classemas aplicados, por conseguinte estabiliza o semema.

Nessa perspectiva, a Semiótica pode contribuir com as questões filosóficas acerca da natureza do signo, assim promover técnicas de interpretação à base do pragmatismo a fim de analisar as dimensões significativas da semiose, assim podendo a Linguagem Documentária definir quais parâmetros definem as experiências colaterais com os domínios.

Por fim, a Análise do Discurso pode tratar o termo como dêixis – situações de enunciação capaz de resgatar um enunciado em seu auge de designação da consciência coletiva, ou seja, “fornece por definição o que é necessário à sua própria economia”, aludindo a camadas de pressupostos e informações implícitas (MAINGUENEAU, 1996, p. 25).

Diante disso, entende-se que o termo é capaz de resgatar todo o enunciado anterior, assim como as premissas discursivas de sua dimensão histórica, ideológica, como ainda a intencionalidade dos autores dos documentos, podendo assim permitir à Análise Documentária o resgate de informações implícitas, no entanto fundamentais para a compreensão do conhecimento.

A Linguística Documentária é a interface entre linguagem natural e linguagem especializada, específica de um campo científico, ou comunidades discursivas, que requeiram sua representatividade através da representação da informação documental e organização do conhecimento relacionado.

Diante disso, entende-se que a informação é o ponto central das atividades que envolvem a representação e organização do conhecimento, todavia outras áreas da Ciência da Informação também exploram a potencialidade da informação como objeto de pesquisa. É sob essa perspectiva que se entende que a Linguística Documentária é capaz de colaborar com essas áreas, assim deixar de ser vista como uma ferramenta subutilizada como estudos de mecanismos terminológicos para a Linguagem Documentária.

Assim, compreende-se que a Linguística Documentária deve ser vista como um campo não preso à representação apenas, mas a todos os estudos relacionados à informação, pois esta é constituída de códigos, sendo estes entendidos como signos e o resultado das suas tratativas, independente da área da Ciência da Informação é materializado em mensagens, captadas e processadas por um processo cognitivo, de necessidade social, portanto linguística.

É evidente que diante do exposto, a Linguística Documentária não pode trabalhar sozinha, já que nem todo signo é linguístico. Portanto, propor a expansão dos limites de atuação da Linguística Documentária para os estudos da Ciência da Informação é entender que haverá a necessidade de a Linguística Documentária e a Semiótica Documentária trabalharem de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Vista no âmbito da semiótica global, a linguística geral faz parte da antropossemiótica. Ela tem como objetivo de estudo a linguagem verbal, oral e escrita, examinada não relativamente a uma língua particular nem tampouco em um particular gênero de discurso ou gênero literário, mas nos aspectos essenciais que caracterizam o modo em que geralmente se apresenta na língua. A inserção da linguística na semiótica global não só é funcional na classificação das ciências, mas permite também que o conceito de signo em geral, que a linguística emprega tirando-o de uma semiótica geral, não seja o resultado de uma visão parcial do mundo dos signos. (PONZIO *et al*, 2007, p. 10).

Destarte, é válido pensar que o “significado é linguístico, e o conceito é terminológico” (LARA, 2004, p. 94), porém o conceito também é filosófico, assim definido que a Linguística Documentária possui estudos, técnicas, práticas, metodologias para contribuir com os avanços da Linguagem Documentária, entendendo que os estudos terminológicos são responsáveis por uma fatia dessa interdisciplinaridade, assim como a Semiótica Documentária tem muito para contribuir em outros pontos, já que antes de se tornar um termo, um descritor, um tesouro, esse material – que é linguístico – é também um signo, estando suas relações de

significação à mercê de objetos, interpretantes, experiências colaterais, pragmática, lógica, semiose ilimitada, além de muitos conceitos serem moldados a partir do enfrentamento e restrição do objeto metafísico, portanto trata-se também de um objeto da filosofia, podendo ser avaliado pelas categorias fenomenológicas da Semiótica peirceana.

Sendo assim, entende-se que a Linguística Documentária pode fornecer subsídios também para os aspectos tecnológicos que envolvem a Ciência da Informação, visto que os mecanismos tecnológicos visam a contribuir para a Indexação e esta depende dos aspectos do signo para poder executar suas atividades.

Da mesma forma que a Linguística Documentária também apresenta condições de se apresentar diante dos trabalhos sobre gestão, mediação e uso da informação, já que as duas áreas têm em comum as preocupações com as informações extraídas dos documentos, compartilhando seus interesses acerca da Análise do Discurso.

Portanto, na representação e organização do conhecimento, a Linguística Documentária orienta chegar-se ao melhor descritor para representar um conceito, que por sua vez representa um domínio, que representa uma comunidade, a qual representa um discurso.

A comunicação é composta por elementos essenciais, os quais não admitem falhas, senão a mensagem não irá ser decodificada em sua totalidade. A teoria da comunicação também aponta os efeitos textuais quando a intencionalidade textual está centrada em um dos elementos da comunicação (Emissor, Receptor, Referente, Código, Canal e Mensagem) . É bem verdade que esses elementos comunicacionais nasceram na teoria da informação de Shannon (1940).

R. Jakobson (2011) apresenta sua teoria das funções da linguagem: Função emotiva quando a intencionalidade textual está centrada no emissor; Função conativa ou apelativa, quando a intencionalidade é injuntiva, ou seja, tem por finalidade intervir nas ações do receptor; Função referencial, quando está centrada no referente, ou seja, no assunto, entende-se que esta função é predominante nos trabalhos que envolvem representação e organização do conhecimento, assim como nos trabalhos de gestão, mediação e uso da linguagem. É bem verdade que na mediação, o uso de função conativa também está presente; por sua vez, deve-se evitar a construção de textos e documentos centrados na função emotiva, devido ao alto nível de subjetividade.

Outra função é a fática, cujo objetivo é testar o canal e a viabilidade de transmissão deste; Função poética, quando o objeto de análise é a mensagem, mas não o plano do conteúdo, mas este inter-relacionado à forma e à substância do plano da expressão e como as veicula (JAKOBSON, 2011). São sabidas as dificuldades em representar e indexar textos dessa natureza, devido ao alto nível de conotação, portanto trata-se de um texto predominantemente figurativo, ou seja, ao se deparar com a representação de textos em que predominam a função referencial já é discutível a escolha terminológica para evocar os conceitos tratados nos documentos, mesmo se tratando de textos temáticos. Já textos de natureza figurativas, há a necessidade inicial de traduzir as figuras em temas para posteriormente esses temas serem traduzidos em termos.

Por fim a Função Metalinguística, cuja intencionalidade está centrada no código. Esta função possui grande potencial para contribuir para o desenvolvimento da Linguística Documentária no cenário da Ciência da Informação, já que o objetivo de trabalho é centrado na informação, esta é produzida, veiculada, indexada e recuperada através de códigos, sejam eles pertencentes à linguagem natural, à linguagem especializada, sejam eles pertencentes à linguagem artificial da programação. Sendo assim, a Linguística Documentária pode oferecer subsídios teóricos, técnicos, de prática, interpretação e análise sobre a natureza, evolução, história, aplicação e reconhecimento social, cultura, político e científico desses códigos (IZQUIERDO ARROYO, 2005).

A comunicação é fruto de modelações da linguagem. A modelação é “a capacidade das espécies de produzir e compreender os específicos tipos de modelos de que dispõem para organizar e codificar” (PONZIO *et al*, 2007, p. 14) a linguagem, portanto pressupõe o diálogo, a dialética. Assim, nas palavras dos autores, entende-se que:

O diálogo não começa com o comportamento sinalizante de um emissor que intenciona comunicar alguma coisa a um receptor a propósito do objeto. A semiose inteira é um processo dialógico. A lógica da semiose em seu conjunto, como um todo unitário, é uma *dia-lógica*. A interpretação como tal é uma disposição para responder. (PONZIO *et al*, 2007, p. 15)

No caso da Ciência da Informação, pode-se interpretar que a informação é produto desse diálogo, já que promove a informatividade – termo explorado na Linguística Textual, ou seja, a compreensão de um texto é decorrente do

conhecimento de outros textos (LARA, 2008, não paginado). Sendo a informação fruto de mensagens que nasceram em uma arena discursiva, “sendo o signo e a enunciação de natureza social”, é difícil estabelecer a medida em que a linguagem “determina a consciência, a atividade mental” (BAKTHIN, 2006, p. 13).

A intertextualidade é reconhecida e debatida pela Análise de domínio (HJORLAND; CAPURRO, 2003), já que os autores reconhecem que a informação possui valor subjetivo, não se tratando se uma esfera individual, mas sim na produção coletiva, pois a divisão do trabalho informacional é uma produção social (LARA, 2008, não paginado).

Diante disso, a Linguística Documentária é capaz de contribuir para estabilizar o entendimento acerca das linguagem empregadas na representação e nos fluxos informacionais, já que de uma forma ou de outra, o que se extrai da informação são os conceitos, já que estes, carregam imersos elementos culturais, sociais, políticos, históricos, discursivos e científicos que definem o conhecimento.

Outrossim, “todo signo é ideológico, a ideologia é um reflexo das estruturas sociais”, situação que confronta as necessidades da Linguagem Documentária, porém é importante entender que “no plano científico, objetivo, o sistema sincrônico é uma ficção, com efeito, em nenhum momento o sistema está realmente em equilíbrio (BAKTHIN, 2006, p. 15), por isso entende-se que a dialética seja um caminho:

A forma linguística é sempre percebida como um signo mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa sem a qual não haveria enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com uma situação social determinada, afetam a significação. O valor novo do signo, relativamente a um tema sempre novo, é a única realidade para o locutor—ouvinte. Só a dialética pode resolver a contradição aparente entre a univocidade e a pluralidade da significação. O objetivismo abstrato favorece arbitrariamente a univocidade, a fim de poder prender a palavra em um dicionário. O signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monivalente. (BAKTHIN, 2006, p. 15)

Diante disso, entende-se que a dialética deveria ser apreendida pela Linguagem Documentária como requisito de atualização dos tesouros, pois defender que o vocabulário controlado seja estático é perder a dinamicidade da transformação do conhecimento, em tempos informatizados, ocorre a todo instante; por outro lado, a mediação e a gestão de fluxos informacionais encontram na dialética a mola propulsora de sua renovação e motivação da competência e competitividade informacional. A dialética é capaz de promover estudos interdisciplinares entre as

áreas da Ciência da Informação, para tanto a Linguagem Documentária precisa aderir, já a Linguística Documentária pode encontrar as chaves para isso.

5.7 A LINGUAGEM COMO RECURSO MATERIAL PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A linguagem é elemento fundamental para promover a representação da informação, é um aparato peculiar cheio de possibilidades que se solidifica a partir de uma palavra, vocábulo, léxico, termo. Elementos que no senso comum são tratados como sinônimos, porém para a Lexicologia apresentam aspectos diferenciados.

Para a Organização do Conhecimento, por conseguinte os aspectos da representação da informação, entende-se ser importante promover a interdisciplinaridade com a Linguística e entender que o léxico é o elemento que atende às necessidades da representação, pois, alinhado ao pensamento de Saussure (1916), ao apresentar em uma das suas dicotomias a ideia de *langue* e *parole*, o linguista aponta para uma reflexão importante sobre as aplicações da linguagem: *langue* (língua), elemento social; *parole* (fala) elemento individual.

Outrossim, entende-se que a representação da informação deva ocorrer à base de um estrato linguístico social, um registro técnico e previamente definido, chamado na Ciência da Informação de vocabulário controlado, ou terminologia especializada, no entanto na lexicologia compreende-se que o léxico, por ser elemento que caracteriza a base de uma língua, deva ser elemento para estabelecer diálogo entre a linguagem natural e a linguagem especializada, pois o léxico trata da língua viva, fenômeno presente no tratamento do documento, no instante em que se aplica a leitura e a análise.

Acredita-se que o entendimento da importância do léxico para tratar de material especializado, entendendo-o como construto, corrobora o entendimento de uma Linguística Documentária, conseqüentemente para a Linguagem Documentária, já que é possível resgatar a significação presente no documento a fim de direcionar os parâmetros terminológicos a serem aplicados para adequar-se ao conhecimento e ao domínio. É importante refletir que a linguagem, de modo geral, é um conjunto de códigos para estabelecer a comunicação. A linguagem natural ganha vida através de um signo linguístico.

Contudo, quando se pensa em Linguagem Documentária, trata-se de um tipo específico de linguagem, um tipo específico de código, o qual detém uma função particular: representar a informação. É o construto responsável por um signo específico, pois sua existência, na representação da informação (ALMEIDA, 2009) pressupõe um objeto e um interpretante (NÖTH, 1996; SILVEIRA, 2007; IBRI, 2015; PEIRCE, 2017).

Ademais, é esse signo específico responsável a dar à luz a um termo, elemento no qual irá se materializar; termo definido para evocar o conceito presente no documento, no caso seu objeto; por fim sua existência e modelagem pressupõem a identificação de um domínio, por conseguinte seu interpretante.

Diante disso, entende-se que a Análise Documentária se estrutura a partir da relação autor-leitor-documento, pois essa tríade é responsável pela organização da informação, já que na interação comunicativa é necessário reconhecer o enunciado, todavia é fundamental compreender a enunciação para que a representação temática seja eficaz.

Um ponto cabal a ser sempre discutido quando se analisa um texto é a pertinência do gênero textual, portanto a natureza estrutural do documento, já que este fator é revelador da sua natureza discursiva, assim como identificador de sua natureza comunicativa, através da qual se reconhece sua intencionalidade e sua direcionalidade argumentativa, por conseguinte os traços de seu autor, fatores estes que podem contribuir para apontamentos da Análise Documentária, os quais são capazes de direcionar procedimentos na análise de conteúdo. Chaumier (1980, p. 42) aponta que “a parte mais importante da análise documentária é uma combinação metodológica altamente estratégica entre o tratamento do conteúdo de documentos e sua recuperação por um usuário.”

A Análise Documentária é um conjunto de procedimentos, (FUJITA, 2003, p. 62) diz que “a indexação em análise documentária, sob o ponto de vista dos sistemas de informação, também é reconhecida como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca”. Diante disso, em perspectiva ao objeto final da representação da informação que é a indexação, todas as ações da Análise Documentária, perpassando pela análise de conteúdo, concretizam-se à base de uma Linguagem Documentária, tendo em vista que essa representação, por mais que ocorra através de termos especializados, também é social.

Sendo assim, é fundamental que o leitor, no caso o indexador, aplique estratégias de leitura a fim de promover o reconhecimento de conceitos capazes de identificar o documento, não só em sua materialidade, como ainda em sua representatividade, já que também é um produto social, por isso deve dialogar com a comunidade discursiva.

Além disso, é ainda importante o processo de tradução, isto é, além do indexador aplicar metodologias para executar a leitura adequada, filtrando os aspetos subjetivos e culturais inerentes à sua formação ideológica, é preciso também que haja estratégias linguísticas para adequar esses conceitos selecionados em termos especializados para efetivar a representação da informação a fim de que isso possa garantir sua recuperação no futuro.

A importância da Terminologia para a indexação não está centrada apenas na sua função primária que é estabelecer os termos preferidos para evocarem os conceitos correlatos em domínios específicos, dialogando, assim, com a comunidade discursiva pertinente.

A Terminologia teórico-metodológica contribui para o aperfeiçoamento das metodologias de construção de tesouros e de linguagens documentárias de um modo geral porque fornece as bases para o entendimento do conceito e das unidades terminológicas, do sistema conceitual e das redes relacionais de natureza lógico-semântica e pragmática entre os termos que responde pela estruturação desses instrumentos. (LARA e TÁLAMO, 2007, não paginado).

A Terminologia, dialogando com a Lexicografia, definirá as estruturas linguísticas para delimitar os léxicos que serão aplicados como termos, assim se tornando construtos fundamentais para representar a informação, sendo tratado como termo especializado. Esse processo é determinante para sistematizar a Linguagem Documentária, a qual é elaborada por estratégias linguísticas, direcionadas a um objetivo documental.

Uma vez estabelecida em tesouros, ontologias, taxonomias, a Linguagem Documentária estabelece um marco histórico do termo naquele domínio, assim identificando sua aplicabilidade, ou seja, se é o termo preferido para representar determinado conceito. Nessa mesma linha de raciocínio, a Linguagem Documentária também protege a ciência ao longo do tempo, pois se não garante a reprodução do mesmo termo ao longo das eras, é capaz de identificar historicamente sua

transformação e sua representatividade diante da evolução conceitual da comunidade discursiva.

Concomitantemente, é preciso entender que há problemas de estabilidade de significação com a matéria-prima, a palavra, pois é elemento volátil, conduzida pela linguagem natural, a qual sofre influência da *parole*, ou seja, da fala, da cultura, do ato de fala da pragmática, dos impactos sociais, circunstâncias que refletem os impactos da polissemia, da ambiguidade, da homonímia e da homografia. Diante disso, é propósito da Linguagem Documentária se solidificar em tesouros, harmonizar a significação dos conceitos presentes no documento, mesmo a escolha do termo dependendo do seu interpretante, ou seja, do indexador, fator substancial para que haja discrepância na indexação por pessoas diferentes, tempos diferentes e momentos diferentes pela mesma pessoa.

O indexador é um leitor que interage com o texto para cumprir o objetivo da indexação. Nessa interação, o indexador lê o texto. Partindo dessa constatação, o estudo da leitura oferece uma outra perspectiva para a compreensão do processo de indexação e das dificuldades de um indexador frente a um documento: a de observação do processo de leitura do indexador para verificar estratégias de compreensão que visam à identificação de conceitos e de seu contexto para verificar os aspectos que influenciam e determinam a leitura documentária como leitura profissional. (FUJITA e RUBI, 2006, p. 1)

A interpretação de um texto é suscetível a percepções subjetivas, já que evoca no interlocutor sua condição cognitiva no instante da leitura, por conseguinte caracterizando-se como um ato individual, portanto há a necessidade de uma metodologia que estimule a metacognição, por isso Izquierdo Arroyo defende aplicação de exercícios na formação do profissional a fim de tratar adequadamente o processo de semiose documental.

Por sua vez, é válida a aplicação da Análise Documentária como um procedimento fundamental para que se estabeleçam critérios e métodos para atingir com eficiência a representação das informações presentes no documento, pois essa prática exige um conhecimento técnico; por um lado, para a escolha adequada dos termos preferidos para evocar conceitos pertinente à representação do documento, assim como seu diálogo com a comunidade discursiva; por outro, para realizar adequadamente a leitura do documento e extrair as informações fundamentais para a sua representação, portanto as duas ações são fundamentais para a atividade de

representação documental, por isso devem acontecer de caráter inter-relacionado, de modo que cada ação seja consciente.

Em um processo natural de leitura, há duas regras importantes (Kleiman, 2002), a regra da continuidade temática e a regra da linearidade. Dessa forma, entende-se que a leitura, naturalmente, ocorre de forma sequencial e fluida, muitas vezes estando o leitor alinhado à sua fluidez.

No entanto, o profissional responsável pela indexação não deve promover uma leitura conduzida pelo princípio dessas duas regras, porque uma leitura natural é estruturada em um esquema previamente construído na mente do leitor diante às suas experiências e conhecimento prévio, dessa forma sendo regulada por comportamentos automáticos e inconscientes na procura de ligações no texto, permitindo a interpretação de elementos sequenciais, separados, como estando relacionados pelo mesmo tema (Kleiman, 2002, p. 52). Ou seja, o esquema, por ser um procedimento mental de conhecimentos ativados, permite o leitor preencher as lacunas, realinhar as inferências e com elas testar as hipóteses de pressupostos e subentendidos.

A leitura de um texto seja verbal, seja não-verbal ocorre diante de um conjunto de automações cognitivas e semióticas capazes de correlacionar as informações presentes no documento com o conhecimento de mundo do leitor, assim permitindo que este proceda com estratégias de inferência visando resgatar esquemas mentais, estabelecendo o princípio de economia e da recorrência ou a alocação de dêixis. Portanto, diante de uma estratégia ou outra, no que diz respeito à retomada de informações e conhecimentos já estruturados na mente, capazes de dialogar com as novas informações, a mente humana atua de modo inconsciente.

O indexador, pois, assume um papel de extrema importância no cenário da representação documental, já que, além da aliança que se estabelece com a Linguagem Documentária, possuindo conhecimentos das normas, metodologias e tesouros para ter embasamento na sua atribuição de termos, é preciso dominar estratégias de leituras que rompam com as regras da continuidade temática e linearidade, para tanto é necessário que o indexador promova em sua leitura uma atividade metacognitiva, ou seja, promova reflexão sobre o próprio saber.

O indexador possui uma posição privilegiada referente ao ato de ler sob a batuta de proceder a Análise Documentária, pois possui técnicas que um outro tipo de leitor não possui, além de estar familiarizado com os procedimentos de tratamento

documental, também possui conhecimento sobre os conceitos presentes no texto. “O indexador é um leitor que interage com o texto para cumprir o objetivo de indexação”, isso evidencia que seu propósito de leitura é diferenciado, não se trata de uma leitura passiva, mas de uma leitura marcada por técnicas de indexação e por técnicas linguístico-textuais. “O estudo da leitura oferece uma outra perspectiva para a compreensão do processo de indexação e das dificuldades de um indexador frente a um documento: a de observação do processo de leitura do indexador para verificar estratégias de compreensão”. Entende-se que uma leitura sistematizada por técnicas que visem ao reconhecimento da semiose documental apresenta precisão na identificação de conceitos, pois há a interação com o contexto do documento, dos discursos envolvidos, tanto no enunciado do texto como do domínio vinculado, assim permitindo “verificar os aspectos que influenciam e determinam a leitura documentária como leitura profissional” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 1).

A aplicação da Semiótica e do pragmatismo contribui para dirimir as dificuldades de leitura e representação, pois consolida um hábito voltado para a aplicação da Linguística Documentária no que tange ao reconhecimento de enunciados e discursos, além do processo metalinguístico, reconhecendo-o como uma conversão de linguagem para, assim, aplicar a Linguagem Documentária, entendendo-a como resultado desse processo e não o próprio objeto, já que “as dificuldades existem porque a leitura é um processo de interação com o texto escrito visando a sua compreensão e isso significa um processo de cognição [...], dessa forma, envolve a compreensão do texto mediante processos cognitivos, realizados com base em esquemas mentais” (FUJITA; RUBI, 2006, p. 1-2).

A leitura é fluida quando o leitor possui conhecimento de mundo e técnica linguística de interação, no entanto a leitura profissional exige também técnica de identificação de conceitos responsáveis por representar o documento e garantir que este possa ser recuperado posteriormente. “A leitura, apesar da individualidade do ato realizado, é um ato social porque existe um processo de comunicação e de interação entre o leitor, e o autor do texto, ambos com objetivos estabelecidos anteriormente dentro do contexto de cada um”. Esses fatores demonstram que a leitura documental é resultado de técnicas profissionais, mas também envolvem técnicas e procedimentos linguísticos e semióticos, visto que “o processo de leitura possui uma complexidade que está subjacente porque depende do processamento humano de

informações e cognição de quem lê, de um texto elaborado por um autor e do contexto de ambos” (FUJITA, 2004, p. 1).

Uma boa leitura é decorrente da interação entre leitor e texto, porém o conhecimento do leitor é fundamental para que as informações do documento sejam compreendidas, por conseguinte os conceitos identificados. “O leitor traz consigo seu conhecimento prévio, suas experiências acumuladas, seus valores e utiliza essa bagagem para interagir com o texto” (FUJITA; NARDI, 1998, p. 15), por isso é importante o desenvolvimento de técnicas e procedimentos direcionados à constante discussão do ato de indexação, pois é necessário reconhecer a atualização do hábito que envolve a prática para que a atividade não fique viciada em diretrizes discursivas de um determinado domínio, assim como a aplicação constante da Linguagem Documentária sem a devida aplicação dos mecanismos linguísticos que envolvem interpretação e semiótica metalinguística.

Refletir sobre o conhecimento e controlar o próprio processo cognitivo são passos certos no caminho que leva à formação de um leitor que percebe relações linguísticas, textuais e semióticas (KLEIMAN, 2002, p. 10). Dessa forma, entende-se que a metacognição é fundamental para uma Análise Documental mais eficaz, assim como a metalinguagem está para a Linguagem Documental, sendo que os dois processos estão interligados à semiose documental.

Já que a metacognição permite relações com um contexto maior, esse procedimento corrobora a análise de conteúdo de um documento, bem como sua classificação em assunto, tema, podendo proceder uma seleção, agrupamento, organização de modo consciente.

A leitura consciente é questionadora e crítica, além de desenvolver habilidades pertinentes à compreensão semântica, assim podendo estabelecer relações conceituais de natureza sinonímica, antonímica, homonímica, ainda hierárquica, partitiva, evidenciando uma rede sêmica informacional. Compreender um texto não deve ser apenas um ato cognitivo, pois a leitura é um ato social entre sujeitos, que interagem entre si, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados (KLEIMAN, 2002, p. 10).

Importante destacar que o indexador, inserido em um processo metacognitivo, analisa a descrição física, isto é, o suporte informacional, como ainda a descrição do conteúdo do documento, ou seja, há um tratamento descritivo da forma, bem como um tratamento temático, por isso:

O indexador, visto como leitor, é considerado sob a perspectiva da psicologia cognitiva, pois, ao ler aciona, como em qualquer outro indivíduo, o processamento humano de informações, realizado com a memória de curto prazo (input visual), a memória de longo prazo (esquemas e conhecimento prévio) e as habilidades operatórias de pensamento (análise e síntese). Visto como leitor profissional é considerado a partir da perspectiva de seu contexto, atuação e formação profissional. (FUJITA; RUBI, 2006, p. 1)

É evidente, destarte, que o indexador fará uso de seus esquemas para promover a leitura do documento sob análise, porém o indexador procedendo conscientemente, automaticamente a leitura realizar-se-á à base de metacognição, assim seu conhecimento prévio será acionado para uma atuação crítica, não apenas seguindo a fluidez das regras de continuidade temática e linearidade. Para tanto, é preciso compreender que há outros dois conhecimentos que interagem com o conhecimento prévio no procedimento da leitura: Conhecimento Linguístico e Conhecimento Textual.

O conhecimento linguístico desempenha um papel central no processamento do texto (Kleiman, 2002, p. 14), responsável pela apreciação da microestrutura, ou seja, a estrutura da palavra e sua relação com os outros termos, formação de sintagmas e frases. O conhecimento linguístico atua sobre as relações paradigmáticas e sintagmáticas de um texto, por isso pode contribuir para a Análise Documentária na leitura do documento verbal, porém é possível contribuir para a Linguagem Documentária no que tange à representação da informação de documentos verbais, mas também de documentos não-verbais.

Já o conhecimento textual identifica a superestrutura, pois é capaz de reconhecer elementos estruturais dos gêneros discursivos, dessa forma contribuindo para o resgate de elementos fundamentais para a indexação do documento, já que um artigo possui suporte informacional diferente de um livro de ficção, que por sua vez é diferente de um documento de natureza não-verbal como por exemplo a fotografia, a qual apresenta elementos pictóricos, simultaneidade de dados, há elementos narrativos como tempo, espaço e às vezes personagens, além da abordagem temática, já que é possível explorar os temas de uma fotografia pelos nove quadrantes de exposição.

Portanto, a leitura e a interpretação são mecanismos fundamentais para a execução da Análise Documentária, já que é preciso explorar no documento original as informações relevantes, mas também estimular a atualização do hábito para que

esse documento seja representado com a identificação de enunciações, discursos, contemplando toda a sua informatividade e representatividade a fim de garantir não apenas a boa indexação, mas também as marcas históricas, de ideologias, de culturas, de sociedades, que nem sempre são valorizadas pelo discurso dominante.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Organização do Conhecimento tem muito a evoluir e a inovar; a informação presente no documento é valiosa e requer tratamentos cuidadosos e, efetivamente, quanto mais a sociedade evolui, também evoluirá as técnicas, procedimentos e metodologias para tratar essas informações, da mesma forma que as teorias que estudam a linguagem também evoluirão, como a Filosofia, a Sociologia, as Ciências Cognitivas, a Psicologia, a Linguística, a Semântica, a Análise do Discurso, a Semiótica, entre tantas outras que precisam explorar a linguagem como mecanismo de mediação entre a representação da realidade, o pensamento, a cognição e a comunicação.

Nessa linha, esta pesquisa se constituiu a partir de um problema de estudo que se estabeleceu frente à complexidade do tratamento do documento e sua relação com os dispositivos da Linguagem Documentária, principalmente no que tange à sua aplicação no direcionamento das atividades de análise, extração, representação e indexação. Concomitantemente a essa discussão central, investigou-se a importância da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária para a mediação da linguagem no tratamento e análise do texto original e sua representação através da aplicação da linguagem especializada na elaboração do texto secundário.

Neste teor, esta pesquisa evidenciou a importância da Linguística Documentária para o processo de descrição metalinguística na tradução da linguagem natural presente nos documentos para a linguagem especializada na elaboração de documentos secundários. Por sua parte, demonstrou-se também a importância da Semiótica Documentária em dois aspectos no processo de representação da informação e do conhecimento: primeiro, a Semiótica Documentária, a partir das práticas semióticas referentes à significação, é fundamental para definir o estágio da semiose do signo que será aplicado na atividade de representação, assim estabelecendo influência direta na Linguagem Documentária; segundo, a Semiótica Documentária, a partir dos procedimentos cognitivos que envolvem o pragmatismo, a inquirição e a atualização do hábito mental, demonstrou ser eficaz na aplicação da prática profissional da representação do conhecimento.

Para chegar a essa resolução, a pesquisa foi norteada por algumas questões que enfatizavam os desafios por trás da problemática, assim entendeu-se ser necessário investigar quais teorias da linguagem apresentam fundamentos teóricos

capazes de contribuir com a Linguística Documentária no processo de mediação informacional envolvendo a Linguagem Documentária, assim como a Semiótica Documentária no tratamento documental.

No tocante de resultados, as teorias propostas por Hjelmslev, Barthes e Greimas estão preocupadas com os aspectos metalinguísticos presentes na atualização da Substância dos signos, enquanto Saussure defendia que o signo não possui Substância, apenas Forma. Sendo assim, a resolução apresentada por este estudo defende que a Linguagem Documentária vista pelas escolas francesa, inglesa e brasileira não pode se tratar de fenômeno metalinguístico no processo de representação do conhecimento, pois metalinguagem pressupõe processo linguístico de representação e processo cognitivo, fatores que evidenciam a descrição do conceito a partir de novas predicções, ou seja, o signo é atualizado pelo contato com outro signo infinitamente, mediante ao processo de significação ocorrido diante da interpretação, análise e tratamento do documento.

Alinhado a isso, também se constatou que é necessário desenvolver estudos acerca da relação entre a Linguística Funcional com a Linguística Documentária, pois esse nicho da linguística se dedica ao percurso gerador de significação no nível discursivo e semiótico, no que confere à semiótica descritiva, ou seja, também está centrado na compreensão dos aspectos metalinguísticos, porém amplia-se a perspectiva, isto é, enquanto a Linguística Estrutural foca na semiótica do léxico, a Linguística Funcional explora a semiótica do discurso e do contexto.

Ainda sobre as investigações acerca da escola espanhola sobre a Linguística Documentária e sua evolução para a Semiótica Documentária, constatou-se ser fundamental a aplicação da Semiótica peirciana, pois essa teoria possibilita a inquirição sobre os tipos de signos presentes nos diversos tipos de documentos, destacando os tipos de objetos presentes na composição da informação, além de a recuperação da informatividade tornar-se possível pela investigação dos estágios do interpretante. Sendo assim, oferece-se aparato lógico e consistente para a compreensão da semiose proposta pelo texto e, assim, a necessidade de se ter cuidado com esse estágio de semiose para a representação desse documento, fator que interfere na atualização do hábito mental no processo de elaboração do documento secundário, combatendo o risco de se tornar uma prática mecanizada, ou presa às práticas já internalizadas pelo profissional.

É, nessa linha, que entende esta pesquisa ser inovadora, pois houve a preocupação e o cuidado de discutir diversas correntes da Linguística e da Semiótica a fim de recuperar fundamentação básica para refletir sobre os aspectos linguísticos, lógicos e cognitivos que envolvem a representação da realidade, assim demonstrando que a representação é resultado de processos metalinguísticos e semióticos, já que a linguagem natural não é o objeto, mas uma mediação entre cognição, objeto, realidade e veiculação da informação, efetivando que a significação não é imanente, ou absoluta; pelo contrário, constatou-se que a significação será sempre resultado de interações entre usuários e informação.

Sendo assim, esta pesquisa respondeu às questões de investigação apresentadas e fundamentou seus objetivos ao demonstrar a evolução histórica e epistemológica da Linguagem Documentária como conceito e como esses fatores teóricos são inseridos na prática.

Diante disso, o ponto crucial para a discussão, proposta por essa pesquisa, é o entendimento pelas linhas francesa, inglesa e brasileira de que a Linguagem Documentária é o próprio aspecto metalinguístico, tratando esse fenômeno como resultado e não como processo, fato que associa a concepção sobre a linguagem natural como um produto alinhado ao mentalismo e a definição do conceito como elemento absoluto, como aponta a Semiologia de Saussure, a qual defende que o signo é imotivado, sendo assim a semântica é nominalista e própria do significante, isto é, o significado é imanente e inerente ao próprio significante, fator que indica que evocar a palavra é evocar o próprio objeto, pensamento fundamentado às bases do Estruturalismo, o que também permite reconhecer as máximas da Linguística Formalista apresentada por Bloomfield, em seu descritivismo e distribucionismo, ou ainda próximo ao entendimento de uma língua que propõem valores inatos e apenas necessita de uma gramática universal como geradora de significado, como apresentado pelo Gerativismo de Chomsky.

No entanto, através de investigações de diversas teorias da semântica e semiótica descritiva, as quais são apresentadas e debatidas ao longo desta pesquisa, constatou-se que, para efetivar o processo metalinguístico de tradução da linguagem natural para a linguagem especializada como aponta a escola espanhola, a Linguística Documentária deve se organizar a partir das teorias da Linguística Estrutural que discute o valor da Substância, pois estas se preocupam com a semântica proposta pelo percurso gerador de significação no nível textual e também no nível discursivo.

Diante disso, esta pesquisa resgatou a concepção espanhola sobre Linguística Documentária, exatamente pelas indicações de atuar, em primeira instância, como metalinguagem documental, reconhecendo a necessidade de tradução daquilo que é extraído das informações do documento e aquilo que é aplicado para a elaboração de um documento secundário através de um percurso gerador de significação, em nível semiótico, na perspectiva epistemológica descritiva. Assim como, em sua instância, os estudos espanhóis apresentam a semiótica documental, destacando o hábito mental que envolve a prática de tratamento, representação e indexação, fatores que são inerentes ao percurso gerador de significação, em nível semiótico, na perspectiva lógico-linguística.

Assim, efetiva-se a importância e a necessidade de estudos acerca da Linguística Documentária para que a Organização do Conhecimento, assim como a Documentação possam inserir no seu arcabouço teórico e prática concepções de ordem linguística e semiótica para o tratamento documental mais alinhado a estudos dedicados à linguagem natural e, assim, compreender a influência do processo gerador de significação em níveis textual, discursivo e semiótico, já que há a interação com os elementos textuais de níveis fonéticos à frasal, bem como é importante recuperar o impacto dos fatores ideológicos, históricos e discursivos na configuração da informatividade e da representatividade de todos os grupos sociais que dialogam com determinados domínios.

Diante desses fatores, é válido identificar as hipóteses levantadas para a orientação da construção da pesquisa a fim de avaliar sua pertinência às discussões propostas, assim como a legitimação dos resultados. Sendo assim, elencam-se os itens apresentados para que seja confirmada a sua eficácia. Frente a isso, constatou-se que os estudos acerca da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária estão efetivamente vinculados aos estudos sobre linguagem que são de interesse da Organização do Conhecimento, já que se comprovou que essas duas disciplinas são importantes para o tratamento da significação do documento, assim como o tratamento da potencialidade semântica da Linguagem Documentária.

Somado a isso, também se confirmou que a os estudos acerca da Linguagem Documentária são restritos à análise de uma linguagem especializada. Fator importante para a representação do conhecimento, visto que garante a estabilidade dos termos e conceitos quando referentes aos respectivos domínios do conhecimento. No entanto, confirmou-se que a Linguística Documentária, como suporte linguístico

para os aspectos semânticos da Linguagem Documentária, apenas é reconhecida pela escola espanhola, já que esta reconhece o processo metalinguístico como um fenômeno de relação entre o objeto, a realidade, o pensamento e a representação através da linguagem e sua aplicação na comunicação.

Em contraparte, as escolas francesa, inglesa e brasileira apontam que a Linguagem Documentária é a própria metalinguagem, sendo assim as contribuições da Terminologia, destacando a Teoria Comunicativa da Terminologia, são mais valorizadas do que as contribuições dos estudos da Linguística Documentária, sendo que esta, em alguns estudos realizados no Brasil, acaba tendo sua aplicação conduzida pelos interesses da Semiótica peirciana, sem mencionar a interferência da semiótica descritiva para a compreensão de análises discursivas na verificação do valor da substância na significação, já que não há estudos mais apurados sobre a metalinguagem como processo.

No tocante da amplitude da atuação da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária em outras linhas da Ciência da Informação, além da Organização do Conhecimento, entendeu-se ser um cenário que necessita de mais estudos, porém esta pesquisa contribui para essa discussão no que se refere à análise do percurso de significação presente nos documentos, transpassando o nível textual, que, durante muito tempo, estabeleceu-se como preocupação da Organização do Conhecimento, para o nível discursivo. Sendo assim, o processo de significação que envolve o plano discursivo e semiótico pode ser aplicado a qualquer tipo de fluxo informacional e mediação da informação.

Por fim, houve também a constatação de que os estudos realizados por Izquierdo Arroyo acerca da Semiótica Documentária são eficazes e promissores no que se refere à prática da representação do conhecimento e à atualização do hábito no que se reconhece à prática profissional. Sendo assim, esta pesquisa discutiu a evolução da teoria na Espanha e os desdobramentos que se estabeleceram acerca da semiótica documental.

Espera-se, destarte, contribuir para a Ciência da Informação, por seu turno específico, às considerações que regem à Organização do Conhecimento e aos seus sistemas de representação, refletindo, de modo intertextual com algumas teorias da representação da linguagem, como Linguística e Semiótica, sobre as diversas contribuições para compreender os impactos linguísticos na Linguagem Documentária, bem como seu constante diálogo com a linguagem natural. Dessa

forma, garantindo o tratamento e análise documental, extraindo do material a informação da melhor forma possível, resgatando o dialogismo com os enunciados implícitos, com a historicidade, com a intencionalidade e com a representatividade.

Frente a essas evidências, o objetivo de se investigar a influência das teorias da linguagem: Linguística Formalista, Semiologia, Linguística Estrutural, Semântica, Comunicação; Linguística Funcional, Análise do Discurso, Teoria da Enunciação, Linguística Textual e Semiótica na configuração da Linguística Documentária e Semiótica Documentária se demonstrou fundamental para o tratamento e análise documental, principalmente naquilo que se refere à tradução da linguagem natural para a linguagem especializada, somado ao processo de interpretação e tratamento das informações presentes no documento original e a elaboração de um documento secundário a partir da Linguagem Documentária como resultado de um processo metalinguístico e de uma semiose.

Nessa perspectiva, o estudo pode legitimar a importância da Linguística Documentária e da Semiótica Documentária não somente para a Organização do Conhecimento, mas para tratar de todo e qualquer fluxo informacional, conseqüentemente da relação de legitimação, materialidade e institucionalidade do documento como suporte e veículo informacional, pois a interação com o documento produz entre seus usuários um valor simbólico diferente daqueles reconhecidos em outros tipos de texto, pois o signo analisado trata-se de um signo documental, já que o documento materializa e legitima informações e discursos de muitos domínios envolvidos em sua produção e difusão, ou seja, ao promover a interpretação de um texto, de modo geral, a informatividade recuperada pode ser limitada ou apenas aprofundar algumas diretrizes, no entanto, ao proceder a análise e o tratamento documental, a informatividade recuperada precisa ser plena e plural, visto que esse documento pode dialogar com diversos domínios no presente e no futuro.

Sendo assim, a Linguística Documentária apresentou condições de atuar em qualquer contexto em que haja a mediação de informação documental, já que esse fenômeno perpassa por aspectos de metalinguagem documental e semiose documental, da mesma forma como configura percurso gerador de significação nos três níveis: textual, discursivo e semiótico.

Também evidenciou-se a necessidade do estreitamento dos estudos acerca da Linguística e da Semiótica para oferecer para a Linguística Documentária e para a Semiótica Documentária base teórica para desenvolver técnicas, práticas,

metodologias a fim de investigar as diversas situações que contribuem para a constituição de um conceito e seu processo gerador de significação, assim corroborar a Linguagem Documentária para definir o melhor descritor para representá-lo.

Além disso, a Semiótica Documentária se desenvolveu em duas frentes: a primeira diz respeito às suas contribuições para a ampliação das atividades da Linguística Documentária, no que tange à configuração da significação, ou seja, mecanismos que envolvem o Interpretante e o estágio mental da representação do signo extraído do documento, fator que incide na representação de um estágio específico da semiose. A segunda frente diz respeito à própria natureza da Semiótica Documentária, fatores que envolvem o pragmatismo e a inquirição no que tange às resistências e aos conflitos acerca das atualizações conceituais, ou até mesmo na atualização terminológica e as relações com os domínios e a própria configuração da Linguagem Documentária. Além disso, a Semiótica Documentária também atua sob os aspectos cognitivos da representação, envolvendo a experiência colateral e o extralinguístico, através da atualização de práticas, ou seja, hábitos operativos cognitivos, o que confere a atualização do signo mental.

Dessa forma, apresentou contribuições para refletir sobre as concepções de termo, conceito e domínio e como sua compreensão, ou melhor, suas correlações com a linguagem e pensamento podem contribuir para o avanço da Análise Documentária: conjunto de procedimentos, cuja função é evidenciar aquilo que os documentos científicos expressam, sendo assim entende-se que Análise Documentária “é operacionalmente um tratamento documentário de conteúdo com a finalidade de elaborar representações condensadas do que está contido em textos (FUJITA; NARDI, 1998, p. 21). Assim garantir mais precisão na indexação e na recuperação da informação, ou ao menos delimitar procedimentos para aplicá-los, como também para os sistemas de organização do conhecimento.

Diante disso, contribui para o desenvolvimento da área da Análise Documentária, no que tange à análise conceitual, ao tratamento da informação documental a fim de imprimir reflexões e análises para ampliar a discussão acerca do tratamento das informações e metodologias para representar o conhecimento, isto é, compreender como a Linguagem Documentária possa atuar para a classificação do conhecimento, assim como para a indexação.

Ademais, através das teorias da linguagem, contribui para a sistematização de uma Linguística Documentária alinhada à Terminologia, à Lexicologia e à Lexicografia,

perspectivas presentes nas pesquisas realizadas na Ciência da Informação no Brasil (LARA, 2001, 2008; LARA E TÁLAMO, 2007, 2009; MAIMONE E TÁLAMO, 2011); (MOREIRA, 2008, 2016, 2018). Além de apontar alguns pontos de diálogo mais consistente na aplicação linguística para desenvolvimento de pesquisas nesse vetor na evolução da Terminologia.

Por fim, entendeu-se ser fundamental retomar os estudos desenvolvidos na Espanha sobre Documentação, Linguística Documentária e Semiótica Documentária, através dos estudos realizados pelos professores López Yepes, García Gutiérrez e Izquierdo Arroyo, não somente para compreender a evolução histórica e técnica dessas disciplinas, mas também para resgatar conceitos importantes na atuação epistemológica da Linguística Documentária e Semiótica Documentária e que estas possam, efetivamente, no Brasil, serem vistas e trabalhadas como fontes de técnicas, procedimentos, métodos para garantir que as informações presentes em um documentos sejam tratadas e analisadas não apenas visando a uma representação estática ou presa a terminologias cristalizadas, mas sim que se possa haver diálogos constantes na renovação dos conceitos e a forma como estes representam o conhecimento, atendendo, da melhor forma possível às necessidades de todos os domínios, evidenciando os contextos e a representatividade.

Sendo assim, este estudo debateu a origem e a evolução da Linguagem Documentária, Análise Documentária e Linguística Documentária, apontando as considerações das escolas francesa, inglesa, espanhola e brasileira. No tocante de linguagem especializada, discutiu-se a concepção de representação e sua relação com a filosofia, diante da qual reconheceu as origens no mentalismo, nominalismo, idealismo e estruturalismo, diante dos quais aprofundaram-se as investigações acerca da Linguística Estrutural a fim de reconhecer quais correntes estão presas à concepção filosófica antiga, medieval e do início da Era Moderna e quais correntes propõem a compreensão sobre aspectos semióticos.

Diante disso, evidenciou-se que o percurso gerador de significação atua em alguns níveis: nível textual, o qual envolve questões gramaticais como fonética, morfologia e sintaxe, intrinsecamente alinhado a estudos que envolvem Lexicologia, Lexicografia e Semântica formalista. Esta pesquisa dialogou com essas temáticas, porém não aprofundou nesta linha de investigação, sendo assim identificou a necessidade de estudos futuros visando ao aprofundamento a fim de verificar a

dimensão de interferência no processo de consolidação da Linguagem Documentária, linha que também contribui para estudos já realizados na Terminologia.

Em nível discursivo, esta pesquisa analisou o discurso estrutural mediante às teorias da Linguística Estrutural, entretanto, em seu percurso argumentativo e na aplicação das categorias metodológicas, identificou uma proposta de inovação para Linguística Documentária através de estudos centrados na Linguística Funcional, mediante às investigações sobre a relação entre intencionalidade, historicidade, ideologia, discurso, enunciação, pragmática discursiva, que envolvem estudos propostos pela Análise do Discurso, Gêneros Textuais, Linguística Textual, Teoria da Enunciação e Pragmática, que evidenciaram a construção semântica a partir de sua interação contextual, portanto essa proposta de inovação exige uma continuidade nos estudos a fim de aprofundar a dimensão de suas contribuições.

Em nível semiótico, no tocante da constituição epistemológica descritiva, esta pesquisa se aprofundou na base teórica oferecida pela Linguística Estrutural, podendo identificar a relação entre metalinguagem, renovação dos valores da Substância, o efeito descritivo dessa renovação, os efeitos semânticos e a marcação de fatores significativos nos níveis de relações estruturais como morfologia e construção de redes sêmicas e a sintaxe através da formulação da predicação, além de estabelecer equilíbrio na análise e tratamento documental ao interpretar as dimensões de informatividade e representatividade do signo documental.

Por fim, no nível semiótico acerca da lógica e cognição, esta pesquisa contribuiu para o esclarecimento dos objetivos da Semiótica Documentária e dos fatores históricos referentes à sua constituição no cenário espanhol de estudos acerca da Documentação. Por conseguinte, esta pesquisa evidenciou que a dimensão de aplicação da Semiótica Documentária é bem vasta, portanto requer a continuidade de estudos a fim de descobrir, debater sobre novas funções, assim como questionar e aprofundar as atividades já propostas, em destaque a importância em se estudar a semiose documental e todo o processo de tratamento do signo documental através da efetivação de hábitos operativos argumentativos, assim como a atualização do hábito mental dos profissionais da representação do conhecimento, por conseguinte na elaboração de um documento secundário.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. de. **Peirce e a Organização da Informação**: contribuições teóricas da Semiótica e do Pragmatismo. 2009. 416 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009.
- ALMEIDA, C. C. Conceito como signo: elemento semiótico para análise e mediação da informação. **Scire**, v.18, n. 2, p. 49-55, 2012.
- ALMEIDA, C. C. A semiótica na ciência da informação brasileira: ideias e tendências. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119663>. Acesso em: 25 set. 2018.
- ALMEIDA, C. C.; FARIAS, M. C. Q. S.; MATIAS, I. L. Linguística documental espanhola no brasil: uma leitura crítica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 25, p. 1-19, 2020. DOI: 10.5007/1518-2924.2020.e65397 Acesso em: 2 abr. 2020.
- ALMEIDA, G. M. B. O percurso da Terminologia: de atividade prática à Consolidação de uma disciplina autônoma. **Tradterm**, v. 9, p. 211-222, 18 dez. 2003.
- ALVARES, L. (org.). **Organização da Informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012.
- ASSIS, J. H.; MOURA, M. A. A qualidade da informação na web: uma abordagem semiótica. **Informação & Informação**, v. 16, n. 3, p. 96-117, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n3p96 Acesso em: 25 abr. 2020.
- AUGUSTO, G.; TOUTAIN, L. M. B. B. A semiótica da imagem fotográfica digital em preto e branco. **Ponto de Acesso**, v. 10, n. 3, p. 136-146, 2016. DOI: 10.9771/rpa.v10i3.20943 Acesso em: 25 abr. 2020.
- BAKHTIN, M. M. (V.N. Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hicitec, 2006.
- BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- BAKHTIN, M. M. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARITÉ, M. et al. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. 6.a ed. corregida y aumentada. Montevideo: Csic, 2015.
- BARTHES, R. **Elementos da Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- BARTHES, R. **Mitologias**. tradução de Rita Buongiorno. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.
- BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1985.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRÄSCHER, M. Indexação e resumos: teoria e prática. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, 1993. DOI: 10.18225/ci.inf..v22i2.509 Acesso em: 7 set. 2018.

BRÄSCHER, M. Terminologia, linguística e filosofia: contribuições interdisciplinares em artigos sobre sistemas de organização do conhecimento publicados em revistas nacionais. , p. 39-44, . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135072>. Acesso em: 7 set. 2018.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos**[...] São Paulo: USP, ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 7 set. 2018.

BRÄSCHER, M.; GUIMARÃES, J. A. C. Tratamento temático da informação (tti): influência dos paradigmas físico, cognitivo e social em artigos de revisão de literatura no período de 1966-1995 | information subject treatment: influence of the physical, cognitive and social paradigms in literature review articles in the period 1966-1995. **Liinc em revista**, v. 14, n. 2, 2018. DOI: 10.18617/liinc.v14i2.4347 Acesso em: 7 set. 2018.

BRIET, S. **O que é documentação?** Trad. Maria de Nazareth Rocha Furtado. Brasília, DF: Brique de Lemos/Livros, 2016.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, p. 351–360, 1991. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 7 set. 2018.

BUCKLAND, M. K. What is a document? **JASIS**, v. 48, p. 804-809, 1997. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/whatdoc.html>. Acesso em: 7 set. 2018.

BUCKLAND, M. K. , Documentality Beyond Documents, **The Monist** , v. 97, n. 2, p. 179-186, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5840/monist201497212> Acesso em: 7 set. 2018.

BUCKLAND, M. K. Teoria dos Documentos: Uma Introdução. **UC Berkeley**, 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/87s642x7> Acesso em: 7 set. 2018.

BUCKLAND, M. Teoria do documento. **Organização do Conhecimento**, v. 45, n.5: p. 425-436, 2017. Disponível em: <http://www.isko.org/cyclo/document>. Acesso em: 7 set. 2018.

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 24, n. 3, dec. 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567>. Acesso em: 26 apr. 2020.

CAFÉ, L. Terminologia de informática em língua portuguesa: uma análise lingüística e terminológica. **Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, 1989. DOI: 10.18225/ci.inf..v18i2.309 Acesso em: 5 ago. 2019.

CAFÉ, L. Representação do conhecimento/indexação/teoria da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 23-24, n. 3, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71485>. Acesso em: 5 ago. 2019.

CAFÉ, L.; BRÄSCHER, M. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 25-51, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p25 Acesso em: 7 set. 2018.

CAFÉ, L.; SALES, R. Organização da informação: Conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: Jaime Robredo; Marisa Bräscher (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento**. Brasília DF: IBICT, 2010. p. 115-129. [Edição eletrônica] (Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC) Disponível em: <http://www.ibict.br/publicacoes/eroic.pdf>. Acesso em: 7 set. 2018.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. **História da Linguística**. Trad. Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

CAPURRO, R. Foundations of information science: review and perspectives. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE*, Finland, 1991. **Proceedings...** Tampere: University of Tampere, 1991.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, p. 343-411, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1002/aris.1440370109>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CINTRA, A. M. M. Elementos de Linguística para estudos de indexação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p.5-22, 1983. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/190>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. *In: SMIT, J. W. (org.). Análise documentária: a análise da síntese*. Brasília: IBICT, p. 28-35, 1987.

CINTRA, A. M. M. et al. Do termo ao descritor: estudo exploratório. **Revista de Comunicações e Artes**, São Paulo, 1993.

CINTRA, A. M *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis, 1994.

CHAUMIER, J. **As técnicas documentais**. Trad. Jorge de Sampaio. Apartado 8, Portugal: Publicações Europa-América, 1974.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2018.

CORDÓN, J. M; MARTINEZ, T. C. **História da filosofia: dos Pré-socráticos à Idade Média**. Trad. Alberto Gomes. Vol 1. Lisboa: Edições 70, 1995.

CORDÓN, J. M; MARTINEZ, T. C. **História da filosofia: do Renascimento à Idade Moderna**. Trad. Alberto Gomes. Lisboa: Edições 70, 1995. v. 2.

CORDÓN, J. M; MARTINEZ, T. C. **História da filosofia: Filosofia Contemporânea**. Trad. Alberto Gomes. Vol 3. Lisboa: Edições 70, 1995.

- COYAUD, M. **Introduction a l'étude des langages documenraires**. Paris: Klincksieck, 1966.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Assistentes Cláudio Mello Sobrinho et al. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, I. M. R. F. Análise Documentária. In: SMIT, J. W. (coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. 2.ed. p.39-62.
- CUNHA, I. M. R. F. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: Edusp, 1990.
- CUNHA, M. B; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. v. xvi, 451 p.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 7, n. 2, dec. 1978. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115/115>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- DAHLBERG, I. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jul. 1978b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29057> Acesso em: 20 jan. 2020.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: A new science?. **Knowledge Organization**, v. 33, p. 11-19, 2006. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2006-1-11/knowledge-organization-a-new-science-volume-33-2006-issue-1> Acesso em: 20 jan. 2020.
- DAY, R. All that is the case: documents and Indexicality. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza, v. 22, n. 1, p. 57-63, 2016.
- DE WALL, C. **Sobre Pragmatismo**. Trad. Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- DUBOIS, J et al. **Dicionário de Linguística**. Trad. Bras. Izidoro Blikstein et al. São Paulo: Cultrix, 1998.
- DURKHEIM, E. **Ética e sociologia da moral**. Trad. Paulo Castanheira. São Paulo: Martin Claret, 2016.
- ECO, U. **Tratado geral da Semiótica**. Trad. Antônio de Pádua Danesi; Gilson Cardoso de Souza. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- ESTIVALS, R. A Dialética contraditória e complementar do escrito e do documento. **R. Esc. Bibliotecon. UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 121-152, set. 1981. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75995>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- ESTIVALS, R. Paul Otlet dans l'histoire de la bibliologie. **Revue de Bibliologie: Schéma et Schématisation**, n. 73, p. 35-42, 2010.
- FAYET-SCRIBE, S. Vocês conhecem Suzanne Briet? In: BRIET, S. **O que é documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016. p. 52-64.
- FIORIN, J. L. **As Astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. **Arquiologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FRANCELIN, M. M.; KOBASHI, N. Y. Concepções sobre o conceito na organização da informação e do conhecimento. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 40, n. 2, sep. 2012. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1311/1489>. Acesso em: 19 abr. 2020.

FROHMANN, B. Knowledge and power in library and information science: toward a discourse analysis of the cognitive viewpoint, in Vakkari, P. and Cronin, B. (Eds). **Conceptions of Library and Information Science: Historical, Empirical and Theoretical Perspectives**, Taylor Graham, London, 1992. p. 135-48.

FROHMANN, B. Análise do discurso como método de pesquisa em biblioteconomia e ciência da informação. **Biblioteconomia e Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research, **Journal of Library and Information Science Education**, v. 42, n. 1, p. 13-28, 2001. DOI: 10.2307/40324034 Acesso em: 21 jun. 2019.

FROHMANN, B. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. **Library Trends**, v. 52, n. 3, Winter 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/1683> Acesso em: 21 jun. 2019.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela S. L.; MARTELETO, R.; LARA, M. L. G. (Org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE Ed., 2008. p. 1-34.

FROHMANN, B. Revisiting “what is a document?” **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. DOI: 10.1108 / 00220410910937624. Acesso em: 21 jun. 2019.

FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, v. 10, n. 3, 1998. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23924>. Acesso em: 21 jun. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 60-90, dez. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 30 dez. 2018.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero**, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6568>. Acesso em: 21 abr. 2020.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramZero**, v. 7, n. 3, 2006. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000003842/6e73617ffd8ab7b13247620d67401f46/>. Acesso em: 24 fev. 2020.

FUJITA, M. S. L. A linguagem documentária na negociação de uma política de indexação para bibliotecas universitárias: procedimentos e estratégias da pesquisa-ação integral. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71216>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Linguística Documental**: Aplicacion a la Documentacion de La Comunicación Social. Mitre: Barcelona, Espanha, 1984.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Teoria da la inidización: nuevas parámetros de investigación. **Transinformação**, v. 1, n. 2, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/22889>. Acesso em: 13 jun. 2019.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Estructura lingüística de la documemación**: teoría y método. Murcia: Universidad de Murcia, 1990.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Tratamiento y análisis de la documentación. En: VIZCAYA ALONSO, D. (comp). **Selección de lecturas**: Fundamentos de la organización de la información. La Habana: Universidad de La Habana, 2002.

GARDIN, J.-C. Elements d' um modele pour la description des lexiques documentaires. **Bulletin des Bliiblioteques de France**, n. 5, p.171-182, 1966. Disponível em: <https://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1966-05-0171-001> Acesso em: 01 maio 2020.

GARDIN, J.-C. Document Analysis and Línguistic theory. **The Journal of Documentation**, v. 29, n. 2, p. 137-168, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1108/eb026553>. Acesso em: 01 maio 2020.

GOMES, T. P. D.; LARA, M. L. G. A noção de documento: questões para uma abordagem cosmopolita. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp., p. 3-9, set. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/744>. Acesso em: 01 maio 2020.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 3, dez. 1993. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479>. Acesso em: 01 maio 2020.

GREIMAS, A. J. **Semântica Estrutural**. Trad. Haqaira Osakape; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, A. J. **Sobre o sentido II**: ensaios semióticos. Trad. Dilson Ferreira Cruz. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de Semiótica**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da international society for knowledge organization (isko). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008. DOI: 10.26512/rici.v1.n1.2008.940 Acesso em: 5 maio 2019.

GUIMARÃES, J. A. C.; SALES, R. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em ciência da informação. **DataGramZero**, v. 11, n. 1, 2010.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7045>. Acesso em: 2 maio 2019.

GUIMARÃES, J. A. C.; SALES, R.; GRÁCIO, M. C. C. A dimensão interdisciplinar da análise documental nos contextos brasileiro e espanhol no âmbito da organização do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/29061>. Acesso em: 5 maio 2019.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. 2. ed. Vozes: Rio de Janeiro, 1992.

HJELMSLEV, L. **Ensaio Linguístico**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: Eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, ago. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative Acesso em: 10 ago. 2019.

HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003. Disponível em: <http://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Hjorland2003.pdf> Acesso em: 10 ago. 2019.

HJØRLAND, B. Semantics and knowledge organization. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 41, p. 367-406, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1002/aris.2007.1440410115> Acesso em: 10 ago. 2019.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, 2008. DOI: 10. 5771/0943-7444-2008-2-3-86. Acesso em: 10 ago. 2019.

HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 8, p. 1519-1536, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.21082> Acesso em: 10 jun. 2019.

HJØRLAND, B. Concepts, paradigms and knowledge organization. Paper presented at the International Society for Knowledge Organization Conference: **Paradigms and Conceptual Systems in Knowledge Organization**. Rome, Italy, 2010c.

HUTCHINS, W. J. **Languages of indexing and Classification**. Herts: Peter Peregrinus, 1975.

IBRI, I. A. **Kósmos noetós**: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Paulus, 2015.

ISQUERDO, A. N; FINATTO, M. J. B. (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. v. 4.

IZQUIERDO ALONSO, M; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Entrevista a José María Izquierdo Arroyo, realizada por Mónica Izquierdo Alonso en Alcalá de Henares. **Scire**, Madrid, v. 20, n.1, p. 109-116, jun. 2014.

IZQUIERDO ARROYO, J. M. **Esquemas de lingüística documental**. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1990. Tomo I.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2011.

JESUS, S. A. S.; MOREIRA, W. Contribuições teóricas da terminologia nos sistemas e processos de organização do conhecimento. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. Esp., v. 8, n. 2, 17 nov. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16907> Acesso em: 10 jun. 2019.

KLEIMAN, A. **Texto e Leitor**: Aspectos cognitivos da leitura. 8. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, v. 15, n. spe, p. 7-21, 2003. DOI: 10.1590/S0103-37862003000500001 Acesso em: 25 maio 2019.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero**, v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6666>. Acesso em: 25 maio 2019.

KOBASHI, N. Y.; SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. **DataGramZero**, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4867>. Acesso em: 25 maio 2019.

KOBASHI, N. Y.; FRANCELIN, M. M. Conceitos, categorias e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 1-24, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p1. Acesso em: 19 abr. 2020.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. G. V; TRAVAGLIA, L. C. **Texto e coerência**. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LARA, M. L. L. G. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, 1993. DOI: 10.18225/ci.inf..v22i3.480 Acesso em: 24 janeiro 2019.

LARA, M. L. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero**, v. 2, n. 6, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5294>. Acesso em: 14 maio 2019.

LARA, M. L. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004. DOI: 10.1590/S0103-37862004000300003 Acesso em: 14 maio 2019.

LARA, M. L. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, 2004. DOI: 10.18225/ci.inf..v33i2.1050 Acesso em: 14 maio 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1050> Acesso em: 14 maio 2019.

LARA, M. L. L. G. é possível falar em signo e semiose documentária? 10.5007/1518-2924.2006v11nesp3p18. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e

Ciência da Informação, n. esp., p. 18-29, 2006. DOI: 10.5007/1518-2924.2006v11nesp3p18 Acesso em: 4 dez. 2018.

LARA, M. L. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero**, v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6550>. Acesso em: 14 ago. 2019.

LARA, M. L. L. G. **Linguística Documentária**: seleção de conceitos. 2009. Tese (Livre Docência em Análise Documentária) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/T.27.2019.tde-21112019-191517. Acesso em: 17 maio 2020.

LARA, M. L. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo temma. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 92-121, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p92 Acesso em: 14 maio 2019.

LARA, M. L. G.; MENDES, L. C. Suzanne Briet e a Documentação como técnica cultural. **RBBB**: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 14, p. 75-89, jul. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1179/1065>. Acesso em: 28 jul. 2019.

LARA, M. L. L. G.; TÁLAMO, M. F. G. M. Uma experiência na interface linguística documentária e terminologia. **DataGramZero**, v. 8, n. 5, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6681>. Acesso em: 11 maio 2019.

LE DEUFF, O. Bouillon de cultures la culture de l'information est-elle un concept international?. Colloque ERTé 2008, **L'éducation à la culture informationnelle**, France, p.1-7, 2008.

LE GOFF, J. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LIMA, V. M. A.; KOBASHI, N. Y.; COUTTO, M. L. M.; SANTOS, C. A. C. M. D.; AMARAL, M. C.; TOKAREVICZ, S.; TORRE, S. R. S. D.; GUERRA, S. R. Y.; BOCCATO, V. R. C.; BARCELLOS, J. C. H. Estudos para implantação de ferramenta de apoio à gestão de linguagens documentárias: vocabulário controlado da usp. **Transinformação**, v. 18, n. 1, p. 17-25, 2006. DOI: 10.1590/S0103-37862006000100002 Acesso em: 25 maio 2019.

LÓPEZ YEPES, J.; GARCIA, J. R. **¿Qué es Documentación?** Teoria e História del concepto em España. SÍNTESIS: Madrid, Espanha, 1993

LÓPEZ YEPES, J. **La Documentacion como disciplina**: Teoria e História. 2. ed. EUNSA: Navarra, Espanha, 1995.

MAI, J-E. A postmodern theory of knowledge organization. **Anais da Reunião Anual da ASIS**, v. 36, p. 547-546, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294226582_A_postmodern_theory_of_knowledge_organization. Acesso em: 14 julho 2019.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesouros em ciência da informação. **DataGramZero**, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7356>. Acesso em: 14 julho 2019.

MAINGUENEAU, D. **Elementos da linguística para o texto literário**. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

- MAINGUENEAU, D. **O contexto da obra literária**: enunciação, escritor, sociedade. Trad. Marina Appenzeller. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti, São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATA, P. O.; MOURA, M. A. Prática spammer e semiose: implicações nos processos de organização e circulação da informação em ambientes colaborativos. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 22, n. 49, p. 19-32, 2017. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v22n49p19 Acesso em: 25 abr. 2020.
- MAURY, Y. Définition(s) de la culture informationnelle. [Rapport de recherche] **Lille 3**. 2010. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01009392> Acesso em 05 nov. 2018
- McNEELY, I. F; WOLVERTON, L. **A reinvenção do conhecimento**: de Alexandria à internet. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- MELO, M. A. F.; BRÄSCHER, M. Termo, conceito e relações conceituais: um estudo das propostas de dahlberg e hjarland. **Ciência da Informação**, v. 43, n. 1, 2014. DOI: 10.18225/ci.inf..v43i1.1419 Acesso em: 7 set. 2018.
- MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, Paris, n. 14, p. 51-63, 1981. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/2891/1788> Acesso em: 10 jul. 2019.
- MEYRIAT, J. et al. Documento, documentação, documentologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 240-253, set. 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2891/1788>. Acesso em: 05 ago. 2019.
- MOREIRA, W. Tesouros e ontologias como modelos de sistemas de organização do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 13, n. 1, p. 15-20, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/111606>. Acesso em: 2 mar. 2020.
- MOREIRA, W. Relações conceituais como elementos constitutivos essenciais dos sistemas de organização do conhecimento. **Informação & Informação**, v. 24, n. 2, p. 1-30, 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n2p1 Acesso em: 2 mar. 2020.
- MORAES, I. S.; MOREIRA, W. Os conceitos de sistemas de organização do conhecimento e linguagens documentárias: análise de domínio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL; ANCIB, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103667>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- MORAES, L. B.; BARBOSA, R. R. Cultura informacional: uma proposta de modelo com foco organizacional. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p.131-146, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/21904>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MOREIRA, W.; RIBEIRO, T. Introdução ao uso dos protocolos sru/srw: ferramentas para a catalogação cooperativa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p.167-182, 2008.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Perspectiva documental del procesamiento del lenguaje natural. **Procesamiento del lenguaje natural**, v 13, p. 41-46, 1993. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1014760>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **El contenido de los documentos textuales**: su análisis y representación mediante lenguaje natural. Gijón: Ediciones Trea, 2004.

MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria dos signos**. São Paulo Livraria Eldorado Tijuca; Edusp, 1976.

MOURA, M. A.; SILVA, A. P.; AMORIM, V. R. A concepção e o uso das linguagens de indexação face às contribuições da semiótica e da semiologia. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93116>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MOURA, M. A. Semiótica e mediações digitais: o processo de criação e recepção de hipermídias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37211>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MOURA, M. A. Ciência da informação e semiótica: conexão de saberes 10.5007/1518-2924.2006v11nesp3p1. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, n. esp., p. 1-17, 2006. DOI: 10.5007/1518-2924.2006v11nesp3p1 Acesso em: 25 abr. 2020.

MOURA, M. A. Interoperabilidade semântica e ontologia semiótica: a construção e o compartilhamento de conceitos científicos em ambientes colaborativos online. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 165-179, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p165 Acesso em: 25 abr. 2020.

MOURA, A. P. de; LARA, M. L. G. de. Construir o edifício documentário: concepções de Paul Otlet para uma ciência e uma técnica dos documentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 2-17, dez. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1531/1064>. Acesso em: 27 jul. 2019.

MURGUIA, E. Percepções e Aproximações do Documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. **IncID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 2, n. 2, p. 42-53, 13 dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42350>. Acesso em: 28 Jul. 2019.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos, volume 1. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.) **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos, volume 2. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MUSSALIM, F; BENTES, A. C. (org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos, volume 3. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011

NÖTH, W. **A Semiótica no século XX**. São Paulo: Annablume, 1996.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 24, p. 189-203, mar. 2019. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3920>. Acesso em: 23 jul. 2019.

OTLET, P. **Tratado da documentação**: o livro sobre o livro, teoria e prática. Trad. Taiguara Villela Aldabalde *et al.* Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINTO MOLINA, M. Gestión de calidad em Documentación. **Revista de Biblioteconomia y Documentación**, n. 1, p. 171-183, 1998. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/download/3031/28801/>. Acesso em: 28 Jul. 2019.

PINTO MOLINA, M. Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis de contenido. **Boletín de la ANABAD**, Tomo 39, n. 2, p. 323-342, 1989. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=798857>. Acesso em: 28 Jul. 2019.

PINTO MOLINA, M. Análisis documental de contenido. *In*: CIVERA MOLÁ, C; TOROSA GIL, F. M. **Nuevas tecnologías de la información y documentación em psicología**, p.81-102, 2002.

PONZIO, A *et al.* **Fundamentos da filosofia da linguagem**. Trad. Ephaim F. Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

RAYWARD, W. B. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hypertext. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, p. 235-250, 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220433628_Visions_of_Xanadu_Paul_Otlet_1868-1944_and_Hypertext. Acesso em: 28 Jul. 2019.

REALE, G; ANTISERI, D. **História da filosofia, 4**: de Spinoza a Kant. Trad. Ivo Stormiolo. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, G; ANTISERI, D. **História da filosofia, 5**: do Romantismo ao empiriocriticismo. Trad. Ivo Stormiolo. São Paulo: Paulus, 2005.

REALE, G; ANTISERI, D. **História da filosofia, 6**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. Trad. Ivo Stormiolo. São Paulo: Paulus, 2005.

RUSSELL, B. **História da filosofia ocidental – livro 1**. Trad. Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

RUSSELL, B. **História da filosofia ocidental – livro 3**. Trad. Hugo Langone. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SALES, R.; GUIMARÃES, J. A. C. A importância de Julius Kaiser para a organização do conhecimento: um estudo comparativo com as perspectivas de Cutter, Otlet e Ranganathan. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 1, p. 43-65, 2016. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v7i1p43-65. Acesso em: 5 maio 2019.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SANTOS, J. C. F.; MOREIRA, W. Skos: uma análise sobre as abordagens e suas aplicações na ciência da informação. **Informação & Informação**, v. 23, n. 3, p. 362-389, 2018. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/29303>. Acesso em: 28 Jul. 2019.

SANTOS, P. Paul Otlet: um pioneiro da organização das redes mundiais de tratamento e difusão da informação registrada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 54-63, ago. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200006>. Acesso em: 28 Jul. 2019.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. Trad. Bras. Antônio Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVEIRA, L. F. B. **Curso de Semiótica geral**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. Knowledge organization: some trends in an emergent domain. **El profesional de la información**, v. 21 n. 3 p. 225-227, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.3145/epi.2012.may.01>.

SMIRAGLIA, R. P. **Domain Analysis for Knowledge Organization: Tools for ontology extraction**. Kidlington: Elsevier, 2015.

SMIT, J. W. **Grupo temma**, p. 222-226, 200?. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/135040>. Acesso em: 25 maio 2019.

SUNDQVIST, A.; SVÄRD, P. Information culture and records management: a suitable match? Conceptualizations of information culture and their application on records management. **International Journal Of Information Management**, v. 36, n. 1, p. 9-15, fev. 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401215000870?via%3Dihub>. Acesso em: 05 nov. 2018.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. L. G.; KOBASHI, N. Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, 1992. DOI: 10.18225/ci.inf..v21i3.432 Acesso em: 22 set. 2018.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. L. G. O campo da linguística documentária. **Transinformação**, v. 18, n. 3, p. 203-211, 2006. DOI: 10.1590/S0103-37862006000300004 Acesso em: 22 set. 2018.

TÁLAMO, M. F. G. M.; LARA, M. L. L. G. Interface entre linguística, terminologia e documentação. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 2, 2009. DOI: 10.5016/brajis.v3i2.361 Acesso em: 22 set. 2018.

TÁLAMO, M. F. G. M.; MAIMONE, G. D. Jean-claude gardin e a análise documentária: trajetória da constituição de uma semiologia da representação. **ISKO Brasil**, v. 3, p. 736-747, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/135595>. Acesso em: 22 set. 2018.

THELLEFSEN, T. L.; THELLEFSEN, M. M. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277007848_Pragmatic_Semiotics_and_Knowledge_Organization Acesso em: 10 jan. 2020.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. **R. Bra. Bibliotecon. Doc.**, v.11, n.3/4, p.177-198, jul./dez. 1978. Disponível em:

https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/07/pdf_85b31f6a02_0018197.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

VOGEL, M. J. M. **A noção de estrutura linguística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagens documentárias.** 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/D.27.2007.tde-17032008-104245. Acesso em: 19 abr. 2020.

VOGEL, M. J. M. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. spe, p. 80-92, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362009000400006>. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362009000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2020.

ZILLER, J.; MOURA, M. A. Semiose e fluxos informacionais: os agenciamentos coletivos e a condição de usuário em ambientes digitais. **Liinc em revista**, v. 6, n. 2, 2010. DOI: 10.18617/liinc.v6i2.369 Acesso em: 25 abr. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3256>. Acesso em: 25 abr. 2020.